

aligramacaligramacaligramac  
ligramacaligramacaligramac  
igramacaligramacaligramac  
gramacaligramacaligramac  
ramacaligramacaligramacaligr  
amacaligramacaligramacaligr  
macaligramacaligramacaligr  
acaligramacaligramacaligr  
ligramacaligramacaligramac  
amacaligramacaligramacaligr  
igramacaligramacaligramacaligr  
macaligramacaligramacaligr  
caligramacaligramacaligr  
amacaligramacaligramacaligr  
gramacaligramacaligramacaligr  
macaligramacaligramacaligr  
ramacaligramacaligramacaligr  
acaligramacaligramacaligr  
igramacaligramacaligr  
aligramacaligr  
ramacaligr  
gramacaligr  
amacaligr  
macaligr  
caligr

**ISSN 0103-2178 (impressa)**

**ISSN 2238-3824 (eletrônica)**

**Faculdade de Letras**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

# caligrama

revista de estudos românicos

**V. 23 n. 2**

**Maior / Agosto 2018**

*Organizadores*

Aléxia Teles Duchowny  
Anna Palma  
Laureny Aparecida Lourenço da Silva  
Lúcia Fulgêncio  
Maria Juliana Gambogi Teixeira

# **CALIGRAMA**

REVISTA DE ESTUDOS ROMÂNICOS

**V. 23 - N. 2**  
**Maio-Ago. 2018**

ISSN 0103-2178

CALIGRAMA	Belo Horizonte	v. 23	n. 2	p. 1-230	maio-ago. 2018
-----------	----------------	-------	------	----------	----------------

## COMISSÃO EDITORIAL

Aléxia Teles Duchowny  
Anna Palma  
Laureny Aparecida Lourenço da Silva  
Lúcia Fulgêncio  
Maria Juliana Gambogi Teixeira

## CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Chiarini (UFMG)	Maria Célia Lima-Hernandes (USP/CNPq)
Célia Marques Telles (UFBA/CNPq)	Maria del Carmen Daher (UFF/CNPq)
César Nardelli Cambraia (UFMG/CNPq)	Maria Eugênia Olímpio de Oliveira (UFBA)
Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG)	Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Graciela Ravetti (UFMG/CNPq)	Maria Maura Cezario (UFF/CNPq)
Haydée Ribeiro Coelho (UFMG/CNPq)	Mariangela Rios de Oliveira (UFF/CNPq)
Ida Lucia Machado (UFMG/CNPq)	Martine Kunz (UFC)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)	Mirta Groppi (USP)
Leda Maria Martins (UFMG/CNPq)	Pedro Ramos Dolabela Chagas (UESB)
Leila de Aguiar Costa (UNIFESP)	Raquel Meister Ko. Freitag (UFS/CNPq)
Leonardo Francisco Soares (UFU)	Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)
Lilián Guerrero (UNAM)	Roberto Mulinacci (U. degli Studi di Bologna)
Lineide do Lago S. Mosca (USP)	Roberto Vecchi (Univ. degli Studi di Bologna)
Lúcia Castello Branco (UFMG/CNPq)	Sara Rojo (UFMG/CNPq)
Lúcia Fulgêncio (UFMG)	Saulo Neiva (Université Clermon Ferrand II)
Magnólia Brasil (UFF)	Sebastião C. Leite Gonçalves (UNESP-SJRP/CNPq)
Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP/CNPq)	Sérgio Romanelli (UFSC)
Márcia Arbex (UFMG/CNPq)	Silvia Inés Cárcamo de Arcuri (UFRJ)
Márcia Paraquett (UFBA)	Vera Lúcia de C. Casa Nova (UFMG/CNPq)
Marcos Antônio Alexandre (UFMG)	Walter Carlos Costa (UFSC/CNPq)
Maria Antonieta A. de M.Cohen (UFMG/CNPq)	

**Secretaria:** Stéphanie Paes

**Projeto de capa:** Philippe Enrico

**Formatação:** Henrique Vieira

**Revisão:** Alice Bicalho, Carolina Leal, Nara Nunes Rezende

**Revisão de inglês:** Mary Elizabeth Entress Nagel, Matthew Dylan Wood, Delicia Demaria Alarcón Esteche, Hayley Margo Anderson, Morgan Rebecca Healy

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias da FALE/UFMG

Caligrama: revista de estudos românicos, v. 1, dez. 1988 - . Belo Horizonte, MG :  
Faculdade de Letras da UFMG

il. ; 22cm

Título anterior: Estudos românicos, 1981-1985, n. 1-3.

Periodicidade semestral, a partir do v. 15, n. 1, jan/jun. 2010

ISSN: 0103-2178

1. Línguas românicas – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Literatura românica – História e crítica – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD: 440.05

Faculdade de Letras da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 Pampulha  
31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil  
Sala 4003 - Fone: (31) 3409-6009  
e-mail: [periodicosfaleufmg@gmail.com](mailto:periodicosfaleufmg@gmail.com)

# SUMÁRIO

## LINGUÍSTICA

### **Particípios passados rizotônicos românicos: um estudo contrastivo entre italiano, espanhol e português**

*Rhizotonic Past Participles in Romance Languages: A Contrastive Study of Italian, Spanish and Portuguese*

César Nardelli Cambraia

Guilherme Henrique Ribeiro Costa ..... 7

### **L'écriture et les signes inclusifs, avec ou sans ?**

#### **Activité pédagogique de Français sur Objectifs Spécifiques**

*Inclusive Writing and Signs, With or Without? Educational Activity of French for Specific Purposes*

José Sarzi Amade ..... 41

### **Denominações do eclesiástico católico no português das Minas Gerais setecentistas**

*Study on the Titles Given to Catholic Clergyman in Minas Gerais in the 18th Century*

Marcus Vinícius Pereira das Dores

Aléxia Teles Duchowny ..... 75

### **A concordância nominal no português brasileiro falado em Nova Iguaçu**

*Nominal Agreements in the Brazilian Portuguese Spoken in Nova Iguaçu*

Letícia Alves Moreira

Juliana Segadas Vianna ..... 99

### **Arabismos portugueses no contexto multilinguístico da Península Ibérica Medieval**

*Portuguese Arabisms in the Medieval Iberia's multilingual context*

Samantha de Moura Maranhão ..... 121

## LITERATURA

### **O riso das margens e o riso do centro: as iluminuras em *O nome da rosa* *Laughter in the Margins and Graveness in the Center: The Illuminations* *in The Name of the Rose***

Luciana Persice Nogueira ..... 147

### **Narrações-munições: sinais da memória violenta nos contos testemunhais de Reinaldo Arenas**

*Weapon-Narratives: Signs of Violent Memory in the Testimonies' Tales of  
Reinaldo Arenas*

Antonio Martínez Nodal

Carla Dameane Pereira de Souza ..... 165

### **“Proyecciones del desamparo”: reflexões sobre a violência na literatura de Roberto Bolaño**

*“Proyecciones del desamparo”: reflections on violence in the literature of  
Roberto Bolaño*

Júlia Morena Costa ..... 183

### **Da literatura como resistência eloquente: a tradução de *Prometeu* *acorrentado* sob a ditadura de Oliveira Salazar**

*On Literature as Eloquent Resistance: Translating Prometheus bound  
during Oliveira Salazar's Dictatorship*

Miguel-Pedro Quadrio ..... 199

### **Da coleção à alegoria: a fragmentação e outras tendências da literatura brasileira contemporânea em *Esquilos de Pavlov*, de Laura Erber**

*From Collection to Allegory: Fragmentation and other Tendencies of  
Contemporary Brazilian Literature in Esquilos de Pavlov by Laura Erber*

Maria Isabel Rios de Carvalho Viana ..... 217

# Linguística





## **Participios passados rizotônicos românicos: um estudo contrastivo entre italiano, espanhol e português**

### ***Rhizotonic past participles in Romance languages: a contrastive study of Italian, Spanish and Portuguese***

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
nardelli@ufmg.br

Guilherme Henrique Ribeiro Costa

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
silvestrini.2011@gmail.com

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo geral analisar os participios passados rizotônicos no italiano, no espanhol e no português, a fim de identificar as suas diferenças. Adotou-se como fundamentação teórica a concepção de analogia apresentada por Bynon (1993) e como metodologia a análise de um *corpus* formado por 247 itens obtidos mediante comparação entre as línguas românicas em questão. Testaram-se duas hipóteses: a primeira era a de que os participios passados rizotônicos no italiano estariam predominantemente na 2ª conjugação, diferentemente do espanhol e do português, o que foi confirmado pelos dados; e a segunda era a de que os participios passados rizotônicos românicos da 1ª conjugação seriam predominantemente inovações românicas, o que também foi confirmado pelos dados. Verificou-se, ainda, que as principais fontes dos participios passados rizotônicos nas línguas românicas estudadas são: herança de participios rizotônicos latinos; incorporação de adjetivos latinos; mudanças analógicas e criações analógicas.

**Palavras-chave:** linguística românica; morfologia; verbo; participio passado; língua portuguesa; língua espanhola; língua italiana.

**Abstract:** This study aims to analyze rhizotonic past participles in Italian, Spanish, and Portuguese, with the purpose of identifying the differences between them. It draws upon the concept of analogy introduced by Bynon (1993), and the methodology includes an

analysis of a *corpus* comprised of 247 items obtained through the comparison of the aforementioned Romance languages. Two hypotheses were tested: first, that the rhizotonic past participles in Italian would be found predominantly in the second conjugation, diverging from Spanish and Portuguese, what was confirmed by the collected data; and second, that the rhizotonic past participles in Romance languages in the first conjugation would be predominantly innovations, what was also confirmed by the data. It was found that the main sources of the rhizotonic past participles in the Romance languages considered in this study are: the heritage from the Latin rhizotonic past participles; the incorporation of Latin adjectives; analogical change and analogical creations.

**Keywords:** Romance linguistics; morphology; verb; past participle; Portuguese; Spanish; Italian.

## 1 Introdução

Um aspecto interessante no âmbito do domínio românico é o processo de diferenciação das línguas românicas a partir do latim. Sempre se coloca como um desafio identificar as causas dessa diferenciação nos mais variados níveis linguísticos, uma vez que a atuação de fatores intralinguísticos e extralinguísticos nesse processo certamente não se deu da mesma maneira em cada nível.

No presente estudo, apresenta-se uma análise de dados referentes à morfologia verbal românica, mais especificamente, referentes aos participípios passados rizotônicos do italiano, do espanhol e do português. Esta análise tem como objetivos gerais (a) identificar em que aspecto essas três línguas se diferenciam quanto aos participípios passados rizotônicos e (b) discutir quais foram os processos que terão determinado as diferenças identificadas.

## 2 O participípio passado latino: uma breve revisão

Segundo afirma Faria (1958, p. 157), o sistema verbal latino regular era composto de quatro paradigmas de conjugação: 1ª conjugação (com vogal temática *ā*), como em *laudāre* (*laudo*); 2ª conjugação (com vogal temática *ē*), como em *monēre* (*monēo*); 3ª conjugação (com vogal temática *ī* ou *ū* ou com consoante), como, respectivamente, em *facēre* (*facio*), *minuēre* (*minuo*) e *dicēre* (*dico*); e 4ª conjugação (com vogal temática *ī*), como em *audīre* (*audio*).

No que se refere à história dos participios passados latinos, Ernout (1953, p. 219-228) afirma que a função de participio passado no latim era desempenhada por um antigo adjetivo verbal em \*-to-. Esse adjetivo indicava que o sujeito possuía a qualidade expressa pelo verbo, seja em sentido ativo (“praticou a ação”), seja em sentido passivo (“sofreu a ação”): p. ex., *homo potus* (“homem que bebeu”) e *homo vulneratus* (“homem que foi machucado”). O sufixo em questão era ligado diretamente à raiz verbal, sem sufixo e em sua forma reduzida. Nos casos em que a raiz terminava em consoante, havia a simples adjunção (cf. *clepĕre* (*clepo*) → *cleptus*), podendo ainda frequentemente haver perda de sufixo ou infixos (cf. *apisci* (*apiscior*) → *aptus* e *rumpĕre* (*rumpō*) → *ruptus*). Nos casos em que a raiz terminava em vogal, o participio apresentava vogal longa quando o verbo tinha perfeito em -*āvī* (1ª conj., *amāre* (*amāvī*) → *amātus*), -*ēvī* (2ª conj., *plĕre* (*plēvī*) → *plētus*), -*īvī* (4ª conj., *audīre* (*audīvī*) → *audītus*) e presente em -*ūō* (3ª conj., *statūere* (*statūo*) → *statūtus*); mas, quando tinha perfeito em -*uī*, apresentava vogal breve (1ª conj., *domāre* (*domuī*) → *domītus*; 2ª conj. *monĕre* (*monuī*) → *monītus*; 3ª conj. *molĕre* (*moluī*) → *molītus*) ou nenhuma vogal (1ª conj., *secāre* (*secuī*) → *sectus*; e 3ª conj. *docĕre* (*docuī*) → *doctus*); também não apresentava nenhuma vogal, quando o verbo tinha presente em -*vō* ou -*vĕō* (1ª conj., *lavāre* (*lavō*) → *lautus*; e 2ª conj., *movĕre* (*movĕō*) → *motus*). Uma questão de interesse no quadro dos participios passados latinos foi a extensão dos participios em -*sus*. Um fenômeno fonológico em latim transformou as sequências -*t-* ou -*d-* + -*t-* em -*ss-*, fazendo coincidir a sibilante que já existia no perfeito com a recém-adquirida no participio passado (2ª conj., *ridĕre* (*risī*) → *risus*; 3ª conj., *mittĕre* (*missī*) → *missus*). Esse modelo de perfeito e participio em sibilante foi tomado como referência para uma mudança analógica, fazendo com que participios cuja raiz não terminava em -*t-* ou -*d-* também tivessem terminação em -*sus*: isso atingiu verbos com raiz terminada em nasal (*manĕre* (*mansī*) → *mansus*), em -*ct-* (*flectō* (*flexī*) → *flexus*), em velar (*mergĕre* (*mersī*) → *mersus*) e no grupo -*ll-* (*vellĕre* (*vulsī*) → *volsus*). A criação do participio em -*sus* acabou atingindo diversos outros verbos, independentemente do tipo de consoante final da raiz ou da marca de perfeito: *currĕre* (*cucurri*) → *cursus*; *censĕre* (*censuī*) → *census*; etc. Para a discussão dos participios passados românicos, convém salientar que os participios latinos poderiam ser arrizotônicos (com acento tônico fora da raiz) ou rizotônicos (com acento tônico na raiz): os primeiros

aparecem nos participios passados com vogal longa antes do morfema de participio; os segundos, nos demais casos (participios passados com vogal breve antes do morfema de participio ou sem nenhuma vogal).

De acordo com Grandgent (1952, p. 265-268), o destino dos participios passados no latim vulgar pode ser assim resumido: (a) verbos sem participio passado inovaram criando-o (*\*ferītus* para o verbo *ferīre*); (b) na 1ª conjugação, *-ātus* se conservou e se estendeu a todos os verbos (*sectus* > *secatus* e *domitus* > *domatus*); (c) na 3ª conjugação, *-ātus* desapareceu (*oblatus* > *offertus*); (d) na 4ª conjugação, *-ītus* se conservou e se estendeu a quase todos os verbos (*saltus* > *salitus* mas *apertus* e *copertus*), tendo ainda ocorrido a substituição de *ventus* por *\*venūtus*; (e) na 2ª conjugação, a desinência rara *-ētus* desapareceu, ficando apenas em formas adjetivais (*complētus*); (f) a terminação *-ūtus*, dos verbos com infinitivo em *-uere* e *-vere*, se estendeu para os verbos com perfeito em *-uī* (*habitus* > *\*habutus*) e depois para outros verbos (*creditus* > *\*credutus*); (g) apesar da tendência de desaparecimento de *-ītus*, houve algumas novas formações (*\*positus*); (h) a terminação *-tus* se manteve em aproximadamente 20 verbos (*dictus*), com eventual mudança de acento (*surrectus* > *\*surtus*), havendo ainda algumas novas formações (*visus* > *\*vīstus*) ou substituições por *-ātus* (*frictus* > *fricatus*), *-ītus* (*saltus* > *salitus*) ou *-ūtus* (*tentus* > *\*tenutus*); (i) a terminação *-sus* se conservou em geral (*clausus*), mas houve alguns verbos que a substituíram por *-ītus* (*falsus* > *\*fallītus*) e *-ūtus* (*visus* > *\*vidutus*).

### 3 Fundamentação teórica

Como foi demonstrado na seção precedente, no curso da história do latim, houve uma competição entre formas *rizotônicas* (também chamadas de *irregulares* ou *fortes*), p. ex., *habītus/frictus*, e *arrizotônicas* (também chamadas de *regulares* ou *fracas*), p. ex., *\*habūtus/fricātus*. O principal processo por trás dessa competição é a chamada *analogia*.

#### 3.1 Analogia

Segundo Bynon (1993, p. 32), a teoria neogramática, modelo que discutiu a atuação de analogia, alega fundamentalmente que a mudança fonológica, em níveis mais elevados (mais abstratos), possui uma total independência em relação a outros níveis linguísticos, tendo como

consequência, no curso do tempo, uma dessintonia entre a estrutura gramatical e a estrutura fonológica. Esse desalinhamento entre as duas estruturas significa que as regras existentes anteriormente foram quebradas, tendo, assim, a possibilidade de demandar uma alteração e um reposicionamento nos estágios pelos quais a língua passa.

Para Bynon (1993, p. 34), a analogia e a mudança fonológica são consideradas dois componentes básicos da mudança linguística na teoria neogramática. Após mencionar esses dois processos, a autora explica que a analogia opera diretamente na relação entre a estrutura gramatical e a estrutura fonológica, em contraste com a mudança fonológica, que opera independentemente da estrutura gramatical e semântica. Bynon (1993, p. 34) estabelece ser esse, de fato, o próprio mecanismo da analogia, que, seja modificando formas linguísticas já existentes seja criando novas, traz de volta o alinhamento entre as formas fonológicas e a função gramatical, após a relação entre elas ter sido rompida pela mudança fonológica. Dessa forma, podem-se identificar dois tipos de formação analógica: *mudança analógica* e *criação analógica*. A mudança analógica produz o realinhamento de elementos em relação a uma categoria gramatical ou semântica sem gerar mais do que a redistribuição de seus elementos, mas a criação analógica produz novas formas ao estender uma correlação de forma e função existente para além de seu domínio original.

### 3.2 A mudança analógica

Bynon (1993, p. 35) explica que são necessárias duas condições para que a analogia aconteça: (a) pressupor a identidade funcional com relação a alguma categoria gramatical ou semântica específica (plural, substantivo agentivo, dativo) de marcadores formalmente distintos; e (b) pressupor que a estrutura da forma funciona como o modelo morfológicamente transparente para o falante nativo, o que sempre acontece com formas resultantes de regras produtivas. Bynon (1993, p. 35) aponta que a mudança consistirá na substituição da forma menos ou não mais transparente por uma forma de função equivalente cuja estrutura refletirá aquela do modelo. Como resultado, a segmentação morfológica do modelo será transferida para a forma, de maneira que o morfe representante da categoria compartilhada no modelo torne-se um de seus segmentos e os demais são tratados como a base ou uma nova base é criada nos padrões do modelo. Segundo Bynon (1993, p. 35) exemplifica, quando o marcador de plural *-(e)s* foi transferido da classe de *stone* para

a classe de *wound*, este foi sufixado à única forma sobrevivente daquele paradigma, que foi reinterpretada como a base. De forma semelhante, em se tratando do número considerável de verbos fortes que migraram para a conjugação fraca, formas do passado em inglês, tais como *holp*, foram substituídas por novas formas regulares como *helped*, com base na seguinte análise do passado: “*base (idêntica ao radical do presente) + alveolar plosiva*”, sendo automática a seleção da alternância. Como resultado desse tipo de analogia, mais da metade dos verbos sobreviventes que eram originalmente fortes passaram para a conjugação fraca desde o período do inglês antigo.

Bynon (1993, p. 35) explica que esse processo pode ter ocorrido gradualmente, com formas fracas sendo primeiramente desenvolvidas e utilizadas ao lado das formas fortes durante um período de tempo e, por fim, substituindo-as. Poucas formas fortes sobreviveram como o caso do verbo *knew* (e não *knowed*). Em comparação, novas formações fortes são extremamente raras, embora existam. Este é o caso do verbo *to wear: wore, to spit: spat, to stick: stuck, to fling: flung, to dig: dug, to string: strung*, e regionalmente no inglês americano *to dive: dove*. Tais verbos seguem o padrão dos verbos comuns originalmente fortes. Pode-se acrescentar a esse contexto o fato de que a mudança analógica operou não apenas entre as conjugações forte e fraca, mas também dentro da classe de verbos fortes propriamente dita, de modo que os verbos fortes sobreviventes raramente mantiveram a mesma forma esperada com base em pistas puramente fonológicas de uma comparação entre formas correspondentes no inglês antigo.

Bynon (1993, p. 36) explica que, como consequência dessas mudanças analógicas na morfologia de substantivos e de verbos, houve uma mera redistribuição dos morfemas representantes de morfemas gramaticais específicos, ocasionando um declínio na incidência, ou seja, a frequência de ocorrência de morfemas irregulares. Ao mesmo tempo, houve uma pequena redução no número total de alomorfes representantes desses morfemas. Dessa forma, embora o genitivo em *-s* tenha sido generalizado para todos os substantivos em inglês e não haja mais o morfe zero como alternância, o plural em *-s*, por outro lado, ainda alterna com o morfe zero, *-n* e mudança de vogal em alguns casos, como, por exemplo, *sheep, oxen, women* e, assim, os alomorfes irregulares não foram completamente eliminados. Isso se aplica de forma igual no caso das formas verbais do passado no inglês. Resta ainda um número significativo de verbos

fortes e, conseqüentemente, o número total de alternantes do morfema de passado tem se mantido relativamente estável. Bynon (1993, p. 36) explica ainda que as mudanças não reduziram de forma substancial o número de regras necessárias para a formação do plural e do passado, não obstante tenham aumentado em grande escala a frequência dos alternantes regulares. Uma consequência mais decisiva dessas mudanças estaria no léxico, pois causaram uma redução substancial no número de raízes com alomorfa. Bynon (1993, p. 36) acrescenta que todos os itens lexicais transferidos para o padrão regular perderam seus alternantes irregulares e cada um veio a ser representado por um único morfe em seu paradigma. Os exemplos da formação de plural a seguir são os poucos substantivos que não levam o sufixo *-s*: *feet, teeth, geese, mice, lice, men, oxen, children*, etc. Paralelamente, os alternantes irregulares ainda desempenham um papel importante em relação aos verbos (cerca de 80 em uso atualmente). Bynon (1993, p. 36) identifica duas facetas da mudança analógica: por um lado, produz o efeito regularizador na gramática ao eliminar alternantes gramaticais irregulares ou, pelo menos, diminuir sua frequência de ocorrência; por outro, reduz o número total de itens lexicais irregulares na língua.

Também é possível observar a mudança analógica de outro ângulo, a partir de seus efeitos na alternância morfológica, isto é, de acordo com o número e a forma dos alomorfes (ou alternantes) de morfemas individuais em paradigmas flexionados e padrões derivacionais (/ki:p/ ~ /kep-/ em *keep*: *kept*, /gu:t/ ~ /gü:t-/ em *gut* “bom”: *Güte* “bondade”). Todos os casos de mudança analógica citados até o momento podem, sob esse ponto de vista, ser interpretados enquanto instâncias de nivelamento analógico, já que produziram o efeito de eliminar ou, ao menos, reduzir a alternância. Conforme Bynon (1993, p. 37), desde a sua transferência para a conjugação fraca, o verbo *help* passou a ter um único alternante *helped*, em vez de dois, representados por /help/ e /h-lp/. Ainda segundo a autora, tais casos de eliminação da alternância no léxico teriam um efeito regularizador na língua, visto que os verbos que foram para a conjugação fraca não necessitam mais ser listados para um tratamento separado no que se refere à formação do passado. Pode-se dizer o mesmo para o morfema plural dos substantivos: a substituição de *kine* por *cows* aumentou a incidência do morfe plural regular e eliminou um alternante do léxico. Bynon (1993, p. 37) completa que a alternância, em alguns casos, não é completamente eliminada, mas apenas reduzida, ou

seja, os alternantes se tornam mais similares sem, no entanto, alcançar uma identidade. Portanto, a palavra que designa “roda” no alemão protomoderno possuía os alternantes /ra:d-/ e /rat/, que no alemão atual são /ra:d-/ e /ra:t/.

Afirma Bynon (1993, p. 37) que a mudança analógica pode também aumentar a alternância, a qual nesse caso é possível de ser tratada como extensão analógica de uma alternância que ultrapassa o seu domínio original. Via de regra, essa seria a mudança mais rara das duas. Para dar um exemplo familiar, Bynon (1993, p. 37) cita o caso da difusão do *r* intrusivo em certas variedades do inglês britânico atual: (a) itens lexicais que apresentam uma alternância entre vogal em final de palavra e vogal + *r* antes de vogal (*car* /ka:/ ~ *car of* /ka:-r-əv/); e (b) itens lexicais que passaram a partilhar dessa alternância após o processo de mudança analógica (*law* /lɔ:/ ~ *law of* /lɔ:-r-əv/). A mudança analógica, portanto, criou a alternância utilizando *r* no caso de palavras que, ao longo de sua história, não tinham esse *r*. Bynon (1993, p. 37) cita também exemplos de difusão analógica no alemão, casos em que o marcador de plural em *-er* acompanhado de *Umlaut* (metafonia) era considerado como base apenas de uma pequena classe nuclear. O espalhamento do sufixo *-er* afetou um grande número de substantivos neutros cujas formas de plural eram idênticas às formas do singular. Através do modelo de certas formas antigas como *Kalb: Kälber* e *Lamm: Lämmer*, inúmeros plurais com *Umlaut* foram criados com substantivos neutros como *Wort: Wörter*, *Buch: Bücher*, *Kraut: Kräuter* e até com um pequeno número de substantivos masculinos como *Mann: Männer*, *Wald: Wälder*. Segundo Bynon (1993, p. 38), a afixação de *-er* vem sempre acompanhada pelo *Umlaut* na vogal da raiz, de forma que a alternância da raiz com *Umlaut* e sem *Umlaut* se estendeu a itens lexicais que previamente não tinham essa alternância, resultando no aumento da uniformidade na formação do plural e, também, na frequência da alternância no léxico. Bynon (1993, p. 38) explica que a alternância nos itens lexicais não teve um aumento expressivo, visto que vários desses substantivos já possuíam uma alternância com *Umlaut* com finalidades derivacionais, por exemplo, na formação de diminutivo ou de adjetivo em *-lich* ou *-ig*. Enquanto o *Umlaut* é totalmente previsível no caso do plural em *-er* (*Wort: Wörter*), já nos processos derivacionais sua ocorrência é imprevisível: *Wort, Wörtchen, wörtlich*, mas *Holz, Hölzchen, holzig*; e *Haus, häuslich*, mas *Gast, gastlich*, entre outros. Bynon (1993, p. 38) explica ainda que, enquanto a formação do plural implica automaticamente em alternância,

os processos derivacionais não necessariamente o fazem por ser de maior economia tratar cada processo morfológico como tendo uma regra de alternância ao invés de buscar atribuir uma regra para cada base lexical. Bynon (1993, p. 38) complementa dizendo, a respeito da extensão da alternância morfológicamente redundante, que considera, em termos de economia estrutural, um processo que não é de fácil explicação e, apesar desse caráter complexo, foi elevado ao *status* de princípio como uma forma mais completamente marcada que tende a se favorecer às custas de outras menos inteiramente marcadas.

Bynon (1993, p. 38) explica o fato de ter adotado a discussão sobre a morfologia flexional ao invés da morfologia derivacional. Comenta que, apesar das mudanças analógicas atingirem também a morfologia derivacional, isso ocorre em uma escala bastante limitada. Um dos motivos estaria no fato de que a alomorfa é uma regra menos claramente definida na morfologia derivacional, embora a mudança analógica pressuponha que alguma categoria semântica específica seja representada por dois ou mais elementos em competição, como, por exemplo, certos substantivos agentivos terminados em *-er* em alemão. Bynon (1993, p. 39) explica, ainda, que esse tipo de substantivo se espalhou na língua às custas de um tipo mais antigo que, após ser modificado pela mudança fonológica, seus membros se tornaram irreconhecíveis como classe. Para a representação da palavra *padeiro* em alemão, existia a forma *Beck*, que ainda sobrevive dialetalmente. Porém, foi substituída pelo substantivo agentivo *Bäcker*, formado a partir do verbo *backen* em analogia com pares de palavras como *fischen: Fischer* e *graben: Gräber*. Seguindo por um caminho paralelo, existem *Trinker, Geber* e *Helfer*, que substituíram as formas equivalentes mais antigas funcionalmente do antigo alto alemão: *trinko, gebo* e *helfo*. Segundo a autora, como resultado do processo de remodelamento e da produtividade contínua do sufixo *-er*, os substantivos agentivos que não se formaram com esse sufixo passaram a ser raros na língua alemã.

Bynon (1993, p. 39) afirma que os motivos pelos quais as mudanças analógicas ocorrem com menor frequência na morfologia derivacional do que na morfologia flexional devem ser investigados em diferenças gerais entre esses dois processos. As regras sintáticas de uma língua podem exigir que cada substantivo e verbo flexione para um específico número de categorias gramaticais, não existindo restrições comparáveis em relação a regras derivacionais: é geralmente imprevisível

se um derivado específico ocorrerá ou não na língua; porém terão de ser listadas no léxico todas as formas derivadas. Além disso, enquanto as categorias gramaticais operativas nas regras sintáticas tendem a formar pequenas classes relativamente fechadas, as categorias semânticas envolvidas na derivação de novos itens lexicais são, em geral, em grande número, e cada uma envolve constantemente somente uma quantidade limitada de bases. É necessário adicionar o fato de que, no interior de cada conjunto derivacional caracterizado por um padrão formal específico, a relação semântica entre a base e a derivada não é idêntica em todos os contextos. Bynon (1993, p. 39) explica que, em razão do seu papel lexical primordial e sua participação limitada na sintaxe, as regras derivacionais estão muito menos sujeitas à mudança analógica do que à mudança flexional, justamente pelo fato de os dois componentes parecerem atuar bastante diferentemente um do outro, de maneira que, com certa frequência, acontece de uma alternância herdada sobreviver entre a base e a derivada, embora seja eliminada no paradigma flexional.

### 3.3 A criação analógica

Bynon (1993, p. 40) explica que, se a mudança analógica é o mecanismo fundamental através do qual mudanças morfológicas de um idioma são atualizadas, a criação analógica é o mecanismo que permite a renovação de recursos lexicais e conceituais. Para a autora, praticamente toda inovação não resultante de empréstimo é motivada, ou seja, formada, via de regra, a partir de formas pré-existentes. É o caso de palavras como *measurable*, *reasonable*, *acceptable*, *agreeable*, *comfortable* e *profitable*, que foram emprestadas do francês e incorporadas ao inglês médio. A base dessas palavras sem o sufixo também foi emprestada e incorporada em substantivos (*measure*, *reason*), verbos (*accept*, *agree*) ou ambos (*comfort*, *profit*) e, por isso, *-able* pode ser considerado um morfe com a função “capaz de/para...” ou “capaz de ser...”. Esse padrão se tornou extremamente produtivo no inglês e, atualmente, a derivação *-able* é frequentemente utilizada para formar adjetivos, principalmente a partir de verbos (*eatable*, *drinkable*, *machine washable*, etc.). Segundo Bynon (1993, p. 40), uma possível razão para a popularidade desse padrão seria o fato de ele não provocar alternância morfológica na base. Exemplos mais modernos de criação analógica são os termos que nomeiam itens recentemente incorporados ao menu, como *beefburger*,

*cheeseburger*, *eggburger*, *baconburger* e até mesmo *burger*. Todos esses termos resultaram de uma nova segmentação e reinterpretação semântica da palavra *hamburger* (que, na verdade, vem de *Hamburg* “Hamburgo”; e não de *ham* “presunto”). Também servem de exemplo palavras como *townscape*, *seascape*, *beachscape* e *moonscape*, criadas a partir do modelo da palavra *landscape*.

Bynon (1993, p. 40) define como marginal a distinção entre mudança analógica e criação analógica. Para a autora, tal distinção é típica de uma abordagem da língua baseada em *corpus*, segundo a qual todas as formas encontradas devem ser analisadas e explicadas. Se, no entanto, a língua é considerada a partir do seu aspecto criativo, que opera na competência de um falante conforme determinadas regras, essa divisão perde significado, pois as mesmas regras que geraram formas pré-existentes podem facilmente dar origem a novas formas. A autora esclarece que, em um modelo de linguagem baseado em regras, a criação analógica pode ser facilmente explicada, seja a partir de regras sincrônicas existentes, seja a partir de regras suscetíveis de existir na língua. Novas palavras como *moonscape* são imediatamente compreendidas porque são baseadas em uma regra latente que explica a palavra *landscape*.

Bynon (1993, p. 40) afirma que a morfologia flexional e a derivacional representam as áreas da gramática em que se podem mais facilmente observar os efeitos do princípio da analogia. A aplicação de padrões para além do seu domínio original é, no entanto, bem comprovada na sintaxe. A autora apresenta como exemplo o verbo *lehren* (“ensinar”), do alemão. Na fase mais antiga dessa língua, utilizavam-se dois acusativos (*einen etwas lehren*, “ensinar alguém algo”), mas, no alemão atual, a pessoa que sofre a ação pode também aparecer no dativo (*einem etwas lehren*, “ensinar a alguém algo”), presumidamente conforme a analogia com um número grande de verbos de três partes que têm um objeto dativo (*einem etwas erzählen/zeigen/geben*, etc. “dizer, mostrar, dar a alguém algo”). Outro exemplo provém do declínio constante na frequência de objetos do caso genitivo. Ainda se diz em alemão padrão: *der Toten gedenken* (“recordar os mortos”), *einer Sache bedürfen* (“precisar de algo”). Os objetos que acompanham esses verbos estão no genitivo, mas esses casos são raros e muitos outros verbos que exigiam um objeto genitivo no passado o substituíram por um acusativo (*etwas vergessen/begehren/entbehren/geniessen* “esquecer, desejar, faltar, apreciar algo”).

## 4 Hipóteses de trabalho

A língua latina tinha 4 paradigmas de conjugação verbal, que foram reduzidos a 3 no italiano, no espanhol e no português. Entretanto, há uma especificidade que diferencia o primeiro dos dois últimos. A 3ª conjugação latina, em função do sistema acentual dessa língua, apresentava infinitivo rizotônico, em contraste com a 1ª, 2ª e 4ª com infinitivo arrizotônico de forma geral. No italiano, a 2ª e a 3ª conjugação latina fundiram-se formando a 2ª conjugação italiana, mantendo infinitivos arrizotônicos (paroxítonos) e rizotônicos (proparoxítonos), mas, no espanhol e no português, a fusão formando a 2ª conjugação respectiva resultou na manutenção de infinitivos apenas arrizotônicos (paroxítonos). Pode-se, assim, hipotetizar que *os participios passados rizotônicos no italiano estejam predominantemente na 2ª conjugação, diferentemente do espanhol e do português*, pois a manutenção de infinitivo rizotônico (proparoxítono) no primeiro deve ter favorecido a manutenção e a criação de participios passados rizotônicos nessa mesma língua.

Além disso, no latim, os participios passados rizotônicos eram muito raros e geralmente se tornaram arrizotônicos no latim vulgar: pode-se, por isso, hipotetizar que, *no italiano, no espanhol e no português, os participios passados rizotônicos da 1ª conjugação sejam predominantemente criações analógicas que constituem inovações românicas*.

## 5 Metodologia

Para realizar a análise comparativa dos participios passados rizotônicos no italiano, no espanhol e no português, foi feita uma coleta de dados a fim de constituir um *corpus* a partir do qual se possam realizar interpretações para o tema.

O *corpus* para análise foi formado a partir de consulta a diferentes gramáticas de cada língua em questão.<sup>1</sup> Para avaliar a hipótese relativa às

---

<sup>1</sup> Italiano: Peccianti (1993); Diaco e Kraft (2003); Conforti e Cusimano (2005); Chiuchiù, Fazi e Bagianti (2007); Bailini e Consonno (2004); Marin e Magnelli (2010); Nocchi (2011); Birello e Vilagrassa (2012); Chiuchiù e Chiuchiù (2012); Trifone e Palermo (2014) / Espanhol: Real Academia Española (1928); Ballesteros e Sordo (2005); Martins e Pacheco (2005); Raya *et al.* (2005); Moreno *et al.* (2007); Ainciburu *et al.* (2011); Torrego (2011) / Português: Pereira (1945); Reis (1978); Lobato (1999); Cunha e Cintra (2007); Bechara (2009); Cunha (2010); Perini (2010).

inovações românicas fez-se necessário relacionar as formas de participio passado nas línguas românicas em questão com as formas latinas.

Mais concretamente, a coleta de dados foi feita com o registro de todas as formas de participio passado rizotônico e respectivos infinitivos apresentados nas obras consultadas para o italiano, o espanhol e o português; e com a identificação da forma etimológica latina relacionada às formas românicas registradas.

## 6 Descrição e discussão dos dados

### 6.1 Visão geral

Com base no método de coleta de dados descrito, foi possível constituir uma lista de 247 itens relevantes.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a *existência de formas correlatas entre as três línguas românicas consideradas*. Em 194 casos (78,5%), há forma correlata em italiano, em espanhol e em português (p. ex., it. *muovere/mosso*; esp./port. *mover/movido*). Em 10 casos (4%), há apenas entre italiano e português (p. ex., it. *aggiungere/aggiunto*; port. *adjungir/adjungido*). Em 27 casos (10,9%), apenas entre espanhol e português (p. ex., esp. *encubrir/encubierto*; port. *encobrir/encoberto*). Em 10 casos (4%), há forma relevante apenas no italiano (p. ex., it. *uccidere/ucciso*). E, por fim, em 6 casos (2,4%), há forma relevante apenas no português (p. ex., port. *safar/safado-safo*).

Um segundo aspecto é a questão da *existência de correspondência com forma infinitiva latina dicionarizada*. Convém esclarecer que, em relação a esse aspecto, há duas possibilidades: correspondência plena (as formas das três línguas românicas têm correspondência com uma forma latina dicionarizada, como lat. *vidēre/visum*, it. *vedere/visto-veduto* e esp./port. *ver/visto*) ou correspondência parcial (uma ou duas línguas românicas têm correspondência com uma forma latina dicionarizada, mas a(s) outra(s) não, como lat. *fīnīre/finitum*, it. *finire/finito* e esp. *finir/finido* mas port. *findar/findado*, com forma infinitiva hipotética *\*finitāre* derivada do participio passado *finitum*). Os resultados podem ser melhor visualizados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Tipos de correspondência das formas infinitivas do *corpus*

Tipo de correlação	Com correspondência latina plena	Com correspondência latina parcial	Sem correspondência latina	Total
I-E-P	154	8	32	194
I-P	9	0	1	10
E-P	10	0	17	27
I	7	0	3	10
P	2	0	4	6
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>8</b>	<b>57</b>	<b>247</b>

Legenda: I = italiano, E = espanhol, P = português. A correção I-E-P significa que existência de formas correlatas nas três línguas em questão; já I-P e E-P significam existência dessa correlação entre apenas cada uma das duas em questão; por fim, I e P indicam formas privativas da língua em questão.

Uma primeira questão que se pode avaliar é se os participios passados rizotônicos românicos têm relação com o seu paradigma de conjugação. Como foi sugerido na primeira hipótese de trabalho deste estudo, o italiano teria mais participios passados rizotônicos na 2ª conjugação do que o espanhol e o português por ter mantido infinitivos rizotônicos nessa conjugação.

Tabela 2 – Participios passados rizotônicos românicos por paradigma de conjugação<sup>2</sup>

Conjugação	Idioma		
	Italiano	Espanhol	Português
1ª conjugação	6 (4%)	8 (12,5%)	77 (36,6%)
2ª conjugação (infinitivo arizotônico)	4 (2,7%)	33 (51,6%)	66 (31,4%)
2ª conjugação (infinitivo rizotônico)	122 (81,9%)	–	–
3ª conjugação	17 (11,4%)	23 (35,9%)	67 (31,9%)
<b>Total</b>	<b>149 (100%)</b>	<b>64 (100%)</b>	<b>210 (100%)</b>

<sup>2</sup> Em seis casos do português, há dois participios passados rizotônicos: *aceitar/aceitado-aceito-aceite*; *cativar/cativado-cativo-capto*; *cozer/cozido-cozeito-coito*; *assentar/assentado-assento-assente*; *extremar/extremado-extreme-extremo*.

Os dados da Tabela 2 acima confirmam a hipótese de que o italiano tem mais participios passados rizotônicos na 2ª conjugação do que o espanhol e o português. Isso serve de evidência para o postulado de que o italiano apresenta mais participios passados rizotônicos na 2ª conjugação porque manteve infinitivos rizotônicos.

A tabela permite verificar, no entanto, que, embora o italiano tenha mais participios passados rizotônicos na 2ª conjugação, não é, dentre as línguas analisadas, a que mais apresenta esse tipo de forma, mas sim o português.

Levando adiante a discussão dos dados, convém salientar que há três tipos relevantes de situação para a análise das línguas românicas: presença apenas de participio passado arrizotônico (A), apenas de rizotônico (R) ou de dois ou mais participios, caso em que geralmente há um arrizotônico e outro(s) rizotônico(s) (AR)<sup>3</sup>. O cruzamento desse aspecto com a tabela acima permitirá verificar qual é a relação entre os participios passados arrizotônicos latinos e românicos.

---

<sup>3</sup> É raro no *corpus* caso de dois participios passados arrizotônicos ao lado de um rizotônico. Há apenas o seguinte caso no português: *absolver/absolvido-absoluto-absolto*. Dados como o do português *manter/mantido-manteúdo* não fazem parte do *corpus* por não apresentarem participios passados rizotônicos.

Tabela 3 – Formas de participio passado do *corpus* com correspondência latina plena

Tipo de correlação	Forma de participio				Total	
	Lat.	It.	Esp.	Port.		
I-E-P	A	A	A	AR	22	154
	A	A	AR	AR	2	
	A	A	R	A	1	
	A	A	R	AR	1	
	A	AR	R	AR	1	
	A	R	R	A	2	
	A	R	R	AR	2	
	R	A	A	AR	7	
	R	A	A	R	2	
	R	A	AR	AR	2	
	R	AR	A	AR	3	
	R	R	A	A	19	
	R	R	A	AR	56	
	R	R	AR	A	1	
	R	R	AR	AR	14	
	R	R	AR	R	1	
	R	R	R	AR	6	
	R	R	R	R	12	
I-P	R	A	–	AR	1	9
	R	R	–	A	2	
	R	R	–	AR	6	
E-P	A	–	A	AR	6	10
	A	–	AR	AR	1	
	R	–	A	AR	2	
	R	–	R	R	1	
I	R	AR	–	–	1	7
	R	R	–	–	6	
P	R	–	–	AR	2	2
<b>Total</b>						<b>182</b>

A tabela acima evidencia que a história dos participios passados rizotônicos românicos é bastante complexa, uma vez que os padrões resultantes no caso de formas infinitivas com correspondência latina plena são muito variados.

Para responder à questão da relação entre os participios passados rizotônicos latinos e românicos, é necessário extrair dados da referida Tabela 3. Considerando os 154 itens do padrão I-E-P, verifica-se que há 123 itens em que já no latim havia participio passado rizotônico (cf. categorias com R na coluna do latim).

Nesses 123 itens com participípio passado latino rizotônico, em 90 tem-se efetivamente apenas a continuação histórica (com as respectivas mudanças fônicas) da forma latina rizotônica no italiano (p. ex., lat. *tingĕre/tinctum* e it. *tingere/tinto*). Em 19 há apenas forma rizotônica italiana diferente da latina (p. ex., lat. *prævidĕre/provisum* e it. *prevedere/previsto*). Em 3, tem-se no italiano a continuação histórica da forma latina rizotônica e também a criação de uma nova forma arrizotônica (p. ex., lat. *insĕrĕre/insertum* e it. *inserire/inserto-inserto*). Em 11, há a substituição da forma rizotônica latina por uma arrizotônica no italiano (p. ex., lat. *vĕnĭre/ventum* e it. *venire/venuto*).

Enfim, de 123 casos de participípio passado rizotônico no latim, 93 (75,6%) tiveram continuação histórica no italiano (sozinhos ou com forma arrizotônica paralela), o que permite dizer que o italiano apresenta alta taxa de retenção de participípios passados rizotônicos de origem latina.

Nos referidos 123 itens com participípio passado latino rizotônico, em 16 tem-se efetivamente apenas a continuação histórica (com as respectivas mudanças fônicas) da forma latina rizotônica no espanhol (p. ex., lat. *rŭmpĕre/ruptum* e esp. *romper/roto*). Em 2 há apenas forma rizotônica espanhola diferente da latina (p. ex., lat. *prævidĕre/provisum* e esp. *prever/previsto*). Em 16, tem-se no espanhol a continuação histórica da forma latina rizotônica e também a criação de uma nova forma arrizotônica (p. ex., lat. *tingĕre/tinctum* e esp. *teñir/teñido-tinto*). Em 87, há a substituição da forma rizotônica latina por uma arrizotônica (p. ex., lat. *vĕnĭre/ventum* e it. *venir/venido*). Em 2 há uma forma rizotônica espanhola diferente da latina e ainda a criação de uma nova forma arrizotônica (p. ex., lat. *extendĕre/extentum* e esp. *extender/extenso-extendido*).

Enfim, de 123 casos de participípio passado rizotônico no latim, 32 (26%) tiveram continuação histórica no espanhol (sozinhos ou com forma arrizotônica paralela), o que permite dizer que o espanhol apresenta baixa taxa de retenção de participípios passados rizotônicos de origem latina.

Nos referidos 123 itens com participípio passado latino rizotônico, em 11 tem-se efetivamente apenas a continuação histórica (com as respectivas mudanças fônicas) da forma latina rizotônica no português (p. ex., lat. *sătisfăcĕre/satisfactum* e port. *satisfazer/satisfeito*). Em 4 há apenas forma rizotônica portuguesa diferente da latina (p. ex., lat. *prævidĕre/provisum* e port. *prever/previsto*). Em 83, tem-se no português a continuação histórica da forma latina rizotônica e também a criação de uma nova forma

arrizotônica<sup>4</sup> (p. ex., lat. *tingĕre/tinctum* e port. *tingir/tingido-tinto*). Em 20, há a substituição da forma rizotônica latina por uma arrizotônica (p. ex., lat. *mōvēre/motum* e port. *mover/movido*). Em 5 há forma rizotônica portuguesa diferente da latina e ainda a criação de uma nova forma arrizotônica<sup>5</sup> (p. ex., lat. *tendĕre/tentum* e port. *tender/tenso-tendido*).

Enfim, de 123 casos de participio passado rizotônico no latim, 94 (76,4%) tiveram continuação histórica no português (sozinhos ou com forma arrizotônica paralela), o que permite dizer que o português também apresenta alta taxa de retenção de participios passados rizotônicos de origem latina.

Os dados apurados acima mostram uma situação curiosa: espanhol tem baixa taxa de retenção de participios passados rizotônicos de origem latina (26%), mas italiano e português apresentam alta taxa (respectivamente, 75, 6% e 76,4%); no entanto, italiano e português se diferenciam quanto à situação da forma rizotônica de origem latina: no primeiro, é predominantemente como participio único (90/123 = 73,2%), mas, no segundo, o é com mais de um participio (83/123 = 67,5%), geralmente duplo e eventualmente triplo.

Veja-se agora a relação entre os participios passados arrizotônicos latinos do *corpus* e os românicos correspondentes. Considerando os 154 itens do padrão I-E-P, verifica-se que há 31 em que já no latim havia participio passado arrizotônico (cf. categorias com A na coluna do latim).

No italiano, em 26 itens há apenas a forma arrizotônica: nesses casos tem-se efetivamente a continuação histórica da forma latina (p. ex., lat. *acceptāre/acceptatum* e it. *accettare/accettato*). Em 4 itens há participio passado arrizotônico no latim e há rizotônico no italiano (p. ex., lat. *absolvĕre/absolutum* e it. *assolvere/assolto*). Em 1, tem-se no italiano a continuação histórica da forma latina arrizotônica e também a criação de uma nova forma rizotônica (p. ex., lat. *volvĕre/volūtum* e it. *volgere-volvere/voluto-volto*).

No espanhol, em 22 itens há apenas forma arrizotônica: nesses casos tem-se efetivamente a continuação histórica da forma latina (p. ex., lat. *acceptāre/acceptatum* e esp. *aceptar/aceptado*). Em 7, há a

<sup>4</sup> Em um caso a mesma forma rizotônica latina deu origem a duas rizotônicas portuguesas: lat. *nasci/natus* e port. *nascido/nado-nato*. A forma *nato* sugere possível origem erudita para alguns rizotônicos.

<sup>5</sup> Em um caso, há uma arrizotônica e ainda duas formas rizotônicas no português, todas distintas da latina: lat. *coquĕre-cōcĕre/coctum* e port. *cozer/cozido-cozeito-coito*.

substituição da forma arrizotônica latina por uma rizotônica (p. ex., lat. *absolvĕre/absolutum* e esp. *absolver/absuelto*). Em 2, tem-se a continuação histórica da forma latina arrizotônica e também a criação de uma nova forma rizotônica (p. ex., lat. *māñifestāre/manifestatum* e esp. *manifestar/manifestado-manifiesto*).

No português, em 24 itens tem-se a continuação histórica da forma latina arrizotônica e também a criação de uma nova forma rizotônica<sup>6</sup> (p. ex., lat. *māñifestāre/manifestatum* e port. *manifestar/manifestado-manifiesto*). Em 1, tem-se a continuação histórica da forma latina arrizotônica e também a criação de uma nova forma arrizotônica e outra rizotônica (p. ex., lat. *absolvĕre/absolūtum* e port. *absolver/absoluto-absolvido-absolto*). Em 3, tem-se a criação de uma nova forma arrizotônica e outra rizotônica (p. ex., lat. *involvĕre/involūtum* e port. *envolver/envolvido-envolto*). Em 4 tem-se a continuação histórica da forma latina arrizotônica e também a criação de uma outra forma arrizotônica (p. ex., lat. *devolvĕre/devolūtum* e port. *devolver/devoluto-devolvido*).

Os dados apurados acima mostram um padrão comum: as três línguas apresentam alta taxa de retenção de participios passados arrizotônicos de origem latina (italiano, 27/31 = 87,1%; espanhol, 24/31 = 77,4%; português, 29/31 = 93,5%), embora o português apresente a mais alta taxa de retenção.

Não se fará aqui análise pormenorizada das demais categorias (I-P, E-P, I e P) do *corpus* com correspondência latina plena, porque apresentam muito poucos dados, tornando desaconselháveis as generalizações. O mesmo se aplica aos poucos casos de correspondência latina parcial da categoria I-E-P. Embora não sejam analisados detidamente aqui, sua existência é digna de nota para salientar a complexidade da evolução histórica dos participios passados latinos para as línguas românicas.

Uma vez discutidos os dados referentes aos participios passados latinos rizotônicos e arrizotônicos nos casos de presença de forma correlata no italiano, no espanhol e no português com correspondência latina plena, podem-se considerar esses aspectos em casos sem correspondência latina, conforme a tabela abaixo:

---

<sup>6</sup> Em dois casos, há uma arrizotônica herdada e ainda duas formas rizotônicas no português, ambas distintas da latina: lat. *acceptāre/acceptatum* e port. *aceitar/aceitado-aceito-aceite*; lat. *captivāre/captivatum* e port. *cativar/cativado-cativo-capto*.

Tabela 4 – Formas de particípio passado do *corpus* sem correspondência latina

Tipo de correlação	Idiomas	Forma de particípio			Total	
		It.	Esp.	Port.		
I-E-P	IT./ESP./PORT.	A	A	AR	18	
		A	AR	AR	1	
		A	R	AR	1	
		R	A	AR	1	
		R	A	A	1	
		AR	AR	AR	1	
		R	R	AR	2	
	R	R	R	5		
	IT. × ESP./PORT.	R	A	A	1	
		A	A	AR	1	
I-P	IT./ PORT.	R	–	AR	1	1
E-P	ESP./PORT.	–	A	AR	10	
		–	AR	AR	5	
		–	R	R	2	
I	IT.	R	–	–	1	
		A	–	–	2	
P	PORT.	–	–	AR	4	4
<b>Total</b>						<b>57</b>

Novamente, os dados mostram como a história dos particípios passados rizotônicos românicos é complexa, uma vez que os padrões resultantes no caso de formas infinitivas sem correspondência latina são muito variados.

Quando se levam em conta as três línguas românicas em questão, há 32 dados pertinentes. Em 30 deles, parece claro que as formas românicas têm, para cada caso, a mesma origem. Essa convergência na origem parece apontar para a existência de uma mesma forma latina de origem não documentada, embora não seja impossível haver casos de inovação comum. A etimologia das formas românicas apresentada nas obras consultadas assume, por vezes, a hipótese de origens diversas com resultados comuns: p. ex., a forma infinitiva latina *complēre* não é postulada como fonte direta para as formas românicas correspondentes (it. *completare*; esp./port. *completar*), pois, para o italiano, atribui-se

como fonte a forma francesa *compléter* e, para o espanhol e português, uma derivação sufixal a partir da forma românica *completo*. Por que não se atribuiu a derivação como fonte para as três? De forma geral, os itens em questão situam-se na 1ª conjugação (23 casos do italiano, 21 do espanhol e 20 do português)<sup>7</sup>. Sendo assim, seria de esperar que os participípios passados românicos respectivos fossem essencialmente arrizotônicos (como é comum nesse paradigma). Entretanto, não é isso que se constata, a partir da análise dos dados.

No padrão I-E-P/ IT.-ESP.-PORT./A-A-R, de 18 itens, 17 são da 1ª conjugação nas três línguas: no italiano e no espanhol, há, como esperado, apenas formas arrizotônicas, mas no português há também em todos eles uma forma rizotônica<sup>8</sup>: p. ex., it. *situare/situato*, esp. *situar/situado* e port. *situar/situado-sito*. No padrão I-E-P/ IT.-ESP.-PORT./A-AR-R, o único item é de 1ª conjugação: no italiano há, como esperado, forma arrizotônica, mas no espanhol e no português há também uma forma rizotônica: p. ex., it. *giuntare/giuntato* e esp./port. *juntar/juntado-junto*. No padrão I-E-P/ IT.-ESP.-PORT./AR-AR-AR, o único item é de 1ª conjugação: no italiano, no espanhol e no português há uma forma arrizotônica e outra rizotônica: p. ex., it. *confessare/confessato-confesso*, esp. *confesar/confesado-confeso* e port. *confessar/confessado-confesso*. Esses dados, à primeira vista, sugeririam que os participípios passados rizotônicos não seriam simplesmente resquícios latinos: são frutos de processos românicos de formação. Mas, nos três exemplos acima, as formas rizotônicas em questão apresentam correspondência com os participípios latinos das formas que serviram de base para os derivados românicos: o verbo latino *sinĕre* tinha como participípio passado *situm* (fonte para os infinitivos românicos correspondentes formados por derivação sufixal); *iungĕre* tinha participípio *iunctum*; e *confĭtĕri* tinha participípio passado *confessus sum*.

Essa correspondência sugere, então, uma nova linha de análise: seriam todos os participípios passados rizotônicos românicos simplesmente

<sup>7</sup> A diferença no número de casos em questão se deve ao fato de um mesmo verbo correlato se situar em diferentes conjugações românicas: cf. it. *morire* e esp. *morir* (3ª conj.) x port. *morrer* (2ª conj.); it. *contraffare* (1ª conj.) x esp. *contrahacer* e port. *contrafazer* (2ª conj.).

<sup>8</sup> Em um dos casos do português, há duas rizotônicas: *extremar/extremado-extreme-extremo*.

heranças latinas, ou seja, mesmo que não fossem herança do verbo que teve continuação histórica nas línguas românicas, seriam de outros verbos que desapareceram, mas deram origem a derivados (tratar-se-ia, portanto, de casos de supletivismo<sup>9</sup>). Para avaliar essa nova hipótese, convém verificar a etimologia de todos os participípios passados rizotônicos românicos da base de dados deste estudo.

Dos 247 itens do *corpus*, 214 têm dados referentes ao italiano (categorias I-E-P, I-P e I, independentemente do tipo de correspondência com o latim). Dentre esses 214, 149 apresentam uma ou mais formas rizotônicas (144 com apenas forma rizotônica e 5 com forma rizotônica e forma arrizotônica). Desses 149 itens, em 104 casos o participípio passado rizotônico italiano deriva claramente do participípio passado rizotônico latino correspondente (p. ex., lat. *risum* e it. *riso*). Os demais 45 podem ser distribuídos em 6 grupos.

O primeiro grupo (7 itens), todos com correspondência latina, se refere aos relacionados ao participípio passado arrizotônico latino da 3ª conjugação de tema em *ū*: lat. *absolūtum* e it. *assolto*; lat. *devolūtum* e it. *devolto*; lat. *dissolūtum* e it. *dissolto*; lat. *exsolūtum* e it. *sciolto*; lat. *resolūtum* e it. *risolto*; lat. *revolūtum* e it. *rivolto*; lat. *volūtum* e it. *volto*. Para esse grupo, Grandgent (1933, p. 154) sugere ter havido uma reestruturação: *volūtus* > *volvītus* > *volto*. Embora o autor não o tenha dito de forma explícita, infere-se que o verbo de 3ª conjugação de tema em *ū* tenha sido reestruturado como de tema em consoante (cf. lat. *compōnēre/compositum*).

O segundo grupo (19 itens, alguns com correspondência latina e outros não), refere-se aos relacionados à generalização dos morfemas de participípios *-to* e *-so*. São formas com correspondência no latim: lat. *accorruptum* e it. *accorto*; lat. *collectum* e it. *colto*; lat. *convulsum* e it. *convelto*; lat. *remansum* e it. *rimasto*; lat. *responsum* e it. *risposto*; lat. *surrectum* e it. *sorto*; lat. *visum* e it. *visto*; lat. *prævisum* e it. *previsto*; lat. *provisum* e it. *provvisto*; lat. *attentum* e it. *atteso*; lat. *motum* e it. *mosso*; lat. *remotum* e it. *rimosso*; lat. *redditum* e it. *reso*; lat. *subtentum* e it. *sotteso*; lat. *perditum* e it. *perso*. Formas sem correspondência no

<sup>9</sup> Supletivismo é um processo em que um paradigma acolhe formas de outro paradigma: na história do português, um caso clássico é o do verbo *ir* que apresenta formas derivadas dos verbos latinos *ire*, como port. *ides* (< lat. *itis*), e do *vadere*, como port. *vou* (< lat. *vado*).

latim: it. *scegliere/scelto* da hipotética latina *ex + elīgĕre/electum*; it. *nascondere/nascosto* derivaria da forma hipotética latina *in + abscondĕre/absconditum*; o it. *offrire/offerto* da hipotética latina *offerire*, relacionada à forma latina *offĕrre/oblatum*; *soffrire/sofferto* da hipotética latina *sufferire*, relacionada à forma latina *suffĕrre/sustentum*. Grandgent (1933, p. 154) esclarece que os participios dos tipos *-so* e *-to* sofreram extensão: *abscondĭtus > asconso/ascosto*; *mōtus > moſso*; *quaesĭtus > chieſto*; *latus > toſto*; *vĭsus > viſto* (e *veduto*). No latim, a forma básica de participio era *\*to*, mas, quando a raiz do verbo terminava em dental, havia um processo fônico que o transformava em *\*so*: cf. *ridere/risum* (< *\*rid-tos*) (ERNOUT, 1953, p. 226). Ainda no latim, houve um processo de generalização dessa segunda forma para verbos que não tinham dental na raiz (cf. *mergĕre/merſum*, *fallĕre/falſum*, etc.). Essa generalização é uma mudança analógica, pois toma o paradigma dos verbos de raiz em consoante e o estende para outros paradigmas. Veja-se que, neste caso, a analogia não estaria diminuindo subparadigmas, mas apenas transferindo do paradigma em *-to* para o paradigma em *-so*, apesar de aquele ser muito mais generalizado do que este. Haveria efetiva regularização se todos os verbos pertinentes (3ª conjugação latina/2ª conjugação italiana) terminados em dental tivessem adotado o morfema *-so*, o que não aconteceu: há verbos com *-so* sem dental (it. *comprimere/compresso*) e com dental sem *-so* (it. *pendere/penduto*).

O terceiro grupo (2 itens), com correspondência latina, refere-se aos relacionados originariamente a adjetivos no latim: lat. *tensum* (adj.) e it. *teso*; e lat. *extensum* (adj.) e it. *esteso*.

O quarto grupo (3 itens), sem correspondência latina, refere-se a casos de supletivismo (incorporação de participios de outros verbos): lat. *confĭtĕri/confessus sum*, mas it. *confessare* (infinitivo diferente do latino)/*confesso* (participio igual ao latino); lat. *mōri/mortus sum*, mas it. *morire/morto*; e lat. *requirĕre/requisitum*, mas it. *acquisire/acquisito*. É de se notar que neste grupo as formas infinitivas derivadas inovadoras têm como base o infinitivo que está associado ao participio que adota.

O quinto grupo (7 itens), sem correspondência latina, são derivados prefixais de formas com correspondência latina: it. *contraffatto*, *disfatto* e *rifatto* (cf. lat. *factum* e it. *fatto*); it. *riaperto* (cf. lat. *apertum*

e it. *aperto*); it. *disdetto* (cf. lat. *dictum* e it. *detto*); it. *sorpreso* (cf. lat. *presum* e it. *preso*); e it. *disinvolto* (cf. lat. *volūtum* e it. *voluto-volto*)<sup>10</sup>.

O sexto grupo (7 itens), todos com correspondência latina, se refere aos relacionados ao particípio passado arrizotônico latino da 3ª conjugação de tema em consoante com raiz terminada em *-k*: lat. *convictum* e it. *convinto*; lat. *depictum* e it. *dipinto*, lat. *expictum* e it. *spinto/spento*; lat. *fictum* e it. *finito*; lat. *victim* e it. *vinto*, lat. *refractum* e it. *rifranto*<sup>11</sup>. Não há informação sobre esse grupo em Grandgent (1933), mas pode-se hipotetizar que tenha sofrido influência de outro processo: em vez de o grupo *-kt-* resultar em *-tt-* como era a regra geral (cf. lat. *fricum* e it. *fritto*), resultou em *-nt-* como era regra geral para o grupo *-nkt-* de origem (lat. *tinctum* e o it. *tinto*).

Em síntese, embora a grande maioria dos particípios rizotônicos italianos seja efetivamente herança de particípios latinos correspondentes (104/149 = 69,8%), os demais (45/149 = 30,1%) não o são. Entretanto, grande parte desses 45 itens no italiano apresenta particípio passado rizotônico originado de particípio passado rizotônico latino diferente, tendo sido modificado por processos analógicos (como generalização de *-to* e *-so*, derivação prefixal, etc.) ou adotado por supletivismo (de adjetivos e de particípios de outros verbos latinos): apenas 7 itens (os de 3ª conjugação de tema em *ū*) eram originariamente arrizotônicos. Pode-se dizer, portanto, que, no italiano, quase todas as formas rizotônicas têm origem latina, sejam as herdadas das correspondentes latinas (as que passaram apenas por mudanças fonéticas) sejam as não herdadas das correspondentes latinas (as que passaram por processo analógico ou foram tomadas de outros paradigmas ou classes).

Dos 247 itens do *corpus*, 221 tem dados referentes ao espanhol (categorias I-E-P e E-P, independentemente do tipo de correspondência com o latim). Dentre esses 221, 64 apresentam uma ou mais formas

<sup>10</sup> A derivação desse verbo a partir do it. *involvere* coloca problemas: se derivação é simplesmente prefixação, então o particípio derivado deveria ser *\*desinvolto* e não *desenvolto* (cf. it. *involvere/involto*)... Exceto se houve uma forma rizotônica *\*involto* não documentada pelos gramáticos consultados.

<sup>11</sup> O verbo *rifrangere* do italiano apresenta dois particípios passados rizotônicos: *rifratto* e *rifranto*. O primeiro apresenta a forma fonética esperada para a evolução a partir do lat. *refractum*; já o segundo apresenta uma nasal inesperada, interpretada aqui como fruto de influência dos particípios rizotônicos com *-nt-*. Assinale-se, porém, que os demais casos de influência têm como vogal tônica *i* enquanto a forma em questão tem *a*.

rizotônicas (36 com apenas forma rizotônica e 28 com forma rizotônica e forma arrizotônica). Desses 64 itens, em 33 casos o particípio passado rizotônico espanhol deriva claramente do particípio passado rizotônico latino correspondente (p. ex., lat. *attentum* e esp. *atento*). Os demais 31 podem ser distribuídos em 6 grupos.

O primeiro grupo (8 itens), todos com correspondência latina, se refere aos relacionados ao particípio passado arrizotônico latino da 3ª conjugação de tema em *ū*: lat. *solūtum* e esp. *suelto*<sup>12</sup>; lat. *absolūtum* e esp. *absuelto*; lat. *resolūtum* e esp. *resuelto*; lat. *volūtum* e esp. *vuelto*; lat. *devolūtum* e esp. *devuelto*; lat. *involutum* e esp. *envuelto*; lat. *revolūtum* e esp. *revuelto*. Segundo Lloyd (1993, p. 500-501), a influência de alguns verbos sobre outros conduziu à criação analógica de novos particípios no latim tardio: “os particípios arrizotônicos VOLŪTUS (VOLVERE ‘dar volta’) e SOLŪTUS (< SOLVERE ‘soltar, liberar’) também foram substituídos por outros com acento no radical que deram *vuelto* e *suelto*” (tradução minha).

O segundo grupo (3 itens), todos com correspondência latina, se refere aos relacionados à generalização dos morfemas de particípios *-to*: lat. *visum* e esp. *visto*; lat. *provisum* e esp. *provisto*; e lat. *prævisum* e esp. *previsto*. Segundo Lloyd (1993, p. 500-501), a influência de alguns verbos sobre outros também seria a causa dessas substituições: “o lat. cl. VĪSUS (VIDĒRE ‘ver’) deve ter sido substituído por \*VĪSTUS > *visto*” (tradução minha).

O terceiro grupo (3 itens), com correspondência latina, refere-se aos relacionados originariamente a adjetivos no latim: lat. *extensum* (adj.) e esp. *extenso* (part. pas.); lat. *manifestus* (adj.) e esp. *manifesto* (part. pas.); lat. *salvus* (adj.) e esp. *salvo* (part. pas.).

O quarto grupo (6 itens), sem correspondência latina, refere-se a casos de supletivismo: lat. *confitēri/confessus sum*, mas esp. *confesar* (infinitivo diferente do latino)/*confesso* (particípio igual ao latino); lat. *mōri/mortus sum* e esp. *morire/morto*; lat. *eximĕre/exemptum* e esp. *exentar/exento*; lat. *farĕre/fartum* e esp. *hartar/harto*; lat. *iungĕre/iunctum* e esp. *juntar/junto*; e lat. *sĕpĕlĭre/sepultum* e esp. *sepultar/sepulto*. É de se notar que, neste grupo, as formas infinitivas derivadas inovadoras geralmente têm como base o infinitivo que está associado ao particípio que adota.

<sup>12</sup> O particípio espanhol *suelto* vincula-se a dois verbos nessa língua (*solver* e *soltar*), sendo computado como referente a 2 itens.

O quinto grupo (10 itens), sem correspondência latina, são derivados prefixais de formas com correspondência latina: esp. *contrahecho*, *deshecho* e *rehecho* (cf. lat. *factum* e esp. *hecho*); esp. *reabierto* e *entreabierto* (cf. lat. *apertum* e esp. *abierto*); esp. *encubierto* (cf. lat. *coopertum* e esp. *cubierto*); e esp. *disdicho* (cf. lat. *dictum* e esp. *dicho*); esp. *bienquisto* e *malquisto* (cf. lat. *quæsitum*), esp. *desenvuelto* (cf. lat. *involutum* e esp. *envuelto*).

O sexto grupo (1 item), sem correspondência latina, é um caso mais complexo: o esp. *despertar/despierto* derivaria de uma suposta base (\**espertar*/\**espierto*) que não se verifica no espanhol, logo seria um caso de derivação prefixal no próprio latim, da forma hipotética latina *dis* + *expergĩscẽre/expergĩtum*, com conseqüente perda da base.

Em síntese, embora aproximadamente metade dos participípios rizotônicos espanhóis seja efetivamente herança de participípios latinos correspondentes (33/64 = 51,6%), os demais (31/64 = 48,4%) não o são. Entretanto, grande parte desses 31 itens no espanhol apresenta participípio passado rizotônico originado de participípio passado rizotônico latino diferente, tendo sido modificado por processos analógicos (como generalização de *-to* e *-so*, derivação prefixal, etc.) ou adotado por supletivismo (de adjetivos e de participípios de outros verbos latinos): apenas 8 itens (de 3ª conjugação de tema em *ũ*) eram originariamente arrizotônicos. Pode-se dizer, portanto, que, no espanhol, quase todas as formas rizotônicas têm origem latina, sejam as herdadas das correspondentes latinas (as que passaram apenas por mudanças fonéticas) sejam as não herdadas das correspondentes latinas (as que passaram por processo analógico ou foram tomadas de outros paradigmas ou classes).

As principais diferenças entre o italiano e o espanhol estão no fato de aquele ter generalização dos morfemas de participípios *-so* mas este não, e ainda no fato de aquele ter mudança analógica que determinou uma evolução fônica não prevista (*-kt-* > *-nt-*) mas este não.

Dos 247 itens do *corpus*, 237 têm dados referentes ao português (categorias I-E-P, I-P, E-P e P). Dentre esses 237, 210 apresentam uma ou mais formas rizotônicas (23 com apenas forma rizotônica e 187 com forma rizotônica e forma arrizotônica<sup>13</sup>). Desses 210 itens, em 111 casos o

<sup>13</sup> Em 7 casos, há 3 formas de participípio passado: (a) com correspondência latina: lat. *captivãre/captivatum* e port. *cativar/cativado-cativo-capto*; lat. *absolvẽre/absolutum* e port. *absolver/absolvido-absoluto-absolto*; lat. *coquẽre-cõcẽre/coctum* e port. *cozer/*

particípio passado rizotônico do português deriva claramente do particípio passado rizotônico latino (p. ex., lat. *possessum* e port. *possesso*). Os demais 109 itens podem ser distribuídos em 8 grupos.

O primeiro grupo (6 itens), alguns com correspondência latina, se refere aos relacionados ao particípio passado arrizotônico latino da 3ª conjugação de tema em *ū*: lat. *solūtum* e port. *solto*; lat. *absolūtum* e port. *absolto*; lat. *volūtum* e port. *volto*<sup>14</sup>; lat. *involutum* e port. *envolto*; e lat. *revolūtum* e port. *revolto*. Diferentemente do italiano e do espanhol, o português manteve uma forma arrizotônica em alguns casos desse grupo (ao lado de outra arrizotônica): cf. lat. *solūtum* e port. *solulto-solvido*; lat. *resolūtum* e port. *resoluto-resolvido*; lat. *devolūtum* e port. *devoluto-devolvido*; lat. *dilūtum* e port. *diluto-diluído*; e lat. *instructum* e port. *instruto-instruído*.

O segundo grupo (5 itens), com correspondência latina, se refere aos relacionados à generalização dos morfemas de particípios *-to* e *-so* nas formas com correspondência no latim: lat. *visum* e port. *visto*; lat. *prævisum* e port. *previsto*; lat. *surrectum* e port. *surto*; lat. *abscōnditum* e port. *esconso*; e lat. *subtentum* e it. *subtenso*.

O terceiro grupo (30 itens), também com correspondência latina, se refere aos relacionados originariamente a adjetivos no latim: p. ex., lat. *cæcus* (adj.) e port. *cego* (part. pas.).

O quarto grupo (32 itens), sem correspondência latina, refere-se a casos de supletivismo: p. ex., lat. *confītēri/confessus sum*, mas port. *confessar* (infinitivo diferente do latino)/*confesso* (particípio igual ao latino). É de se notar que, neste grupo, as formas infinitivas derivadas inovadoras geralmente têm como base o infinitivo que está associado ao particípio que adota.

O quinto grupo (15 itens), sem correspondência latina, são derivados prefixais de formas com correspondência latina: port. *contrafeito*, *desfeito* e *refeito* (cf. lat. *factum* e port. *feito*); port. *desaberto*, *reaberto* e *entreaberto* (cf. lat. *apertum* e port. *aberto*); port. *encoberto* (cf. lat. *coopertum* e port.

---

*cozido-cozeito-coito*; lat. *acceptāre/acceptatum* e port. *aceitar/aceitado-aceito-aceite*; lat. *abscōndēre/abscōnditum* e port. *esconder/escondido-escuso-esconso*; (b) sem correspondência latina: port. *extremar/extremado-extremo-extreme*; port. *assentar/assentado-assento-assente*.

<sup>14</sup> O particípio português *volto* vincula-se a dois verbos nessa língua (*volver* e *voltar*), sendo computado como referente a 2 itens.

*coberto*); e port. *desdito* (cf. lat. *dictum* e port. *dito*); port. *benquistado*<sup>15</sup> e *malquistado*<sup>16</sup> (cf. lat. *quæsitum* e port. *quistado*); port. *desenvolto* (cf. lat. *involūtum* e port. *envolto*); port. *surpreso* (cf. lat. *prensum* e port. *preso*); e port. *desperto* (cf. lat. *expergītum* e port. *esperto*).

O sexto grupo (2 itens), com correspondência latina, apresenta substituição de uma forma rizotônica latina por arrizotônica românica (mudança analógica), cuja evolução fonética a fez novamente rizotônica: lat. *ventum* e port. *vindo* (< *vīido* < *vēido* < *\*uenītum*); e lat. *conventum* e port. *convindo*.

O sétimo grupo (17 itens), alguns com correspondência latina e alguns sem correspondência, refere-se às criações analógicas que certamente tomaram por modelo os casos de participípio duplos já existentes na língua: p. ex., port. *assentar/assentado-assento-assente*. Um traço distintivo do português está justamente nesse grupo: as criações analógicas de tema nominal em *e*. Williams (1991, p. 190) chama os itens dessa classe de participípios truncados.

O oitavo grupo (2 itens) é formado por casos muito idiossincráticos: lat. *coquēre-cōcēre/coctum* e port. *cozer/cozido-coito-cozeito* e lat. *excurrēre/excursum* e port. *escorrer/escorrido-escorreito*. O aspecto idiossincrático está nas formações com *-eito*. Pereira (1945, p. 159) associa a forma *escorreito* ao infinitivo *escorrer*, mas Houaiss (2001) apresenta como etimologia “lat. *\*excorrectus* ‘sem erro, sem defeito, correto’, ligado ao v. do lat. tar. *excorrigēre*, der. de *corrigēre*”, ou seja, com afinidade com o verbo *corrigir*. É possível que ambas as formações com *-eito* possam ter sido influenciadas por participípios terminados em *-eito*, como *feito* e derivados, *aceito*, *eleito*, *colheito*, *sujeito*, etc.

Em síntese, embora aproximadamente metade dos participípios rizotônicos portugueses seja efetivamente herança de participípios latinos correspondentes (111/210 = 52,9%), os demais (109/210 = 47,1%) não o são. Entretanto, grande parte desses 109 itens no português apresenta participípio passado rizotônico originado de participípio passado rizotônico latino, tendo sido modificado por processos analógicos (como generalização de *-to* e *-so*, derivação prefixal, etc.) ou adotado por supletivismo (de adjetivos e de participípios de outros verbos latinos). Apenas 6 itens (de 3ª conjugação de tema em *ū*) eram originariamente

<sup>15</sup> Participípio rizotônico no português de 2 verbos: *benquerer* e *benquistar*.

<sup>16</sup> Participípio rizotônico no português de 2 verbos: *malquerer* e *malquistar*.

arrizotônicos e 17 itens são criações analógicas independentes de derivação. Pode-se dizer, portanto, que, no português, quase todas as formas rizotônicas têm origem latina, sejam as herdadas das correspondentes latinas (as que passaram apenas por mudanças fonéticas) sejam as não herdadas das correspondentes latinas (as que passaram por processo analógico ou foram tomadas de outros paradigmas ou classes). Diferentemente do italiano e do espanhol, o português apresenta dois processos ausentes nos demais: (a) formação de particípio rizotônico por criação analógica, que Williams (1991) chamou de *truncada*, sobretudo na 1ª conjugação (cf. port. *faltar/faltado* e *falto*) e (b) formação de particípio rizotônico de tema nominal em *e* por criação analógica.

Agora é possível responder à pergunta colocada: seriam todos os particípios passados rizotônicos românicos heranças latinas, e não formações românicas? A resposta é não. Embora a maioria dos particípios passados rizotônicos românicos seja efetivamente herança dos particípios passados rizotônicos latinos com as respectivas mudanças fônicas (104/149 no italiano = 69,8%; 33/64 no espanhol = 51,6%; 111/210 no português = 52,9%), o quadro envolve grande diversidade de fontes de formas rizotônicas, como demonstrado acima.

Uma última questão é avaliar a relação entre os particípios passados rizotônicos românicos herdados do latim e o paradigma de conjugação, a fim de que se possa avaliar a segunda hipótese de trabalho do presente estudo, segundo a qual os particípios passados rizotônicos românicos da 1ª conjugação seriam predominantemente inovações românicas, uma vez que formas rizotônicas nessa conjugação eram raras no latim.

Tabela 5 – Participípios passados rizotônicos românicos por paradigma de conjugação: herdados e não-herdados<sup>17</sup>

Conjugação	Italiano		Espanhol		Português	
	Herdados	Não Herdados	Herdados	Não Herdados	Herdados	Não Herdados
1ª conjugação	2/6 (33,3%)	4/6 (66,6%)	–	8/8 (100%)	1/77 (1,3%)	76/77 (98,7%)
2ª conjugação (infinitivo arrizotônico)	–	4/4 (100%)	15/33 (45,5%)	18/33 (54,5%)	51/66 (77,3%)	15/66 (22,7%)
2ª conjugação (infinitivo rizotônico)	91/122 (74,6%)	31/122 (35,2%)	–	–	–	–
3ª conjugação	11/17 (64,7%)	6/17 (35,3%)	18/23 (78,3%)	5/23 (21,7%)	59/67 (88,1%)	8/67 (11,9%)
<b>Total</b>	<b>104/149 (69,8%)</b>	<b>45/147 (27,2%)</b>	<b>33/64 (51,6%)</b>	<b>31/64 (48,4%)</b>	<b>111/210 (52,9%)</b>	<b>109/210 (47,1%)</b>

Os dados da Tabela 5 confirmam a segunda hipótese, uma vez que os participípios passados rizotônicos herdados de 1ª conjugação no italiano (33,3%), no espanhol (0%) e no português (1,3%) são menos numerosos do que os não herdados (respectivamente, 66,6%, 100% e 98,7%). Como os participípios passados rizotônicos de 1ª conjugação eram raros no latim, conseqüentemente os diversos que existem nas línguas românicas são essencialmente inovações.

## 7 Conclusão

Na seção anterior, foi feita uma análise detalhada da questão dos participípios passados rizotônicos no italiano, no espanhol e no português. Nesta seção, apresenta-se uma síntese do que foi apurado.

<sup>17</sup> Consideram-se aqui como herdados apenas os participípios passados rizotônicos românicos que constituem continuação histórica de participípios passados rizotônicos latinos correspondentes com suas respectivas mudanças fônicas, sem nenhum tipo de interferência analógica ou adoção por supletivismo.

Convém começar esta seção tratando das duas hipóteses de trabalho que serviram de ponto de partida para esta análise.

Segundo a primeira hipótese, os participios passados rizotônicos no italiano estariam predominantemente na 2ª conjugação, diferentemente do espanhol e do português, pois aquela língua manteve infinitivos rizotônicos nessa conjugação: os dados da Tabela 2 confirmaram essa hipótese.

De acordo com a segunda hipótese, os participios passados rizotônicos românicos da 1ª conjugação seriam predominantemente criações analógicas que constituem inovações românicas, uma vez que formas rizotônicas nessa conjugação eram raras no latim: os dados da Tabela 5 confirmaram essa hipótese para o italiano, o espanhol e o português.

Indo além das hipóteses, o presente estudo permitiu verificar ainda os seguintes fatos mais gerais sobre os participios passados rizotônicos românicos.

A fonte dos participios passados rizotônicos românicos é bastante diversificada, embora seja relevante a herança de participios rizotônicos latinos correspondentes: cf. lat. *transcriptum*, it. *trascritto* e esp./port. *transcrito*.

Outro tipo de fonte são os adjetivos latinos que foram incorporados ao paradigma de conjugação verbal como participios passados rizotônicos: trata-se de processo ocorrido no italiano, no espanhol e no português, raramente nos dois primeiros e menos raramente no último: cf. lat. *extentum* (participio passado)/*extensum* (adjetivo), it. *esteso* e esp./port. *extenso*.

O supletivismo (adoção de participio de um dado paradigma em outro) também é uma das fontes dos participios passados rizotônicos românicos: cf. lat. *sepultāre/sepultatum* e *sĕpĕlīre/sepultum* mas esp./port. *sepultare/sepultado-sepulto*.

Diferentes tipos de mudança analógica atuaram sobre o sistema verbal latino e/ou românico dando origem a parte dos atuais participios passados rizotônicos românicos:

(a) Reestruturação dos participios passados arrizotônicos latinos da 3ª conjugação de tema em *ū* como rizotônicos da 3ª conjugação de tema em consoante, com repercussão no italiano, no espanhol e no português (cf. lat. *revolūtum*, it. *rivolto*, esp. *revuelto* e port. *revolto*): esse processo propiciou uma simplificação do paradigma da 3ª conjugação.

(b) Reestruturação na evolução fônica dos participios passados rizotônicos latinos com grupo consonantal interno *-kt-* (com resultado esperado *-tt-*) tendo como modelo os com o grupo *-nkt-* (com resultado esperado *-nt-*), fato restrito ao italiano: cf. lat. *friċtum* e it. *fritto*; lat. *tinctum* e o it. *tinto*; lat. *depictum* e it. *dipinto*.

(c) Generalização dos morfemas de particípio passado *-to* e *-so* (já existentes no latim como *-tus* e *-sus*). A generalização do morfema *-to* aparece no italiano, no espanhol e no português (cf. lat. *visum* e it./esp./port. *visto*), enquanto a de *-so* ocorre apenas no italiano (cf. lat. *perditum* e it. *perso*). A generalização de *-to* é bastante rara no espanhol e no português, mas mais comum no italiano.

Há também diferentes tipos de criação analógica que atuaram sobre o sistema verbal latino e/ou românico dando origem a outra parte dos atuais participios passados rizotônicos românicos:

(a) Formação de derivados de verbos que já apresentam particípio passado rizotônico: cf. it. *contraffatto*, esp. *contrahecho* e port. *contrafeito* (lat. *factum*, it. *fatto*, esp. *hecho* e port. *feito*).

(b) Formação de participios por analogia com par particípio passado arrizotônico-rizotônico (de tema em *o*) apenas no português: cf. lat. *pacatum* e port. *pagado/pago*.

(c) Formação de participios por analogia com par particípio passado-adjetivo (de tema em *e*) apenas no português: cf. lat. *liberatum* (particípio passado)/*liber* (adjetivo) e port. *livrado* (particípio passado arrizotônico)/*livre* (particípio passado rizotônico/adjetivo) frente ao lat. *integratum* e ao port. *entregado* (particípio passado arrizotônico)/*entregue* (particípio passado rizotônico analógico).

## Referências

AINCIBURU, M. C. *et al.* *Vía rápida*: curso intensivo de español. Barcelona: Difusión, 2011.

BAILINI, S.; CONSONNO, S. *I verbi italiani*. Firenze: Alma Edizioni, 2004.

BALLESTEROS, P. D.; SORDO, M. L. R. *Las formas verbales*. Madrid: Edinumen, 2005.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl., atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIRELLO, M.; VILAGRASA, A. *Bravissimo!*: curso d'italiano. Barcellona: Difusión; Firenze: Bulgarini, 2012. v. 1.

BYNON, T. *Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CHIUCHIÙ, A.; CHIUCHIÙ, G. *Grammatica e comunicazione: tavole sinottiche dell'italiano LS e L2*. Perugia: Guerra Edizioni, 2012.

CHIUCHIÙ, A.; FAZI, M. C.; BAGIANTI, M. R. *I verbi italiani: regolari e irregolari*. 2. ed. Perugia: Guerra Edizioni, 2007.

CONFORTI, C.; CUSIMANO, L. *Nuovo linea diretta*. Perugia: Guerra Edizioni, 2005. v. 1a.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DIACO, M.; KRAFT, L. *A arte de conjugar verbos: verbos italianos*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ERNOUT, A. *Morphologie historique du latin*. 3. éd. rev. corr. Paris: C. Klincksieck, 1953.

FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958. (Biblioteca Brasileira de Filologia, 14)

GRANDGENT, C. H. *From Latin to Italian: An Historical Outline of the Phonology and Morphology of the Italian Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1933.

GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. 2. ed. Madrid: CSIC-Revista de Filologia Española, 1952.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

LLOYD, P. M. *Del latín al español*. Madrid: Gredos, 1993.

LOBATO, L. *Sobre a forma do particípio do português e o estatuto dos traços formais*. São Paulo: DELTA, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501999000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 8 jul. 2015.

MARIN, T.; MAGNELLI, S. *Nuovo progetto italiano*. Milano: Edizioni Edilingua, 2010. v. 1.

MARTINS, M. D.; PACHECO, M. C. G. *Temas de gramática contemporánea de la lengua española*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

MORENO, C. *et al.* *En gramática*. Madrid: Anaya, 2007.

NOCCHI, Susanna. *Grammatica pratica della lingua italiana*. Firenze: Alma Edizioni, 2011.

PECCIANI, M. C. *Parola per parola*. Firenze: Giunti Editoriale, 1993. v. 1.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso superior*. 65. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAYA, R. A. *et al.* *Gramática básica del estudiante de español*. Barcelona: Difusión, 2005.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua española*. Madrid: Librería y Casa Editorial Hernano, 1928.

REIS, O. *Breviário da conjugação de verbos*. 38. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

TORREGO, L. G. *Gramática didáctica del español*. 10. ed. Madrid: Ediciones SM, 2011.

TRIFONE, P.; PALERMO, M. *Grammatica italiana di base*. Bologna: Zanichelli Editore, 2014.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

Recebido em: 10 de abril de 2018.

Aprovado em: 30 de maio de 2018.



## **L'écriture et les signes inclusif·ve·s, avec ou sans ? Activité pédagogique de Français sur Objectifs Spécifiques**

### ***Inclusive Writing and Signs, With or Without? Educational Activity of French for Specific Purposes***

José Sarzi Amade

Université d'Artois, Arras / France

sarziamidejose@gmail.com

**Résumé :** La question de l'emploi de l'écriture inclusive a occupé très récemment l'actualité en France. D'abord débat de société, elle a vite enflé et s'est transformée en polémique, opposant progressistes, féministes contre certains « puristes » ou conservateurs. En question, les inégalités entre sexes présentes aussi dans la langue française dont les règles d'orthographe en vigueur privilégieraient, de façon arbitraire, le masculin au féminin. Afin de remédier à la prétendue injustice, un système orthographique a priori plus paritaire a été conçu et presse désormais pour s'imposer dans les pratiques du français de tous les jours. Face au cloisonnement du débat, nous avons saisi l'occasion pour en faire un matériau servant à la didactique des langues étrangères et plus précisément, au FOS (Français sur Objectifs Spécifiques). Les questionnements techniques, sociolinguistiques autour de l'écriture inclusive et de son emploi nous ont permis d'imaginer un scénario possible de formation autour de ce thème, en le rendant sensible aux étudiants allophones d'une université.

**Mots-clés :** écriture inclusive ; féminin ; masculin ; français sur objectifs spécifiques.

**Abstract:** The issue addressed to the use of inclusive writing has become a topical agenda in France. Starting as a social debate, it has evolved into controversy, counterposing progressive people and feminists against some “purists” or conservatives. In this regard, gender inequality is an important feature within the French language whose current grammatical and orthographic rules favors the use of the masculine nouns over feminine. In order to find a solution to this alleged injustice, an orthographic

system resulting in a more equitable approach has been conceived to impose a new paradigm in everyday French. Faced with the partitioning of this debate, this study seizes the opportunity to make an educational use of it, particularly applied to the field of learning French as a foreign language with focus on specific concerns. The technical and sociolinguistic inquiries regarding inclusive writing uses have allowed the conception of a possible scenario for its development by making it sensitive to allophone university students.

**Keywords:** inclusive writing; feminine; masculine; French for specific purposes.

## 1 Introduction

Comme à l'accoutumé en France, les sujets de société déchaînent les passions. À cela, s'ajoute l'important abattage médiatique, et quand un sujet est à l'ordre du jour, alors les caisses de résonance de l'information sont légion pour relayer le bruit qui court... Puis, évanescences, les « grandes questions » disparaissent, comme sous l'effet d'un onguent qui soulagerait une brûlure, les lois sont votées ou pas, et d'autres questions urticantes viennent les remplacer. C'est ainsi que sont apparus dans la presse écrite et audio-visuelle, les débats autour des trente-cinq heures, de l'énergie éolienne, de l'application de l'état d'urgence, de la gestation pour autrui, pour ne citer que ceux-ci de façon aléatoire.

Parmi l'un des derniers en date, on trouve celui de l'écriture inclusive (cf. QU'EST-CE..., 2017), une polémique qui a pris pied aux environs du mois de mars 2017, à la suite de la sortie d'un manuel scolaire pour élèves de CE2 intitulé *Magellan et Galilée : questionner le monde* et rédigé selon les codes de ladite écriture (cf. LE CALLENNEC ; SIMON, 2017). Depuis, la querelle s'est envenimée mais connaît aujourd'hui une période de stase. Que dire de ce qu'il adviendra de ce débat, en termes d'importance, de législation ? Sera-t-il aussi important que le *Traité de la conformité du langage françois avec le grec* (1572), où Robert Estienne exhortait les français à se ranger linguistiquement dans la filiation du grec, en rejetant ainsi tout emprunt à l'italien de la Renaissance jugé décadent ? Sera-t-il aussi significatif que la querelle des Anciens et des Modernes (fin XVII<sup>e</sup> siècle) ou de ladite querelle des Bouffons (1752-1754), où il s'agissait en écriture – style – comme en musique de faire des choix entre tradition et modernité, et de préserver un savoir-faire

national ? Sinon, n'est-ce l'écriture inclusive qu'un simple coup d'épée dans l'eau ? L'avenir nous le dira...

Cette dispute sociale, peccadille pour certains, préoccupante pour d'autres, est peut-être un trait culturel franco-français. Toutefois, il ne serait pas inintéressant de faire part de ce débat idéologique à des sujets *outsiders*, allophones, qui pourraient en mesurer la teneur, en prendre la portée. Pour ce faire, la mise en place, dans le cadre d'ateliers d'écriture universitaire, de modules sensibilisant les étudiants étrangers à l'écriture inclusive en France est un possible projet. Notre intention dans ce présent dossier est celle de re-parcourir les éléments de ce débat,<sup>1</sup> puis dans la foulée d'en faire une opportunité à une formation linguistique potentielle de Français sur Objectifs Universitaires.

## 2 Contexte et enjeu

### 2.1 Les défenseurs de la cause

Si l'on devait retenir un seul argument sous-jacent à cette revendication, ce serait celui de la persistance en France des inégalités salariales entre hommes et femmes. Fort de ce constat, les tenants de la parité à tout prix, souhaitent que les changements adviennent aussi dans la langue, élément discriminatoire de la condition féminine. En optant pour une réforme de la langue française, on réduirait, pensent-ils, progressivement les inégalités entre les sexes de sorte que le masculin ne l'emporte plus sur le féminin comme c'est le cas avec l'orthographe actuelle et conventionnelle du français. Parmi les intellectuelles engagées dans cette cause, notons Éliane Viennot, professeur de littérature à l'Université de Saint-Étienne. Cette dernière revendique dans son ouvrage, *Non, le masculin ne l'emporte pas sur le féminin !* (2014) que le fait de choisir, dans des énoncés plurielles, le masculin en dépit du féminin est une construction artificielle datant du XVII<sup>e</sup> siècle où l'on considérait « le mâle plus noble que la femelle » au point de l'afficher dans l'orthographe (A. H., 2017 ; DELAUME, 2017 ; REYNART, 2017). De même, les arguments voulant considérer le masculin comme générique ou

---

<sup>1</sup> Dans le cadre de ce présent dossier, notre prise en compte des faits s'échelonnent d'octobre 2017 à février 2018.

neutre et les féminisations de noms comme pompeux et encombrant, ne seraient être recevables par les sympathisants de la nouvelle orthographe.

Quelles sont en définitive les réformes espérées des partisans de l'écriture inclusive ? Elles s'articulent en trois points principaux :<sup>2</sup>

1. Accorder les noms de métiers, titres, grades et fonctions avec le sexe des personnes qui les occupent.  
Ex : *Madame la cheffe de bureau*
2. User du féminin et du masculin par l'énumération, par ordre alphabétique, par la double flexion, l'épicène (mot au genre double, masculin et féminin) ou le point médian.  
Ex : *le pompier et la pompière / les pompier·ère·s* (plutôt que *les pompiers*) ; *celles et ceux* ; *le·la présentateur·rice* ; *au·à la maire* ; *un·e élève* ; *les agent·e·s territoriaux·les* ; etc.<sup>3</sup>
3. Ne plus employer les antonomases du nom commun *Femme* et *Homme*  
Ex : *les droits de l'Homme = les droits des humains*

Sur le terrain des innovations, même si les choses sont encore en phase expérimentale, on peut noter une série de projets pilotes. À ce titre un événement nommé *Hackathon Écriture Inclusive* s'est tenu dans une école de Montreuil du 12 au 14 janvier. Il s'agissait d'abord de sensibiliser des élèves à l'écriture inclusive puis de leur présenter différents programmes pédagogiques et événements du futur sur ce thème – qui verront le jour ou pas. Ces outils numériques du changement

<sup>2</sup> Ajoutons que le Haut Conseil à l'Égalité entre les femmes et les hommes soutient la réhabilitation de l'usage de la règle de proximité, qui consiste à accorder les adjectifs avec le nom le plus rapproché (ex : *le garçon et la fille prudentes*) ou le verbe avec le sujet le plus proche (ex : *Les documents et les clés sont perdues*). Le site *Écriture Inclusive* (cf. ECRITURE..., c2017) est une page entièrement dédiée à la promotion du nouveau système scripturaire. On y trouvera, entre autres choses, un certain nombre de références bibliographies connexes à la question de l'écriture inclusive, mais surtout la promotion et la possibilité de télécharger le guide pratique à l'écriture inclusive élaboré par le Haut Conseil à l'Égalité entre les femmes et les hommes (2016). Pour aller plus loin dans l'étude, cf. ARBOGAST ; CONDON, 2017.

<sup>3</sup> À défaut du point médian (surélevé) qui s'obtient sur un clavier Azerty par le raccourci Alt+0183, on peut le rendre par un simple point.

annoncé répondent des noms d'*Egalexique* (dictionnaire d'écriture inclusive), *Incluzor-e* (traducteur de texte en mode inclusif), *Épinglons-les* (plateforme de sensibilisation pour l'emploi de l'écriture inclusive en entreprise), etc. En outre, une semaine inclusive francophone à destination des écoliers est prévue du 16 au 20 mars 2020 (BONTE, 2018).<sup>4</sup>

## 2.1.1 L'écriture inclusive, ailleurs

### 2.1.1.1 En Espagne

Du même acabit sont les problèmes et enjeux linguistiques concernant le genre et le nombre en Espagne. Depuis 2007 et l'approbation de la loi pour l'égalité entre hommes et femmes, des règles ont été émises à cet égard, en tout semblables à celles proposées en France (UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA, 2011).

### 2.1.1.2 En Belgique francophone

En 1993, le parlement de la Communauté Française de Belgique a voté un décret en faveur de la féminisation des noms de métiers, fonctions, grades et titres. Après les deux premières éditions, de 1993 et 2005, un nouveau guide de féminisation intitulé *Mettre au féminin : guide de féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre* est paru en 2014. Outre le fait d'être de véritables états généraux de la question, il est accompagné d'un répertoire de 1.700 de ces noms féminins à employer dans la langue (MOREAU ; DISTER, 2014).

### 2.1.1.3 Aux États-Unis

Dans beaucoup d'institutions publiques comme privées, on est très précautionneux à l'égard du lexique concernant le statut social, la profession, la race, le genre et l'orientation sexuelle. Il est d'usage

---

<sup>4</sup> Par ailleurs, le logiciel de traitement de texte inclut désormais des suggestions d'écriture inclusive : « *Tous les experts le pensent*. Voilà, selon le célèbre logiciel de traitement de texte Microsoft Word, une expression "dénigrante pour les femmes". Dans sa dernière version, mise à jour jeudi, celui-ci intime aux utilisateurs d'éviter certaines formulations jugées sensibles et propose de les remplacer par des énoncés dits "inclusifs". Dans le cas présent : *Toutes les expertes et tous les experts le pensent* » (KORDA, 2017).

que le personnel travailleur prenne connaissance de ces questions terminologiques dans le cadre de lecture de règlement intérieur ou autres fascicules. À titre d'exemples, on évitera l'emploi de l'adjectif possessif si on ne connaît pas le sexe de la personne (1), et on recourra, dans la mesure du possible, au « genre neutre » (2) en présence de noms de métiers ou expressions désignant habituellement le masculin (THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA, [20--]).

Tableau 1 – Exemple d'écriture inclusive utilisée aux États-Unis

Noms ou expressions « genrés »	Noms ou expressions préférés
(1) Before you go to the doctor, call his office to make an appointment. (Avant d'aller chez le médecin, appelle son cabinet pour prendre rendez-vous.)	Before you go to the doctor, call the office to make an appointment.
(2) Mankind (humanité)	People
(2) Freshman (étudiant de première année)	First-year student
(2) The common man (l'homme ordinaire)	The average person
(2) Policeman (policier)	Police officer
(2) Fireman (pompier)	Firefighter
(2) Foreman (contremaître)	Supervisor
(2) Cameraman (cadreur)	Camera operator

Source : THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA, [20--].

#### 2.1.1.4 Au Canada

Le Canada est l'un des pays fer de lance de l'écriture inclusive. En effet, sur le site web du Gouvernement du Canada, on peut prendre connaissance de nombreux éclaircissements sur la matière. Le Canada est très impliqué dans l'égalitarisme social, via notamment l'écriture inclusive, et pour les questions de diversité sexuelle et de genre : « En 2017, le gouvernement du Canada a annoncé que les citoyens pourraient dorénavant indiquer un genre autre que « masculin » ou « féminin » dans leur demande de passeport. Certains gouvernements provinciaux offrent aussi l'option « X » pour d'autres pièces d'identité. » (CANADA, 2018).

De façon anecdotique, le 31 janvier 2016, le Canada modifia une phrase de la version anglaise de son hymne national *Ô Canada* afin de le rendre plus inclusif. Ainsi, « True patriot love in all thy sons command » (« Un vrai amour de la patrie anime tous tes fils ») devient « True patriot love in all of us command », c'est-à-dire « Un vrai amour de la patrie nous anime tous » (L'HYMNE..., 2018).

## 2.2 Les pourfendeurs de la cause

L'écriture inclusive est une agression de la syntaxe par l'égalitarisme, un peu comme une lacération de la Joconde, mais avec un couteau issu du commerce équitable. (ENTHOVEN, 2017 *apud* SUTTER, 2018)

Je suis totalement contre, pour moi c'est un mélange de crétinisme et de totalitarisme. (BRUCKNER, 2017 *apud* SUTTER, 2018)

Le divorce entre partisans de l'écriture inclusive et opposants semble consommé, au point que l'Académie Française même est montée au créneau avec sa déclaration du 26 octobre 2017 en faveur de la sauvegarde de la langue.<sup>5</sup> En effet, les académiciens évoquent un procédé qui alourdirait la tâche des pédagogues, des écrivains, des lecteurs, bref de tout le monde, et porterait à la confusion, l'illisibilité et donc, au « péril mortel » pour la langue française. Coutumière du fait, l'Académie Française avait déjà pris position contre ces tentatives d'*aggiornamenti* linguistiques qui, selon elle, ne font que desservir la langue de Molière. Ce fut le cas le 10 octobre 2014, dans une mise au point concernant la féminisation des noms de métiers, fonctions, grades ou titres, et aussi, le 16 février 2016, dans une déclaration au sujet de la réforme de l'orthographe du français (ACADEMIE FRANÇAISE, 2014 ; 2016 ; 2017. Cf. aussi : FAUROUX, 2017).

D'après les chiffres disponibles, en prenant les précautions de rigueur, un sondage Ifop / Atlantico affirmerait que les Français sont massivement en désaccord avec l'utilisation de l'écriture inclusive :

---

<sup>5</sup> Les répliques péremptoires de l'Académie Française ne sont pas exclusives à la France. À titre d'exemple, la Real Academia Española défend le castillan contre les formes de « lenguaje no sexista » qui contreviennent au bon usage de la langue (BOSQUE, 2012).

[...] plus de 2 sondés sur 3 (69%) soutiennent cette interdiction d'utiliser l'écriture inclusive dans les textes officiels. Près de 2 Français sur 5 (39%) soutiennent même fortement cette interdiction et sont « tout à fait d'accord » avec la décision d'Édouard Philippe. À l'inverse, seuls 12% des Français ne sont « pas d'accord du tout ». (VINTRAY, 2017)

Aussi, certaines figures médiatiques de premier plan ainsi que de nombreux professionnels de l'éducation se sont insurgés contre cette nouvelle doxa et ont traduit leur mécontentement par une pétition à l'égard du Ministère de l'Éducation. Nombreux sont ceux qui évoquent une mesure scélérate qui viendrait ajouter encore plus de confusion et de désordre aux difficultés déjà existantes en orthographe dans les écoles françaises. D'autres encore se réfèrent à « l'anti-exemple » canadien, où l'écriture inclusive en vigueur a démontré ses limites (PECH, 2017).

Malgré tous les cris d'orfraie émanant de groupes de pression, en vue de « clore la polémique », le premier ministre français Édouard Philippe est intervenu avec la circulaire du 21 novembre 2017 en donnant consigne à son gouvernement et toute entité relevant de son autorité de bannir l'usage de l'écriture inclusive dans les textes officiels (ÉDOUARD..., 2017). Au demeurant, si l'affaire ne connaît pas d'ultérieurs soubresauts (MENGUY, 2018), éducation comme administration devraient, pour l'instant, se conformer aux règles grammaticales et syntaxiques en vigueur.

### **3 Offre de formation**

Sur ces entrefaites, la Maison des Langues de l'Université d'Artois,<sup>6</sup> dans le cadre d'un stage intensif à destination des étudiants étrangers, offre un cycle de sensibilisation à l'écriture inclusive. Les cours sont gratuits mais limités à cinquante inscriptions. De même, il est conseillé aux participants de justifier d'un niveau minimum de français équivalent au B1 du CECRL. Par ailleurs, les étudiants français ou francophones de l'université pourront y participer sous réserve de places disponibles. Éventuellement, la Maison des Langues entend reconduire la formation par la suite.

---

<sup>6</sup> Le cadre est fictif, l'initiative est une simulation entièrement fabriquée par mes soins.

De concert, les formateurs et autres tuteurs ont décidé de mettre en place cet atelier, pas tant parce que l'écriture inclusive constitue en soi un impératif catégorique, mais plutôt parce qu'elle représente un phénomène sociolinguistique suffisamment pressant pour qu'il soit donné à connaître, *a fortiori* à des apprenants allophones.

### **3.1 Analyse des besoins**

Dans le but d'attirer l'attention des étudiants étrangers de l'Université d'Artois, la Maison de Langues a cru bon de distribuer quelques *flyers* dans différents endroits du *campus*. Au recto, le prospectus fait la publicité de la formation tout en sollicitant (au verso) un bref sondage<sup>7</sup> au destinataire. À la suite, le détail du *flyer* en question.

---

<sup>7</sup> Inspiré de Richterich (1985, p. 136-138).

Figure 1 – Le flyer recto distribué

(recto)



**Qu'est-ce que l'écriture inclusive ?**



*...un ensemble d'attentions graphiques et syntaxiques permettant d'assurer une égalité des représentations entre les femmes et les hommes ???*

**La Maison des Langues de l'Université d'Arras vous offre une formation autour de cette question.**

**Du 20 mars au 3 avril 2018, les mardi et jeudi de 14 à 16h.**

(Niveau intermédiaire de français requis)

**Renseignement et inscription :**

Maison des Langues  
 Université d'Arras  
 9 rue du Temple - BP 10665  
 62030 ARRAS CEDEX  
 Bâtiment N  
 Rez-de-chaussée  
 Contacter le secrétariat  
 Tél. 03 21 60 38 25  
[maisondeslangues@univ-artois.fr](mailto:maisondeslangues@univ-artois.fr)

Figure 2 – Le flyer verso distribué

(verso)

Êtes-vous ?

Un homme  
 Une femme  
 Autre

Quel âge avez-vous ?

Moins de 20 ans  
 Entre 20 et 25 ans  
 Entre 25 et 30 ans  
 Plus de 30 ans

Quel est votre pays de naissance ?

Quelle est votre langue maternelle ?

Êtes-vous ?

Marié(e)  
 En concubinage  
 Pacsé(e)  
 Autre  
 Sans importance

Sur une échelle de 1 à 5 points :

Parlez-vous le français ?  
 1 5

Lisez-vous le français ?  
 1 5

Écrivez-vous le français ?  
 1 5

Comprenez-vous le français ?  
 1 5

À propos de l'écriture inclusive, vous sentez-vous ?

Curieux(se)  
 Ignorant(e)  
 Indifférent(e)  
 Agacé(e)  
 Concerné(e)

Existe-t-il un débat semblable dans votre pays ?

Oui  
 Non

Sur une échelle de 1 à 5 points :

Pensez-vous pouvoir lire un texte en écriture inclusive ?  
 1 5

Pensez-vous pouvoir rédiger un texte en écriture inclusive ?  
 1 5

Considérez-vous l'écriture inclusive comme une avancée sociale ?

Oui  
 Non  
 Ne sais pas

Selon vous, l'écriture inclusive est-elle un besoin urgent en France ?

Oui  
 Non  
 Ne sais pas

Est-il rendu l'écriture inclusive obligatoire en France ou ailleurs ?

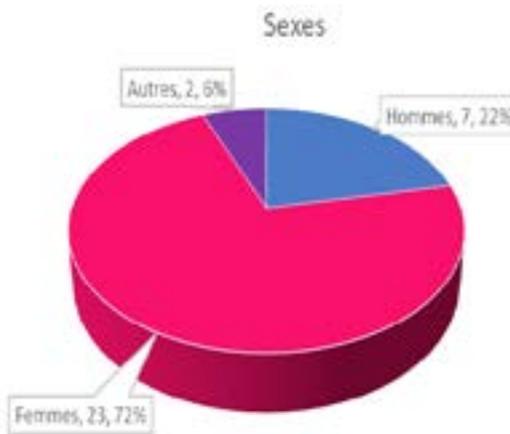
Pour  
 Contre  
 Ne sais pas

Nom :  
 Prénom :  
 N° d'étudiant :

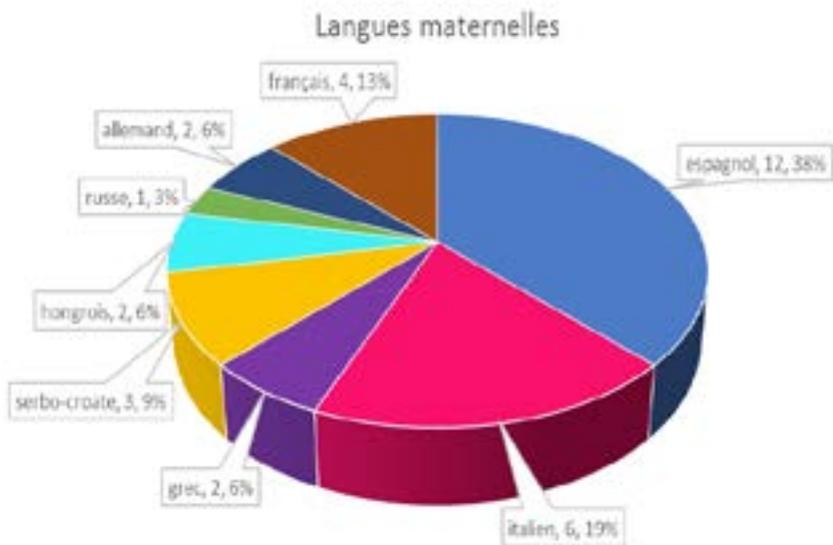
### 3.2 Résultats

Sur une centaine de *flyers* distribués, 32 ont fait l'objet d'une prise de contact avec le secrétariat de la Maison des Langues, ce qui correspond au nombre d'inscrits qui vont suivre la formation. Dans l'ensemble, le niveau du futur groupe de participants semble homogène, d'un niveau intermédiaire (hormis les francophones). De plus, une variété de sept langues différentes a répondu à l'appel. Le recours au questionnaire permet à la fois d'appréhender l'ensemble du groupe au niveau socio-culturel, mais aussi d'avoir à disposition des statistiques non sans intérêt. À cela, nous avons voulu reporté quelques échantillons des résultats.

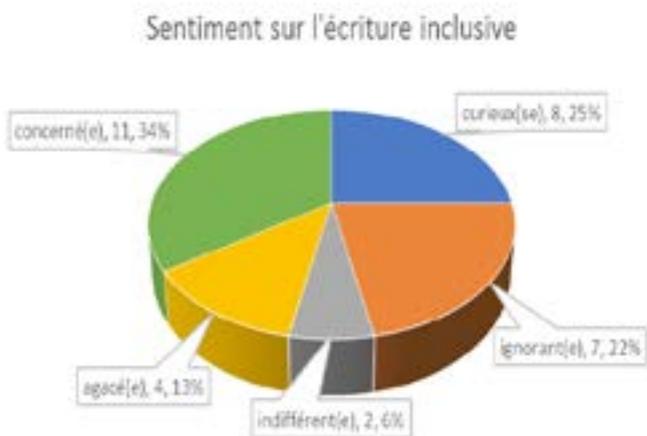
Graphique 1 – Répartition du nombre de participants à la formation par sexe



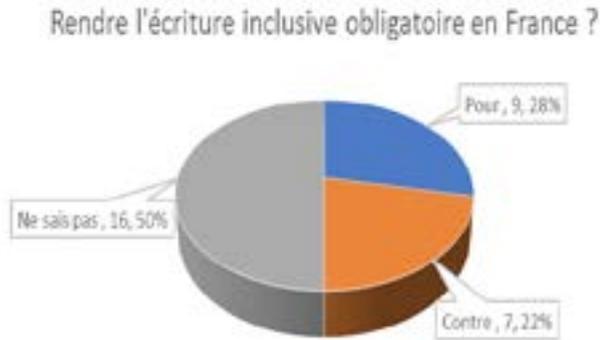
Graphique 2 – Répartition du nombre de participants à la formation par langue maternelle



Graphique 3 – Opinion des participants à la formation sur le thème de l'écriture inclusive



Graphique 4 – Opinion des participants à la formation sur le thème de rendre l'écriture inclusive obligatoire en France



### 3.3 Programme de formation

Soulignons qu'il ne s'agit pas ici, dans un cadre traditionnel d'apprentissage FLE, de définir des objectifs linguistiques spécifiques, mais d'apporter des éléments divulgateurs sur un thème précis, à savoir celui de l'écriture inclusive. En cela, la tâche de la formation est davantage méta-culturelle.<sup>8</sup>

Pour satisfaire aux exigences thématiques, la formation est conçue en quatre modules de deux heures chacun et se déroule sur deux semaines (cf. FIGURES 1 ; 2). Le tableau ci-dessous résume le détail du programme :

<sup>8</sup> « Capacité à mobiliser les connaissances culturelles acquises et extraire de nouvelles connaissances culturelles à propos/à partir de documents authentiques représentatifs de la culture étrangère, consultés en classe ou chez soi. » (PUREN, 2013, p. 10)

Tableau 2 – Le programme complet de la formation en écriture inclusive

Modules (4 x 2h)	Supports didactiques utilisés	Objectifs pédagogiques
<p><b>Module 1 :</b> Tradition vs modernité (2h)</p>	<p><b>Extraits vidéo (remue-méninges) :</b> 1) <i>Les Immortels contre l'écriture inclusive</i> (2 min 35 s) (cf. FAUROUX, 2017 ; ACADEMIE FRANÇAISE, 2017); 2) REYNART, F. Sexisme et écriture inclusive : le masculin doit-il forcément l'emporter sur le féminin ? <i>Nouvel Obs</i>, 3 nov. 2017. Vidéo (3 min 23 s) ; 3) L'ECRITURE inclusive by Mots-clés. <i>Vimeo</i>, 4 juil. 2017a. Publié par Noon Studio. Vidéo (2 min 26 s). <b>Lecture et commentaire :</b> 4) ACADEMIE FRANÇAISE. Déclaration de l'Académie Française sur l'écriture dite « inclusive ». <i>L'Académie Française</i>, 26 oct. 2017. En ligne ; 5) ACADEMIE FRANÇAISE. La Féminisation des noms de métiers, fonctions, grades ou titres : Mise au point de l'Académie Française. <i>L'Académie Française</i>, 10 oct. 2014. En ligne ; 6) ACADEMIE FRANÇAISE. Déclaration de l'Académie Française sur la « réforme de l'orthographe ». <i>L'Académie Française</i>, 11 févr. 2016. En ligne. <b>Synthèse et fragments choisis :</b> 7) ARBOGAST, M. ; CONDON, S. <i>La Rédaction non-sexiste et inclusive dans la recherche</i> : enjeux et modalités pratiques. Documents de travail 231. Paris : Institut National d'Études Démographiques, 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprendre les soubassements historiques du débat et s'approprier des arguments et avis partagés ;</li> <li>• Saisir les éléments contradictoires, les apories de cette problématique ;</li> <li>• Avoir une vision claire des deux camps idéologiques qui s'opposent ;</li> <li>• Prendre connaissance des lois et décrets concernant ce sujet et des éléments de linguistique diachronique avancés par l'Académie Française ;</li> <li>• Prendre la mesure des aspects sociaux, linguistiques et éthiques du phénomène ;</li> <li>• Choisir la bonne orthographe inclusive entre rigueur, praticité et lisibilité</li> </ul>

(Continue)

<p><b>Module 2 :</b> Comprendre l'écriture inclusive (2h)</p>	<p><b>Explication de l'écriture inclusive et exercices pratiques :</b> 1) HAUT CONSEIL À L'ÉGALITÉ ENTRE LES FEMMES ET LES HOMMES. <i>Pour une communication publique sans stéréotype de sexe</i> : guide pratique. Paris : La Documentation Française, 2016 ; 2) HADDAD, R. <i>Manuel d'écriture inclusive</i>. Paris : Mots-Clés, 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Appréhender les expressions sexistes et hiérarchisées ;</li> <li>• Accorder en genre les noms de fonctions, grades, métiers et titres ;</li> <li>• User du féminin et du masculin, que ce soit par l'énumération par ordre alphabétique, l'usage d'un point milieu, ou le recours aux termes épécènes. Ranger par ordre alphabétique les termes au féminin et au masculin ;</li> <li>• Utiliser le point milieu en composant le mot comme suit : Racine du mot + suffixe masculin + point milieu + suffixe féminin (point milieu supplémentaire suivi d'un s pour le pluriel).</li> <li>• Pratiquer le remplacement des antonomases du nom commun « Femme » et « Homme ».</li> </ul>
<p><b>Module 3 :</b> Révision et test (2h)</p>	<p>Voir plus bas</p>	<p>Voir plus bas</p>

(Continue)

(Conclusion)

**Modules 4 :**

- Correction test ;
- Remise attestation individuelle de formation ;
- Recommandations et approfondissements (2h)

**Bibliographie conseillée et commentaires en vue d'approfondir :**

- 1) DE BROGLIE, Gabriel, *Le Français pour qu'il vive*. Paris : Gallimard, 1986.
- 2) RIVAROL. *De l'universalité de la langue française*. Paris : Flammarion, 2014 ;
- 3) ACADEMIE FRANÇAISE. *Dire, ne pas dire : du bon usage de la langue française*. Paris : Philippe Rey, 2014–2017 ;
- 4) VIENNOT, E. *Non, le masculin ne l'emporte pas sur le féminin !: petite histoire des résistances de la langue française*. Donnemarie-Dontilly : Éditions iXe, 2014 ;
- 5) VIENNOT, E. (Dir.). *L'Académie contre la langue française : le dossier « féminisation »*. Donnemarie-Dontilly : Éditions iXe, 2016.

- Pouvoir trancher dans ce débat et faire la somme critique ;
- Avoir une réflexion personnelle sur le phénomène « écriture inclusive ».

### 3.4 Exemple d'activité pédagogique : le test du module 3

Figure 3 – Séquence pédagogique sur l'écriture inclusive.

Public : Vingt-huit étudiants allophones et quatre francophones (Université d'Artois à Arras, Maison des Langues)
Niveau minimum : B1
Durée : 1 heure
Tâche à réaliser : Connaître, comprendre et s'évaluer sur l'écriture inclusive
Objectifs pédagogiques :
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se situer dans un débat de société français, en saisissant les arguments défendus par un camp et un autre.</li> <li>• Avoir la possibilité de s'évaluer sur les règles grammaticales et syntaxiques de l'écriture inclusive.</li> <li>• Donner son opinion autour de ce débat.</li> </ul>
Objectifs socioculturels :
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Appréhender une variante écrite du français avec ses enjeux socioculturels.</li> </ul>
Déroulement de la séquence :
I. <i>L'écriture inclusive ? Si oui, comment ?</i> (15 min)
II. Vérification des connaissances en écriture inclusive (10 min)
III. Version, thème et réécriture en mode inclusive (15 min)
IV. Commentaire de citations au choix (essai) (15 min)
V. <i>Qui a dit ?</i> (5 min)

Un test de vérification des connaissances sur l'écriture inclusive, à l'attention des participants à la formation, constitue la suite de ce papier.

Le test est également disponible pour tous en version digitale sur *Canvas* (cf. L'ECRITURE..., 2018).

## I.

1) Visionnez le débat<sup>9</sup>  et rangez les propos suivants dans la bonne colonne du tableau. (Vous recopierez l'ensemble des phrases.) (15 minutes)



<sup>9</sup> Cf. L'ECRITURE..., 2017b.

<b>POUR</b> l'écriture inclusive	<b>CONTRE</b> l'écriture inclusive

## II.

**1) Parmi les expressions suivantes, lesquelles ont été bannies par la Circulaire n° 5575/SG du 21 février 2012 ? (choix multiples)**  
(10 minutes)

- Papa Maman
- Nom patronymique
- Nom de jeune fille
- Nom de famille
- Mademoiselle
- Nom de scène
- Nom d'époux
- Nom d'épouse
- Nom propre
- Monsieur

**2) Choisissez la bonne réponse.**

Le grammairien français Nicolas Beauzée écrit dans sa *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires pour servir à l'étude de toutes les langues* (1767) :

- « Les genres masculin et féminin sont à mettre sur le même pied d'égalité. »
- « Le masculin l'emporte sur le féminin parce qu'il est plus harmonieux à l'oreille. »
- « Le genre masculin est réputé plus noble que le féminin à cause de la supériorité du mâle sur la femelle ».
- « Le féminin devrait être employé uniquement dans les salons ».

**3) En suivant la règle de proximité, l'énoncé suivant est-il correct ?**

« Des ambassadeurs et ambassadrices odieux. »

- Oui
- Non

**4) Pour quelle raison, selon les règles de l'écriture inclusive, devrait-on écrire : « les collégiennes et les collégiens » plutôt que les collégiens et les collégiennes ?**

- Par signe de galanterie
- Pour démontrer qu'on est féministe
- Pour respecter l'ordre alphabétique
- Parce que « collégiennes » est plus long que « collégiens »

**5) Selon le Haut Conseil à l'Égalité entre les Femmes et les Hommes, comment devrait-on écrire : « Déclaration des droits de l'homme et du citoyen » ?**

- « Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne »
- « Déclaration des droits humains des citoyennes et des citoyens »
- « Déclaration des droits de la femme et de l'homme, du citoyen et de la citoyenne »
- « Déclaration des droits humains et citoyens »

**6) Rendez les énoncés suivants inclusifs :**

Certains écoliers

L'élu local

Les techniciens de surface

Les usagers sont énervés.

C'est l'entraîneur de l'équipe.

Ils sont nombreux à être retraités.

Différents députés et les agriculteurs se sont insultés.

Ce n'est jamais la faute du fonctionnaire !

Christophe Castaner, délégué général du parti La République en Marche, a adressé un texte à ses sympathisants politiques en écriture inclusive.

### III.

#### 1) Version : Réécrivez-le en français conventionnel. (5 minutes)

« Cher.e.s ami.e.s, engagé.e.s auprès d'Emmanuel Macron, nous sommes des adhérent.e.s, des parlementaires, des référent.e.s, des élu.e.s de collectivités locales ; nous sommes issu.e.s de la ruralité, de la ville, de la banlieue ou de l'outre-mer ; nous venons de la société civile : professions libérales, chef.fe.s d'entreprises, salarié.e.s du privé et du public ; nous venons de la droite, de la gauche ou du centre ou connaissons notre premier engagement politique. Certain.e.s d'entre nous ont fondé ce Mouvement aux côtés d'Emmanuel Macron, d'autres l'ont rejoint en

marche. Tout comme vous, nous sommes avant tout des marcheuses et des marcheurs. »<sup>10</sup>

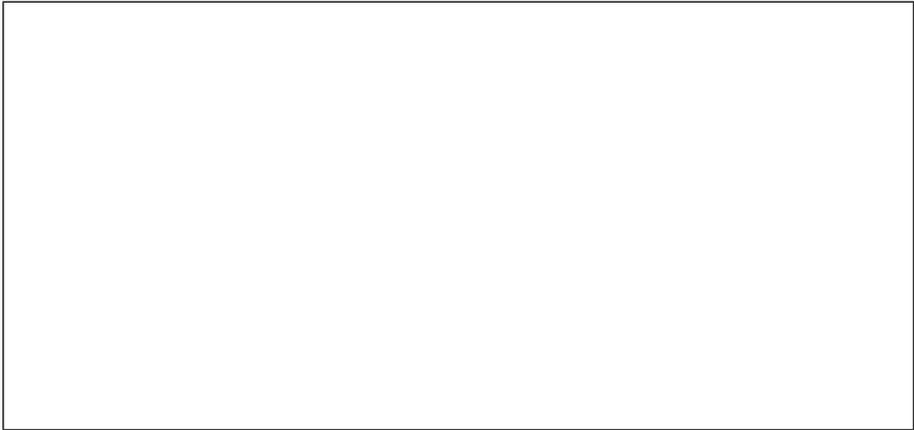


**2) Thème : Réécrire ce passage selon les règles de l'écriture inclusive. (5 minutes)**

Les bénévoles ne sont plus très nombreux aujourd'hui, ceux qui sont chargés de donner sans compter ou attendre quelque chose en retour. Celui qui pratique la charité est le vrai intellectuel. Quelqu'un qui se dit citoyen devrait être le premier à le comprendre. Les gens seraient ainsi les artisans de la paix, et on n'aurait plus besoin de policiers, car chacun serait le gardien de la justice, et tous des ambassadeurs du bien. Il n'y aurait plus de chômage, que des travailleurs contents, unis les uns aux autres, les hommes et les femmes seraient tous égaux...

---

<sup>10</sup> Cf. APE, 2017.



Il est probable que même la langue du personnage de Magdelon, féministe avant la lettre des *Précieuses ridicules* de Molière, tomberait aujourd'hui sous le couperet de l'écriture inclusive.

**3) Prêtez-vous au jeu en essayant de reformuler l'extrait suivant en langue non-sexiste : (5 minutes)**

Extrait de *Les Précieuses ridicules* (1660)

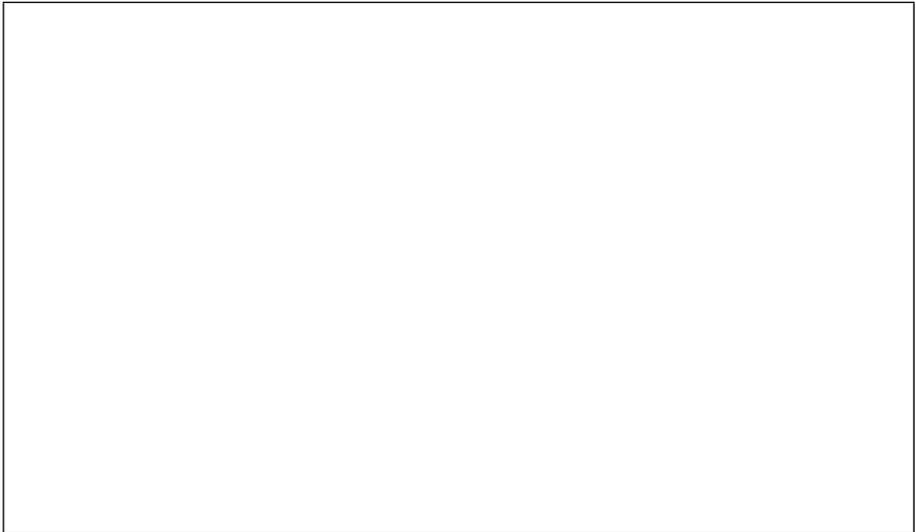
Acte I, sc. 4

GORGIBUS.

Que me vient conter celle-ci ?

MAGDELON.

Mon père, voilà ma cousine qui vous dira, aussi bien que moi, que le mariage ne doit jamais arriver qu'après les autres aventures. Il faut qu'un amant, pour être agréable, sache débiter les beaux sentiments, pousser le doux, le tendre et le passionné, et que sa recherche soit dans les formes. Premièrement, il doit voir au temple, ou à la promenade, ou dans quelque cérémonie publique, la personne dont il devient amoureux ; ou bien être conduit fatalement chez elle par un parent ou un ami, et sortir de là tout rêveur et mélancolique.



**IV. Faire un bref commentaire sur l'une des citations de votre choix (environ 10 lignes) (15 minutes)**

- « Quand un peuple n'ose plus défendre sa langue, il est mûr pour l'esclavage. »  
(Rémy de Gourmont)
- « La langue est la meilleure et la pire des choses. »  
(Ésope)
- « Les mots qui font fortune appauvrissent la langue. »  
(Sacha Guitry)
- « Le génie de notre langue est la clarté. »  
(Voltaire)

**V. Qui a dit ? (5 minutes)**

**1)** « En politique, si vous voulez des discours, demandez à un homme.  
Si vous voulez des actes, demandez à une femme. »

- Un homme
- Une femme

**2)** « L'homme ne naît pas homme il le devient »

- Un homme
- Une femme

**3)** « La femme règne et ne gouverne pas. »

- Un homme
- Une femme

**4)** « L'homme est fait pour donner, la femme pour recevoir. »

- Un homme
- Une femme

**5)** « Ma femme est un homme politique. »

- Un homme
- Une femme

**6)** « Personne n'est plus arrogant envers les femmes, plus agressif ou méprisant, qu'un homme inquiet pour sa virilité. »

- Un homme
- Une femme

**7)** « Le bonheur est une femme. »

- Un homme
- Une femme

**8)** « Le plus grand, le seul ennemi de l'émancipation de la femme est la femme. »

- Un homme
- Une femme

**9)** « Les animaux, eux, ont une pureté que l'homme a définitivement perdue. »

- Un homme
- Une femme

**10)** « Les féministes peuvent se disputer, ce sont des hommes comme les autres ! »

- Un homme
- Une femme

**3.5 Corrigé test ( /20 points)****I. ( /2 points)****1)**

<b>POUR</b> l'écriture inclusive	<b>CONTRE</b> l'écriture inclusive
La France aurait beaucoup à apprendre de la Suisse, de la Belgique ou du Québec, à propos de l'écriture inclusive.	La langue est une construction sociale.
Sous l'Ancien Régime, les femmes protestaient déjà contre la masculinisation de langue.	L'écriture inclusive est une obsession du mâle.
La langue française, dans sa construction, est une langue misogyne.	Il faut faire attention à ne pas dénaturer l'écriture.
Il faudrait utiliser les mots épiciènes pour marquer l'égalité entre hommes et femmes.	Avec le temps, le masculin pluriel grammatical fut adopté par souci d'économie.
Avec les adjectifs, on devrait appliquer la règle de la proximité.	Le point médian est une aberration.
L'Académie française a pris en charge la langue française.	
Il faut faire exister les femmes dans la langue française.	

**II. ( /6 points)**

- 1) « Nom patronyme » ; « Nom de jeune fille » ; « Mademoiselle » ; « Nom d'époux » ; « Nom d'épouse »
- 2) « Le genre masculin est réputé plus noble que le féminin à cause de la supériorité du mâle sur la femelle ».
- 3) Non (« Des ambassadeurs et ambassadrices odieuses. »)
- 4) « Pour respecter l'ordre alphabétique »
- 5) « Déclaration des droits humains des citoyennes et des citoyens »

- 6) « Certain·e·s écolier·ère·s (**écolier·e·s**)<sup>11</sup>  
 « L'élu·e local·e »  
 « Les technicien·ne·s de surface »  
 « Les usager·ère·s (**usager·e·s**) sont énervé·e·s. »  
 « C'est l'entraîneur·se de l'équipe. »  
 « Ils·elles sont nombreux·ses à être retraité·e·s. »  
 « Différent·e·s député·e·s et les agriculteur·rice·s se sont insulté·e·s. »  
 « Ce n'est jamais la faute du·de la fonctionnaire ! »

### III. ( /6 points)

1)

« Chers amis, engagés auprès d'Emmanuel Macron, nous sommes des adhérents, des parlementaires, des référents, des élus de collectivités locales ; nous sommes issus de la ruralité, de la ville, de la banlieue ou de l'outre-mer ; nous venons de la société civile : professions libérales, chefs d'entreprises, salariés du privé et du public ; nous venons de la droite, de la gauche ou du centre ou connaissons notre premier engagement politique. Certains d'entre nous ont fondé ce Mouvement aux côtés d'Emmanuel Macron, d'autres l'ont rejoint en marche. Tout comme vous, nous sommes avant tout des marcheuses et des marcheurs. »

2)

Les bénévoles ne sont plus très nombreux ses aujourd'hui, ceux elles (celles et ceux) qui sont chargé·e·s de donner sans compter ou attendre quelque chose en retour. Celui·elle (Celle ou celui) qui pratique la charité est la le vrai e intellectuel le. Quelqu'un e qui se dit citoyen ne devrait être la-le premier·ère (premier·e) à le comprendre. Les gens seraient ainsi les artisan·e·s de la paix, et on n'aurait plus besoin de policier·ère·s (policier·e·s), car chacun·e serait la-le gardien·ne de la justice, et tou·te·s des ambassadeur·rice·s du bien. Il n'y aurait plus de chômage, que des travailleur·se·s content·e·s, uni·e·s les un·e·s aux autres, les hommes et les femmes seraient tous égaux·ales (égales)...

<sup>11</sup> La police en gras correspond aux variantes d'écriture.

3)

Extrait de *Les Précieuses ridicules* (1660) de Molière  
Acte I, sc. 4

GORGIBUS.

Que me vient conter celle-ci ?

MAGDELON.

Mon père, voilà ma cousine qui vous dira, aussi bien que moi, que le mariage ne doit jamais arriver qu'après les autres aventures. Il faut qu'un e amant e, pour être agréable, sache débiter les beaux sentiments, pousser le doux, le tendre et le passionné, et que sa recherche soit dans les formes. Premièrement, il elle doit voir au temple, ou à la promenade, ou dans quelque cérémonie publique, la personne dont il elle devient amoureux se ; ou bien être conduit e fatalement chez elle lui par un e parent e ou un e ami e, et sortir de là tout e rêveur se et mélancolique.

IV. ( /5 points)

V. ( /1 point)

- 1) Une femme (Margaret Thatcher)
- 2) Un homme (Érasme)
- 3) Une femme (Madame de Girardin)
- 4) Un homme (Casanova)
- 5) Un homme (Jacques Chirac)
- 6) Une femme (Simone de Beauvoir)
- 7) Un homme (Friedrich Nietzsche)
- 8) Un homme (Otto Weininger)
- 9) Une femme (Brigitte Bardot)
- 10) Une femme (Florence Montreynaud)

#### 4 Remarques finales

Ce présent papier nous a permis l'inclusion d'un sujet de société, l'écriture inclusive, dans les sphères de la didactique des langues étrangères, c'est-à-dire du Français sur Objectifs Spécifiques. Pour ce faire, nous avons resitué les éléments de ce sujet, à savoir où, comment et pourquoi ils s'originent, quels en sont les défenseurs et détracteurs,

les idées et projets que ces derniers soutiennent. Aussi, nous avons voulu brièvement comparer la situation de l'écriture inclusive en France avec d'autres réalités.

Forts de ces constats, nous avons su imaginer un scénario où les didacticiens du français de la Maison des Langues de l'Université d'Artois ont ressenti le besoin de faire partager ladite question de l'écriture inclusive aux étudiants étrangers désireux de savoir davantage sur ce débat qui a récemment secoué l'opinion publique française. C'est en syntonie avec l'actualité très médiatisée en France, que les formateurs de l'Université d'Artois ont décidé de mettre en place une brève formation de Français sur Objectifs Universitaires autour du sujet polémique de l'emploi ou pas de l'écriture inclusive dans la société française.

Après avoir mis au point une stratégie afin de rassembler ces étudiants étrangers, la formation intensive propose dans ces quatre modules un parcours tourné vers la divulgation du phénomène « écriture inclusive ».

Associant théorie, pratique, évaluation, elle se termine par un volet d'approfondissement, qui pourrait faire figure de remédiation ou d'autonomisation. En effet, quoi de mieux, face à une question fortement politisée, à une bataille idéologique comme l'est l'écriture inclusive, que de se faire sa propre idée par la lecture croisée et la synthèse critique.

## Références

A. H. Le Masculin l'emporte sur le féminin : « Une règle qui n'a pas toujours existé ». *Europe 1*, [Paris], 7 nov 2017. Société. Disponible sur : <<http://www.europe1.fr/societe/le-masculin-lemporte-sur-le-feminin-une-regle-qui-na-pas-toujours-existe-3485978>>. Consultée le : 28 févr. 2018.

ACADEMIE FRANÇAISE. Déclaration de l'Académie Française sur l'écriture dite « inclusive ». *L'Académie Française*, Paris, 26 oct. 2017. Disponible sur : <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/declaration-de-lacademie-francaise-sur-lecriture-dite-inclusive>>. Consultée le : 20 févr. 2018.

ACADEMIE FRANÇAISE. Déclaration de l'Académie Française sur la « réforme de l'orthographe ». *L'Académie Française*, Paris, 11 févr. 2016. Disponible sur : <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/declaration-de-lacademie-francaise-sur-la-reforme-de-lorthographe>>. Consultée le : 20 févr. 2018.

ACADEMIE FRANÇAISE. *Dire, ne pas dire* : du bon usage de la langue française. Paris : Philippe Rey, 2014–2017.

ACADEMIE FRANÇAISE. La Féminisation des noms de métiers, fonctions, grades ou titres : Mise au point de l'Académie Française. *L'Académie Française*, Paris, 10 oct. 2014. Disponible sur : <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/la-feminisation-des-noms-de-metiers-fonctions-grades-ou-titres-mise-au-point-de-lacademie>>. Consultée le : 20 févr. 2018.

APE, C. Quand Christophe Castaner publie une profession de foi en écriture inclusive. *20 Minutes*, Paris, 15 nov, 2017. Disponible sur : <<https://www.20minutes.fr/politique/2169231-20171115-quand-christophe-castaner-publie-profession-foi-ecriture-inclusive>>. Consultée le : 25 févr. 2018.

ARBOGAST, M. ; CONDON, S. *La Rédaction non-sexiste et inclusive dans la recherche* : enjeux et modalités pratiques. Documents de travail 231. Paris : Institut National d'Études Démographiques, 2017.

BONTE, A. Écriture inclusive : 10 outils pour (mieux) pratiquer. *RTL Girls*, Paris, 15 janv. 2018. Disponible sur : <<http://www.rtl.fr/girls/identites/ecriture-inclusive-10-outils-pour-mieux-pratiquer-7791834541>>. Consultée le : 28 févr. 2018.

BOSQUE, I. Sexismo lingüístico y visibilidad de la mujer. *Real Academia Española*, Madrid, mar. 2012. Disponible sur : <[http://www.rae.es/sites/default/files/Sexismo\\_linguistico\\_y\\_visibilidad\\_de\\_la\\_mujer\\_0.pdf](http://www.rae.es/sites/default/files/Sexismo_linguistico_y_visibilidad_de_la_mujer_0.pdf)>. Consultée le : 25 févr. 2018.

CANADA. Bureau de la Traduction. *Comment écrire des lettres et des courriels inclusifs*. Gatineau, QC : Bureau de la Traduction, 2018. Disponible sur : <<https://www.noslangues-ourlanguages.gc.ca/fr/themes-fra/ecriture-inclusive>>. Consultée le: 22 mars 2018.

DE BROGLIE, G. *Le Français pour qu'il vive*. Paris : Gallimard, 1986.

DELAUME, C. Écriture inclusive : « En français, la langue reste attachée au phallus ». *L'Obs*, Paris, 12 nov. 2017. Disponible sur : <<https://bibliobs.nouvelobs.com/idees/20171110.OBS7212/ecriture-inclusive-en-francais-la-langue-reste-attachee-au-phallus.html>>. Consultée le : 28 févr. 2018.

ÉCRITURE inclusive. Paris, c2017). Disponible sur : <<http://www.ecriture-inclusive.fr>>. Consultée le : 15 févr. 2018.

ÉDOUARD Philippe bannit l'écriture inclusive des textes officiels. *Le Point*, Paris, 22 nov. 2017. Politique. Disponible sur : <[http://www.lepoint.fr/politique/edouard-philippe-bannit-l-ecriture-inclusive-des-textes-officiels-21-11-2017-2173977\\_20.php](http://www.lepoint.fr/politique/edouard-philippe-bannit-l-ecriture-inclusive-des-textes-officiels-21-11-2017-2173977_20.php)>. Consultée le : 18 févr. 2018.

FAUROUX, V. L'Académie Française lance une mise en garde contre l'écriture inclusive, Jean-Marie Rouart et Nicolas Dupont-Aignan approuvent. *LCI*, Boulogne, 27 oct. 2017. Vidéo (2 min, 35 s). Disponible sur : <<https://www.lci.fr/france/Vidéo-l-academie-francaise-lance-une-mise-en-garde-contre-l-ecriture-inclusive-jean-marie-rouart-et-nicolas-dupont-aignan-approuvent-2068545.html>>. Consultée le : 20 févr. 2018.

HADDAD, R. *Manuel d'écriture inclusive*. Paris : Mots-Clés, 2017.

HAUT CONSEIL À L'ÉGALITÉ ENTRE LES FEMMES ET LES HOMMES. *Pour une communication publique sans stéréotype de sexe : guide pratique*. Paris : La Documentation Française, 2016.

KORDA R. Le logiciel Word incite désormais à « l'écriture inclusive ». *Le Parisien*, [Saint-Ouen], 27 oct. 2017. Disponible sur : <<http://www.leparisien.fr/high-tech/le-logiciel-word-incite-desormais-a-l-ecriture-inclusive-27-10-2017-7358868.php>>. Consultée le : 3 mars 2018.

L'ÉCRITURE inclusive by Mots-clés. *Vimeo*, 4 juil. 2017a. Publié par Noon Studio. Vidéo (2 min 26 s). Disponible sur : <<https://vimeo.com/224157019>>. Consultée le : 15 févr. 2018.

L'ÉCRITURE inclusive et vous ? Mise en ligne par José Sarzi Amade sur *Canvas*, 2018. Disponible en : <<https://canvas.instructure.com/courses/1291461>>. Consultée le : 8 mars 2018.

L'ÉCRITURE inclusive ? Si oui, comment ? Débat dans M. *Youtube*, 13 oct. 2017b. Publié par BX1. Vidéo (30 s). Disponible sur : <<https://www.youtube.com/watch?v=QvED1gm2lJM>>. Consultée le : 26 févr. 2018.

L'HYMNE national canadien est désormais inclusif. *France Info*, Paris, 5 févr. 2018. Disponible sur : <[https://www.francetvinfo.fr/societe/education/ecriture-inclusive/lhymne-national-canadien-est-desormais-inclusif\\_2595450.html](https://www.francetvinfo.fr/societe/education/ecriture-inclusive/lhymne-national-canadien-est-desormais-inclusif_2595450.html)>. Consultée le : 22 mars 2018.

LE CALLENNEC, S. ; SIMON, E. *Magellan et Galilée : questionner le monde*. Paris : Hatier, 2017.

MENGUY, B. L'Écriture exclusive des textes officiels. *La Gazette des Communes*, Antony, 24 janv. 2018. Légistique. Disponible sur : <<http://www.lagazettedescommunes.com/546012/lecriture-exclusive-des-textes-officiels/>>. Consultée le : 18 févr. 2018.

MOREAU, M-L. ; DISTER, A. *Mettre au féminin* : guide de féminisation des noms de métier, fonction, grade ou titre. 3. éd. Bruxelles : Hayez Imprimeurs, 2014.

PECH, M. E. L'Appel des anti-écriture inclusive à Jean-Michel Blanquer. *Le Figaro*, [Paris], 11 nov 2017. Disponible sur : <<http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2017/11/10/31003-20171110ARTFIG00339-l-appel-des-anti-ecriture-inclusive-a-jean-michel-blanquer.php>>. Consultée le : 26 févr. 2018.

PUREN, C. La Compétence culturelle et ses composantes. *Savoirs et Formations*, Montreuil, n. 3, hors-série, p. 6-15, 2013.

QU'EST-CE que l'écriture inclusive ? *Dailymotion*, 2017. Publié par *Le Point*. Vidéo (1 min 30 s, approx.). Disponible sur : <<http://www.dailymotion.com/Vidéo/x6abfxv>>. Consultée le : 15 févr. 2018.

REYNART, F. Sexisme et écriture inclusive : le masculin doit-il forcément l'emporter sur le féminin ? *L'Obs*, Paris, 3 nov. 2017. Vidéo (3 min 23 s). Disponible sur : <<http://www.nouvelobs.com/Vidéos/vxkm0v.DGT/sexisme-et-ecriture-inclusive-le-masculin-doit-il-forcement-l-emporter-sur-le-feminin.html>>. Consultée le : 28 févr. 2018.

RICHTERICH, R. *Besoins langagiers et objectifs d'apprentissage*. Paris : Hachette, 1985.

RIVAROL. *De l'universalité de la langue française*. Présentation de Dany Laferrière. Paris : Flammarion, 2014.

SUTTER, B. L'écriture inclusive : barbarie politiquement correcte ou sens de l'histoire ? *L'ADN*, Paris, 6 févr. 2018. Disponible sur : <<http://www.ladn.eu/reflexion/vu-dans-la-revue/debat-sur-lecriture-inclusive-a-quand-la-generalisation/>>. Consultée le : 24 janv. 2018.

THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA. College of Arts and Sciences. The Writing Center. *Gender-Inclusive Language*. Chapel Hill, NC : UNC, [20--]. Disponible sur : <<http://writingcenter.unc.edu/tips-and-tools/gender-inclusive-language/>>. Consultée le : 3 mars 2018.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA. *Guía de lenguaje no sexista*. Madrid : Oficina de Igualdad, 2011.

VIENNOT, E. (Dir.). *L'Académie contre la langue française* : le dossier « féminisation ». Donnemarie-Dontilly : Éditions iXe, 2016.

VIENNOT, E. *Non, le masculin ne l'emporte pas sur le féminin !*: petite histoire des résistances de la langue française. Donnemarie-Dontilly : Éditions iXe, 2014.

VINTRAY, A. L'Écriture inclusive rejetée par une large majorité des français. *Contrepoints*, [Paris], 25 nov. 2017. Disponible sur : <[https://www.contrepoints.org/2017/11/25/303943-lecriture-inclusive-rejetee-large-majorite-francais?utm\\_source=Newsletter+Contrepoints&utm\\_campaign=f3e6e2f24b-Newsletter\\_auto\\_Mailchimp&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_865f2d37b0-f3e6e2f24b-113542233&mc\\_cid=f3e6e2f24b&mc\\_eid=d4e9aab11](https://www.contrepoints.org/2017/11/25/303943-lecriture-inclusive-rejetee-large-majorite-francais?utm_source=Newsletter+Contrepoints&utm_campaign=f3e6e2f24b-Newsletter_auto_Mailchimp&utm_medium=email&utm_term=0_865f2d37b0-f3e6e2f24b-113542233&mc_cid=f3e6e2f24b&mc_eid=d4e9aab11)>. Consultée le : 26 févr. 2018.

Recebido em: 21 de abril de 2018.

Aprovado em: 30 de maio de 2018.



## Denominações do eclesiástico católico no português das Minas Gerais setecentistas

### *Study on the titles given to Catholic clergyman in Minas Gerais in the 18th century*

Marcus Vinícius Pereira das Dores

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
CNPq  
marcusdores@gmail.com

Aléxia Teles Duchowny

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil  
alexia Duchowny@gmail.com

**Resumo:** O principal objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de um estudo sobre os itens lexicais utilizados para se fazer referência ao religioso ordenado católico, isto é, *capelão, clérigo, cura, padre, pároco, sacerdote e vigário*, no português setecentista das Minas Gerais, Brasil. Como base de pesquisa, utilizaram-se três tipos de obras lexicográficas: duas obras coetâneas ao *corpus* (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1813); dois dicionários etimológicos (BUENO, 1974; CUNHA, 1986), e uma obra contemporânea (HOUAISS, 2009).

**Palavras-chave:** português setecentista; história das palavras; etimologia; lexicografia; eclesiástico católico.

**Abstract:** The main objective of this work is to present the results of a study on the lexical items used to refer to the Catholic religious leaders, *i.e. capelão, clérigo, cura, padre, pároco, sacerdote e vigário*, in the 18th century Portuguese of Minas Gerais, Brazil. As a research base, we used three types of lexicographic works: two of them contemporaneous with the corpus (BLUTEAU, 1728; SILVA, 1813); two etymological dictionaries (BUENO, 1974; CUNHA, 1986); and a contemporary work (HOUAISS, 2009).

**Keywords:** 17th century Portuguese; history of words; etymology; lexicography; catholic clergyman.

## 1 Introdução

Baseando-se em algumas obras lexicográficas, neste artigo, buscaremos levantar informações sobre os itens lexicais utilizados para denominar o religioso ordenado em segundo grau<sup>1</sup> da Igreja Católica, na língua portuguesa do século XVIII. Salviano (2016, p.79) afirma que a “definição histórico-etimológica de um lexema não se dá por meio de uma trajetória linear e evidente”, o que será corroborado por nossas investigações. Viaro (2011, p.98) também alerta que, “[p]ara se chegar a um bom étimo, não basta, como pensam muitos, apenas ter imaginação e conhecimento de sua língua materna ou de apenas algumas línguas”. Assim, não nos apoiaremos no senso comum ou em suposições, mas, sim, na metodologia proposta por Viaro (2011). Em virtude do limite de caracteres estabelecido e da extensão das definições dos itens lexicais descritos, não nos aprofundaremos nas teorias dos estudos do léxico. Nesse sentido, nosso trabalho assume um caráter mais descritivo.

Como todas as palavras aqui descritas possuem um referente muito próximo, o de um religioso ordenado católico, outro objetivo deste trabalho é verificar qual seria a proximidade semântica entre os itens, a ser analisada nas obras consultadas. Não são muitos os trabalhos que possuem objetivos como os nossos e, sobre isso, Malkiel (1996, p.155-163) elenca vários fatores que favorecem a baixa ocorrência de estudos na área da etimologia. Alguns deles: predomínio de estudos sincrônicos, de um modo geral; a ausência de teoria bem embasada; a perda do prestígio desses estudos; o alto grau de subjetividade na área; a consciência da complexidade das inter-relações quando do aparecimento de um lexema; a necessidade de um olhar crítico a toda análise etimológica anterior, entre outros. Dos trabalhos que se dedicam à descrição do léxico religioso, vale destacar o de Hallig e Wartburg (1963), no qual os autores sistematizam, por meio do sistema racional de conceitos, a teoria dos campos linguísticos proposta por Trier (1931).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O *Catecismo da Igreja Católica*, na sua versão impressa de 1993, Artigo 6, aponta: “A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo aos Apóstolos continua a ser exercida na Igreja [...] e compreende três graus: o episcopado [3º], o presbiterado [2º] e o diaconato [1º]”.

<sup>2</sup> Apesar de nossos esforços, não foi possível ter acesso a esses estudos. Agradecemos ao parecerista que nos fez as indicações.

As palavras selecionadas para este trabalho foram extraídas de dois *corpora*. O primeiro deles foi o grupo de inventários, do século XVIII, que integra o inédito *Livro de inventários da Catedral de Mariana (1749 – 1904)*, da cidade de Mariana, Minas Gerais, cuja edição e glossário encontram-se em andamento.<sup>3</sup> O segundo, a obra *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas* (2013), organizada por Sueli Maria Coelho e Aléxia Teles Duchowny, constitui um conjunto dos estatutos e compromissos de irmandades, também do século XVIII, da cidade de Diamantina, Minas Gerais, sendo eles: o *Estatuto da Ordem Terceira de São Francisco* (1778), o *Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês* (1778), o *Livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo* (1782) e o *Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento* (1783).

Para se alcançar os objetivos propostos, consultaremos as palavras encontradas no *corpus* selecionado nas seguintes obras lexicológicas, seguidas dos nomes simplificados empregados por nós: i) *Vocabulario portuguez & latino*, do padre Raphael Bluteau (1712-1728); ii) *Diccionario da lingua portugueza*, de Moraes Silva (1813); iii) *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*, de Silveira Bueno (1974); iv) *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, coordenado por Geraldo da Cunha (2010); v) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Antônio Houaiss (2009).

Viaro (2011; 2017) discute diferentes questões relacionadas aos estudos etimológicos. Sua principal divisa é que não se pode trabalhar com etimologia sem embasamento de textos pretéritos. Muitas vezes, a etimologia das palavras é tratada por alguns meios, acadêmicos ou não, de forma muito imprudente. Um exemplo clássico é o mito que permeia a palavra *aluno* nos estudos voltados para educação. Alguns profissionais da área se recusam a utilizar esse item lexical, justificando que tal uso apontaria para uma postura conservadora, já que a palavra seria formada pela junção do prefixo de negação “a-” e a base “*lumni*”, que significa luz. Na verdade, a palavra portuguesa *aluno* deriva do latim *alumnus*, que significa: “criança de peito, pupilo, discípulo” (TORRINHA, 1942, p.47).

Esse exemplo de uma falsa etimologia empregada para a palavra “aluno” – aquele que é sem luz – ratifica a ideia de Viaro (2011, p.97)

---

<sup>3</sup> Pesquisa de mestrado desenvolvida por Marcus Vinícius Pereira das Dores, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.

de que “[e]timologia e imaginação [...] nem sempre fazem um bom casamento”. Toda pesquisa etimológica precisa ter como pano de fundo critérios muito claros e específicos. Ainda assim, diversas dúvidas podem não ser sanadas. Viaro (2011, p.97) ainda completa: “[n]ão se deve confiar num etimólogo que ofereça um étimo qualquer com certeza absoluta, pois tal atitude seria típica da Religião e não da Ciência”.

Pensando nas palavras aqui estudadas (*capelão, clérigo, cura, padre, pároco, sacerdote e vigário*) e no rigor dos estudos etimológicos, nos deparamos com o problema da impossibilidade de se confiar nos *termini a quo* de dicionários como o Houaiss (cf. VIARO, 2017). A etimologia fornecida por esse dicionário é baseada principalmente nas obras de José Pedro Machado – que traz datas vagas para a ocorrência de algumas palavras – e de Antônio Geraldo da Cunha – que apresenta datações mais precisas (Cf. VIARO, 2011, p.106-109). Esperamos que, com o uso de várias obras, o problema seja diminuído.

Seabra (2004, p.22), ao reconhecer que “o ato de criar ou substituir as palavras ao longo do tempo e o seu eventual desdobramento em novas palavras são fenômenos, entre muitos outros fenômenos linguísticos, mais abertamente expostos à observação humana”, dialoga diretamente com o assunto que abordamos neste trabalho. A figura masculina investida de autoridade religiosa, em diferentes textos e épocas, é nomeada por diferentes itens lexicais que carregam traços singulares do referente.

Ao tratar da etimologia, Seabra (2004, p.220) afirma que

Fernão de Oliveira<sup>4</sup> discute o quanto é complexo o estudo da etimologia, assinalando que é extremamente difícil motivar a origem de cada nome, pois seria preciso saber de onde surgiram as “coisas” correspondentes e, em cada caso, chegar até a “pessoa particular” que impôs tal nome.

Justamente por isso, os estudos etimológicos devem ser sempre pautados em *corpora* confiáveis que tenham sido criados com finalidade de servir aos estudos linguísticos.

Segundo Silva, Xavier e Paula (2016, p.56), “[s]abe-se que na hierarquia católica o maior cargo é ocupado pelo Papa, responsável por nomear os cardeais e bispos. Posteriormente, vêm arrolados o cardeal,

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, F. de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Academia de Ciências Humanas, 2000. A 1ª edição é de 1536.

o bispo, o arcebispo, pároco, o diácono, o seminarista, o coroinha, entre outros que ocupam posições secundárias”.

A seguir, faremos uma breve descrição das cinco obras lexicográficas consultadas para a elaboração deste trabalho.

## **2 Obras consultadas**

### **2.1 Vocabulario portuguez & latino (1728)**

O *Vocabulario* de Bluteau é conhecido por ser um marco da produção lexicográfica em português, sendo o primeiro a fixar um *corpus* autorizado nessa língua. Como qualquer produção lexicográfica baseada em *corpus*, Bluteau deixou incutido na sua obra fortes marcas da sua doutrina (católica) e do pensamento dos seus contemporâneos. Murakawa (2007, p.168), analisando as entradas lexicais da obra de Bluteau, assevera que “[s]uas definições lexicográficas são, por vezes, extensas e detalhadas, abrangendo não só a explicação de uma palavra e a relação de seus sinônimos, mas também pormenores descritivos e históricos” e ainda completa “Bluteau procurou ser o mais abrangente possível em seu trabalho lexicográfico, chegando à exaustão, e algumas vezes a detalhes desnecessários [...]” (MURAKAWA, 2007, p.184). Esse detalhamento e essa extensão, muitas vezes exaustiva, poderão ser percebidos nas definições dos itens analisados neste trabalho.

A versão do *Vocabulario* que consultamos para este trabalho encontra-se disponível no acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Na transcrição das definições, com exceção da quebra de linha, procuramos deixar os textos fiéis ao que consta no original.

### **2.2 Dicionario da lingua portuguesa (1813)**

O *Diccionario da lingua portuguesa* foi publicado, por Antônio de Morais Silva em 1798 e reeditado por ele em 1813. Conforme Morais Silva aponta no frontispício da sua obra de 1798, trata-se de um trabalho de reformulação e acréscimo do que foi publicado por Bluteau: “Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Morais Silva natural do Rio de Janeiro” (SILVA, 1798, p.1). Sobre a obra de Morais Silva, Murakawa (2006, p.61) alega que “[m]uito embora tenha

utilizado o Vocabulario Portuguez e Latino (1712-1728) de Bluteau como fonte de referência para a elaboração de seu dicionário, apresentou inovações lexicográficas que tornaram sua obra modelo para a produção dicionarística nos séculos seguintes”.

A consulta ao *Diccionario da lingua portuguesa* também foi realizada via acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. A transcrição das definições, assim como as do *Vocabulario* de Bluteau, respeitou ao máximo a forma do texto original.

### **2.3 Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa (1974)**

É imprescindível para este trabalho de averiguação etimológica a consulta em obras que tentem apresentar alguns apontamentos etimológicos e possíveis datações dos itens aqui analisados. O *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*, publicado por Francisco da Silveira Bueno, embora não traga as datações das palavras que pesquisamos, nos auxiliou com as definições, das quais extraímos alguns itens lexicais afins da palavra entrada. Além das informações etimológicas, o autor apresenta pelo menos uma definição para cada item.

### **2.4 Dicionário etimológico da língua portuguesa (2010)**

Para tornar este trabalho um pouco mais completo, resolvemos consultar também o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, que traz, segundo Santana (2011, p.141), citando Dapena (2002),

[...] ao longo da estrutura de seu dicionário, as palavras alfabeticamente e por famílias etimológicas, sendo que esta última distribuição “consiste en la agrupación en torno a una raíz, étimo o palabra inicial en una derivación, de todos los vocablos emparentados” (DAPENA, 2002, p.73)<sup>5</sup> e, com isso, ele opta por apresentar as palavras que são cognatas “num único verbete”.

Contudo, esse dicionário traz pouquíssimas definições dos itens que o compõe. O que nos impossibilitaria, para este trabalho, usá-lo como

<sup>5</sup> Tradução nossa: “consiste no agrupamento em torno de uma raiz, étimo ou palavra inicial em uma derivação, de todas as palavras relacionadas”.

única fonte de pesquisa. Sobretudo, porque nosso objetivo perpassa pelo cotejo das informações encontradas em diferentes obras lexicográficas.

## **2.5 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009)**

Optamos por selecionar um dicionário contemporâneo para também compor o conjunto de obras de consulta deste trabalho. A escolha pelo *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* se deu pelo fato de ele ser digital, o que facilita a atualização dos dados. Ainda assim, como aponta Viaro (2017), o *Dicionário Houaiss*, como outros, possui problemas referentes às informações etimológicas (embora o *Houaiss* não seja um dicionário etimológico) e ao *terminus a quo* dos itens lexicais ali presentes. Vale ressaltar ainda que o *Dicionário Houaiss* é o único, entre os que foram consultados, a apresentar considerações acerca da variação regional do português brasileiro.

Após essa pequena descrição dos materiais consultados, na próxima seção, apresentamos, para cada item lexical – *capelão, clérigo, cura, padre, pároco, sacerdote* e *vigário* – que aqui vamos analisar, uma ficha com as seguintes informações: i) obra consultada; ii) definição encontrada (com ênfase nas acepções relacionadas à religião); iii) etimologia; e itens lexicais afins (itens de significado próximo, que coocorrem, nas definições, com os itens pesquisados). As fichas, por sua vez, foram preenchidas com as informações coletadas nas obras lexicográficas, citadas anteriormente.

## **3 Descrição dos dados**

Foram encontrados os seguintes termos<sup>6</sup> no *corpus* selecionado:

---

<sup>6</sup> Arrolamos 136 ocorrências do termo *ministro*, uma única ocorrência de *subdiáconos* e uma de *prelado*, que não constarão em nossa análise, pois não representam religiosos ordenados em segundo grau.

Tabela 1 – Termos referentes ao religioso ordenado católico no português das Minas Gerais setecentistas

<b>Termo</b>	<b>Estatutos e compromissos</b>	<b>Livro de inventários</b>	<b>Total</b>
<i>Padre</i>	65	31	96
<i>Vigário</i>	49	0	49
<i>Capelão</i>	39	4	43
<i>Sacerdote</i>	16	5	21
<i>Pároco</i>	15	6	21
<i>Clérigo</i>	4	0	4
<i>Cura</i>	0	2	2

Nos documentos consultados, a ortografia e a acentuação dos itens distribuídos na Tabela 1 variam bastante, *e.g.* *capelão* ~ *capelaõ* ~ *capellão* ~ *capellaõ* ~ *cappelão* ~ *capelam* ~ *capellam*. Como não afetariam as análises e os resultados de nossa pesquisa, esses casos não foram assinalados, mas fizeram parte do cômputo total de dados.

A seguir, apresentaremos as informações sobre os termos, organizadas em fichas, na ordem do item mais frequente para o menos.

### 3.1 *Padre*

A palavra *padre* nos parece ser a mais usual atualmente, no português brasileiro, assim como no século XVIII. Contudo, a sua etimologia se confunde com a etimologia da palavra *pai*, o que pode gerar imprecisões cronológicas. Em galego e em castelhano, além do mais, a palavra para *pai* é *padre*<sup>7</sup>. No entanto, ao nosso ver, a falta de clareza se justifica quando o padre é visto como uma espécie de pai que educa (catequiza) os seus filhos (os fiéis). O Papa, por exemplo, é considerado por muitos fiéis o pai da Igreja Católica.

<sup>7</sup> Ver *padre* em Álvarez de la Granja e Boullón Agrelo (2006).

Quadro 1 – Ficha do item lexical *padre*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.77, v. 6)	Deos Padre. A primeira Pessoa da Santissima Trindade. <i>Deus Pate.</i> Hum Padre nosso, he a oração Dominical, porque começa por <i>Pater noster</i> , &c. Os Padres da Igreja são os antigos Prelados, e Doutores della. S. João Chrysostomo, S. Basilio, &c. são Padres Gregos, S. Agostinho, S. Ambrosio, são Padres Latinos. A Biblioteca dos Padres, he hum ajuntamento das obras de muitos antigos Padres, ã hoje anda impresso em vinte e sete grandes volumes de folha. <i>Bibliotheca Sanctorum Patrum.</i> O Santo Padre. He nome que os Catholicos dão ao Papa. (Ser dispensado pelo Santo Padre. Mon. Lusitan. tom. 4. 206. col 2.). Padre espiritual. He o Confessor. Padre se chamão os Sacerdotes de todas as Ordens Religiosas, e Congregações Regulares. Os Padres Carmelitas, Agostinho, &c. os Padres da Trindade, da Companhia, do Oratorio.	Não apresenta.	<i>Prelado, confessor, sacerdote.</i>
SILVA (1813)	Pádre, s. m. por pai. “Padre nosso, que estás nos Ceos.” § Os Padres da Igreja; os Santos Doutores antigos della. § Padre Santo: o Papa. § Sacerdote secular, ou regular. § Padres Conscriptos: os Senadores Romanos. Vascone. § Padre espiritual: Director da consciencia.	Não apresenta.	Pai, santo doutor, papa, sacerdote secular ou regular, diretor da consciência.

(Continua)

(Conclusão)

BUENO (1974, p. 2820-2821)	Na língua arcaica e nos primeiros clássicos tinha o mesmo significado de <i>pai</i> , sendo a penúltima forma da cadeia fonética. Fixou-se depois na significação de sacerdote católico. Padre-mestre: Padre professor nas ordens religiosas e também o mestre espiritual, o diretor dos noviços. Em muitos colégios o padre-mestre é o diretor da disciplina. Padre Santo: O Papa. Diz-se mais comumente o Santo Padre. Padres da Igreja: São os doutores da Igreja, os grandes intérpretes da doutrina católica.	Lat. <i>patrem</i> .	<i>Pai, sacerdote católico, mestre espiritual.</i>
CUNHA (2010, p.469)	Pai.	Do latim <i>pater</i> ; <i>patris</i> (lat. <i>patre</i> > port. <i>padre</i> > * <i>pade</i> > <i>pae</i> > <i>pai</i> ). <i>Padre</i> , século XIII.	<i>Pai.</i>
HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. 1 Homem que recebeu ordenação sacerdotal; sacerdote secular ou regular; 2 Diacronismo: antigo. m. q. pai ('homem').	Datação: século XIII. Do latim, <i>páter, pátris</i> .	<i>Sacerdote secular ou regular.</i>

### 3.2 Vigário

Com base nos dados arrolados, o *vigário* seria um substituto do prelado ou do pároco. No entanto, o termo parece se confundir com o religioso por ele substituído.

Quadro 2 – Ficha do item lexical *vigário*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.485, v.8)	<p>Vigário, ou Vigario, ou Vicario. que faz as vezes, et funçoens do Prelado na sua ausência.</p> <p>Vigairo do Papa. Antigamente o que possuía esta dignidade, só era Bispo. Depois do Pontificado de Julio IV não se deu este lugar senão a Cardeaes. O Vigario do papa tem jurisdição nos Sacerdotes Seculares, et Regulares, et nos que tem commettido algum delicto cõtra a Igreja.</p> <p>Vigairo, Cura d'almas. <i>Vid.</i> Cura.</p>	<i>Vicarius, ii.</i>	<i>Prelado, vigário do papa, cura.</i>
SILVA (1813)	<p>Vigário, s.m. O Cura d'almas. O que faz as vezes do prelado. V. g. vigário geral, <i>do Bispado, da Vara.</i> [...]</p>	Não apresenta.	<i>Cura d'almas; prelado.</i>
BUENO (1974, p.4251)	<p><b>Vigário</b> – s. m. No Brasil, o mesmo que pároco, o responsável pelo andamento espiritual de uma paróquia. Em face do Direito Canônico, <i>vicarius</i>, vigário, é o padre que faz as vezes do pároco, o coadjutor da paróquia, e não o próprio pároco. O termo já tomou tal significação em nossa pátria que a própria Igreja assim o considera.</p>	<i>Vicarius.</i>	<i>Pároco.</i>
CUNHA (2010, p.677)	<p>Vigário sm. 'orig. vicário' 'ext. padre que faz as vezes do prelado, ou que substitui o pároco' XIII.</p>	Do lat. <i>vicarius.</i>	<i>Vicário, prelado, pároco.</i>
HOUAISS (2009)	<p>Substantivo masculino. 1 aquele que substitui outro; 2 religioso que, investido dos poderes de outro, exerce em seu nome suas funções; 2.1 padre que faz as vezes de prelado; 2.2 padre que substitui o pároco de uma paróquia; 3 irmão que, nas confrarias, faz as vezes de chefe ou juiz; 4 Uso: informal. m. q. <i>pároco</i></p>	Lat. <i>vicarium</i> , i “o que faz as vezes de outro, substituto”.	Padre, irmão.

### 3.3 Capelão

Em todas as obras consultadas, o item *capelão* possui a acepção de religioso que tem por incumbência o cuidado de uma capela, que é, geralmente, uma igreja menor e/ou particular.

Quadro 3 – Ficha do item lexical *capelão*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.122-123, v.2)	Capellam, Capellaõ. O Sacerdote assalariado que tem obrigação de dizer Missa em Oratorio, ou Igreja. <i>Sacerdos ad rem divinam in sacello faciendam constitutus</i> . Capellaõ, que tem cuidado da Capella de alguém. <i>Alicujas sacello praefectus, ou alicui a sacello</i> . Capellaõ mór. Dignidade na Capella Real, a tomãraõ os Reys de Portugal dos Reys Suecos, seus antecessores; e não he pequena honra para os Capellaës môres deste Reyno o serem successores de S. Martinho, que foi o primeiro, que teve esta dignidade, e o Bispado de Dume, a quem era anexa. Monarc. Lufit. tom. 2. fol. 196. Por excusar termos Gentilicos, como <i>Sacrificulos</i> , e palavras Gregas, que poucos entendem, como, <i>Hierophanta</i> , que he o mesmo, que <i>Sacrorum antistes</i> ; entendendo, que melhor seria usar das palavras, <i>Sacellanus</i> , ou <i>Capellanus</i> , porque são derivadas de <i>Sacellum</i> , e de <i>Capella</i> , ã são palavras Latinas. Capellaõ. Titulo de cortesia, como quando dizem Frades, ou Clerigos Capellaõ de v.m.	São derivadas de <i>Sacellum</i> , e de <i>Capella</i> , ã são palavras Latinas	<i>Frade, clérigo.</i>
SILVA (1813)	Capellão, s.m. Clerigo, que faz os Officios Divinos de alguma Capella; e assim se chamão os que recitão nos côros das Igrejas. § Capellão mór; há um na Capella Real, e hoje é o Patriarcha de Lisboa. § Capellães dos Judeos; os que são sacerdotes nas Synagogas.	Não apresenta.	<i>Clérigo, sacerdote.</i>

(Continua)

(Conclusão)

---

BUENO (1974, p.613)	Sacerdote encarregado de uma capela, que tem uma capelania.	Lat. med. <i>capellanus</i> , de <i>cappella</i> + <i>anus</i> , o encarregado de guardar a relíquia de S. Martinho.	<i>Sacerdote.</i>
CUNHA (2010, p.124)	Cargo, dignidade ou benefícios de capelão.	Capellan, XIII, capellam, XIII. Do antigo provençal <i>capelan</i> , derivado do baixo latim <i>cappellanus</i> .	..
HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. 1. sacerdote responsável pelos ofícios religiosos de uma capela; 1.1 sacerdote encarregado de capela particular e, como tal, esp. importante para a família ou comunidade à qual essa capela pertence; 2. Regionalismo: Brasil. Uso (informal): Macaco velho e esperto que serve de guia para os outros do bando; padre-mestre; 3. Regionalismo (São Paulo): aquele que puxa orações.	Datação: 1153. Do provençal <i>capelan</i> e, este, do latim medieval <i>cappellanus</i> (i/'id'), derivado de <i>cappella</i> (ae), diminutivo de <i>cappa</i> .	<i>Sacerdote, padre-mestre.</i>

---

### 3.4 Sacerdote

O *sacerdote* possui um sentido marcado pelo zelo pastoral e pela honra. Os sacerdotes eram e são até hoje os responsáveis pela oferta de sacrifícios a Deus – se levarmos em consideração os preceitos da Igreja Católica pelos quais o sacerdote rememora/atualiza o sacrifício da paixão de Cristo.

Quadro 4 – Ficha do item lexical *sacerdote*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.419, v.7)	Este nome, respectivamente a Deos, val o mesmo que Sacrificador; e respectivamente aos homens, significa o mesmo que em Latim <i>Sacradans</i> , ou <i>Sacradocens</i> , ou <i>Sacra dos</i> ; e de todos estes significados se argue, que o Sacerdote ha de ser totalmente consagrado a Deos, para lhe offerecer sacrificios, e juntamente sacrificado ao povo, para lhe administrar os Sacramentos, e para o ajudarem todas as materias, concernêtes à salvação de sua alma. [...] Fazião os Egypcios dos seus Sacerdotes os seus Reys; e a todos os seus Filósofos davaõ o mesmo titulo. Entre os Indios, o Sacerdocio he hereditario, como antigamente o era entre os Hebreos; o filho de hum Bramane he Sacerdote, e casa com a filha de outro Bramane. Sacedote entre os Christãos he o mesmo que Clerigo de Missa. Os Sacerdotes Hebreos, q̄ sacreificavã boys, cordeyros, ec. erão figura dos Sacerdotes da ley da Graça, que no sacrificio do Altar offercem ao Eterno Pay o Divino Cordeyro. <i>Sacerdos, otis</i> . Masc.	Significa o mesmo que em Latim <i>Sacradans</i> .	<i>Sacrificador, rei, filósofo, clérigo de missa.</i>
SILVA (1813)	Sacrificador Gentilico; o que faz, ou ministra aos Sacrificios do verdadeiro Deus, e são de ordens menores, ou maiores, e Presbyteros.	Não apresenta.	<i>Sacrificador, presbítero.</i>

(Continua)

(Conclusão)

---

BUENO (1974,p.3607)	Ministro religioso, padre, eclesiástico revestido de ordens sacras.	Lat. <i>sacerdos, sacerdotis</i> , derivado de <i>sacer</i> , sagrado e o tema indo-europeu <i>tho-ts</i> , raiz <i>dh</i> , fazer: aquele que faz coisas sagradas.	<i>Ministro religioso, padre, sacerdote, vigário.</i>
CUNHA (2010,p.574)	Entre os antigos, aquele que tratava dos assuntos religiosos e tinha o poder de oferecer vítimas à divindade. Ministro do culto divino.	XIII, do latim <i>sacerdōs (-ōtis)</i> .	<i>Ministro do culto divino.</i>
HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. 1 sacrificador, aquele que oferecia vítimas à divindade, entre os povos antigos. 2 aquele que recebeu as ordens sacerdotais e que ministra os sacramentos da Igreja; padre. 3 Derivação: sentido figurado. Aquele que exerce profissão honrosa e elevada ou missão nobre.	Datação: século XIII. Do latim <i>sacerdos</i> (ótis). Lit: “aquele a quem cabe o desempenho das cerimônias sagradas; sacerdote, padre”.	<i>Sacrificador; padre.</i>

---

### 3.5 Pároco

Nas definições e nas etimologias apresentadas para a palavra *pároco*, se faz muito presente a figura de um administrador. Os párocos possuem como ofício a gestão e a condução de uma paróquia. A paróquia ou freguesia não se limita a uma igreja, mas a uma porção de terra de uma determinada diocese.

Quadro 5 – Ficha do item lexical *pároco*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.280, v.6)	Pároco. <i>Parochus</i> , i. Masc. vid. Cura. <i>Parochus</i> he palavra Latina, ou (para melhor dizer) latinizada do Grego. Della usa Horacio, e outros antigos Authores. Entre os Romanos significava o mesmo que Provedor, distribuidor. E <i>Parochus</i> era aquelle, que tinha a seu cargo dar lenha, e sal aos que o Senado mandava às Provincias para negocios publicos. Parroco pois na Christandade tambem he aquele, que distribue, e administra aos freguezes os Sacremêtos da Igreja, e particularmente aos moribundos, que estão para passar para a outra vida, o Viatico. Vid. Parrochia. Os Parrochos são os Confessores ordinarios, etc. Mon. Lusit. tom. 5. fol. 73. col. 4).	<i>Parochus</i> he palavra Latina, ou (para melhor dizer) latinizada do Grego.	<i>Cura, provedor, distribuidor, confessor ordinário.</i>
SILVA (1813)	O Cura d'almas de alguma Freguezia, ou Parochia.	Não apresenta.	<i>Cura d'almas.</i>
BUENO (1974, p.2893)	Padre, sacerdote que tem a seu cargo uma paróquia. No Brasil confunde-se com <i>vigário</i> .	Lat. crist. <i>parochus</i> , gr. <i>parokhos</i> , empregado do governo que cuidava do necessário nas viagens dos hóspedes oficiais, do verbo <i>parekô</i> , providencio.	<i>Padre, sacerdote, vigário.</i>
CUNHA (2010, p.478)	Sacerdote encarregado de uma paróquia, vigário.	Do latim <i>parōchus</i> (-ĩ), derivado do grego <i>párochos</i> .	<i>Sacerdote, vigário.</i>

(Continua)

(Conclusão)

HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. Padre responsável por uma paróquia; vigário, padre-cura.	Datação: 1710. Do latim <i>paròchus</i> (i) “fornecedor de víveres aos que viajam em serviço público”.	<i>Padre, vigário, padre-cura.</i>
-------------------	---	--	------------------------------------

### 3.6 Clérigo

O termo *clérigo* parece abarcar todos os outros termos, principalmente o de *sacerdote*.

Quadro 6 – Ficha do item lexical *clérigo*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.342, v.2)	[...]O primeiro uso do nome Clerici se estendeu a todos que exerciaõ na Igreja algum ministerio, et segundo Sancto Isidoro chegava este a nove graos, a saber, <i>Ostiaro, Psalmista, Leitor, Exorcista, Acolito, Subdiacono, Diacono, Presbitero, Bispo</i> [...] Por muytos capitulos de Direyto, Concilios e Escrituras de seculares, Os Monges ou Frades como parte da Jerarchia Ecclesiastica tiveraõ o mesmo nome, <i>Clericorum nomine</i> [...]. Tambem Conegos, particularmente Regrantes que serviaõ nas Igrejas Cathedraes foram chamados <i>Clerici</i> . [...] et porque as letras são necessárias aos que servem a Deos et ao próximo na Igreja, a todo homem letrado, et douto se deu o nome de <i>Clericus</i> [...] Finalmente a todo o fiel Christaõ, assi Secular como Ecclesiastico, compete o nome de <i>Clerigo</i> [...]. Entre nós <i>Clerigo</i> é <i>Synonimo de Sacerdote</i> . Clerigo de Missa. <i>Sacerdos, otis. Masc. Vid. Sacerdóte</i> .	Derivase do Grego <i>Cliros</i> , que quer dizer <i>Sorte</i> .	<i>Ostiaro, Psalmista, Leitor, Exorcista, Acolito, Subdiacono, Diacono, Presbitero, Bispo; Sacerdote; clérigo de missa.</i>

(Continua)

(Conclusão)

SILVA (1813)	CLÉRIGO, s. m. Homem chamado para a Igreja e para os ministérios da religião; Sacerdote, Secular, ou Regular. [...]	..	Clerigo del-Rei: Desembargador Eclesiastico
BUENO ( 1 9 7 4 , p.743)	<b>Clérigo</b> – adj. Que pertence ao clero. <b>Clero</b> – s. m. A classe sacerdotal. O conjunto dos eclesiásticos da Igreja Católica.	Lat. <i>clericus</i> ; Lat. crist. <i>cleros</i> , do gr. <i>kleros</i> [...]	Classe sacerdotal; conjunto dos eclesiásticos (no caso de clero)
CUNHA ( 2 0 1 0 , p.156)	clérigo sm. “aquele que tem todas as ordens sacras, ou algumas delas” “sacerdote cristão” XIII. Do lat. tard. <i>clericus</i> , deriv. do gr. <i>klerikós</i> .	Do lat. tard. <i>clericus</i> < gr. <i>klerikós</i>	<i>Sacerdote cristão</i> .
HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. 1 indivíduo que pertence à classe eclesiástica; 2 aquele que recebeu todas ou algumas das ordens sacras; 3 sacerdote cristão; 4 aquele que recebeu a tonsura.	Lat. ecl. <i>clericus</i> , i “membro da clerezia”, por via popular.	<i>Sacerdote, sacerdote cristão</i> .

### 3.7 Cura

O item lexical *cura* pode ser compreendido, nas obras consultadas, como aquele religioso encarregado do cuidado, da instrução e da cura espiritual dos fiéis de uma determinada comunidade. Essa ideia é presente quando analisamos os itens lexicais afins.

Quadro 7 – Ficha do item lexical *cura*

Obra	Definição	Etimologia	Itens lexicais afins
BLUTEAU (1728, p.639, v.2)	Cura. Parocho. Derivase de Curatus, que em Authores da baxa Latinidade se acha por <i>Curater</i> [...]. Segundo o Mestre Venegas, Cura se chama em Romance o Pastor de huma Igreja, porque não basta, que seja cuydadoso, se não Cura, que em Latim significa o <i>Proprio cuydado</i> . No liv. 2. cap. 8 da Vida de S. Francisco Xavier chama Tursellino ao Cura, <i>Curaio, onis</i> . Masc. alludindo ao antigo officio de Craio, que os antigos Romanos davaõ ao Sacerdote, ou sacrificadôr de cada <i>curia</i> . Tendo Romulo dividido o povo Romano em tres Tribus, e em trinta <i>curias</i> , mandou que tivesse cada <i>curia</i> seu Templo com seus sacrificios, com suas festas, e ordenou, que cada Templo em particular fosse governado por um ministro, ou sacrificadôr, chamado <i>curio</i> , e assi havia trinta <i>curioens</i> , que presidiaõ nas trinta <i>curias</i> , e recebiaõ as Ordens do <i>curiaõ mór</i> . Tambem chama Turfellino ao <i>cura, Parochus</i> , i. Masc. <i>Paraeciae curator</i> , e <i>Parochiae praepositus</i> . Segundo Q Mario Corrado, lib. 5. de Cop. Serm. Lat. tambem poderás chamar ao <i>cura curialis flamen</i> . Duvdo, que dem os Criticos licença a Boldonio para introduzir, <i>Curionatus</i> , por <i>Officio de Cura, Sicut a Consule consulatus, ita à Curione curionatus</i> , na sua Epigraphica, pag. 134. e na pag. 135. quer que as funçoens do <i>cura</i> se posso chamar curionia. [...]	Em Latim significa o <i>Proprio cuydado</i>	<i>Pároco, pastor, sacerdote, sacrificador, ministro.</i>

(Continua)

(Conclusão)

---

SILVA (1813)	O Sacerdote, cuja igreja tem fregueses, que elle é obrigado a curar, ou doutrinar, e Sacramentar, neste sentido é masc. “o Cura da Freguezia.”	Não apresenta.	<i>Sacerdote.</i>
BUENO (1974, p.866)	Pároco, vigário, padre que tem a seu cargo o cuidado das almas.	Lat. ecles. <i>cura</i> . C o m p o s t o . <i>sinecura</i> , officio, emprego, sem o cargo espiritual das almas. Lat. <i>sine cura</i> .	<i>Pároco,</i> <i>vigário, padre.</i>
CUNHA (2010, p.195)	Antiga paróquia, XIII; sacerdote, XIV.	Do latim <i>cūra</i> .	<i>Sacerdote.</i>
HOUAISS (2009)	Substantivo masculino. Pároco, vigário de freguesia, povoação, aldeia. Ex.: o cura era o saber e a moralidade do lugar.	Datação: sécu- lo XIII. Do la- tim, <i>cūra</i> ( <i>ae</i> ) “cuidado, admi- nistração etc.”	<i>Pároco,</i> <i>vigário.</i>

---

#### 4 Considerações finais

Com esta investigação, foi possível fazer um levantamento lexicográfico dos itens lexicais *capelão*, *clérigo*, *cura*, *padre*, *pároco*, *sacerdote* e *vigário* na língua portuguesa das Minas Gerais do século XVIII. O percurso dessas palavras ao longo do tempo, muitas vezes, não é claro. O certo é que todos esses itens possuem percursos que se entrecruzam, sobretudo porque dizem respeito ao mesmo referente no mundo. Quando há diferença desse referente, ela se manifesta apenas em algumas nuances. O ato de nomear é um complexo processo fundador e sustentador da linguagem, por meio do qual se fabrica o mundo. Já de antemão, salientamos que, por esse ponto de vista, não são nítidas as fronteiras que separam a realidade extralinguística daquela que é concebida pela própria língua, uma vez que, não raro, uma se sobrepõe à outra. Como efeito, é uma ilusão o vínculo aparentemente forte que as palavras mantêm com as coisas.

Vale salientar também que as nomeações aqui estudadas são atravessadas por fortes relações histórico-sociais existentes no Período Colonial mineiro. Parte dessas relações podem ser observadas na afirmação de Santos, Seabra e Costa (2017), de que, ao longo dos períodos Colonial e Joanino, nas Minas Gerais, “[o]s nomes dos acidentes, referentes à Capitania e às Comarcas mineiras correspondem aos assentamentos da população, relativos à expressão das hierarquias político-administrativas e eclesiásticas das povoações que se encontravam vigentes nos períodos estudados.”

Ao lado dos itens aqui analisados, apareceram outros, alguns com um maior compartilhamento de traços referenciais, outros nem tanto: *confessor, diácono, diretor da consciência, distribuidor, filósofo, frade, mestre espiritual, ministro, ministro do culto divino, padre-cura, padre-mestre, pai, papa, pastor, prelado, presbítero, provedor, rei, sacerdote católico, sacrificador, senador romano* etc. Todos esses termos servem para designar uma figura masculina que, por meio de alguns votos, geralmente religiosos, passa a liderar um determinado grupo de fiéis.

Algumas etimologias e datações aqui apresentadas podem ser questionadas, quando o autor da obra lexicográfica não fornece detalhes da fonte de determinada informação. Datar uma palavra como sendo do século XIII, como apresentado em alguns exemplos deste trabalho, é muito arriscado pela margem temporal e pela ausência de textos que comprovem isso. Na área da etimologia, há muito por se fazer, sobretudo para os séculos XVII, XVIII e o XX. O certo é que muitas pessoas, leigas e alguns estudiosos, se sentem aptas para fornecer elementos da história de uma determinada palavra, mas poucos querem se debruçar sobre o extenso volume de textos antigos, a maioria deteriorados pelo tempo e de difícil leitura. É preciso voltar-se para os textos e, só assim, será possível fazer “o melhor uso de maus dados” como assevera Labov (1982, p.45).

Não há dúvida de que é necessário expandir a pesquisa: verificar a possível existência de outras palavras utilizadas para fazer referência ao religioso ordenado católico, aumentar o *corpus* com mais edições fidedignas e torná-lo mais variado diatopicamente, com documentos. Concebemos a discussão deste artigo como um primeiro passo para que se perfaçam os percursos etimológicos dos itens aqui abordados. Em investigações futuras, pretendemos contemplar análises dos usos dos itens lexicais levando-se em conta os contextos linguístico e referencial nos

quais eles surgem, além da comparação dos termos com seus correlatos de séculos diferentes.

### Agradecimentos

Agradecimentos à professora doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, pela leitura crítica do texto inicial. Entretanto, destacamos, é claro, que quaisquer falhas deste texto são de nossa inteira responsabilidade.

### Referências

ÁLVAREZ DE LA GRANJA, M.; BOULLÓN AGRELO, A. I. *Dicionario de dicionarios do galego medieval*. Coordenação de Ernesto González Seoane. Santiago de Compostela: Instituto de la lengua galega, 2006. Disponível em: <<http://sli.uvigo.es/DDGM/index.html>>. Acesso em: 1 maio 2018.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BUENO, F. da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa: vocábulos, expressões da língua geral e científica-sinônimos; contribuições do tupi-guarani*. Santos; São Paulo: Ed. Brasília, 1974. 9 v.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, Vozes, 1993. Não paginado.

CUNHA, A. G. da. (Coord.). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAPENA, J. A. P. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco, Libros, 2002.

DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. (Org.). *Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. (Edições Viva Voz).

HALLIG, R.; WARTBURG, W. von. *Begriffssystem als grundlage für die lexikographie; Versuch eines Ordnungsschemas*. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage. Berlin: Akademie Verlag, 1963.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. Não paginado. 1 CD-ROM.

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Org.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92. Doi: <https://doi.org/10.1075/cilt.24.06lab>

MALKIEL, Y. *Etimología*. Madrid: Cátedra, 1996.

MURAKAWA, C. de A. A. *Antônio de Morais Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*. Araraquara: Editora Cultura Acadêmica, 2006.

MURAKAWA, C. de A. A. Raphael Bluteau: marco na lexicografia portuguesa de setecentos. In: MURAKAWA, C. de A. A.; GONÇALVES, M. F. (Org.). *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. Araraquara: FCL-UNESP, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 159-188.

SALVIANO, B. N. Um estudo etimológico da lexia “surdo”: a aproximação da língua a fatos sócio-históricos. In: DUCHOWNY, A. T. (Org.). *Pelas veredas da etimologia*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2016. v. 1. p. 79-89. Disponível em: <<http://www.usp.br/nehilp/livros/Veredas.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

SANTANA, M. S. Contribuições ao *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, MG, v. 5, n. 2, p. 137-148, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/13707/8170>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Toponímia histórica de Minas Gerais: do Setecentos ao Oitocentos joanino – registros em mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte: MHNJB/UFMG, IHG-MG, 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2018.

SEABRA, M. C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-64KQ9A>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau: reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Não paginado. Disponível em: <<http://purl.pt/29264/4/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza: recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Não paginado. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 25 maio 2018.

SILVA, M. de O.; XAVIER, V. R. D.; PAULA, M. H. de. Descrição e análise de termos eclesiásticos em manuscritos goianos dos séculos XVIII e XIX: uma intersecção entre filologia e terminologia. *Raido*, Dourados, SP, v. 10, n. 24, 2016. p. 53-64. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/4918>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

TRIER, J. *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes*. Heidelberg: C. Winter, 1931.

VIARO, M. E. A retrodatação automática no projeto DELPo. Trabalho apresentado no III Encontro sobre a Diversidade Linguística em Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2017. Comunicação oral. Não publicado.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

Recebido em: 5 de junho de 2018.

Aprovado em: 8 de agosto de 2018.



## **A concordância nominal no português brasileiro falado em Nova Iguaçu**

### ***Nominal agreements in the Brazilian Portuguese spoken in Nova Iguaçu***

Letícia Alves Moreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro / Brasil  
leticia.\_alvees@hotmail.com

Juliana Segadas Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro / Brasil  
jusegadas@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a concordância nominal de número de terceira pessoa do plural em uma variedade urbana do português do Brasil, com base na fala de 12 indivíduos naturais de Nova Iguaçu, com níveis fundamental, médio e superior de instrução, distribuídos, ainda, por duas faixas etárias e sexo. Com o objetivo de descrever essa variedade, o trabalho avalia as motivações de natureza estrutural e social segundo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Para tanto, o ponto de partida da investigação são os resultados apresentados por Brandão (2011, 2013), Brandão e Vieira (2012a, 2012b) e Vieira e Brandão (2014). Nossos resultados parecem apontar a grande influência das motivações sociais para o fenômeno variável nos dias de hoje.

**Palavras-chave:** concordância de número; sintagma nominal; variação linguística.

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze the nominal agreement of the third person plural in an urban variety of Brazilian Portuguese. The sample group consisted of 12 individuals from Nova Iguaçu, with primary, secondary and university education levels, who were then also categorized by age and sex. In order to describe this variation, structural and social motivations have been evaluated through the lens of the Theory of Variation and Change (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968). Therefore, the

starting point of the research is the results presented by Brandão (2011, 2013), Brandão and Vieira (2012a, 2012b) and Vieira and Brandão (2014). Our results seem to point to the great influence of social motivations on this contemporary variable phenomenon.

**Keywords:** nominal number agreement; noun phrase; linguistic variation.

## 1 Introdução

A importância atribuída ao estudo da concordância de número no sintagma nominal (SN) tem instigado pesquisadores de diferentes linhas teóricas, durante os últimos quarenta anos. Um dos motivos de tamanho interesse reside no fato de que é justamente este fenômeno morfossintático o que, aparentemente, mais opõe contrastes quando se comparam as variedades brasileira e europeia da língua. Enquanto se observa riqueza flexional, havendo concordância nominal (praticamente) categórica no português europeu (PE), o português do Brasil (PB) caracteriza-se pela perda de morfologia flexional e de regras de concordância.

No que se refere à descrição do fenômeno para o PB, sobretudo na perspectiva da Sociolinguística laboviana, já existem trabalhos bastante completos que buscam decifrar quais condicionamentos sociais e/ou linguísticos impulsionam a variação nas estratégias de concordância nominal (BRANDÃO; ALMEIDA, 1999; BRAGA; SCHERRE, 1976; BRAGA, 1977; SCHERRE, 1978, 1988, 1994; BRANDÃO, 2011, 2013; BRANDÃO; VIEIRA, 2012a, 2012b; VIEIRA; BRANDÃO, 2014).

Partindo destes resultados, propõe-se a investigação da concordância de número, no âmbito do sintagma nominal, com base em um *corpus* ainda não analisado, que conta com entrevistas orais coletadas entre informantes em Nova Iguaçu, entre 2015 e 2017. Assim sendo, intenciona-se analisar a variação nas estratégias de concordância nominal com base em informantes cultos e não-cultos, de modo a compreender em que medida e de que maneira a mudança linguística se processa no município, em comparação com o restante do estado.

## 2 Justificativa: o que ainda falta investigar sobre o fenômeno?

No que diz respeito à proposta de investigação, vale observar os resultados encontrados em Brandão (2011), com base em uma amostra de língua oral coletada entre os anos de 2008 e 2009, no município de Nova Iguaçu.

Tal investigação parte do controle de variáveis linguísticas e sociais, das quais se destacaram, em ordem de importância: (1) *posição linear e relativa dos constituintes no SN*; (2) *escolarização do informante*; (3) *faixa etária*; (4) *saliência fônica*; (5) *animacidade do núcleo*. Veja-se cada um deles<sup>1</sup>, começando pelos grupos de fatores sociais e passando, posteriormente, para análise das variáveis linguísticas.

Com relação à variável que controla a *escolarização* do informante, a autora verifica que os indivíduos de escolaridade fundamental (PR 0.62<sup>2</sup>) e média (PR 0.76) tendem a um maior cancelamento de marcas, em oposição aos indivíduos mais escolarizados, isto é, com frequência universitária (PR 0.26). Além disso, no que diz respeito às *faixas etárias* controladas, verificou-se que são os indivíduos mais velhos os mais predispostos ao cancelamento de marcas (PR 0.64). Por outro lado, os mais jovens e os adultos de meia-idade tendem a adotar um comportamento mais próximo à norma, com índices bastante próximos, respectivamente: PR 0.48 e 0.41.

Em relação aos grupos de fatores linguísticos, o controle da *posição linear e relativa dos constituintes* no interior do SN mostrou que itens que ocupam a primeira posição, ou seja, que estão à esquerda, apresentam uma tendência maior para a retenção dos morfemas de número (PR 0.17) do que os itens situados da segunda posição em diante. Quanto mais à direita no sintagma, maior é a tendência de apagamento das marcas de número.

Com relação ao controle do nível de *saliência fônica*, os resultados demonstram que itens menos marcados do ponto de vista fônico tem uma maior possibilidade de apresentar cancelamento do morfema de número (PR 0.52) que os itens mais marcados (PR 0.30). Por fim, o controle da *animacidade* do núcleo demonstra que vocábulos com o traço [+ animado], em que predomina o traço [+ humano], são menos sujeitos ao apagamento das marcas de número (PR 0.43) do que os de traços [- animado] (PR 0.55).

---

<sup>1</sup> O fator de aplicação é *cancelamento da marca de número*.

<sup>2</sup> São reproduzidos os resultados em peso relativo (PR), discutidos em Brandão (2011).

Como se pode constatar, os resultados de Brandão (2011) mostram-se bastante interessantes para a compreensão do fenômeno variável, ainda que baseados em uma amostra com apenas 18 informantes. Na presente investigação, propõe-se a ampliação desta amostragem com a análise de 12 outros informantes nativos de Nova Iguaçu, coletadas entre 2015 e 2017. A comparação dos resultados também poderá dar indícios sobre o comportamento da comunidade na curta duração (LABOV, 1994; PAIVA; DUARTE, 2003).

### 3 Pressupostos teórico-metodológicos

Visto que o objetivo do trabalho é investigar a variação nas estratégias de concordância no interior do sintagma nominal, mostra-se pertinente a adoção dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística de base laboviana (LABOV, 1994; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, 2006). Partindo de tal perspectiva, foram levantados os dados linguísticos em estudo, com base em entrevistas orais coletadas entre 12 informantes do município de Nova Iguaçu, previamente transcritas e digitalizadas. Abaixo, apresentam-se as informações sumárias dos sujeitos entrevistados cujas falas foram analisadas para a presente investigação:

Quadro 1 – Informações acerca dos perfis dos entrevistados cuja fala foi analisada

Identificador	Sexo	Idade	Grupo etário	<i>Escolaridade</i>
Inf.1	Feminino	32	Jovem adulto	Fundamental
Inf.2	Masculino	18	Jovem adulto	Fundamental
Inf.3	Feminino	28	Jovem adulto	Médio
Inf.4	Masculino	24	Jovem adulto	Médio
Inf.5	Feminino	23	Jovem adulto	Superior
Inf.6	Masculino	26	Jovem adulto	Superior
Inf.7	Feminino	64	Idoso	Fundamental
Inf.8	Masculino	68	Idoso	Fundamental
Inf.9	Feminino	56	Idoso	Médio
Inf.10	Masculino	56	Idoso	Médio
Inf.11	Feminino	66	Idoso	Superior
Inf.12	Masculino	61	Idoso	Superior

O município de Nova Iguaçu localiza-se no estado do Rio de Janeiro, a noroeste da capital, distando desta cerca de 28 km. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), é a quarta cidade mais populosa do estado (798 mil habitantes), ficando atrás apenas da capital (6,5 milhões), de São Gonçalo (1,04 milhão) e de Duque de Caxias (890 mil). O mapa abaixo localiza o município de Nova Iguaçu (13) em relação aos outros municípios que constituem o estado do Rio de Janeiro:

Figura 1 – Mapa da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo próprio, elaborado a partir da base cartográfica do IBGE.

Nossa amostra de língua oral, organizada no âmbito do projeto de pesquisa “Nova Iguaçu sob o viés da Sociolinguística”, entre os anos de 2015 e 2017, serviu de base para a investigação do fenômeno linguístico, propiciando a comparação com os resultados de Brandão (2011), a partir de entrevistas gravadas na mesma cidade, entre os anos de 2008 e 2009.

Os dados levantados foram codificados de acordo com cinco fatores linguísticos (posição do termo no interior do SN, posição do SN no interior da oração, animacidade, saliência fônica e paralelismo

formal) e os três fatores sociais que estratificavam a amostra (gênero, faixa etária, escolaridade) e, posteriormente, submetidos ao programa estatístico de regras variáveis, denominado *Goldvarb X*. Os principais resultados encontrados pelo programa computacional serão apresentados nas seções seguintes.

## 4 Resultados

### 4.1 Frequência geral das estratégias de concordância de número no âmbito do sintagma nominal

Na língua portuguesa são possíveis diferentes padrões para manifestar a categoria de número no interior do sintagma nominal. A gramática tradicional prescreve que o único uso “correto” é aquele no qual a marcação de número ocorre redundantemente em todos os elementos flexionáveis, sempre em consonância com a marca presente no núcleo nominal. O exemplo a seguir ilustra o uso prescrito pelas gramáticas e que recebe o maior grau de prestígio social no PB:

- (1) [Todos aqueles seus **primos** angolanos] vieram visitá-lo em janeiro.

Como se pode observar, o núcleo nominal “primos”, exibindo a marca de plural “-s”, determinaria ‘em tese’ a concordância de todos os termos a ele subordinados, como é o caso do quantificador “todos”, do demonstrativo “aqueles”, do possessivo “seus” e do adjetivo “angolanos”. Na fala, no entanto, estruturas desse tipo não são a única possibilidade da língua, e é possível a ocorrência de outros padrões, podendo ser parcialmente marcados, ou mesmo marcados em apenas um dos seus constituintes.

- (2) [Aqueles **blusinha** \_]  
(3) [Os meus **filho** \_]  
(4) [As primeira\_ **mudança** \_]  
(5) [Esses **carioca**\_ malhado \_]

Além disso, sintagmas nominais constituídos de cinco elementos são menos comuns no português, em comparação aos de dois ou três elementos, muito mais frequentes, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de SNs por posição de núcleos

<i>Posição do núcleo no SN</i>	<i>Número / Total</i>	<i>Perc.</i>
1ª posição	90/1129	8%
2ª posição	917/1129	81%
3ª /4ª posição	122/1129	11%

Dos 1129 sintagmas nominais localizados em nossa amostra, foi possível observar que a grande maioria deles apresentava estrutura com núcleo na segunda posição (81%). Com base em tais dados, localizou-se a produtividade geral das estratégias de concordância de número no interior dos SNs, independentemente do número de elementos ou da posição do núcleo em seu interior. A Tabela 2 ilustra os resultados gerais da frequência de retenção e apagamento da marca de plural:

Tabela 2 – Frequência geral da marcação de número no SN

<i>Presença de marca de número</i>	<i>Ausência de marca de número</i>
2.535/2655	120/2655
95%	5%

De acordo com os resultados, constatou-se que na língua oral a retenção da marca de número é bastante produtiva em dados de Nova Iguaçu. Em um total de 2655 itens flexionáveis, localizaram-se 2535 ocorrências em que a marca de plural encontrava-se explícita (95%), contra apenas 120 casos de apagamento da marca de número (5%). Tal resultado, em princípio, referenda os altos índices de concordância nominal explícita no PB, à semelhança do que outras pesquisas anteriores constataram, notadamente os resultados de Brandão (2011, 2013), Brandão e Vieira (2012a, 2012b) e Vieira e Brandão (2014).

Todavia, também se verifica um diferencial em relação a outras pesquisas, principalmente no que se refere à tipologia de regras linguísticas<sup>3</sup> que melhor caracterizaria o fenômeno sob análise (LABOV, 2003): enquanto outras investigações caracterizam o fenômeno da

<sup>3</sup> De acordo com as tipologias propostas em Labov (2003) e esquematizadas em Vieira e Brandão (2014), pode-se categorizar as regras linguísticas em três tipos: (a) categórico, aquele que opera com 100% de frequência, não ocorrendo variação; (b) semicategórico, aquele que ocorre em entre 95% a 99% dos casos, com raras exceções em que se verifica variação; e (c) variável, que ocorre em entre 5% a 95% dos casos.

marcação do número no SN como sendo variável no PB; em nossa amostra, os dados apontam para uma regra semicategórica.

## **4.2 Os grupos de fatores selecionados para a variação na concordância nominal entre informantes de Nova Iguaçu**

Entre os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos controlados, seis foram apontados como relevantes na variação da *concordância nominal* para Nova Iguaçu, na seguinte ordem:

- 1º) escolaridade;
- 2º) posição do termo no interior do SN;
- 3º) faixa etária;
- 4º) gênero;
- 5º) localização do SN no interior da oração.

Tendo em vista tal resultado, pode-se dizer que chama a atenção a elevada importância das restrições extralinguísticas para o fenômeno variável, principalmente se tivermos em perspectiva que todos os grupos de fatores sociais foram selecionados, praticamente, nas primeiras posições.

Em função da destacada importância que os fatores sociais parecem assumir para o fenômeno em questão, a apresentação e análise de tais grupos será feita antes da apresentação dos grupos linguísticos selecionados pelo programa computacional de regras variáveis.

### **4.2.1 Escolaridade**

A escolaridade foi o primeiro grupo de fatores selecionado pelo Programa *Goldvarb X*. Foram controlados três níveis de escolarização para os informantes de Nova Iguaçu, a saber: (i) ensino fundamental; (ii) ensino médio; e (iii) ensino superior. A Tabela 3 sintetiza os resultados encontrados:

Tabela 3 – Manutenção de marcas de plural no interior do SN

<i>Fator</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Ensino fundamental	576/657 87%	0.08
Ensino médio	656/692 94%	0.18
Ensino superior	1117/1119 99%	0.90

De acordo com a Tabela 3, observa-se que, no ensino fundamental – o nível mais baixo de escolaridade controlado na amostra –, foram localizados 576 dados de presença de marca em 657 ocorrências totais, ou seja, 87%. Embora a produtividade da marcação de plural não seja tão baixa, o peso relativo encontrado para o fator (apenas 0.08) indica-o como extremamente desfavorecedor para retenção da marca de plural no SN.

Na escolarização intermediária (equivalente ao ensino médio), por sua vez, foram identificados 656 dados de retenção de marca de plural em um total de 692 ocorrências, registrando maior produtividade da marcação (94%), quando comparada ao nível mais baixo de escolaridade. Todavia, semelhantemente ao observado para o nível mais básico de escolarização, o peso relativo para o fator também é baixíssimo: 0.18. Em síntese, no caso desses dois níveis de escolaridade, os pesos relativos indicam um grande desfavorecimento no sentido da retenção de marcas de plural.

Sob outra perspectiva, em sentido inverso, o ensino universitário exibiu a maior frequência de uso: em um total de 1119 ocorrências, 1117 delas exibiam a marca de plural explícita, equivalendo a 99% de produtividade. Pode-se dizer então que, em nossa amostra, para o nível mais alto de escolarização, o uso da concordância nominal foi praticamente categórico. O peso relativo encontrado para o fator referenda essa constatação: 0.90.

Dessa forma, os resultados acima asseveram que o nível de escolaridade do falante está diretamente ligado ao fenômeno linguístico em análise, impulsionando a escolha entre a manutenção ou o apagamento de marca de plural no SN (BRANDÃO, 2011, 2013; BRANDÃO; VIEIRA, 2012a, 2012b; SCHERRE; NARO, 1998; VIEIRA; BRANDÃO, 2014). A título de comparação, vale a pena retomar os resultados de Brandão (2013 *apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2014), que comparam a influência da

escolarização em dois municípios no estado do Rio de Janeiro: a capital<sup>4</sup> e Nova Iguaçu. Com base nesses dados, a autora afirma que “a regra de concordância no PB é semicategórica entre os indivíduos de nível superior (97,2%) e variável na fala dos menos escolarizados” (VIEIRA; BRANDÃO, 2014, p. 91).

#### 4.2.2 Faixa etária

A faixa etária foi o terceiro grupo de fatores indicado pelo programa computacional de regras variáveis na seleção geral, e o segundo grupo entre os fatores sociais controlados na pesquisa. Foram controladas duas faixas etárias para a presente investigação: indivíduos de 18 a 35 anos, representando os jovens adultos, e indivíduos de 56 a 75 anos, representando o grupo de idosos. A tabela a seguir ilustra os resultados encontrados na amostra de Nova Iguaçu:

Tabela 4 – Manutenção de marca de plural no interior do SN conforme a faixa etária

<i>Fator</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
18 a 35 anos	1388/1428 97%	0.66
56 a 75 anos	961/1040 92%	0.28

De acordo com a Tabela 3, observa-se que, entre os jovens adultos (de 18 a 35 anos), dos 1428 dados localizados, 1388 atestavam a presença de marcas de pluralidade no interior do SN, ou seja, em 97% dos casos. Por outro lado, entre informantes mais idosos (de 56 a 75 anos), a frequência de retenção da marca de plural é relativamente mais baixa: 92%. Dos 1040 dados totais localizados em tal faixa etária, apenas 961 apresentam a marcação de plural explícita. Os pesos relativos encontrados para os fatores referendam os percentuais encontrados, demonstrando que a faixa etária mais nova, dos jovens adultos, favorece a manutenção das marcas de plural (PR 0.66), ao passo que a faixa etária mais idosa, da terceira idade, desfavorece a aplicação da regra (PR 0.28).

<sup>4</sup> Em Brandão (2013), a autora utiliza-se de entrevistas coletadas especificamente no bairro de Copacabana.

De acordo com Scherre e Naro (1998), as faixas etárias mais novas tendem a deixar as marcas evidentes, ao mesmo tempo que os mais velhos ficam mais predispostos ao cancelamento. Ainda segundo a análise dos autores, as pessoas mais jovens buscam se apropriar dos usos linguísticos de maior valor de prestígio na sociedade, motivadas pela necessidade de inserção no mercado de trabalho. Tal conclusão também é o ponto de chegada de Brandão (2011), que assevera:

No PB, em que também a faixa etária é relevante, são os indivíduos mais velhos os mais predispostos ao cancelamento (PR.64), enquanto os mais jovens tendem a adotar a marca de concordância, com índices bastante próximos (18-35 anos: PR.48; 36-55 anos: PR.41). (BRANDÃO, 2011, p.171)

Para maior compreensão de como se processa a interação entre escolaridade e faixa etária no comportamento do indivíduo, estabelecemos o cruzamento destes dois grupos de fatores, como pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 – Manutenção de marcas de plural no interior do SN no cruzamento entre faixa etária e escolaridade

<i>Faixa etária</i>	<i>Escolaridade</i>		
	<i>Fundamental</i>	<i>Média</i>	<i>Superior</i>
Jovens adultos (18 a 35 anos)	367/405 91%	441/441 100%	580/580 100%
Idosos (56 a 75 anos)	209/252 83%	215/249 86%	537/539 100%

De acordo com os resultados encontrados na amostra, verificou-se que, independentemente da faixa etária, a escolaridade superior parece determinar a retenção da marca de plural em todos os elementos do SN. Em nossos dados, a aplicação da regra foi categórica entre informantes altamente escolarizados, independentemente de serem jovens adultos ou idosos.

As escolaridades média (EM) e fundamental (EF), por sua vez, parecem favorecer a variação entre os usos linguísticos, ora ocorrendo manutenção, ora apagamento da marca de plural. Além disso, verifica-se, para esses níveis de instrução, a atuação da faixa etária do indivíduo determinando se a variação será maior ou menor. Quando o informante pertence ao grupo dos jovens, há um comportamento linguístico mais conservador (com mais manutenção das marcas de plural, podendo ser

categorico: 91%, no EF, e 100%, no EM); enquanto, entre os informantes idosos, o comportamento é menos conservador (exibindo-se mais variação entre os usos: 83%, no EF, e 86%, no EM).

Tais observações são compatíveis com o que foi constatado por Brandão (2011). Segundo a autora, a escolaridade de nível superior é um fator dominante em qualquer faixa etária que o indivíduo possa ocupar, uma vez que foi verificada uma frequência altíssima (100%) de concordância de número no SN, nas duas faixas etárias analisadas (18-35 anos e 56-75 anos). Levando-se em conta as escolaridades intermediárias, entretanto, observa-se nos resultados de Brandão (2011) que as faixas etárias atuam diferentemente sobre o fenômeno. Ainda que os indivíduos tenham o mesmo nível de escolaridade (médio ou fundamental), as faixas etárias diferenciam os comportamentos, visto que os mais novos mantêm a marca de pluralidade e os mais velhos são mais propensos ao apagamento.

Reafirmando tais constatações, Scherre e Naro (1998), com base em um *corpus* de 64 gravações de 60 minutos cada, também chegam à conclusão de que as faixas etárias são altamente influenciáveis pela idade profissionalmente produtiva dos indivíduos, já que esses necessitariam de um maior domínio em relação à norma de prestígio social.

### 4.2.3 Gênero

Outro controle que apresentou resultados significativos para o estudo da concordância nominal foi o dos gêneros que estratificavam a amostra. Embora tenha sido o último fator social apontado pelo programa *Goldvarb X*, foi o quarto grupo de fatores na seleção geral, o que demonstra sua importância para o fenômeno em estudo.

A Tabela 6 ilustra os resultados encontrados para a retenção da marca de plural, tendo em vista o gênero dos informantes de Nova Iguaçu:

Tabela 6 – Manutenção da marca de plural no interior do SN conforme o gênero

<i>Fator</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Feminino	1109/1198 92%	0.34
Masculino	1240/1270 97%	0.64

De acordo com os dados obtidos na análise das entrevistas, entre as informantes do gênero feminino, foram localizados 1109 casos de

manutenção da marca de plural no SN, em um total de 1198 ocorrências produzidas por mulheres: 92% do total. Embora seja um resultado bastante produtivo, não chega ser uma regra semicategórica (LABOV, 2003) como observado entre os homens. Entre eles, localizaram-se 1.240 dados de presença de marca, em um universo de 1.270 ocorrências totais, ou seja, 97% de produtividade.

A observação dos pesos relativos associados aos fatores ratifica que o comportamento de homens e mulheres é diferenciado quando se tem em vista o fenômeno da marcação de plural no interior do SN. De acordo com os pesos relativos, a aplicação da regra é favorecida entre os homens (PR 0.64), e desfavorecida entre as mulheres (PR 0.34).

Curioso perceber que nosso resultado difere do de outras pesquisas realizadas anteriormente, segundo as quais as mulheres seriam mais sensíveis aos usos padrão, enquanto os homens teriam um comportamento mais despreocupado com a língua, com mais apagamentos de marcas de plural (SCHERRE; NARO, 1998; OUSHIRO, 2015). Nesse sentido, várias pesquisas apontam correlação entre o gênero feminino e a preferência por usos linguísticos da variedade padrão; enquanto as variantes consideradas não-padrão ou estigmatizadas tendem a ocorrer mais frequentemente entre os homens. Todavia, ainda que a recorrência de tal correlação seja notada, a interpretação que se dá a ela nem sempre é consensual, como aponta Oushiro (2015, p.152):

Já se sugeriu que as mulheres tendem a empregar formas de prestígio como maneira de tentar superar sua posição desprivilegiada na sociedade (FASOLD, 1990), de não se identificar simbolicamente com a promiscuidade (GORDON, 1997), de manter a face em relações nas quais não detêm o poder (DEUCHAR, 1988), ou de adquirir *status* social indiretamente, ao passo que os homens podem fazê-lo por meio da sua ocupação e renda (TRUDGILL, 1972).

Talvez a ampliação do número de entrevistas analisadas possa elucidar, em um próximo momento da pesquisa, as questões relativas ao comportamento de homens e mulheres na amostra Nova Iguaçu. Por hora, com o objetivo de melhor observar a influência do gênero/sexo do informante para a aplicação da regra de concordância nominal, cruzamos tal grupo de fatores com o controle da escolarização. Os resultados podem ser vistos na Tabela 7:

Tabela 7 – Manutenção de marcas de plural no interior do SN no cruzamento gênero e escolaridade

<i>Gênero</i>	<i>Escolaridade</i>		
	<i>Fundamental</i>	<i>Média</i>	<i>Superior</i>
Masculino	279/287 97%	337/357 94%	624/626 100%
Feminino	297/370 80%	319/335 95%	493/493 100%

De acordo com a Tabela 7, é possível verificar que, nas faixas de escolarização média e superior, os homens da amostra Nova Iguaçu têm taxas de retenção da marca de plural (praticamente) idênticas às das mulheres.

A maior diferença observada, no que se refere ao gênero, diz respeito apenas ao menor nível de escolarização. Entre informantes de escolarização fundamental, homens apresentam altas taxas de retenção da marca de plural (97%), enquanto as mulheres apresentam maior variação de estratégias, com menor retenção da marca de plural (80%). Os resultados não são conclusivos e carecem de maiores investigações.

#### 4.2.4 Posição do termo no interior do SN

A posição dos termos no interior do SN foi o segundo grupo selecionado como importante condicionador para o fenômeno da concordância nominal no âmbito de SN, sendo o primeiro entre os grupos de fatores estruturais observados.

No que se refere a tal grupo, controlaram-se sete possíveis posições que os elementos pré-nucleares, nucleares e pós-nucleares poderiam ocupar no interior do SN. Os exemplos abaixo ilustram o controle efetuado:

(A) Elementos pré-nucleares:

(a<sup>1</sup>) de 1<sup>a</sup> posição

(6) e eu sou um **dos** responsáveis pelo engarrafamento (*dado 17, H3A*)

(7) **os** próprios moradores fizeram justiça (*dado 388, FC1*)

(a<sup>2</sup>) de 2<sup>a</sup> posição

(8) pras **minhas** tias... (*dado 868, F3A*)

(9) pelos **meus** objetivos (dado 1063, H1A)

(B) Elementos nucleares:

(b<sup>1</sup>) de 1ª posição

(10) **pessoas** qualificadas pra somar com a gente... (dado 1126, H2C)

(11) **profissionais** competentes para estarem dando (dado 2340, M3C)

(b<sup>2</sup>) de 2ª posição

(12) os **casado**... prá cá só veio mesmo os seis. (dado 1394, HC1)

(13) os **pontos** positivos é que é uma cidade (dado 1517, HC3)

(b<sup>3</sup>) de 3ª posição em diante

(14) quando tem os nossos **filho** (dado 1953, MA1)

(15) as minhas **filha** era pequena (dado 2143, MC2)

(C) Elemento pós-nuclear:

(c<sup>1</sup>) de 2ª posição

(16) coisas **essenciais** pra se ter (dado 2189, HC2)

(17) filhos **pequenos** (dado 206, H3A)

(c<sup>2</sup>) de 3ª posição em diante

(18) os professores **sozinhos** não vão dar conta disso... (dado 2341, MC3)

(19) acho que é um dos pontos **positivos** (dado 2489, HA2)

Como elementos pré-nucleares na primeira e segunda posição do sintagma nominal, podem-se encontrar artigos, quantificadores e qualificadores, como em “**os meus** ex-alunos...”, no qual “os” seria um determinante na primeira posição, e “meus”, um determinante de segunda.

Os núcleos, por sua vez, figuram em diversos lugares no SN, podendo ser a posição 1, como no exemplo “**pais** alcoólatras”; a posição 2, em “os **outros**”; e a posição 3, em construções como “as suas **particularidades**”. No que se refere aos elementos pós-nucleares, são

encontrados itens a partir da segunda (“políticos *despreparados*”). Entre os falantes do português brasileiro, essas são as posições preferenciais para o uso de qualificadores ou quantificadores.

A tabela a seguir apresenta as frequências e os pesos relativos para a aplicação da regra, tendo em vista o controle da posição do termo no interior do SN:

Tabela 8 – Manutenção da marca de plural conforme a posição do termo no interior do SN

<i>Fator</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Elemento pré-nuclear de 1ª posição	974/981 99%	0.83
Elemento pré-nuclear de 2ª posição	132/135 97%	0.50
Núcleo de 1ª posição	89/90 98%	0.45
Núcleo de 2ª posição	832/917 90%	0.20
Núcleo de 3ª posição em diante	115/122 94%	0.24
Elemento pós-nuclear de 2ª posição	87/88 98%	0.54
Elemento pós-nuclear de 3ª posição em diante	118/133 88%	0.14

Pelo que os dados do presente estudo demonstram, os elementos pré-nucleares apresentam uma produtividade superior em relação aos outros elementos nas outras posições do sintagma nominal. Como fica claro na Tabela 8, entre os elementos pré-nucleares de 1ª posição, foram localizados 974 dados de marcação explícita de plural, em um total de 981 ocorrências (99%). O peso relativo para o fator ilustra o alto grau de favorecimento da retenção de marcas: PR 0.83. Na posição 2, ainda que seja alta a produtividade da marcação de plural (97%) nos elementos pré-nucleares, um peso relativo mostra-se neutro (PR: 0.50).

No que se refere aos núcleos, observa-se que os de 1ª posição apresentam mais marcas de pluralidade (98%) do que os núcleos de 2ª e 3ª posição: 90% e 94%, respectivamente. Tais resultados demonstram o que já se esperava, reafirmando o observado em relação às posições pré-nucleares. Ora, os núcleos de 2ª e de 3ª posição são sempre precedidos por elementos pré-nucleares de 1ª posição (mais produtivos na língua), que, na maioria das vezes, já apresentam marcas de plural explicitadas. Assim, a retenção de marca de plural no núcleo torna-se redundante, haja vista que já ocorre a marcação no determinante. O peso relativo para os fatores ilustra que é baixa a retenção de marca de plural em núcleos de 2ª posição (PR 0.20) e de 3ª posição (PR 0.24).

Por fim, na Tabela 8, pode-se notar que os elementos flexionáveis pospostos ao núcleo tendem a reter mais marcas de plural quanto mais perto estiverem dele (e se não houver elementos pré-nucleares no sintagma). Elementos pós-nucleares de 2ª posição são mais favoráveis à retenção de marca (PR 0.54) do que os de 3ª posição (PR 0.14).

Referendando os resultados encontrados na amostra, Scherre (1994) afirma que os elementos posicionados à esquerda do núcleo tendem à retenção de marca, assim como os núcleos que ocupam a 1ª posição estão sujeitos à maior marcação explícita de pluralidade (*uns* filho garanhão/*as* coisa certa/ *municípios* vizinhos/ *instituições* falidas). Por conseguinte, os elementos que figuram na segunda posição estão mais suscetíveis ao cancelamento (meus *filho*/ os *casado*), principalmente o que se apresenta como núcleo do SN. A propósito, os elementos nucleares da terceira posição em diante são um pouco mais propícios a exibir a marca (dos nossos *governantes*/ todos os nossos *alunos*/ os meus *amigos*). Brandão (2011), em um artigo que focaliza os falantes de Nova Iguaçu entrevistados entre os anos de 2008 e 2009, apresenta os mesmos resultados encontrados com relação às diferentes posições no interior do SN.

Resumidamente, tendo-se em vista os elementos pós-nucleares, pode-se conjecturar que os que se estabelecem na segunda posição do SN apresentam mais marcas de pluralidade (notas *falsas*/ serviços *gerais*) que os de terceira posição (os bandido *todinho*/ os colega *iniciante*).

Os resultados acima refletem mais ainda a percepção de que os determinantes à esquerda tendem a receber mais marcas de plural, ao passo que, para os elementos à direita do SN, ocorre o apagamento de marcas flexionáveis. Ampliando essa percepção, fica evidenciado que os

núcleos na primeira posição também se estabelecem com mais marcas explícitas de plural que os de segunda posição. Curiosamente, os elementos nucleares da terceira posição em diante estão um pouco menos propensos ao cancelamento de marca, o que precisa de uma maior compreensão.

#### 4.2.5 Localização do SN em relação ao “verbo”

Pela hipótese inicial do grupo de fatores que controlou a localização do SN na oração, entende-se que os sintagmas que se encontram à esquerda do verbo estão mais propensos a receber a marca de pluralidade do que os que estão à direita do verbo (SCHERRE, 1994). Buscando um melhor entendimento do fenômeno sob observação e considerando o sintagma inteiro como foco de análise, localizaram-se as seguintes possibilidades na amostra:

##### (A) Localização à esquerda

(20) **os próprios moradores** fizeram justiça (*dados 388 e 389, FC1*)

(21) **as pessoas** também acabam ficando desinteressada (*dados 510 e 511, FA2*)

##### (B) Localização à direita:

(22) ele não viu **os bandido** (*dados 380 e 381, FC1*)

(23) pra liberar **as motos...** (*dados 727 e 728, F3A*)

##### (C) Localização indistinta:

(24) só **os locais** assim eh... (*dados 492 e 493, FA2*)

(25)... **as pessoas...** elas... se acomodam (*dados 804 e 805, F3A*)

Tabela 9 – Manutenção da marca de plural no interior do SN, conforme a localização do SN no interior da oração

<i>Fator</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
À esquerda da oração	738/764 96%	0.63
À direita da oração	1424/1511 94%	0.39
Indistinta	373/380 98%	0.65

Na Tabela 9, é possível perceber que os SNs à esquerda da oração estão mais suscetíveis à marcação de pluralidade. Em um total de 764 elementos em sintagmas à esquerda, 738 apresentavam marcas explícitas de pluralidade (96%), relevando um peso relativo alto para o fator (0.63). Por outro lado, SNs à direita da oração receberam menos marcas de pluralidade. Ainda que a diferença em termos percentuais pareça pouco significativa (94%), o peso relativo para o fator (PR 0.39) revela que a posição à direita da oração é bastante desfavorecedora para a aplicação da regra.

Retomando a hipótese preliminar, pode-se notar que a presente pesquisa confirma a influência da posição dos sintagmas nominais na oração na retenção ou apagamento das marcas de plural. Segundo Scherre (1994), há uma relação de favorecimento das marcas explícitas de número em elementos que estão mais influenciados pela posição à esquerda.

## 5 Considerações finais

Os resultados demonstram a alta produtividade da retenção das marcas de plural no âmbito do SN. Todos os fatores sociais mostraram-se relevantes para o fenômeno, em especial a escolaridade e a faixa etária, à semelhança do que outras pesquisas apontam (BRANDÃO, 2011, 2013; BRANDÃO; VIEIRA, 2012a, 2012b; SCHERRE; NARO, 1998; VIEIRA; BRANDÃO, 2014). Comprovando nossas hipóteses iniciais, pode-se dizer que a retenção de marcas de plural é uma regra semicategórica, nos termos de Labov (2003), entre indivíduos altamente escolarizados (nível universitário) e pertencentes à faixa etária dos jovens adultos (de 18-35 anos). Por outro lado, a variação aparece na fala dos indivíduos de baixa

escolarização (fundamental e média) e pertencentes ao grupo etário dos idosos, referendando, em especial, os resultados de Brandão (2011) com amostra coletada entre os anos 2008 e 2009, no mesmo município. Entre as restrições linguísticas que foram analisadas, destaca-se a importância dos grupos de fatores que controlam a *posição linear*, tanto do item linguístico no interior do SN (BRANDÃO, 2011; SCHERRE, 1994), quanto do próprio SN em relação à oração na qual se inclui.

## Referências

BRAGA, M. L. *A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro*. 1977. 88 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1977.

BRAGA, M. L.; SCHERRE, M. M. P. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 1., 1976, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC, 1976. p. 464-477,

BRANDÃO, S. F. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 164-178, 2011.

BRANDÃO, S. F. Patterns of Plural Agreement within the Noun Phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 51-100, 2013. doi: <https://doi.org/10.5334/jpl.68>

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *ALFA: Revista de Linguística*, Araraquara, SP, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012a. doi: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300013>

BRANDÃO, S. F.; ALMEIDA, E. M. Ainda sobre a concordância no âmbito do sintagma nominal. In: ESTUDOS DA LINGUAGEM: RENOVAÇÃO E SÍNTESE. CONGRESSO DA ASSEL-RIO, 7., 1998, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (Assel-Rio), 1999. p. 835-843.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. A concordância nominal e verbal no português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 7-39, 2012b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. Some Sociolinguistic Principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Ed.). *Sociolinguistics: The Essential Readings*. Massachusetts: Blackwell, 2003.

OUSHIRO, L. Interação entre sexo/gênero e classe social no uso variável da concordância verbal. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Org.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015. p. 151-168. doi: <https://doi.org/10.5151/9788580391213-0006>

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 158 f. 1978. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 12, p. 37-49. dez. 1994.

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância de número em português*. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.). *Dialetologia, geolinguística, sociolinguística: Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Tübingen: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani / Università di Palermo, Max Niemeyer Verlag, 1998. n. 5. p. 509-523.

VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 81-112, 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

Recebido em: 13 de junho de 2018.

Aprovado em: 27 de julho de 2018.



## Arabismos portugueses no contexto multilinguístico da Península Ibérica Medieval

### *Portuguese arabisms in the Medieval Iberia's multilinguist context*

Samantha de Moura Maranhão

Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí / Brasil

samantha.ufpi@gmail.com

**Resumo:** Este estudo tem por objeto a aquisição de arabismos pelos falares regionais, e particularmente pela língua portuguesa, no contato multilinguístico verificado na Península Ibérica, durante a Idade Média. Apresenta a história externa da língua portuguesa, com a definição e a caracterização dos espaços que a geopolítica então delimitou e as relações estabelecidas entre diferentes grupos étnico-religiosos, cristão, muçulmano e judeu, que os compartilharam. O problema da pesquisa é: “O que informa a literatura especializada acerca do contato de línguas na Ibéria Medieval?” A hipótese testada é a de que a diglossia árabe-romance está fartamente documentada na literatura especializada no tema dos arabismos ibéricos medievais. Fundamentam este estudo obras sobre arabismos (VARGENS, 2007; CORRIENTE, 1996), história da língua portuguesa (TEYSSIER, 2001; VASCONCELOS, 1956; SILVA NETO, 1988) e história (CONSTABLE, 1997; THORAVAL, 1996).

**Palavras-chave:** linguística de contato; arabismos ibéricos; língua portuguesa.

**Abstract:** This study examines the diffusion and integration of the Arabic Language into other languages, particularly Portuguese, in the context of multilingualism in the Iberian Peninsula in the Middle Ages. The paper begins by briefly presenting the history and definition of the Portuguese language, followed by an examination of geopolitical spaces and the relationships among the different ethnic and religious groups--including Christians, Muslims and Jews--that shared them. The research question, “What does literature say about language contact in the Medieval Iberia?” will be assessed in this paper. In addition, we tested the hypothesis that the Arab-Romance diglossy is heavily

documented in the literature specialized in Medieval Iberian Arabisms. This study is based on authors specialized in Arabisms (VARGENS, 2007; CORRIENTE, 1996), on the history of the Portuguese language (TEYSSIER, 2001; VASCONCELOS, 1956; SILVA NETO, 1988) and on History (CONSTABLE, 1997; THORAVAL, 1996).

**Keywords:** contact linguistics; Iberian arabisms; Portuguese language.

## 1 Introdução

Este estudo tem por objeto o contato multilinguístico na Península Ibérica, durante a Idade Média, uma vez que o tema das marcas arábico-islâmicas na língua portuguesa, abordado na perspectiva da sócio-história da língua, demanda a contextualização do ambiente cultural em que se deu o contato entre falares ibéricos e a língua corânica. Apresentamos, assim, a história externa da língua portuguesa, com a definição e a caracterização dos espaços que a geopolítica delimitou na Península Ibérica Medieval e as relações estabelecidas entre diferentes grupos étnico-religiosos, cristão, muçulmano e judeu, que os compartilharam.

Na esteira do ambiente histórico, abordamos algumas consequências desse contato interétnico nos falares correntes na região, àquela época, conforme descritas na literatura especializada em filologia românica (ELIA, 2004; LÜDTKE, 1974), e particularmente árabo-românica (VARGENS, 2007; CORRIENTE, 1996), em história da língua portuguesa (TEYSSIER, 2001; VASCONCELOS, 1956; SILVA NETO, 1988) e em história (CONSTABLE, 1997; THORAVAL, 1996; LEWIS, 1996; LE BON, 1974). Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica.

O problema de investigação é: “O que informa a literatura especializada acerca do contato de línguas na Ibéria Medieval?” A hipótese testada é a de que a diglossia árabe-romance está fartamente documentada na literatura especializada no tema dos arabismos ibéricos medievais.

Justifica este estudo a sua fundamentação seja em obras de publicação mais recente, seja em obras em língua estrangeira, seja, ainda, em textos nem sempre disponíveis ou de fácil acesso, sobre tema obrigatório em aulas de filologia românica (o superstrato árabe) e de história da língua portuguesa (arabismos portugueses).

## 2. A Espanha e Alandalus

### 2.1 A conquista muçulmana

O sul da Europa conheceu, na Idade Média, um invasor cuja fixação humana e linguística proporcionou, na Península Ibérica, uma colonização semelhante à que havia acontecido à época dos romanos, com a difusão de hábitos linguístico-culturais próprios, ainda que por meio de elemento humano aculturado.

Em 711, o general berbere islamizado Táriq Ibn Ziad invadiu a referida península, de onde os muçulmanos partiram somente nos séculos XIII, com a tomada de Faro (1253), no atual território Português, e XV, quando foram expulsos de Granada (1492), na Espanha. Pouco depois da chegada dos muçulmanos à Península Ibérica, no Oriente Médio verificou-se o massacre da família omíada, que então governava o império árabe a partir de Damasco (661-750), e o deslocamento da sede do governo para Bagdá, realizado pela dinastia abássida (750-1258). O príncipe omíada, Abd Al Rahman, escapou ao massacre e procurou, em plagas distantes, um novo território onde pudesse exercer a sua soberania. Em 756, fez-se proclamar emir em Alandalus, com capital estabelecida em Córdoba, submetendo-a a intensa arabização, comparável à dos territórios orientais do mundo árabe (THORAVAL, 1996, p. 117, 118, 244-246).

Uma crônica escrita em latim, em 754, por autor cristão anônimo, constitui um precioso testemunho dos primórdios da ocupação muçulmana da Península Ibérica. Apesar de expressar desagrado com relação a esta, não questiona a legitimidade dos governantes e, com efeito, relata a sua habilidade de gestão, sobretudo no que respeita à promoção da paz (CONSTABLE, 1997, p. 29).

Na Idade Média, portanto, a designação *Espanha* (< lat. *Hispania*) se referia à totalidade dos territórios ibéricos cristianizados, ao passo que o termo *Alandalus* era restrito exclusivamente à entidade política ali estabelecida com a chegada do invasor muçulmano (THORAVAL, 1996, p. 30). A literatura especializada na história medieval ibérica por vezes fala em *Espanha Muçulmana*, designação inconveniente por correlacionar dois elementos mutuamente excludentes: a Espanha é cristã; Alandalus, muçulmano.

No século IX, os reinos cristãos estavam confinados em diminuta faixa ao norte da península, entretanto, no século XII, já haviam tomado boa parte dos territórios sítos ao centro. Se as disputas territoriais eram

frequentes, tendo início as guerras da Reconquista já no século VIII (com Pelágio, fundador do reino das Astúrias), em Alandalus, a conversão dos novos súditos não era incentivada, dada a arrecadação de um imposto de quem professasse fé diversa da muçulmana, a *jizya*.

Preservou-se, portanto, certa autonomia das comunidades cristã e judaica, que mantiveram suas escolas, templos e administradores. Também não se deu a imposição da língua árabe, a língua em que Alá teria se dirigido à humanidade e cuja aprendizagem, se não obrigatória, era ao menos desejável e recomendada para a leitura do Alcorão no original (MOLÉNAT, 1992, p. 85).

Observam-se, neste contexto, algumas semelhanças com a colonização romana:

- a) a “tolerância” religiosa e linguística;<sup>1</sup>
- b) a colonização verificada predominantemente por não árabes, efetuada, efetivamente, por homens oriundos de territórios islamizados, sobretudo do norte da África, a exemplo do próprio conquistador Táriq, um berbere;
- c) a introdução na Península Ibérica do árabe clássico, o árabe de Meca dos primórdios do século VII, codificado desde o seu registro no Alcorão (612-632), mas sobretudo de variedades diatópicas/diastráticas da língua árabe, norte-africanas e não padrão;
- d) a realização de casamentos inter-raciais, com mulheres ibéricas, e a conseqüente formação de famílias bilíngues, falantes de árabe e romance (SILVA NETO, 1988, p. 333; LAPESA, 1991, p. 95).

Andrade Filho descreve a estrutura demográfica andalusina, apontando os muçulmanos como elemento minoritário, cujas

---

<sup>1</sup> Federico Corriente, atualmente o maior nome nos estudos dos arabismos ibéricos, desmitifica a convivência pacífica entre cristãos, muçulmanos e judeus, na Ibéria medieval, por muitos festejada. Com efeito, fala, antes, em genocídio. Segundo o autor, a intolerância se estenderia ao campo das investigações, levando os cientistas a se posicionarem com parcialidade ao abordarem a extensão do influxo arábico-islâmico nas línguas e nas culturas peninsulares (CORRIENTE, 1996, p. 4). Entretanto, Constable afirma ser a realidade ibérica mais complexa, uma vez que se verificavam hostilidades e alianças tanto entre governantes cristãos, como entre o rei de Castela e o de Portugal, quanto entre muçulmanos, a exemplo dos governantes de Córdova e de Saragoça (CONSTABLE, 1997, p. xxv).

diversificadas origens étnicas embasaram uma estratificação social que deu origem a conflitos sociais no seio da comunidade islâmica.

Apesar da rapidez com que foi conquistada, a península ibérica pouco se transformou com a instalação dos invasores a princípio. Estima-se que meio século após a invasão, os muçulmanos não fossem mais de sessenta mil. Essa limitação demográfica é confirmada por alguns fatos como, por exemplo, o recurso à utilização de mercenários e a não exploração direta de boa parcela das terras conquistadas. Mesmo se considerando a pequena tradição agrícola árabe, não era o que acontecia em outros locais. É certo que houve um fluxo mais ou menos contínuo de migrações berberes para Al-Andalus, especialmente na época dos almorávidas e almoadas. Apesar de ser difícil uma avaliação, parece que essas ondas berberes foram contrabalançadas pelas migrações cristãs para o norte da península. Também há que se considerar as conversões para o Islã, a miscigenação e outros mecanismos de crescimento da população muçulmana. Mesmo assim, sendo na época califal uma das regiões mais densamente povoadas da Europa, Al-Andalus é área controlada por uma minoria (ANDRADE FILHO, 1997, p. 36).

E ainda,

A história das primeiras décadas de Al-Andalus é marcada por um conjunto de conflitos entre os vencedores. Alguns são de origens tribais, como, por exemplo, os atritos entre os árabes. Estendem-se assim para o islã ibérico as rivalidades da Arábia pré-islâmica. A estas projeções do antigo meio tribal, coloca-se o conflito étnico. Os berberes, numericamente superiores aos árabes, são por estes tratados como inferiores. [...] Em meio a essas “guerras civis”, ainda intervêm elementos externos: tropas orientais, os chamados “sírios”. [...] Derrotado o inimigo comum, retomam-se as rivalidades tribais. Complicando o quadro, alguns desentendimentos põem os antigos aliados “sírios” em atrito com os árabes. Estes últimos buscam então auxílio entre os berberes (ANDRADE FILHO, 1997, p. 35).

Da intensa convivência entre hispano-godos, berberes e alguns árabes (iemenitas, sírios) e do conseqüente processo de aculturação das populações nativas, verificado em Alandalus, decorrem antigas interferências linguísticas do árabe nos romances e nas línguas ibéricas,

cuja antiga e completa integração às estruturas das línguas que os receberam dificulta a sua percepção enquanto elementos originalmente alógenos.

## 2.2 Os reinos cristãos

Os reinos cristãos, à época da presença muçulmana na Península Ibérica, estendiam-se por estreita área montanhosa ao norte, na região das Astúrias e da Cantábria, onde se formaram os primeiros núcleos de resistência aos invasores: Astúrias, Castela-Leão, Aragão-Catalunha, Navarra e Portugal. A sua disposição geográfica é uma faixa horizontal.

A Figura 1 a seguir mostra a integração de cerca de dois terços da Península Ibérica no mundo árabe-islâmico, que se estende do Oriente Médio atual ao norte da África e à Península Ibérica, o chamado *Ġarb*, ‘Ocidente’ (CORRIENTE, 2003, s.v. *algarvès*).

Figura 1 – Emirado de Córdoba no mundo árabe



Fonte: DEMANT, 2005, p. 45.

Sucessivas investidas em direção ao sul, com o concurso de cavaleiros franceses cristãos, culminaram na conquista de territórios meridionais e no estabelecimento de reinos verticalizados, como hoje se definem as fronteiras de Portugal e da Espanha.

Esse processo de retomada dos territórios ibéricos sob jugo muçulmano, cunhado de *Reconquista* pela historiografia espanhola, foi fortemente favorecido pelo esfacelamento do Califado omíada

de Córdoba, em 1031, e pela sua substituição pelos reinos de taifas (do árabe *taifa*, ‘partido, seita, facção’), política e militarmente mais frágeis: Málaga, Granada, Valença, Badajoz, Toledo, Sevilha, Saragoça, Malhorc, dentre outros (THORAVALL, 1996, p. 268-269, 288-289). O desmembramento de Alandalus nas taifas estendeu-se sempre pelas regiões central e meridional da península, do ocidente para o oriente.

### 2.3 Os hispano-godos arabizados

Entretanto, a população cristã de Alandalus, falante de romance, sob jugo muçulmano se aculturou, a ponto de preservar apenas a religião cristã e a língua românica, esta última fortemente marcada pelo contato com o árabe, notadamente o seu léxico e escrita, motivo pelo qual ficaram a língua e seus usuários conhecidos como *moçárabes*, cujo étimo é o árabe andalusino *mustaʿrabí*, gentílico do árabe clássico *mustaʿrab*, ‘arabizado’, contaminado pelo romance de origem latina imediata (CORRIENTE, 2003, s.v. *moçárabe*). Historiadores portugueses apontam o período entre os séculos VIII e XIII como aquele em que registros históricos dão notícia destes cristãos arabizados (CORRIENTE, 1996, p. 4-5; RIBEIRO, 1987, p. 42).

De acordo com Corriente, a arabização linguística e cultural dos hispano-godos cristãos se dá pelo prestígio da cultura arábico-islâmica.

[...] a ocupação islâmica de Alandalus fez surgir logo uma sociedade, embora gradualmente, bilíngue, com tendência à perda do romance, e islamizada, com uma tendência ainda mais rápida ao desaparecimento do cristianismo e do judaísmo. O prestígio da cultura arábico-islâmica tende a fazê-la exclusiva, imprimindo-lhe cristãos e judeus elementos substráticos que a matizam e diferenciam ocasionalmente de variantes orientais e norte-africanas, mas que é basicamente uma cultura arábico-muçulmana, por exemplo, nas artes e na estética, na indumentária, na culinária, na habitação e em aspectos da vida cotidiana, nos jogos e diversões, na administração, no comércio, na economia, etc. Na esfera privada do religioso se mantêm as diferenças, o que afeta muito pouco tempo da vida das pessoas, e, além disso, é, em muitos casos, tempo perdido, porque a maioria dos cristãos e judeus não entende nem o latim nem o hebraico dos ritos, ao passo que muitos deles [entendem] o árabe em que se dá o chamado

para a oração islâmica nos minaretes próximos, ensinado em suas próprias escolas, quando a frequentam, e de que já necessitam em sua existência diária cada vez mais frequentemente, posto que existem atividades, se não grupos sociais, já monolíngües em árabe (CORRIENTE, 1996, p. 4-5, tradução minha).<sup>2</sup>

Com efeito, Menéndez Pidal recolheu, em documento da alta Idade Média, prova que corrobora tal posicionamento: em 854, Álvaro Cordovês se queixava da aculturação dos moçárabes, dentre os quais muitos falavam árabe e conheciam até mesmo a literatura produzida nesta língua, desconhecendo, por sua vez, a língua e a literatura latinas.

Álvaro Cordovês, cujo *Indiculus luminosos*, escrito em 854, lamenta a grande desnacionalização que se difundia entre os moçárabes; os jovens cristãos adotavam até tal ponto os costumes dos dominadores, que se circuncidavam para evitar ofensas, e, apaixonados pela erudição muçulmana, só se deleitavam com os versos e as fábulas árabes, só liam os livros dos infiéis, de modo que, desconhecendo os textos latinos, esqueciam o próprio idioma: [...] *em meio à gente de Cristo encontrarás apenas um entre mil que possa escrever razoavelmente uma carta a seu irmão, ao passo que há inúmeros que saberão declarar a pompa das vozes arábicas e que conhecem os primores da métrica árabe melhor*

<sup>2</sup> “[...] la ocupación islámica supuso en Alandalús la aparición de una sociedad pronto aunque gradualmente bilingüe con una tendencia a la pérdida del romance, e islamizada con una tendencia aún más rápida a la desaparición de cristianismo y judaísmo. El prestigio de la cultura árabe-islámica tiende a hacerla exclusiva, por lo que cristianos y judíos le aportan tan sólo algunos elementos sustráticos que la matizan y diferencian ocasionalmente de variantes orientales o norteafricanas, pero en todo lo básico es siempre eso, una cultura árabe-islámica, vgr., en las artes y la estética, la indumentaria, cocina, vivienda y aspectos de la vida cotidiana, juegos y diversiones, administración, comercio, economía, etc. En la esfera privada de lo religioso se mantienen las diferencias, pero ello afecta muy poco tiempo de la vida de las personas, y es en muchos casos además tiempo muerto, porque la inmensa mayoría de cristianos y judíos no entienden el latín ni el hebreo de los ritos, y sí, en cambio, al menos y pronto muchos de ellos, el árabe en el que suena la llamada a la oración islámica en los cercanos minaretes, que se les enseña en sus propias escuelas, cuando van a ellas, y puesto que existen actividades, so no grupos sociales, ya monolíngües en árabe”.

*que os infieis* (MENÉNDEZ PIDAL, 1950, p. 417-418, tradução minha, destaque do autor).<sup>3</sup>

Conforme Corriente, o iberorromance foi, no contexto bilingue andaluzino, a língua utilizada pelos registros baixos, em contextos menos formais de comunicação, como língua de menor prestígio social, face ao árabe.

Na Península Ibérica, focando agora nos aspectos linguísticos, a verdade é que a ocupação islâmica levou ao aparecimento de uma sociedade logo, ainda que gradualmente, bilingue, com uma tendência à perda do romance, e islamizada, com uma tendência ainda mais rápida ao desaparecimento do cristianismo e do judaísmo (CORRIENTE, 1996, p. 4, tradução minha).<sup>4</sup>

Conheceu Alandalus diferentes fases em sua história, aqui apenas citadas. Além da sua fragmentação nos reinos de taifas, houve duas dinastias norte-africanas, almorávida (1056-1147) e almôada (1130-1269), que promoveram a intolerância religiosa e deslocamentos maciços: deportações, imigrações voluntárias, para o norte da África ou da própria Península Ibérica.

Estes fatos da história política da região tiveram importantes desdobramentos na evolução das línguas peninsulares, uma vez que colocou em contato línguas e dialetos diversos, a que se seguiu a natural interferência intersistêmica (MENÉNDEZ PIDAL, 1950, p. 416, 425-426, 430; MOLÉNAT, 1992, p. 84).

---

<sup>3</sup> “Álvaro Cordobés, cuyo *Indiculus luminosos*, escrito en 854, lamenta la gran desnacionalización que cundía entre los mozárabes; los jóvenes cristianos adoptaban hasta tal punto las costumbres de los dominadores, que se circuncidaban por evitar denuestos, y enamorados de la erudición musulmana, sólo se deleitaban en los versos y las fábulas árabes, sólo leían los libros de los infieles, así que, desconociendo los textos latinos, olvidaban el propio idioma: [...] *en la gente de Cristo apenas hallarás uno entre mil que pueda escribir razonablemente una carta a su hermano, y, en cambio, los hay innumerables que os sabrán declarar la pompa de las voces arábigas y que conocen los primores de la métrica árabe mejor que los infieles*”.

<sup>4</sup> “En la Península Ibérica, y ciñéndonos ahora a los aspectos lingüísticos, la verdad es que la ocupación islámica supuso en Alandalús la aparición de una sociedad pronto aunque gradualmente bilingüe con una tendencia a la pérdida del romance, e islamizada con una tendencia a la desaparición de cristianismo y judaísmo”.

### 3 Espaços linguístico-culturais na Península Ibérica Medieval

#### 3.1 Os domínios linguísticos da Península Ibérica Medieval

A queda do Império Romano do Ocidente, em 476, levou à fragmentação política da antiga província da *Hispania* em vários reinos germânicos, encabeçados, nesta região, por visigodos, vândalos, alanos e suevos, latinizados e cristianizados, o que facultou a dialeção do *sermo hispanicus* em romances diversos (VASCO DA GAMA, 1995, p. 42, 48-49).

Temos, portanto, na Antiguidade, o latim hispânico e, na Idade Média, o *romance*, termo originado no advérbio latino *romanice* (do latim tardo *romanĭcē*, ‘ao modo de Roma’), ou seja, um falar relacionado ao latim, mas com o qual já não mais se confunde (BASSETTO, 2001, p. 185). Testemunha a impossibilidade de o falante de romance compreender o latim a orientação da Igreja Católica de se realizar a homilia na língua popular, o romance, para garantia da cristianização das massas, em decisão do Concílio de Tours, realizado em 813 (VASCO DA GAMA, 1995, p. 48; BASSETTO, 2001, p. 185). Na Idade Média ibérica, portanto, vamos encontrar romances usados cotidianamente, ao lado do latim da instrução, das ciências e da religião, o latim medieval, latim este que já não é língua materna de ninguém (BASSETTO, 2001, p. 171-173).<sup>5</sup>

Por força da história política, econômica, social e cultural dos diferentes reinos ibéricos, os romances peninsulares evoluídos do latim hispânico terão evoluções distintas. Grosso modo, há, ao norte, romances de pequenos reinos cristãos, além do basco, falado em território nunca

---

<sup>5</sup> O latim medieval irá sofrer tantas interferências morfossintáticas e lexicais dos romances e das demais línguas maternas de seus usuários que o classicismo promoverá a sua “depuração”, a partir de estudos pautados na documentação latina remanescente nos mosteiros, frequentemente por intermédio dos monges copistas. Assim, surgirá o latim renascentista, subjacente ao latim científico do século XVIII, em uso até hoje, por exemplo, na biologia e na matemática (BETTS, 2003, p. 6-7). Essa observação figura, aqui, apenas como exemplo da natural interferência que os sistemas linguísticos exercem uns sobre os outros, na mente de usuários bilíngues. Lembremos, ainda, que o uso do latim, na Idade Média, extrapola o espaço da *România Medieval*, conjunto dos territórios outrora integrantes do Império Romano, nos quais o latim suplantou línguas autóctones, tornando-se a língua da comunicação cotidiana (BASSETTO, 2001, p. 179-181). Nesse período, o latim é a língua da erudição também nos domínios linguísticos europeus germânicos, eslavos, etc.

sequer romanizado. Já no centro e no sul da Península Ibérica, há diferentes variedades do romance meridional, o romance andalusino ou romandalusino, cuja designação de língua moçárabe Corriente (1996, p. 5, 8) julga inadequada, pela falsa associação a que induz à comunidade cristã, uma vez que é de uso generalizado, o vernáculo de todos os habitantes de Alandalus, incluindo-se entre os seus falantes os judeus e mesmo os muçulmanos. Como adstrato, figura o árabe andalusino, “aclimatação” do árabe dialetal norte-africano na Península Ibérica islamizada, em contato com os demais idiomas ali falados.

A Figura 2 demonstra a distribuição dos romances ibéricos no século X. A área romandalusina (moçárabe) se estende pelo domínio político de Alandalus, portanto, por extensa área da Península Ibérica. As línguas cristãs se restringem ao norte peninsular.

Figura 2 – Domínios linguísticos ibéricos no século X



Fonte: ENTWISTLE, 1948 *apud* ILARI, 2018, p. 177.

Constable descreve o uso alternado, oral e escrito, de línguas distintas pelas comunidades cristã, muçulmana e judaica, a partir da sua experiência com documentação remanescente do período.

Da mesma forma, estes textos medievais foram escritos em muitas línguas diferentes. Cristãos escreveram em latim e, depois, em romances vernáculos, inclusive em castelhano, catalão, português e galego. Os muçulmanos geralmente escreveram em árabe, embora os mudêjares (muçulmanos que viviam sob jugo cristão na baixa Idade Média) paulatinamente tenham criado o aljamiado, uma versão do romance vernacular grafado com caracteres árabes. Alguns cristãos também usaram o árabe, particularmente se moçárabes (cristãos arabizados vivendo sob jugo muçulmano). Similarmente, judeus que habitavam a Espanha muçulmana frequentemente escreveram em árabe (ou judeu-árabe, uma versão do árabe grafado com caracteres hebraicos), especialmente em documentos seculares, mas sua língua literária e religiosa era fundamentalmente o hebraico (CONSTABLE, 1997, p. xxvi, tradução minha).<sup>6</sup>

#### Ao que Constable acrescenta:

A língua era o principal instrumento de identidade e de segregação, diferenciando uma comunidade da outra, apesar de ser também um meio de comunicação, uma maneira de transpor as fronteiras das comunidades. Muitos se sentiam à vontade em mais de uma língua e era normal as pessoas letradas escreverem em uma língua, enquanto usassem outra na conversação cotidiana. Por exemplo, um mercador judeu na Espanha muçulmana devia falar geralmente árabe com os seus clientes e familiares e provavelmente também um dialeto românico, quando necessário; ter-se-ia correspondido em judeu-árabe com parceiros de negócios, mas teria usado o hebraico para assuntos religiosos em casa e na comunidade judaica (CONSTABLE, 1997, p. xxvi, tradução minha).<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup>“Likewise, these medieval texts were written in many different languages. Christians wrote in Latin and in Romance vernaculars, including Castilian, Catalan, Portuguese, and Galician. Muslims generally wrote in Arabic, though the Mudejars (Muslims living under Christian rule in the later Middle Ages) gradually created Aljamiado, a version of the Romance vernacular written in Arabic characters. Some Christians also used Arabic, particularly if they were Mozarabs (Arabized Christians, usually living under Muslim rule). Similarly, Jews living in Muslim Spain often wrote in Arabic (or Judeo-Arabic, a version of Arabic written in Hebrew characters), especially for secular documents, but their primary literary and religious language was Hebrew”.

<sup>7</sup>“Language was a primary tool of identity and segregation, marking off one community from another, yet it was also a means for communication, a way of crossing boundaries between communities. Many people were comfortable in more than one language, and it

Esse manejo de línguas distintas extrapolava as classes socioeconômicas mais abastadas. De acordo com Soler,

Coexistia o arábico puro junto com o latim vulgar, também chamado de língua romance, bilinguismo que era, não apenas próprio das camadas altas, como também das humildes. Conta o historiador Mariano que, durante o sítio de Calatanazor, um pobre pescador cantava, alternadamente em língua vulgar e em língua árabe, um lamento sobre o triste destino da cidade sitiada (SOLER, 1995, p. 32).<sup>8</sup>

O Oriente testemunha o bilinguismo em Alandalus por intermédio, dentre outros, de um viajante da segunda metade do século X, o qual nunca estivera no Ocidente, mas diz saber que ali “a língua falada era árabe, mas obscura e de difícil compreensão, e há ainda outra língua semelhante ou relacionada com a latina”, assim como botânicos andaluzes, ao descreverem as plantas, davam-lhes seus nomes árabes, mas acrescem a estes o nome correspondente em *aljamia* (MENÉNDEZ PIDAL, 1950, p. 423, 427-428). No contexto ibérico, o termo *aljamia* corresponde à língua estrangeira escrita em caracteres árabes (VARGENS, 2007, p. 115) e *algaravia*, tanto à língua árabe, quanto, figurativamente, à linguagem desconhecida, ininteligível e, por extensão, à coisa de difícil entendimento (VARGENS, 2007, p. 110).

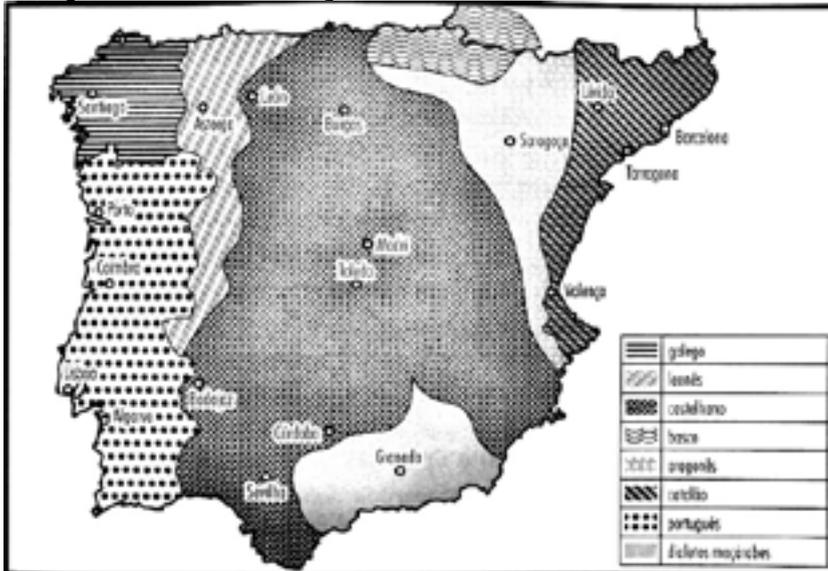
A Figura 3 abaixo mostra a redução territorial de Alandalus, restrita, no século XIII, ao Reino de Granada, com a consequente expansão das línguas ibéricas nortenhas em direção ao sul peninsular.

---

was normal for literate people to write in one language while using another for everyday conversation. For example, a Jewish merchant in Muslim Spain might generally have spoken Arabic with his clients and family, and probably also a Romance dialect when needed; he would have corresponded with business partners in Judeo-Arabic, but would have used Hebrew for religious matters at home and in the Jewish Community”.

<sup>8</sup> Lembramos apenas que o conceito de língua pura não existe, uma vez que qualquer língua é constituída por conjuntos de variedades – históricas, geográficas, sociais (de gênero, idade, profissão, nível de escolarização, etc.), além da variedade de situação ou de contexto (mais ou menos formal) de comunicação – e está sujeita a contínuas transformações, dentre outros motivos, pelo contato com outras línguas. Provavelmente, o que o autor quis dizer é que o pescador falasse árabe como “língua plena”, conforme designa a linguística de contato, e não como um *pidgin*, isto é, como uma “variedade simplificada” para interação de falantes de línguas maternas distintas.

Figura 3 – Domínios linguísticos ibéricos ao final do século XIII



Fonte: ENTWISTLE, 1948 *apud* ILARI, 2018, p. 179.

O latim e o árabe clássico eram, à época, línguas de prestígio, empregadas nos âmbitos da religião e da cultura erudita. Não trataremos, neste estudo, das línguas empregadas pelos judeus, embora o judeu-espanhol tenha tido importantes desdobramentos, por exemplo, na Turquia e nos Marrocos (SEPHIHA, 1997, p. 1).

Segundo Lüdtke (1974, p. 243), a diglossia ou “bilinguismo social” decorre do uso alternado de um dialeto e de uma língua de cultura codificada. Considerando-se o depoimento de Álvaro Cordovês, datado de meados do século IX, sobre a aculturação dos hispano-godos cristãos, encantados com a língua e a cultura árabes, e a observação de Corriente (1996, p. 4-5) sobre a restrição do uso do romance cristão de Alandalus a situações menos formais de comunicação, conclui-se ter havido diglossia no contexto político-cultural islamizado em que viveram os moçárabes no território ibérico muçulmano.

### 3.2 Contatos linguístico-culturais, interferência e arabismos lexicais

Os moçárabes, hispano-godos cristãos, cultural e linguisticamente arabizados, exerceram importante papel na difusão da cultura árabe-muçulmana, nos reinos cristãos peninsulares.

[...] Em Alandalus, só há essa única cultura arábico-islâmica, tão prestigiada que os próprios estados cristãos incipientes do norte, consciente ou inconscientemente, imitam-na em quase todos os seus aspectos seculares, graças à mediação dos imigrantes moçárabes que, precisamente por conhecê-la a fundo, garantiram o êxito social que refletem, por exemplo, os estudos de Gómez Moreno (CORRIENTE, 1996, p. 5, tradução minha).<sup>9</sup>

Acresce, então, a transmissão de arabismos aos romances ibéricos nortenhos, promovida por este segmento da sociedade andalusina:

São, por conseguinte, os moçárabes emigrados ao norte os que, possuidores, como inevitável corolário da derrota e a forçada convivência, da cultura arábico-islâmica e seus conceitos inexistentes e inominados em romance, introduzem neste os arabismos que os denominam (CORRIENTE, 1996, p. 5, tradução minha).<sup>10</sup>

Silva (2003), Teyssier (2001, p. 22) e Vasconcelos (1956, p. 299) veem no contato prolongado, durante a Idade Média, e no refinamento cultural do conquistador muçulmano, que concorreu para a evolução das ciências, das técnicas e das artes mais variadas, em solo ibérico, a interferência do árabe no desenvolvimento das línguas ali em uso. No dizer de Paul, “uma forte influência civilizatória leva quase invariavelmente a uma larga importação de vocábulos estrangeiros” (PAUL, 1970, p. 460, tradução minha).<sup>11</sup>

De acordo com Le Bon,

a civilização muçulmana teve uma influência imensa no mundo e [...] esta influência se deve tão somente aos árabes e não às diversas raças que adotaram o seu culto. Com a sua influência moral, civilizaram os

---

<sup>9</sup> “En Alandalús sólo hay esa única cultura arábigo-islámica, además tan prestigiosa que los mismos incipientes estados cristianos del Norte consciente o inconscientemente la imitan en casi todos sus aspectos seculares, gracias a la mediación de los inmigrantes mozárabes que, precisamente por conocerla a fondo, tuvieron garantizado el éxito social que reflejan, vgr., los estudios de Gómez Moreno”.

<sup>10</sup> “Son, por conseguinte, los mozárabes ya emigrados al Norte los que, poseedores, como inevitable corolario de la derrota y la forzada convivencia, de la cultura arábigo-islámica y sus conceptos inexistentes e innominados en romance, introducen en él los arabismos que los dominan”.

<sup>11</sup> “A strong civilising influence entails almost invariably a large importation of foreign word”.

povos bárbaros que tinham destruído o Império Romano; com a sua influência intelectual, abriram à Europa o mundo dos conhecimentos científicos, literários e filosóficos de que não tinha a menor ideia, e durante 600 anos foram nossos civilizadores e professores (LE BON, 1974, p. 508, tradução minha).<sup>12</sup>

E ainda:

A barbárie na Europa foi por muito tempo demasiadamente grande para que os europeus conseguissem ver o seu estado e apenas no século XI e particularmente no XII surgiram algumas tendências científicas. Quando algumas inteligências, mais perspicazes, reconheceram a necessidade de sacudirem aquela ignorância, pediram auxílio aos árabes, que eram então os únicos professores (LE BON, 1974, p. 496-498, tradução minha).<sup>13</sup>

Ao que continua:

Assim, portanto, não é correto que, conforme alguém disse, as ciências chegaram à Europa graças às cruzadas, o correto é que chegaram pela Espanha, pela Itália e pela Sicília. Já em 1130 uma escola de tradutores, fundada em Toledo, sob a proteção do bispo Raimundo, começou a tradução dos mais célebres autores árabes para o latim. O êxito destas traduções foi ressonante. Com elas se abriu um novo mundo para o Ocidente e, durante os séculos XII, XIII e XIV, o trabalho dos tradutores não parou, vertendo para o latim Arrasí, Abu Kasim, Avicena, Averróis, mas também autores gregos como Galeno, Hipócrates, Platão, Aristóteles, Euclides, Arquimedes e Ptolomeu, que os muçulmanos haviam traduzido para a sua própria língua. Na sua *História da Medicina Árabe*, o

---

<sup>12</sup> “[...] la civilización musulmana tuvo en el mundo una influencia inmensa, y [...] esa influencia se debe a los árabes tan sólo, y no a las razas diversas que han adoptado su culto. Con su influencia moral han civilizado a los pueblos bárbaros que habían destruído el imperio romano; con su influencia intelectual abrieron a Europa el mundo de los conocimientos científicos, literarios y filosóficos de que no tenía la menor idea, y ellos han sido durante 600 años nuestros civilizadores y maestros”.

<sup>13</sup> “La barbarie de Europa fué mucho tempo demasiado grande para que los europeus echasen de ver su estado; y tan solo en el siglo XI y particularmente em el XII aparecieron algunas tendencias científicas. Cuando algunas inteligencias, algo perspicaces, reconocieron la necesidad de sacudir aquella ignorancia, pidieron auxilio a los árabes, que entonces eran los únicos maestros”.

dr. Leclerc aumenta para mais de 300 o número de obras árabes traduzidas para o latim. O fato é que a Idade Média não conheceu a Antiguidade grega, a não ser depois que esta passou para a língua dos discípulos do profeta. Graças às traduções, algumas obras antigas, cujos originais se tinham perdido, puderam chegar até nós, por exemplo, as cônicas de Apolônio, os comentários de Galeno sobre as epidemias, o tratado das pedras, de autoria de Aristóteles, etc. Sim, aos árabes se deve o conhecimento da Antiguidade, não se deve aos frades da Idade Média, os quais ignoravam até o grego, e por isso devemos àqueles uma gratidão eterna por ter-nos salvado tão precioso tesouro. “Apaguem os árabes da história”, diz Libri, “e o renascimento das letras tardará ainda muito séculos na Europa” (LE BON, 1974, p. 496-498, tradução minha).<sup>14</sup>

No que diz respeito à Economia, muito se deve à presença muçulmana na Península Ibérica. De acordo com Lewis,

O Islão espanhol, no seu apogeu, ofereceu um espetáculo soberbo. Os árabes enriqueceram a vida da Península de muitas maneiras: na agricultura introduziram a irrigação científica e muitas novas culturas, incluindo citrinos, algodão, cana-de-açúcar e arroz. As

---

<sup>14</sup> Así pues, no es cierto, según se há dicho, que las ciencias penetrasen en Europa merced a las cruzadas; lo cierto es que penetraron por España, Italia y Sicilia. Ya em 1130 un colegio de traductores, fundo em Toledo, bajo el protectorado del obispo Raimundo, comenzó en latín la traducción de los más célebres autores árabes. El éxito de estas traducciones fué resonante. Con ellas se abrió un mundo nuevo al Occidente; y durante los siglos XII, XIII y XIV el trabajo de las traducciones no cesó, poniendo en latín no sólo a Arrazí, a Abil Qâsim, Avicena, Averroes, sino también a los autores griegos, como Galeno, Hipócrates, Platón, Aristóteles, Euclides, Arquímedes y Ptolomeu, que los musulmanes habían vertido a su propia lengua. Em su Historia de la medicina árabe el Dr. Leclerc hace ascender a más de 300 el número de obras árabes traducidas al latín. El hecho es que la Edad Media no conoció la antigüedad griega, sino después que ésta pasó a la lengua de los discípulos del profeta. Gracias a las traducciones, algunas antiguas obras, cuyos originales se han perdido, han podido llegar hasta nosotros, como por ejemplo, las secciones cónicas de Apollonio, los comentarios de Galeno sobre las epidemias, el tratado de las piedras por Aristóteles, etc. Sí, a los árabes se debe el conocimiento de la antigüedad; no se debe a los frailes de la Edad Media, los cuales hasta el griego ignoraban; y por eso debemos a aquéllos una gratitud eterna por habernos salvado tan precioso tesoro. “Borrada a los árabes de la historia”, disse Libri, “y el renacimiento de las letras tardará aún muchos siglos en Europa”.

alterações que operaram no regime da propriedade rural foram grandemente responsáveis pela situação próspera da agricultura espanhola sob o domínio árabe. Desenvolveram inúmeras indústrias – têxteis, faiança, papel, seda e refinação de açúcar, e exploraram importantes minas de ouro, prata e outros metais. A lã e a seda eram fabricadas em Córdoba, Málaga e Almeria, a faiança em Málaga e Valência, armas em Córdoba e Toledo, trabalhos de couro em Córdoba, tapetes em Beza e Cálcena, papel – importação árabe do extremo Oriente – em Jativa e Valência. Tal como no Islão, os têxteis constituíram a principal indústria, e ouvimos falar de 13000 tecelões só em Córdoba. A Espanha muçulmana desenvolveu um largo comércio com o Oriente, e as frotas mercantes dos portos andaluzes transportavam os produtos espanhóis por todo o Mediterrâneo. Os principais mercados situam-se no Norte da África sobretudo no Egito, e em Constantinopla, onde os mercadores bizantinos compravam os seus produtos para os venderem na Índia e Ásia central [...] (LEWIS, 1996, p. 143-144).

Com efeito, Corriente aponta consequências linguísticas da posição de língua de menor prestígio, como na situação de bilinguismo verificada em Alandalus:

O ibero-romance, pois, desde o sul culturalmente arábico-islâmico, apesar de um bilinguismo em que o romance ocupa a posição de língua dominada para registros baixos recebeu: a) alguns poucos arabismos [...], b) muitos andalusismos, c) bastantes romancismos meridionais [...] e d) vozes híbridas árabe-romances, todos matizes que devem ser considerados ao se estudar esta questão (CORRIENTE, 1996, p. 5-6, tradução minha).<sup>15</sup>

Constituindo a necessidade designativa a causa mais frequente da importação de material léxico estrangeiro, a atenta observação dos campos semânticos em que se enquadram permite, portanto, conhecer a natureza

---

<sup>15</sup> “El iberorromance, pues, desde el Sur arábigo-islámico, a pesar de un bilingüismo en el que el romance ocupa la posición de lengua dominada para los registros bajos, ha recibido: a) algunos pocos arabismos cultos [...], b) muchos andalusismos, c) bastantes romancismos meridionales [...] e voces híbridas arábigo-romances, matices todos ellos que deben tenerse en cuenta al estudiar esta cuestión”.

dos referentes adquiridos no contato cultural, quando comunidades de culturas (e, em geral, de línguas maternas) distintas passam a interagir.

Lewis aborda a contribuição lexical árabe para as línguas peninsulares:

As inúmeras expressões árabes que subsistem na agricultura e nas artes e ofícios ilustram a força da influência árabe. Mesmo na vida política, os múltiplos vocábulos árabes ainda em uso da língua espanhola, na administração local e no vocabulário militar, atestam a persistência da tradição árabe. O rei cristão do século XIV que mandou restaurar o Alcácer de Sevilha celebrou a sua obra com uma inscrição em árabe, “Glória ao nosso Soberano, o Sultão Dom Pedro”. As moedas da reconquista conservaram o padrão árabe durante muito tempo (LEWIS, 1996, p. 144).

Abrangendo vários aspectos da vida cotidiana, os arabismos ibéricos, de aquisição antiga, ainda no período formativo da língua portuguesa, estão integrados de tal forma no sistema lexical desta que os seus falantes frequentes vezes sequer supõem a sua origem médio-oriental.

Abundantes vestígios materiais testemunham o influxo cultural muçulmano que se produziram na Península Ibérica, a exemplo da música e da dança, da literatura, do direito, do vestuário, da alimentação, da arquitetura e do urbanismo, da agricultura, do artesanato e das tradições (ALVES, 1999, p. 5-8).

Todavia, e lamentavelmente, continua por fazer o balanço etnográfico e cultural da presença árabe-berbere e islâmica no nosso país. [...] A mera avaliação dos sinais dessa presença, em face de ideias estafadas e de há séculos repetidas, minimizando o impacto islâmico, é no mínimo perturbadora. Discorrendo ao acaso, evidenciar-se-á: – Uma Ancestralidade semítica e berbere. Esta remonta a tempos pré-históricos e aquela provém da remota presença fenícia e cartaginesa que a pesquisa arqueológica e a análise de estruturas antropológicas não cessam de pôr em evidência [...] (ALVES, 1999, p. 5).

No que concerne às línguas peninsulares, o avanço técnico-científico e artístico-cultural dos povos islamizados, durante a Idade Média ocidental, levou à adoção de numerosos arabismos pelos falares ibéricos, nos mais variados campos, como ilustram os exemplos portugueses a seguir, colhidos em Elia (2004, p. 107), Houaiss (1986),

Silva (2003), Silva Neto (1988, p. 333), Teyssier (2001, p. 22), Vargens (2007, p. 221-225) e Vasconcelos (1956, p. 301-302):

- a) técnicas e produtos agrícolas: *açude, almuinha, safra, sega, açúcar, café, tamarindo*;
- b) guerra e vida militar: *alferes, algema, almirante, arrais, arsenal, bodoque, calibre, refém*;
- c) indústria e comércio: *açougue, alambique, armazém, azenha, azémola, tara*;
- d) administração e finanças: *aduana, alfândega, alvará, aval, leilão, tarifa*;
- e) profissões: *açougue, alfaiate, almoxarife, magarefe*;
- f) ciências, técnicas e artes: *algarismo, álgebra, zero, achaque, elixir, enxaqueca, nuca, xarope, alquimia, alaúde, atabaque, atambor, axabebe, cifra*;
- g) vestuário: *alpercata, babuche*;
- h) alimentação e culinária: *almôndega, cuscuz, escabeche*;
- i) compartimentalização espacial e acidentes geográficos: *aldeia, arrabalde, bairro, rincão*;
- j) habitação e vida doméstica: *alcova, alicerce, almofada, andaime, azulejo, chafariz, divã, saguão, sofá, taça, taipa*;
- k) fauna (inclusive pesca): *anta, atum, gazela, girafa*;
- l) jogos: xadrez;
- m) religião: *imame, ulemá, mussurumim, islame, jihad, mesquita, minarete, moçafo, tecebá*.

A diversidade de campos semânticos em que se verificam os arabismos resulta da interação intergrupar ao longo de muitos séculos, com aquisição de elementos culturais arábico-islâmicos pelos falantes do romance lusitano e da língua portuguesa: o conhecimento técnico e científico, a construção civil, o urbanismo, a administração pública e o comércio são áreas em que os tecnicismos pululam; conflitos militares estão representados na terminologia da guerra e a vida social se vê arabizada no modo de vestir, no interior das casas e na alimentação. Da

convivência com muçulmanos decorreu a importação de empréstimos do campo religioso.

No que respeita ao número desses arabismos portugueses, Vargens (2007) dicionariza mais de três mil lexias, entre arabismos ibéricos, incluindo os seus usos no português brasileiro, arabismos malês e sírio-libaneses, próprios da sócio-história do Brasil (VIGUERA MOLINS *apud* VARGENS, 2007, orelha).

#### **4 Considerações finais**

Uma vez compreendido o ambiente linguístico da Península Ibérica na Idade Média, caracterizado como multilinguístico, coexistindo diversas variedades de romances (alçados posteriormente a línguas nacionais, identificadas pelos respectivos adjetivos pátrios), dialetos árabes e normas padrão escritas do latim, do árabe e do hebraico, a interferência de um sistema sobre o(s) outro(s) é natural, dando-se na mente dos falantes bilingues.

Com efeito, a literatura sobre contato de línguas na região, no medievo, ratifica o uso alternado de sistemas linguísticos diversos pelos peninsulares, com os romances muitas vezes empregados em contextos familiares ou informais de comunicação.

A posição privilegiada dos muçulmanos, como conquistadores, detentores do poder político e econômico, cujo desenvolvimento técnico, científico, industrial e cultural, àquela altura, é inegável, suscita a transmissão de numerosos arabismos aos falares locais. Em decorrência da prolongada duração e da intensidade do contato, o número destes empréstimos é significativo, extrapolando os três milhares, e a profusão de campos semânticos em que se verificam testemunha as diversas áreas em que a interferência cultural se fez sentir.

O que se pretendeu neste artigo, e constitui de fato o problema de investigação, foi colher na literatura especializada “depoimentos” desse multilinguismo ibérico medieval. A hipótese de trabalho, sobre a documentação da diglossia árabe-romance, foi corroborada, dada esta realidade linguística ter sido documentada à época e ser sistematicamente retomada na literatura especializada em filologia (árabo-)românica, em histórias das línguas ibéricas (e, conseqüentemente, da língua portuguesa) e em história.

## Referências

- ALVES, A. *Portugal: ecos de um passado árabe*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.
- ANDRADE FILHO, R. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp, 2001. v. 1.
- BETTS, G. *Latin*. London: Hodder Education, 2003.
- CONSTABLE, O. R. (Ed.). *Medieval Iberia: readings from Christian, Muslim, and Jewish sources*. 3. ed. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1997.
- CORRIENTE, F. *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*. 2. ed. ampl. Madrid: Gredos, 2003.
- CORRIENTE, F. *Novedades en el estudio de los arabismos en iberorromance*. Disponível em: <[https://is.muni.cz/el/1421/jaro2012/SJIIB966/um/7952570/26-1-Corriente\\_Arabismos\\_en\\_iberorromance.pdf](https://is.muni.cz/el/1421/jaro2012/SJIIB966/um/7952570/26-1-Corriente_Arabismos_en_iberorromance.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.
- DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- HOUAISS, A. *As projeções da língua árabe na língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/collat7/houaiss.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2006.
- ILARI, R. *Linguística Românica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- LAPESA, R. *Historia de la lengua española*. 5. ed. Madrid: Escelicer.
- LE BON, G. *La civilización de los árabes*. Versión española de Luís Carreras. 4. ed. Buenos Aires: El Nilo, 1974.
- LEWIS, B. *Os árabes na história*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1996.
- LÜDTKE, H. *Historia del léxico románico*. Versión castellana de Marcos Martínez Hernández. Madrid: Gredos, 1974.
- MENÉNDEZ-PIDAL, R. *Orígenes del español: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 3. ed. muy corregida y adicionada. Madrid: Espasa Calpe, 1950.

MOLÉNAT, J.-P. Os moçárabes: um exemplo de integração. In: CARDILLAC, Louis (Org.). *Toledo, séculos XII e XIII: muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 83-98.

PAUL, H. *Principles of the history of language*. Translated from the second edition of the original by H. A. Strong. Maryland: McGrath, 1970.

RIBEIRO, O. *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

SEPHIHA, H.-V. *Judeo-Spanish*. Disponível em: <<http://michel.azaria.free.fr/History.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, INL, 1988.

SILVA, R. V. M. *Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html>>. Acesso em: 5 fev. 2003.

SOLER, L. *Origens árabes no folclore do sertão brasileiro*. Florianópolis: EDUFSC, 1995.

TEYSSIER, P. O português europeu: do século XIV aos nossos dias. In: \_\_\_\_\_. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 43-44.

THORAVAL, Y. *Diccionario de civilización musulmana*. Barcelona: Larousse Planeta, 1996.

VARGENS, J. B. de M. *Léxico português de origem árabe: subsídios para os estudos de filologia*. Rio Bonito: Almádena, 2007.

VASCO DA GAMA, N. A variação do latim e a formação das línguas românicas. *Qvinto Império*, n. 5, p. 39-51, 1995.

VASCONCELOS, C. M. de. Fontes do léxico português: os elementos árabes. In: \_\_\_\_\_. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1956. p. 299-310.

Recebido em: 20 de julho de 2018.

Aprovado em: 13 de agosto de 2018.



# Literatura





## **O riso das margens e o riso do centro: as iluminuras em *O nome da rosa***

### ***Laughter in the margins and graveness in the center: the illuminations in The Name of the Rose***

Luciana Persice Nogueira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

luciana.persice@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo enfoca a importância das iluminuras na trama de *O nome da rosa*, de Umberto Eco, que servem de pretexto ao debate sobre a questão medieval do riso e do *risus monasticus*. Para tal, observam-se aspectos da juta verbal dos antagonistas – Guilherme de Baskerville e o Venerável Jorge – em torno do hipotético livro de Aristóteles sobre a comédia, a relação entre a imagem (periférica e cômica) e o texto (central e solene) e uma surpreendente contraposição entre as perspectivas aristotélica e nietzschiana da comédia – que o venerável monge revela em seu discurso, apontando para aspectos pós-modernos desse romance que homenageia, entre outros, Jorge Luis Borges.

**Palavras-chave:** Umberto Eco; *O nome da rosa*; iluminura; comédia; Nietzsche; Borges.

**Abstract:** This article focuses on the importance of illuminations in the plot of Umberto Eco's *The Name of the Rose*, which serves as pretext for the medieval debate on laughter and the *risus monasticus*. For that purpose, this article aims to shed light upon the verbal dispute between the antagonists – William of Baskerville and the Venerable George – over Aristotle's hypothetical book on comedy; the relationship between image (peripheral and comical) and text (central and solemn); and a surprising counterpoint between the Aristotelian and Nietzschean perspectives on comedy – the latter being revealed in the venerable monk's discourse, which points to postmodern aspects of this novel that pays homage, among others, to Jorge Luis Borges.

**Key-words:** Umberto Eco; *The Name of the Rose*; illumination; comedy; Nietzsche; Borges.

O romance de Umberto Eco, *O nome da rosa*, reúne, numa abadia beneditina, frades franciscanos, partidários do papa, inquisidores dominicanos, copistas cistercienses e hereges díspares numa multiplicidade flamboiante de interpretações do Livro Santo. Sua coabitação surpreendente e efêmera constitui uma verdadeira cacofonia e faz do mosteiro uma espécie de avatar de Babel. O labirinto discursivo que resulta desse vozerio encontra eco e reflexo no labirinto da biblioteca silente que domina a construção.

*O nome da rosa* também é uma intriga policial extemporânea, e os heróis devem elucidar o mistério das mortes na abadia ludibriando o labirinto dos discursos e o labirinto dos livros. A importância das palavras é, evidentemente, fundamental na elaboração da trama. E a história se enreda em meio aos afazeres prosaicos da rotina diários monges, que se organiza em função da reprodução de livros e da guarda da biblioteca. As “ricas horas” da rotina monástica são cadenciadas pelo ritmo dos ofícios litúrgicos e, durante os sete dias em que o enredo se tece, do toque das trombetas do Apocalipse (evocadas a cada morte).

Esquivando-se, entre outros, de discussões “bizantinas”, conceitos aristotélicos e tomistas, noções nominalistas, ensinamentos patrístico-escolásticos e do mistério das sete mortes, Guilherme de Baskerville, o protagonista, e Adso, seu secretário e discípulo – e narrador do romance –, realizam a busca de um livro proibido. Para tal, têm de afrontar o Venerável Jorge, guardião dos livros, alma da biblioteca, Minotauro enraivecido no coração do labirinto, possuidor zeloso e ciumento de seus tesouros, que se interpõe ao acesso e ao direito à leitura dos textos. *O nome da rosa* trata, essencialmente, do poder infinito das palavras. Esse poder se estende aos livros, às bibliotecas e a seus guardiães.

## 1. Jorge de Burgos e o riso

Jorge faz sua entrada *in media res*, com uma frase em latim: “Verba vana aut risui apta non loqui”, “palavras vãs e próprias ao riso não devem ser pronunciadas” (ECO, 1983, p. 99). Essa regra beneditina inicia com a palavra *verba* e constitui uma *mise en abyme* do *Gênesis*, “No princípio era o Verbo”. O leitor é enviado às primeiras linhas do romance: o *incipit* do prólogo de *O nome da rosa* cita o *incipit* do *Gênesis*. Pode-se considerar esse momento um novo começo do texto, o princípio da busca do livro dentro do livro.

O velho monge chama atenção pela voz majestosa, que sugere o dom da profecia. Ele é cego, o que é, também, uma homenagem a Jorge Luis Borges. As citações da obra de Borges são evidentes e se espalham por entre as páginas: o livro perdido e reencontrado, o livro infinito, a biblioteca, o labirinto, o espelho, a cegueira... Jorge é um ortodoxo fanático que anuncia a vinda do Anticristo e que não aceita outra interpretação do Livro que não seja a estabelecida pela Igreja (a evocação do *Gênesis* e, depois, a do *Apocalipse*, que ele fará triunfar ao longo do fio das palavras, perfaz, simbolicamente, o Livro Santo e o sela contra qualquer outra leitura). Constata-se, aqui, uma inversão irônica da imagem do escritor argentino, autor pós-moderno que manipula magistralmente a multiplicidade da escritura e das leituras.

É de se notar que o personagem é introduzido na trama do romance no momento em que se admiravam as iluminuras do primeiro monge morto, realizadas numa das obras em preparação no *scriptorium* da abadia, e sua aparição encerra o debate e o riso que elas haviam desencadeado.

Guilherme e Adso observam, admirativos, o trabalho do iluminador (ou miniaturista):

Aproximamo-nos daquele que fora o local de trabalho de Adelmo, onde estavam ainda as folhas de um saltério com ricas iluminuras. Eram folia de vellum finíssimo – rei dos pergaminhos [...] A primeira metade já estava coberta pela escritura e o monge tinha começado a esboçar as figuras nas margens [...em que] se delineava um mundo ao avesso em relação àquilo com que se habituaram os nossos sentidos. Como se à margem de um discurso que por definição é o discurso da verdade, se desenvolvesse, profundamente ligado a ele, um discurso mentiroso sobre um universo virado de cabeça para baixo, em que os cães fogem das lebres e os cervos caçam o leão. (ECO, 1983, p. 97)<sup>1</sup>

Vale observar, inicialmente, que, como em vários momentos de seu romance, Eco (1983) explica e decodifica, ao menos parcialmente, o que vinha constituindo a ficção, e, a partir de “Como se...”, insere um fragmento ensaístico que orienta a leitura. Também vale mencionar que em todo o texto se faz referência à “iluminura”, embora as imagens

---

<sup>1</sup> Será usada a tradução brasileira da obra, na medida em que o texto original em italiano não apresenta um interesse específico para este trabalho.

descritas sejam mais especificamente *drôleries*, ou seja, iluminuras cômicas, satíricas e irreverentes (termo que também não ocorre na versão francesa do romance, *Le Nom de la rose* (cf. ECO, 1982). Isso talvez se deva ao fato de que o termo não fosse usado em francês, no que hoje é a Itália. Será feito aqui, então, apenas, uso da palavra “iluminura”.

A citação acima contém as palavras-chave que fundam o mistério das mortes e do livro proibido: a necessidade de se respeitar “a verdade” pregada pela ortodoxia da Igreja, por meio de seu discurso legitimado e oficial, ao mesmo tempo em que combatem “as alusões” e os “discursos mentirosos” que escapam ao rigor e à autoridade dessa ortodoxia.

Da observação das imagens surge o diálogo sobre o “mundo às avessas” (ECO, 1983, p. 97-98). O estudo de Mikhail Bakhtine (1970) sobre a obra de Rabelais mostra a ambiguidade do mundo às avessas: o espírito de liberdade sob as amarras de uma subversão cíclica, controlada; o caráter catártico da explosão carnavalesca sob o signo da transgressão aceita; e a vida dupla do homem do povo – a vida “oficial” e a “do carnaval”. A ambivalência do riso medieval desembocará numa nova concepção do indivíduo na sociedade da Renascença. Por enquanto, ela não abala, ainda segundo Bakhtine (1970), a dicotomia entre as culturas popular e erudita, e as vidas pia e profana.

As imagens inverossímeis de Adelmo e a discussão sobre o mundo às avessas detonam o riso dos monges. A censura cáustica de Jorge os reimmerge no silêncio submisso habitual, num apelo mais imediato à condenação feita por São Bento ao *risus monasticus*. Mas parte do discurso do venerável monge é uma longa citação de uma Apologia de São Bernardo, em que deplorava os baixos-relevos ornamentais das igrejas, por distraírem o monge de seus estudos, obrigações, meditação e penitência – aliás, é feita menção explícita ao debate entre abades cluniacenses e cistercienses (ECO, 1983, p. 101).

A entrada abrupta de Jorge na trama dá início à primeira das quatro discussões sobre o riso que ocorrem no romance. As três primeiras (ECO, 1983, p. 100-105; 118-119; 156-161, respectivamente) se fazem entre citações escolásticas e referências bíblicas e tratam, sobretudo, da questão do riso de Cristo. A última trata do tema central da discordância dos antagonistas.

Esse debate aparentemente “bizantino” opõe, de um lado, Jorge, para quem as imagens do mundo às avessas levam à malícia e ao gosto pela natureza monstruosa; e, de outro, Guilherme, para quem as “imagens

marginais” provocam o riso com fins “de edificação” (ECO, 1983, p. 100), podendo esconder mistérios (ECO, 1983, p. 101).

Convém insistir sobre o fato de que o riso reprovado por Jorge não provém da leitura do texto do livro em preparação. Trata-se do riso provocado pelas margens, em consequência da observação das imagens, das imagens marginais, as iluminuras acrescentadas por Adelmo ao texto copiado. Seria necessário, então, dar maior precisão ao lugar da iluminura na página do manuscrito medieval.

## 2. A organização visual da página escrita e o lugar da iluminura

É importante lembrar que o livro, como editado nos dias de hoje, é o resultado de uma lenta e progressiva transformação dessa organização, em que os hábitos de escritura e de leitura interagem e se recompõem entre tentativa, erro e soluções eficazes levando à fixação de um modelo universalmente aceito. A imagem possui um valor e uma função na estrutura do livro medieval diferentes do modelo de edição moderno.

Os textos medievais eram repletos de imagens: antes, no meio, entre as linhas, ao final, o texto e a ilustração compunham um conjunto inextricável que quase nunca se lia, devido à raridade dos livros e ao iletrismo das populações. No claustro monacal, o texto era recitado, repetido e memorizado. Esse procedimento, *meditatio*, era praticado individualmente ou, em muitos casos, coletivamente (o iletrismo também existindo entre os monges, um único leitor lia, em voz alta, para a sua comunidade).

Em seu estudo sobre a imagem medieval, Michael Camille (1997) afirma que “a arte das margens” se desenvolve a partir do século XII, com a passagem progressiva da cultura oral à cultura escrita, quando a *meditatio* é suplantada pela *ordinatio* – organização visual da página, em que se ordenam as palavras na frase mantendo-se um espaço entre elas, por exemplo, com vistas a facilitar a leitura. “A escritura é, partir de então, colocada em destaque na materialidade física, enquanto sistema de signos visuais” (CAMILLE, 1997, p. 30, tradução minha): a primazia da clareza das letras e das linhas repele, aos poucos, a fantasia e a criatividade para as margens.

Mais tarde, no início da passagem do manuscrito medieval ao texto impresso, as características do manuscrito serão mantidas. O ensaísta Robert Brun (1969, p. 1) afirma que o impresso tentará apresentar-se como pastiche (imitando a letra caligráfica, usando cores para rubricas e

iniciais, páginas com colunas duplas, títulos à margem do texto, vinhetas espalhadas pelo corpo do texto, entre outros). O pastiche evita que se contrariem hábitos leitores já formados.

Num segundo momento, porém, ainda no século XV, a disposição do livro impresso segue o modelo da arquitetura renascentista e substitui, por exemplo, a letra gótica pela romana (inclusive nas iniciais), e, sobretudo, marca a separação entre o título e o resto do texto, seja na primeira página, seja no corpo do texto, ou ainda antes dos desenhos, numa subordinação progressiva da imagem ao texto escrito.

Com a expansão do mercado do livro impresso, criam-se novos e maiores públicos leitores, e, com eles, a necessidade de uma uniformização da formatação da página tipográfica. Constata-se que a disposição do livro impresso se distingue cada vez mais do modelo manuscrito, e que a imitação cede lugar às inovações da organização tipográfica, que impõem uma nova estrutura formal ao texto. Por exemplo, o *incipit* (primeira letra do texto, ornada e desenhada) evolui do desenho-comentário para uma abertura colocada em destaque: ele aparece acima do corpo do texto e termina, geralmente, com reticências, retomadas no corpo do texto em sinal de continuidade depois de uma pausa. O *incipit* faz, justamente, a transição entre o desenho, o título e o texto contínuo e linear. Seu caráter é da ordem da metonímia, já que ele faz a passagem entre os elementos da organização da primeira página. Com o tempo, ele atrofia, as reticências e a separação marcando o início do restante do texto desaparecem, e ele passa a ser incluído no corpo do texto. Portanto, ele se separa radicalmente da imagem figurativa que, ao ser extraída do conjunto do texto, torna-se mero ornamento decorativo.

O crítico Antoine Compagnon (1979, p. 25) assinala que, nesse movimento de separação entre títulos e textos, a primeira página torna-se equivalente ao texto em seu conjunto. Ainda ornamentada com motivos decorativos, ela desenvolve uma função metafórica, condensando e sintetizando o restante do texto.

Esses aspectos da passagem do manuscrito ao texto impresso, de um modelo oral a um modelo literário escrito, representam um longo processo de valorização do texto escrito às expensas da imagem. Eles condicionam e balizam o espaço destinado à imagem: a margem do texto e alguns desenvolvimentos picturais do *incipit* e do *excipit*.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A economia deste artigo impõe a simplificação desse longo e complexo processo, aqui apenas esboçado visando interesses específicos, suscitados pelo romance de Eco (1983).

As iluminuras de *O nome da rosa*, anteriores, portanto, à subordinação da imagem ao texto escrito, possuem, conseqüentemente, uma relevância capital na leitura do manuscrito, na apreensão do sentido veiculado pelo conjunto dos elementos que compõem a página manuscrita. Como se verá em sua descrição feita por Adso, elas contêm caráter metonímico, por ligarem as passagens do texto ao universo alegórico retratado. Elas possuem, igualmente, caráter metafórico, a partir do momento em que exprimem, justamente, alegorias, alusões, desdobramentos de sentido.

Devido ao seu poder evocativo e ambíguo, é de se notar que a “marginalização” da imagem não é mera consequência de evoluções tipográficas ulteriores, mas, talvez, uma estratégia de controle do poder desse mundo evocativo, que é o do mundo das margens – que comentam, instruem, criticam e, por vezes, ridicularizam o texto escrito a que se vinculam. Esse mundo, às vezes invertido, outras, enviesado, motiva e fundamenta a fúria de Jorge.

### 3. O trabalho no *scriptorium* e as iluminuras de Adelmo

A importância da leitura na ordem beneditina fez com que cada abadia possuísse sua própria biblioteca e seu *scriptorium*. Retrospectivamente, ela constituiu uma verdadeira benesse para a preservação dos livros e, em grande parte, para a da leitura e da escritura (mesmo que nem todo copista soubesse ler o que copiava). O *scriptorium* era um anexo da biblioteca onde se copiavam textos religiosos e obras clássicas, numa cadeia de reprodução muito rígida. Havia o *scriptor*, ou copista, que copiava o texto em letra caligráfica; o *antiquarium*, o iluminista (miniaturista) e o rubricário, que acrescentavam as imagens (letrinas, *incipits*, rubricas, florituras, entre outros); o *commentator*, que interpretava o texto; e o *auctor*, que registrava ideias apoiando-se numa cadeia hierárquica de autoridades reconhecidas pela Igreja. Constatase que há uma seqüência ordenada e minuciosa de diferentes tarefas

---

A título de exemplo, vale mencionar a questão da arte da memória e sua importância na preservação do saber e do conhecimento durante a Idade Média, com incidência reconhecida sobre o desenvolvimento da tipografia e dos modos da organização da página impressa. Para essa e outras questões complementares, cf.: YATES, 1966, entre outros; ZUMTHOR, 1986; 1987; e CARRUTHERS, 1990, por exemplo.

complementares umas às outras. Verdadeiro “trabalho de beneditino”. Isolada por muralhas, protegida contra os perigos do mundo exterior, cada abadia desenvolveu seu próprio estilo, sobretudo no tocante às iluminuras.

No século XIV, quando se situa a ação de *O nome da rosa*, as imagens desenhadas sobre a margem constituem um comentário icônico ao texto escrito: trata-se do acréscimo pessoal do iluminista. A iluminura não está subordinada ao texto, ela lhe é complementar. Enquanto comentário, a imagem integra a organização da página, antecipa-a, explica-a e fornece-lhe informações visuais. A iluminura não ornamenta, ilustra. A palavra “iluminura” é, aliás, reveladora de sua função: iluminar, dar luz ao texto, clarear, esclarecer. A iluminura, portanto, escapa à hierarquia de autoridades imposta ao texto escrito e torna-se, de certa maneira, espaço de alguma liberdade de espírito e de criação – de onde, talvez, sua ulterior atrofia (como explicado).

A estudiosa Marie-Louise Pépin (2007) pôde observar, em suas pesquisas sobre a iluminura, que os monges copistas “[...] possuíam verdadeiro senso de humor. Frequentemente, nas margens, encontram-se notas como ‘Ah, que calor, hoje’, ou ‘Queijo azedono almoço de novo’, contornando a regra do silêncio” (PÉPIN, 2007, tradução minha), e imiscuindo comentários pessoais e extemporâneos, breves vislumbres da vida abacial, ao monótono e impessoal trabalho de reprodução.

Esse humor, ainda segundo Pépin (2007), ocorre de maneira variada, dependendo da abadia, e será, frequente, ocasional ou excepcional – este último, característico do contexto retratado por Eco (1983) – e permanecerá, como as iluminuras, ao lado do texto, na margem, fora da versão autorizada e do discurso oficial.

As imagens podiam ser belas, fantásticas, fantasiosas, mas, também, grotescas, cômicas, até impudicas. O estudioso Michel Camille (1997, p. 52) lembra que a coabitação do texto litúrgico com cenas profanas sobre uma mesma página já foi considerada como rabiscos inconscientes, automáticos, gratuitos ou sem relação com o texto. Bakhtine (1970, p. 102), por exemplo, considera, a propósito das páginas manuscritas dos séculos XIII e XIV, que “sobre a mesma página, encontram-se, lado a lado, iluminuras pias e austeras ilustrando o texto e toda uma série de desenhos de quimeras [...] de inspiração livre, quer dizer, sem relação com o texto [...] imagens puramente grotescas”. Imagens pias e imagens grotescas consideradas, pelo autor, como estanques umas às outras.

Entretanto, Michel Camille (1997) discorda dessa visão e defende a ideia de que os desenhos impudicos, cômicos ou grotescos são uma deformação consciente e voluntária do texto: “Os motivos das margens não funcionam apenas como remissões ao texto, mas também em relação às demais, e essa referência entre imagens se opera no interior de uma mesma página, assim como através de uma cadeia de motivos e signos que se respondem ao longo de todo o livro” (CAMILLE, 1997, p. 59, tradução minha).

Constituindo um mundo à parte, coerente em si mesmo, misteriosamente orgânico em relação ao texto, as imagens das margens faziam, por vezes, ainda segundo Camille (1997, p. 50), alusão a ditados e provérbios populares, a partir de certas palavras-chave do texto – o que demonstra o caráter ainda fundamentalmente oral da cultura. Trata-se da invasão, pelas margens da cultura popular, que o autor compara à polifonia musical da Idade Média, a pluralidade de vozes em modo visual (CAMILLE, 1997, p. 44).

A descrição das imagens esboçadas por Adelmo (supracitada), comparadas a um “discurso mentiroso” à margem do “discurso da verdade” e “profundamente ligado a ele”, dá razão a Camille (1997) e permite compreender a gravidade do gesto humorístico do monge, que intervém sobre o texto com desenhos de um mundo ao avesso.

Gravidade paradoxal, ela se infiltra nas fileiras do *scriptorium* do Mosteiro de Melk pelas mãos jovens de Adelmo: o monge Malaquias, ao mostrar o saltério de Adelmo a Guilherme, explica que “Adelmo [...] trabalhava, por causa de sua tenra idade, somente nas marginalia” (ECO, 1983, p. 96). Detalhe que pode passar despercebido, à juventude, portanto, reserva-se o trabalho “somente nas marginalia” (literalmente, as imagens e inscrições nas margens), por se considerar o texto, no centro da página, sério demais para ficar sob a responsabilidade de um jovem monge. Ledo engano e engodo a que o leitor é levado nesse primeiro contato com o tema.

Essas iluminuras mostram uma fauna fabulosa e mirífica:

Animais com mãos humanas nas costas, cabeças comadas de que despontavam pés [...] figuras com a boca dentada no ventre [...] criaturas diabólicas de pescoço sem fim, sequências de animais antropomorfos e de anões zoomorfos se associavam, às vezes, sobre a mesma página, e cenas de vida campestre onde se via representada [...] toda a vida dos campos, aradores, colhedores

de frutos, ceifadores, fiandeiras, semeadores, junto a raposas e fuinhas, armados de balestras e que escalvam uma cidade turrígera defendida por macacos. Aqui uma letra inicial se torcia em L e na parte inferior gerava um dragão, lá um grande V que dava início à palavra “verba” produzia, como natural gavinha de seu tronco, uma serpente em mil volutas, por sua vez gerando mais serpentes qual pámparos e corimbo. (ECO, 1983, p. 97-98)

Essas imagens constituem, à primeira vista, uma inversão, à margem do texto, da verdade que ele veicula. Sua função não é, entretanto, contestar o texto. Em sua descrição das iluminuras de Adelmo, Adso reconhece que “as margens inteiras do livro estavam invadidas por minúsculas figuras” que eram geradas, como por “expansão natural” e sugere que “um profundo significado espiritual devia certamente justificar a representação naquele trecho” (ECO, 1983, p. 98). Essa mentira cômica “comentava páginas santas” servindo-se de alusões por *speculum* e *in aenigmate* – discurso enviesado que se imiscui ao texto copiado e intervém sobre ele de maneira oblíqua.

Essa intervenção sobre o corpo do texto é percebida como uma invasão. O discurso mirífico e flamboiante que se engendra como que por expansão natural, gerando a si mesmo, monstruosamente, de forma caótica e descontrolada, implica o medo atávico da invasão pelas margens, ligado ao mito bíblico do transbordamento e do dilúvio, às expressões observáveis do incomensurável, portanto. As margens contêm o umbral entre o mundo conhecido – o texto, o centro (comparável à cidade, à civilização, à norma, à ordem, ao mundo tripartido – guerreiros, sacerdotes e camponeses), e o mundo desconhecido e temido do além, da periferia (a floresta, o oceano, o caos, o inferno, a deformidade, a excepcionalidade, a loucura...). Esse umbral estabelece dois espaços codificados, dois territórios fixos que são, em suma, o de Deus, no centro imaculado, e o dos homens, nos limiares. As margens são, também, essa periferia, esse mundo excluído dos párias, dos monstros, das aberrações, e dos homens comuns. Nada de surpreendente, então, no fato de que as representações que nelas figuram incluam, ao lado do universo pio e sagrado, visões do mundo tal como concebidas pelos artistas iluministas da época, e tal como eles as viviam cotidianamente.

A fim de combater o medo da invasão pelas margens, o pensamento grego já havia organizado a condenação da *hybris*, estabelecendo regras, medidas e fórmulas de simetria e harmonia, para condicionar e preservar

o belo. A fim de combater esse medo, a cultura popular da Idade Média exterioriza suas angústias, periodicamente, durante o Carnaval e outras festas catárticas.

O Venerável Jorge não combate o medo, serve-se dele para chegar a seus fins moralizantes; combate a invasão pelas margens, pelos interstícios, pelas entrelinhas das dúvidas que podem suscitar as alusões e as inversões – dúvidas que poderiam minar o poder dos Santos Pais e da Igreja. Ele teme, igualmente, o poder de ocultar mistérios, a expressão enigmática com a qual se pode travestir o riso, como demonstrou Aristóteles, segundo o dizer de Venâncio (ECO, 1983, p. 137), um dos monges assassinados.

#### **4. O riso de Aristóteles e a paradoxal “gaia ciência” de Jorge**

Por detrás da discussão final sobre o riso (ECO, 1983, p. 524 *et seq.*), encontra-se o livro hipotético de Aristóteles sobre a comédia, segundo tomo da *Poética*. No romance de Eco (1983), esse livro é encontrado e escondido por Jorge na biblioteca labiríntica da abadia. Guilherme o descobre numa câmara secreta e começa a ler um trecho sobre o ridículo e a imitação dos efeitos da elocução. Jorge o surpreende, e dá-se início a um confronto verbal. Mesmo sem o ler por inteiro, Guilherme adivinha que o livro versa não sobre os homens poderosos, mas sobre os pequeninos, vis e ordinários.

Guilherme não compreende o porquê de Jorge querer ocultá-lo, dentre tantos outros, e o bibliotecário explica:

– Porque era do Filósofo. Cada livro daquele homem destruiu uma parte da sabedoria que a cristandade acumulara no correr dos séculos [...] Cada uma das palavras do filósofo, sobre as quais já agora juram também os santos e os pontífices, viraram de cabeça para baixo a imagem do mundo. Mas ele não chegou a virar de cabeça para baixo a imagem de Deus. Se esse livro se tornasse... tivesse se tornado matéria de livre interpretação, teríamos ultrapassado o último limite. (ECO, 1983, p. 531-532)

Mais que o livro, então, Jorge deplora a influência do pensamento de Aristóteles. Ele detesta o fato de que o filósofo tenha podido interferir nos ensinamentos da Igreja, na própria edificação da doutrina eclesiástica. Jorge teme, sobretudo, o que não está, necessariamente,

no livro, mas na leitura do livro, na livre interpretação. Jorge, então, de maneira “apocalíptica”, para além do texto, o “superinterpreta” e teme as implicações da própria leitura.

Uma nova pergunta de Guilherme redimensiona, a seguir, o pensamento de Jorge, que se revela pós-moderno: “Mas o que te assustou nesse discurso sobre o riso? Não eliminas o riso eliminando o livro” (ECO, 1983, p. 532). E a resposta do monge ultrapassa o alcance do pensamento de Aristóteles: “Aqui a função do riso é invertida, elevada à arte, abrem-se-lhe as portas do mundo dos doutos. Faz-se dele objeto de filosofia, e de pérfida teologia” (ECO, 1983, p. 532).

Jorge instrumentaliza o medo para manter seu poder sobre os monges, como a Igreja fazia com a plebe da Idade Média; ele mistifica o medo e torna-se temível. De onde seu ódio por Aristóteles: o mistério não pode ser dessacralizado pelo populacho, as palavras do filósofo levariam a não mais se brincar de inverter o mundo, mas a entender que a inversão é douta, sábia e possível. O venerável monge pensa que o riso se tornaria uma arma contra o medo, contra a lei, contra a ordem, contra o temor a Deus. Ele percebe, em sua interpretação do livro de Aristóteles, o antídoto que pode se tornar a comédia, contra a submissão ao poder estabelecido. Ele deixa entrever no que as iluminuras de Adelmo são perigosas: “o dia em que a palavra do Filósofo justificasse os jogos marginais da imaginação desregrada, oh, então realmente o que estivesse à margem pularia para o centro, e do centro se perderia qualquer vestígio” (ECO, 1983, p. 534).

O medo da invasão pelas margens, da destruição do centro – que é o texto ou ordem estabelecida – é provocado pela iluminuras estranhas, grotescas, monstruosas, invertidas e cômicas. Imagens deformadas que lembram que a relação entre a margem e o centro não é estática, e que tudo pode ser virado pelo avesso. Mundo e livro espelhando-se reciprocamente, sob a ótica do bibliotecário.

Além disso, Jorge defende a manutenção do discurso dominante *tout court*. Ele estabelece a seriedade da doutrina eclesiástica e a verdade que a imbuí. Sua verdade, como a do inquisidor, é indiscutível. Na discussão sobre o riso e a comédia, portanto, infiltra-se a da verdade.

O discurso final de Guilherme, cáustico, contra a intolerância religiosa, transporta a discussão e o tema do riso, assim como os livros de Aristóteles e de Eco (1983), para o cerne da atualidade contemporânea – seja 1980 (ano da edição de *O nome da rosa* na Itália), seja hoje – pois,

no coração das querelas aparentemente ficcionais, fictícias, fantásticas ou bizantinas, persiste e perdura o Minotauro esfaimado do fundamentalismo religioso. Os bons livros, então, têm a qualidade de serem sempre, de alguma forma, atuais.<sup>3</sup>

O caráter pós-moderno do medo de Jorge advém de sua leitura do livro de Aristóteles. Os implícitos inferidos são, paradoxalmente, antiaristotélicos. “Não se exorciza o mal. Destrói-se”, diz ele (ECO, 1983, p. 536): ele abandona a ideia de catarse (que consiste numa descarga emocional de ordem funcional e terapêutica, levando a um controle racional da crise vivida; o exorcismo seria um tipo de catarse) em proveito da noção de ruptura, de excesso e de exagero da representação paródica (o Carnaval, as iluminuras, o mudo ao avesso) – o que o aproxima, surpreendentemente, de Nietzsche (2004).

Essa provocação feita por Eco (1983) ao seu leitor mistura medieval e contemporâneo, Aristóteles e Nietzsche (2004), tão diferentes, num mesmo traçado. O filósofo alemão dirá que é preciso “descobrir o *herói* e também o *tolo*[em outras traduções, “louco”, “parvo” ou ainda “bufão”] que há em nossa paixão do conhecimento, precisamos nos alegrar com nossa estupidez [ou “tolice”, “loucura”] de vez em quando para poder continuar nos alegrando com a nossa sabedoria [...] Como poderíamos então nos privar da arte, assim como do tolo [“louco”]?” (NIETZSCHE, 2004, p. 132, aforismo 107). Jorge teme o poder revolucionário da “arte de rir”; Nietzsche (2004) anuncia a arte da loucura e na loucura, e a sabedoria que nutre essa loucura. Sabedoria é também o olhar consciente daquele que reconhece, na paródia, a discrepância com relação ao drama testemunhado. Essa sabedoria não se solidariza com uma necessidade de cartarse (mobilizada pela anulação da discrepância), mas evidencia a própria discrepância, e se alegra, exalta e exulta, e se renova com ela.

Jorge admite que a Igreja não é colocada em xeque pelo Carnaval, ou pelo País da Cocanha, que provoca uma catarse ocasional ou periódica. Ele crê, porém, que o Carnaval, como o País da Cocanha, poderia tornar-

---

<sup>3</sup> Na pletera de artigos que se escreveram sobre essa obra de Eco (1983), apenas um, que eu tenha constatado, fala especificamente sobre a questão do riso: “Problématique du rire dans *Le Nom de la rose* d’Umberto Eco (1980): de la Bible au XX<sup>e</sup> siècle”, do crítico Michel Perrin, que rastreia, no romance, o desenvolvimento dos temas ligados ao riso no encadeamento de capítulos de um ensaio sobre a literatura medieval de Ernst-Robert Curtius (*La Littérature européenne au Moyen Age*. Paris: PUF, 1956). Perrin termina seu ensaio falando da atualidade do tema diante da interdição do riso no interior da Faculdade de Medicina da Universidade de Teerã, em 1993.

se um objetivo em si mesmo (“deste livro [de Aristóteles] derivaria o pensamento de que o homem pode querer na terra [...] a abundância própria do país da Cocanha” (ECO, 1983, p. 534). Reconhece que o discurso da margem pode ser o de uma outra verdade, de um mundo possível e que deve, portanto, ser expurgado.

E mais: nesse romance que versa sobre o infinito poder da palavra, Jorge, conhecedor receoso dessa verdade libertadora, reveste-se da função de censor máximo, e sentencia, resumindo magistralmente o seu gesto: “Os simples não devem falar. Este livro teria justificado a ideia de que a língua dos simples é portadora de alguma sabedoria. Era preciso impedir isso, foi o que fiz” (ECO, 1983, p. 537). Manter o poder implica manter o direito exclusivo à palavra e à versão sobre os fatos e a história.

Implacável, Jorge pune todos aqueles que se aproximam do livro de Aristóteles. Para tal, faz sua própria intervenção à margem do texto: embebe o canto inferior da página com veneno e sentencia à morte o curioso ou aventureiro que ousar desafiá-lo e folhear o tomo interdito. Esse amargo e tenebroso substituto da imagem iluminada é uma citação do conto “O vizir punido”, de *As Mil e Uma Noites* – uma das obras preferidas do pós-moderno Borges. Cita, igualmente, o *Apocalipse* (10: 9-11), em que o livro, que deve ser engolido, é a um só tempo amargor (às entranhas) e doçura (à boca).

A condenação dos desejos de conhecer e de ler fazdo próprio livro, ironicamente, o assassino. Jorge inverte os signos e termina por destruir leitores e biblioteca. O fogo consome a abadia e dispersa a reunião efêmera das vozes dissonantes que faziam dela uma Babel revisitada. O incêndio desencadeado pelos antagonistas no labirinto de livros era inevitável. Tal é a contingência de Babel: o destroçamento da torre e odesbaratamento dos homens. A inevitabilidade do incêndio realiza um fantasma que pode ser definido como “o temor da perda que destruiria, para sempre, toda uma parte do patrimônio intelectual [...] desde Alexandria” (CANAL, 2008, tradução minha), medo com o qual Eco (1983) joga na elaboração de sua trama.

Esse medo atávico da perda de algo que pertence, em última instância, a toda a civilização humana (e que desconsidera fronteiras – como essa abadia, que acolhe muitas línguas, muitas ordens, muitos carismas), perpassa o romance de Eco (1983). É no esforço de recuperar um livro sonhado que o herói se embrenha no mistério das mortes e na biblioteca. É pela preservação desse patrimônio intelectual, cultural e artístico que os monges trabalham.

Numa das várias ironias e distorções que caracterizam o enredo, esse medo será, inclusive, transfigurado e acabará por inverter a imagem que o jovem narrador tinha dos livros e das bibliotecas, como se constata nesse diálogo com Guilherme:

– Como assim? Para saber o que diz um livro deveis ler outros?  
[perguntei]

– Às vezes pode-se proceder assim. Frequentemente, os livros falam de outros livros. Frequentemente um livro inócuo é como uma semente, que florescerá num livro perigoso, ou, ao contrário, é o fruto doce de uma raiz amarga [...]

Até então [eu] pensara que todo livro falasse das coisas, humanas ou divinas, que estão fora dos livros. Percebia agora que não raro os livros falam de livros, ou seja, é como se falassem entre si. À luz dessa reflexão, a biblioteca pareceu-me ainda mais inquietante. Era então o lugar de um longo e secular sussurro, de um diálogo imperceptível entre pergaminho e pergaminho, uma coisa viva, um receptáculo de forças não domáveis por uma mente humana, tesouro de segredos emanados de muitas mentes e sobrevividos à morte daqueles que os produziram, ou os tinham utilizado.

– Mas então, eu disse, de que serve esconder os livros, se pelos livros acessíveis se pode chegar aos ocultos?

– No decorrer dos séculos não serve para nada. No arco dos anos e dos dias serve para alguma coisa. Vê como nos encontramos de fato perdidos.

– E então uma biblioteca não é um instrumento para divulgar a verdade, mas para retardar sua aparição? – perguntei estupefato.

– Não sempre e não necessariamente. Neste caso é. (ECO, 1983, p. 330)

O patrimônio que tem que ser preservado passou a inquietar, pois escapa à compreensão do leitor, que precisa perambular entre muitos livros para, sempre, redimensionar as leituras precedentes, atento ao “sussurro” de “forças” e textos “indomáveis”, fora de seu controle, perpetuamente fora do alcance de uma compreensão estável e acabada. Leitura e biblioteca como obras infinitamente abertas.

Aliás, é exatamente isso que Eco faz em seus romances, inclusive nesse: ao tecer uma rede inextricável de remissões e citações, o conecta, de maneira implícita ou explícita, a livros e autores predecessores, que colhe, ressemeia e faz vicejar em sua malha erudita.

O *Gênesis*, que instaura o mito de Babel, e o *Apocalipse*, em que se encontra o livro amargo e doce, encerrariam, circularmente, simbolicamente, novamente, o Livro. Ocorre, entretanto, a intervenção das imagens que povoam e animam as margens – as iluminuras transbordantes, extravagantes, caóticas, que ora profanam ora esclarecem o texto, abrindo-lhe incontáveis desdobramentos. O poder evocativo e simbólico dos desenhos faz oscilar o olhar do leitor entre verdade e mentira, perdido no enigma das relações entre extremos. O riso que explode a partir da observação e da consciência dessa oscilação tem o poder de reavaliar verdade e mentira e de abalar a ordem que os opõe; riso, cujo profeta, Jorge, nos anuncia, ao avesso, a boa nova.

## Referências

BAKHTINE, M. *L'Oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970.

BRUN, R. *Le Livre français*. Paris: PUF, 1969.

CAMILLE, M. *Images dans les marges*. Paris: Grasset, 1997.

CANAL, B. Editorial. *Français dans Tous ses Etats: Revue [Electronique] du Réseau CNDP pour les Enseignants de Français*, Montpellier, n. 44, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.crdp-montpellier.fr/ressources/frdtse/frdtse44som2.html>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A Study of Memory in Medieval Culture*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COMPAGNON, A. *La Seconde main ou le travail de la citation*. Paris: Seuil, 1979.

ECO, U. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ECO, U. *Le Nom de la rose*. Paris: Grasset, 1982.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PÉPIN, M. Techniques de l'enluminure. *Carnet d'une Voyageuse en Terre Sainte*, [S.l.], 23 nov. 2007. Não paginado. *Weblog*. Disponível em: <<http://floraterresainte.canalblog.com/archives/2007/11/23/6990852.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PERRIN, M. Problématique du rire dans *Le Nom de la rose* d'Umberto Eco (1980): de la Bible au XX<sup>e</sup> siècle. *Bulletin de l'Association Guillaume Budé*, [S.l.], n. 58, 1999, p. 463-477. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/bude\\_1247-6862\\_1999\\_num\\_58\\_4\\_2446](http://www.persee.fr/doc/bude_1247-6862_1999_num_58_4_2446)>. Acesso em: 15 maio 2017.

YATES, Frances. *The Art of Memory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1966.

ZUMTHOR, Paul. *Jeux de mémoire: aspects de la mnémotechnie médiévale*. Paris: Vrin, 1986.

ZUMTHOR, Paul. *La Lettre et la voix*. Paris: Seuil, 1987.

Recebido em: 10 de abril de 2018.

Aprovado em: 30 de maio de 2018.





## **Narrações-munições: sinais da memória violenta nos contos testemunhais de Reinaldo Arenas**

### ***Weapon-Narratives: Signs of Violent Memory in the Testimonies' Tales of Reinaldo Arenas***

Antonio Martínez Nodal

Instituto Cervantes, Salvador, Bahia / Brasil

antonio.nodal@gmail.com

Carla Dameane Pereira de Souza

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia / Brasil

carladameane@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo analisamos a presença autoral de Reinaldo Arenas em suas narrativas breves exponencialmente autobiográficas, procurando, nessas vivências, singulares batalhas e desacordos com o Estado cubano revolucionário e o espaço afetivo coercitivo de sua escrita. O confronto das interpretações e as leituras da realidade do escritor dissidente com a história oficial podem-nos ajudar a identificar descrições ocultas na narrativa dos textos breves memoriais de Reinaldo Arenas e, conseqüentemente, a revelar alguns importantes conteúdos histórico-políticos e autoficcionais inseridos nos citados relatos. Desta maneira, os contos funcionam como narrações-munições, isto é, gestos literários que se revelam como ações simbólicas de resistência e de denúncia do sistema totalitário fidelista e de seu universo filial. Explicita-se, ademais, o componente testemunhal de suas fortes narrativas observado nas características de alguns relatos pertencentes à obra *Termina el desfile* (1981), que contém as variadas passagens histórico-críticas assinaladas na vida de Arenas, potencializadas pela violência familiar e a pulsão sexual latente do escritor cubano.

**Palavras-chave:** Reinaldo Arenas; narrações-munições; testemunho.

**Abstract:** This article aims to analyze Reinaldo Arenas' presence as an author in his autobiographical short narratives; seeking in these experiences singular battles and

eISSN: 2358-9787

DOI: 10.17851/2358-9787.23.2.165-182

disagreements with the Cuban revolutionary state and the coercive-affective space of his writing. The readings of the reality of the dissident writer coupled with the official history can help us to identify hidden descriptions in the narrative of the short memorable texts of Reinaldo Arenas through the confrontation of the interpretations. Thus, consequently reveals some important historical, political and auto-fictional contents inserted in the cited reports that function as weapon-narratives. That is, literary gestures that are revealed as symbolic actions of resistance and denunciations of the totalitarian system of Fidel and its filial universe. The testimony component of his powerful narratives is also explained, and finally we analyze some of the short stories belonging to *Termina el desfile* (1981), which contains the various historical-critical passages in the life of Arenas, reinforced by family violence and the latent sexuality drive of the Cuban writer.

**Keywords:** Reinaldo Arenas; weapon-narratives; testimony.

## 1 Introdução

As narrativas curtas em primeira pessoa de Reinaldo Arenas (1943-1990) são a base constitucional de seu livro de relatos *Termina el desfile* (1981), documentos ficcionais cuja voz autobiográfica recorrente nos permite examinar sua literatura de forma mais tangível, tanto física quanto ideologicamente, ao se revelar a palavra mais íntima desse escritor cubano. Sendo assim, buscamos um aprofundamento de alguns vestígios memoriais definidos em sua imprevisível percepção do mundo refletida numa literatura arrebatada e híbrida por compreender a literatura e sua relação com a história e com a política. As variadas possibilidades de cotejamento do literário de sua escrita, o simbolismo inerente no discurso e a rotunda expressividade de uma narrativa liberada, foram as características distintivas de seus textos que nos permitem justificar a aproximação a suas narrações breves plurissignificativas.

A complexidade da narrativa curta de Reinaldo Arenas foi intencionalmente dramatizada, superdimensionada pela voz crítica do autor, influenciado pelos acontecimentos dolorosos padecidos em seu país, Cuba. A perseguição policial sofrida culminaria com seu ingresso na prisão de Morro entre 1974 e 1976, reproduzidas nas múltiplas constelações dramático-literárias inseridas nos relatos do atual estudo. Optamos pela escolha dos contos deste autor cubano como núcleo literário do artigo com a pretensão de sinalizar algumas marcas narrativas de

intensidade<sup>1</sup> máxima, pois, como a escritora espanhola Ana María Matute (1998) declarava, mediante o conto precisa-se dizer o máximo através do mínimo, para, dessa maneira, acometer um golpe maior na transposição de uma história, de um sucesso que precisa ser desvendado.

O caráter imprevisível da literatura de Reinaldo Arenas estabelece um encontro de órbitas que se enfrentam e que podem ser observadas como narrações-munições, pelo caráter extremo e agressivo do discurso do criador, enfatizado pelas metáforas beligerantes que constantemente denunciam o inimigo – cuja representação ficcional elementar aponta majoritariamente o regime ditatorial cubano –, gerando, assim, uma obra transgressora. O que entendemos como “munição” na escrita areniana surge pelo inesgotável armamento literário que o escritor reserva nos cartuchos de seu verbo, nas folhas envenenadas de suas narrações, posto que seus maiores golpes expressivos sempre ocultam a detonação enunciativa mediante o aparecimento do inesperado, de um discurso enfatizado pela dor. Frente à necessidade de expor seu posicionamento, em suas narrações-munições, o autor age na escrita como um *performer*,<sup>2</sup> que, através desses gestos<sup>3</sup> literários, intervém no campo da produção literária com ações simbólicas de resistência e de denúncia, sempre pronto para disparar de maneira direta contra o inimigo. Seu alvo principal é o governo castrista e as suas manobras punitivas das liberdades individuais em Cuba no período revolucionário. No caso de Arenas, especialmente

---

<sup>1</sup> “O que chamo intensidade em um conto consiste na eliminação de todas as ideias ou situações intermediárias, de todos os preenchimentos ou fases de transição que o romance permite e inclusive exige” (CORTÁZAR, 1993, p. 390, tradução nossa).

<sup>2</sup> “Em quem escreve como *performer*, o corpo se impõe, nos jogos com a subjetividade e a biografia, a exposição das marcas da vida pessoal (o sexo, a tortura, os territórios ocupados, os medos, as traições) e, sobretudo, pela interseção com a morte, no espaço repetido de recuperar a si mesmo em suas partes, inscrito em algum esquema coletivo e de tempos recuperados” (RAVETTI, 2002, p. 61-62). Para nós, nas narrativas-munições, Arenas exerce o movimento de impor seu corpo, sua subjetividade, as marcas de sua vida pessoal para que ela, em algum momento, seja lida pelo futuro leitor.

<sup>3</sup> Para Agamben (2007), o sujeito que escreve localiza-se dentro e fora do espaço literário, inserido num lugar onde, entre língua e sujeito, está o seu gesto, uma ação. Através desse gesto, “a função-autor aparece como processo de subjetivação mediante o qual um indivíduo é identificado e constituído como autor de certo corpus de texto” (AGAMBEN, 2007, p. 57) cuja vida jogada na obra é passível de investigação.

nas décadas de 1960 e 1970, período no qual foi obrigado a viver num alcunhado exílio interior.<sup>4</sup>

O reiterado componente político e a violência implícita que projetam as letras dos relatos mais emblemáticos de Arenas palpitam imersos na dupla leitura, espacial e existencial, que demarca uma configuração de escrita primitiva. Toda sua obra está inundada da Cuba de seus pesadelos e sonhos não cumpridos, envilecida por um sentimento de ódio, de rancor alucinado, denunciando que “a sociedade castrista e a sua cultura política se centram em dois temas primordiais: a opressão e hipocrisia gerada por uma prevalente cultura machista e a cruel e implacável perseguição da intelectualidade dissidente” (SCHMIDT-CRUZ, 2000, p. 28, tradução nossa).

A perseguição constante do governo cubano teve como réplica a palavra envenenada nas últimas obras do escritor. Arenas, no exílio, ressurgiu de sua morte literária, provocada pela censura, como criador livre, mas de forma ressentida, projetando em suas narrativas uma acusação enérgica contra o sistema castrista ao mesmo tempo que denuncia o seu entorno pessoal e/ou familiar.

## **2 O espaço testemunhal em Arenas**

O grupo de escritores exilados, de gerações próximas à de Reinaldo Arenas, que abandonou Cuba em 25 de setembro de 1980 pelo porto de Mariel – uma comunidade de excluídos que pretende projetar uma luz significativa em suas letras, fulgir além das fronteiras cubanas sua perseguição e censura – era composto por extraordinários autores, como: Carlos Victoria (1950-2007), Roberto Valero (1955-1994), Reinaldo García Ramos (1944) e Juan Abreu (1952), entre muitos outros.

Metamorfoseia-se a identidade literária do escritor que combate para tornar visível a memória individual apagada no passado e agora inserida num marco social supostamente democrático, embora, “[p]ara Arenas, o capitalismo, sobretudo o norte-americano, resulte tão nocivo como o dogmatismo dos regimes totalitários” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 52, tradução nossa).

---

<sup>4</sup> “O exílio interior se manifesta quando o ser humano não pode exercer livremente suas funções cidadãs por estar sumido na marginalidade, ostracismo, prisão, dissidência” (NEGRÍN, 2000, p. 16-17, tradução nossa).

Nesse entorno contaminante para o pensamento e o desenvolvimento emancipatório do poeta cubano, o autor resolve que a melhor maneira de apresentar-se narrativamente será procurar uma forma incisiva que reflita intimamente a marginalização do sujeito dominado e desarticulado impositivamente. No processo catártico surge, então, o autor-testemunha que, para Yúdice (2002, p. 222, tradução nossa), “[...] tentava assentar a responsabilidade da enunciação na voz/escrita de classes e grupos subalternos para assim mudar a sua posição em relação às instituições através das quais se distribuem o valor e o poder”.

Nessa posição de subalternidade expressiva padecida em Cuba, a libertação no discurso de Arenas nos Estados Unidos da América vai demarcar a representação em suas letras do espaço social e político que o cercou no passado e que nos pode ajudar a dar verossimilhança aos fatos narrados, suas marcas expiatórias particulares, observando as tragédias coletivas. O autor precisa contar e testemunhar que foi ele quem enfrentou o sistema ditatorial e que, apesar de tudo, sobreviveu, mas que muitos outros não tiveram a mesma sorte na ilha. Por este motivo, a literatura produzida por Arenas, como um arsenal de acusações, representa todos os afetados pela violência do Estado que nunca puderam denunciar e explanar abertamente sua versão da história.

Existe uma diferença evidente entre o testemunho europeu e latino-americano<sup>5</sup> pois, este último, principalmente, traz debates para a representatividade dos sujeitos sem voz. Desta forma, no território latino-americano, o espaço testemunhal “tem contribuído para o conhecimento e adaptação da psique coletiva à ideia do cubano e do latino-americano, à ideia do autêntico, do verdadeiro, do essencial” (BARNET, 1987, p. 14, tradução nossa).

---

<sup>5</sup> A pesquisadora Valeria de Marco (2004), considerando a crítica voltada para a literatura de testemunho da América Latina, explica-nos que há duas acepções do termo testemunho “que têm em comum a afirmação do vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea” (MARCO, 2004, p. 45). Segundo ela, estas duas acepções sustentam-se sobre pressupostos distintos, a saber: “Uma acepção orienta o exame de textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX; é ela, em parte, tributária da pauta sobre testemunho formulada pelos intelectuais reunidos no Júri do Prêmio Casa das Américas de 1969. Outra, quase absolutamente hegemônica, emerge na década de 1980, a partir do testemunho de Rigoberta Menchú, e volta-se exclusivamente para a literatura hispano-americana” (MARCO, 2004, p. 46).

Portanto, o depoimento sobre o trauma será exemplar em sua representação da marginalidade em Arenas, embora esteja constituído por uma verdade alterada, isto é, por meio de testemunhos ficcionais exemplares que se constituem como ferramentas imprescindíveis para revelar a vítima-Arenas.

Observamos no processo destrutivo-narrativo do escritor a grande desesperança que alberga boa parte de seus contos. O processo de desmembramento paulatino de Arenas faz-se constatável na transformação radical do autor, da euforia e da ilusão à perda absoluta dos desejos, nesta ordem, nos contos “Comienza el desfile” (1965), “Los heridos” (1967) e “Termina el desfile” (1980), que ilustram o início da revolução, as marcas e lesões que esse período deixou em Arenas e o fim dos ideais, da utopia revolucionária da Cuba no autor. Suas narrativas, de tal modo, constroem-se mediante jogos reminiscentes, fazendo ressurgir, de forma repetida e em uma experiência textual polarizada pela dor e pela amargura numa autorreflexão insistente, uma figura deslocada em Cuba, pois “[...] todo testemunho sobre essa experiência põe em jogo não somente a memória, mas também uma reflexão sobre si mesmo [...] devem ser considerados como verdadeiros instrumentos de reconstrução da identidade, e não somente como relatos fatuais” (POLLAK, 2006, p. 55, tradução nossa).

Através de diversos personagens e histórias autobiográficas, Arenas tenta integrar de forma explícita o sentimento de dever com as vítimas, os fantasmas de seu passado, integrando-as em seus textos e construindo uma narrativa eclética e não onisciente com contínuos vaivéns narrativos.

Essa procura pela identificação mimética presente nos relatos de Arenas convive de forma natural com uma voz multiplicada na escrita. Nesse sentido, a fala textual do “eu coletivo” é complexa, significativa e fragmentária; ela dá contorno a um sinal iterado do exercício testemunhal areniano. Apresenta, portanto, “[...] a pluralidade das narrativas – enquanto possibilidade de afirmação de outras vozes–, que abrem novos espaços para o social, à busca de valores compartilhados e de novos sentidos de comunidade e de democracia” (POLLAK, 2006, p. 29, tradução nossa). No entanto, como Seligmamn-Silva (2003) descreve, a memória “individual”, desta maneira, sempre vai formar parte da memória coletiva, articulando-se, em Arenas, com a historiografia de Cuba e conformando, desse modo, três registros possíveis do passado que o escritor precisa

reconstruir para corroborar os fatos vivenciados em um contexto palpável. Porém, no pensamento de Beverley (2002, p. 25, tradução nossa), “o testemunho não é *história* no sentido de uma simples aglomeração de particulares; aspira a ser *exemplar* em sua especificidade”, sendo esta concepção de subalterno o que dá lugar à apresentação do narrador dissidente. As interconexões desses três registros do passado individual, coletivo e historiográfico, então, vão erigir um arquivo memorial absoluto tanto para Arenas quanto para seu leitor.

As diferentes narrativas e vozes em perspectiva, assim, pervertem o discurso literário, no qual a fidelidade com os episódios relatados será impossível de recuperar, de forma objetiva, pelo narrador. O discurso literário de Arenas é, deste modo, implodido diante do desejo do autor de mostrar tudo o que viveu e testemunhou. Diante da impossibilidade de dizer tudo, o narrador perverterá a literatura ao apresentar imagens de memória em colapso que resultam da atividade de lembrar e escrever experiências assinaladas pelo trauma, através de uma linguagem que é insuficiente diante das potencialidades mnemônicas e imaginativas. Desta maneira, “[...] o essencial não pode ser apresentado de modo direto [...] Não há presença originária a ser representada, mas falta, ausência, perda” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 20-21). Sendo assim, o escritor e personagem-Arenas é vítima de sua simbólica narratividade, pois, ao projetar como alvo o sistema que o oprimiu, não consegue se desvencilhar de um lugar combativo em que também se constitui alvo.

A consciência subalterna de presença e não presença autoral torna-se a faceta mais obscura do testemunho areniano, a mais intrincada na sua definição, já que poderia interferir no reconhecimento e na valorização do depoimento íntimo-aflitivo do autor. No caso de Reinaldo Arenas, quando esta consciência se introduz nas narrativas que descrevem suas tragédias pessoais, tornam-se visíveis múltiplas interferências pessoais. Por exemplo, a carga implícita da violência filial e do cruel matriarcado o apresenta como vítima e testemunha de um espaço opressivo explicitado nos contos “Los heridos” e em “El hijo y la madre” escrito no mesmo ano, 1967, com a ideia, sempre presente, da morte da mãe. No último relato referido, Arenas (1981, p. 111, tradução nossa) diz: “Fazia tanto tempo que a mãe o regia, sem acompanhá-lo, diminuindo-o, acoçando-o, eliminando-o [...] Fazia muito tempo que a mãe estava morta”. Nesses relatos, a presença materna como figura castradora e o impulso biográfico-ficcional hiperbólico no autor, faz com que ele esteja conectado e

desligado do drama e, ao mesmo tempo, visibilizado e riscado em múltiplas feições íntimas que o identificam e o recusam. A mulher nesse conto, suas ações “refletem a cultura repressiva machista, ainda quando paradoxalmente ela é também submetida pelo sistema de valores que alimenta. São mulheres rejeitadas e reprimidas pela cultura dominante, assim como o é o poeta” (RODRÍGUEZ, 1994, p. 152, tradução nossa).

Essa manifestação da fratura do testemunho e da duplicidade dos rostos que se observam, evidencia-se também nos dois possíveis rostos ou máscaras de Arenas, a ficcional e a real, no conto “Los heridos”, que reconhecem sua parte viva e morta, divididos, desse modo, existencialmente e na mesma história. Nesse relato, o autor-personagem com o mesmo nome que o escritor, “Reinaldo”, tenta curar infrutuosamente a um homem moribundo, personagem que se apresenta como um efeito distorcido daquele que tem a tarefa de curá-lo. Desse modo, ambos os personagens se observam e referenciam, pelas marcas biográficas de um Arenas contuso e dividido. Os dois Reinaldos, o vivo e o defunto, ferido de morte como Arenas, no passado, são o mesmo. “O ferido estava morto [...] – Oh Reinaldo, já não tem escapatória – diz então Reinaldo. E nunca se soube a qual dos dois se referia” (ARENAS, 1981, p. 95-96, tradução nossa).

Há, ademais, uma coexistência entre o que o narrador precisa esquecer e relatar, negar e expressar, segundo Arfuch (2007, p. 22, tradução nossa), “sem renunciar a uma temporalização, à procura de heranças e genealogias, a postular diversas relações em presença e em ausência”. O autor faz parte de uma história e memória alternativa cubana, expõe-se e, ao mesmo tempo, magnifica uma Cuba anômala e sonhada, desvirtuada mediante imagens, às vezes grotescas, a fim de tentar aproximar o rosto oculto da ilha ao leitor para, dessa forma, descobrir as estratégias sociopolíticas do governo cubano.

A oposição de Reinaldo ao poder hegemônico apresenta outra crônica possível da história quebrando as pautas estabelecidas na forma e no conteúdo, dando ênfase a um componente documental de arestas afiladas. Operando como baluarte da imaginação, sem um controle preciso na escrita, sem fazer parte de um gênero exato e aberto à repulsa e ao prodígio da fantasia, sua narrativa se encaixa na multiplicidade textual contemporânea. Todas as escolhas utilizadas pela testemunha-Arenas partem na busca do reconhecimento de sua variante da história, da autodeterminação de seu embate literário constante.

Sobre a construção testemunhal latino-americana, Hugo Achúgar nos (1992, p. 50, tradução nossa) diz que ela “narra em paralelo não para identificar, mas para confrontar, distingue e não assimila. O seu desejo é desmontar uma história hegemônica, ao mesmo tempo em que deseja construir outra história que chegue a ser hegemônica”. Neste sentido, os relatos testemunhais de Arenas não pertencem a um contexto latino-americano tipificado, pois atuam do mesmo modo que um sujeito alegórico, em um oásis narrativo e sob um tom estilístico exclusivo, sendo herdeiro único de sua própria alteridade. A obra de Arenas se circunscreve, por um lado, literariamente fora do “boom latino-americano” e, por outro, alheia ao conceito determinado de “real-maravilhoso”,<sup>6</sup> embora este possa ser parcialmente identificável em muitas passagens de sua obra como, por exemplo, no relato “La vieja Rosa” (1966).

A representação do sujeito crítico se transluz em Arenas, em suas narrativas curtas extremamente politizadas, ideia originária da testemunha, já que, segundo Rojas (2002, p. 27-28, tradução nossa), “O testemunho é evidentemente uma maneira de ‘servir ao povo’; nosso serviço aqui é a discussão que entabulam estes trabalhos sobre uma das formas culturais de maior ressonância ética e política hoje”.

Neste sentido, é sabido que muitas premissas testemunhais da narrativa cubana se articularam ao redor da revolução, exaltando suas grandes contribuições para o mundo e para a cultura de seu país. Porém, esta tendência oscila até o viés contrarrevolucionário testemunhal em outros pensadores, como no caso do autor que analisamos neste artigo, com foco no espaço testemunhal de Reinaldo Arenas.

### 3 Exemplos de narrações-munições

*Termina el desfile* foi um livro de relatos curtos publicado pela primeira vez por Ángel Rama no Uruguai, em 1972, sob o título de *Con*

---

<sup>6</sup> O conceito do “real maravilloso” foi concebido pelo escritor cubano Alejo Carpentier (1904-1980), em 1943, e tem raiz em uma viagem para o Haiti. Nas palavras de Carpentier (2010, p. 15): “A cada passo encontrava o real maravilhoso. Mas pensava também que essa presença e vigência do real maravilhoso não era privilegio único do Haiti, mas patrimônio de toda a América, onde apesar de tudo ainda não se parou de estabelecer, por exemplo, um inventário de cosmogonias. O real maravilhoso encontra-se a cada passo nas vidas dos homens que inscreveram datas na história do Continente e deixaram sobrenomes que ainda se mantêm”. A expressão faz referência ao caráter da realidade americana à europeia.

*los ojos cerrados*, título, também, de um dos contos do livro. A edição completa avaliada neste trabalho integra nove narrativas breves escritas ao longo de três décadas, oito delas produzidas em Cuba e uma última, que Arenas acrescentou nessa edição, escrita em Miami, com o autor já exilado, e que deu nome ao volume: *Termina el desfile* (1981). Desta forma, podemos contrastar, num mesmo manuscrito, um discurso de Arenas sob o olhar do regime e outro completamente liberado das ataduras oficiais, residindo nos Estados Unidos da América. Os nove relatos do livro são: “Comienza el desfile”, “Con los ojos cerrados”, “La vieja Rosa”, “A la sombra de la mata de almendras”, “Los heridos”, “El reino de Alipio”, “El hijo y la madre”, “Bestial entre las flores” e “Termina el Desfile”. Apesar da desconexão enunciativa aparente dos contos e o uso e desuso da verdade e da imaginação num mesmo compêndio, o volume contém muitas afinidades. Na opinião de Mujica (1999, tradução nossa), os nove contos:

[...] têm temas comuns e reiterativos como o são o sentimento de estafa (a nível político e a nível humano), a impossibilidade de amar alguém, a asfixia dentro do seio familiar, a família como uma extensão da opressão política, a relação amor-ódio com a mãe, o tom homossexual, o humor em meio às situações mais trágicas. Porém, os contos que abrem e fecham a edição estão muito relacionados, pois ambos partem de experiências vividas pelo próprio autor: ambos dão testemunho em primeira mão de acontecimentos históricos em que Arenas participou diretamente.

Em Arenas, afluem olhares abertos que oscilam entre dois espelhos quebrados que esboçam, da mesma maneira, uma única imagem que o representa. Sendo assim, os elementos constitutivos dos relatos da infância seriam a duplicidade entre a vida e a “não vida”. Isso funcionaria como uma válvula de escape, através da escrita, da violência filial sofrida. Essas problemáticas familiares e de realidade-evasão se encontram nos contos: “Con los ojos cerrados”, “Los heridos”, e “Bestial entre las flores” nos quais “[o]s personagens se valem da imaginação/fantasia para modificar os mundos opressivos no quais tiveram que viver. Arenas justapõe um mundo interior de inocente fantasia com um mundo vulgar e abusivo” (SOTO, 1990, p. 16-17, tradução nossa).

A defesa da imaginação que o escritor cubano proclama para sobreviver faz parte do desejo do poeta de existir por e para a poesia, para o universo literário, sendo que nas personagens infantis protagonistas

dos contos há uma duplicidade entre o relatado e o universo da fantasia infantil, “os sonhos do narrador funcionam em dois eixos: como transformação e como desejo. A criança tem que se recriar a si mesmo através de outro para sobrelevar a situação. A imaginação o transforma [...]” (RUÍZ, 2008, p. 79, tradução nossa).

A forte ligação autobiográfica de Arenas estabelece um padrão narrativo reconhecível com variadas ferramentas que acionam a memória e projetam imagens verazes, embora, sublinhadas por uma grande violência ou distorcidas pelo autor pelo forte componente emocional inserido.

### **3.1 *Comienza el desfile***

A força dramática e legitimidade testemunhal se faz evidente em “Comienza el desfile”, pois funciona como uma narração histórica em primeira pessoa que assinala o triunfo da Revolução Cubana em 1 de janeiro de 1959. O narrador converte-se em testemunha direta dos acontecimentos que relata, expondo uma passagem fundamental de sua vida, ao mesmo tempo em que descreve o nascimento da utópica liberação de Cuba, o levante e a vitória dos rebeldes castristas. A população da cidade natal de Arenas – Holguín – é o público que recebe com grande agitação e júbilo a chegada dos guerrilheiros vencedores.

Mostra-se uma das primeiras narrações do escritor com elementos sexuais homoeróticos claramente inseridos, armamento literário ressaltado em vários textos do autor e que, de alguma forma, desafia a evidente rejeição dos homossexuais em Cuba. O furor do triunfo se acrescenta com a excitação visível do protagonista perante a chegada do soldado, objeto de seu desejo. A figura do guerrilheiro idolatrado por Arenas-protagonista, além de projetar o sonho hiperbólico da vitória revolucionária, funde-se com um jogo sexual não consumado que o autor constrói através da imagem viril desse ídolo que todo mundo almeja tocar, mas que ninguém pode alcançar. Assim como o sonho idealizado da Revolução Cubana, a corporeidade do jovem revolucionário será inalcançável para o personagem principal. Os símbolos fálicos reconhecíveis no relato são as armas que o rebelde traz. Como Arenas (2011, p. 127, tradução nossa) confessa, “o erótico e o literário marchavam de mãos dadas”. Assim, “A escopeta alçada”, as “armas cumpridas” ou “a fâca” que Arenas emprega no relato como elementos representativos de seu bel-prazer, funcionam como estandartes na luta interior do protagonista, que contém interpretações inerentes muito expressivas. Diz o conto:

Então tirei a faca que me presenteaste, e que sempre levo embaixo da camisa, e comecei a olhá-lo. E logo depois lhe passei o dedo pelo fio – como gravata – [...] E assim estive muito tempo; passando-lhe a mão [...] Você fala, sempre sorrindo; sempre mostrando a escopeta; mas se alguém tenta tocá-la, você não o permite. (ARENAS, 1981, p. 18-20, tradução nossa)

A carga sensual explícita se respira em todo o relato, como em muitas outras obras do autor, com um componente subversivo e sexual muito intenso.

Na vida real do autor aconteceu algo semelhante ao explanado no conto “Comienza el desfile”. Arenas, com só 14 anos, vai para a Serra com a intenção de se unir ao bando de insurgentes, fugindo da rotina, sob um sentimento de alienação existencial. Nessa narrativa, Arenas tenta se incorporar às guerrilhas de Fidel Castro para lutar contra Fulgencio Batista,<sup>7</sup> opondo-se aos desejos da família, e com resultados frustrados, já que não foi admitido pelo grupo combatente. Abrolha, novamente, uma voraz intertextualidade com diversas obras de Arenas em relação a este mesmo fato, relatado em *Necesidad de libertad* (2012, p. 14); no capítulo “Rebelde”, da autobiografia *Antes que anochezca* (2011, p. 66); em *El palacio de las blanquísimas mofetas* (2001), e numa entrevista realizada por Liliane Hasson (1996, p. 39), de forma quase idêntica. Observamos, por conseguinte, em Arenas, um ciclo de narratividade autobiográfica multiplicada em que o discurso íntimo ultrapassa qualquer limite de reiteração narrativa-vivencial, é uma narração-munição, na qual implode sua subjetividade homoerótica oculta, expressa somente na palavra, assim como a pólvora em estado de inércia nas balas, se expressa com o disparo.

Nesse texto se desmitifica, na opinião de Solotorevsky (1993, p. 41), a ideia projetada geralmente sobre a Revolução Cubana, já que: “A maioria dos rebeldes não tinha uma ideia determinada sobre o futuro nem princípios filosóficos definidos” (ARENAS, 2001, p. 298, tradução nossa). Existe uma indeterminação no conto na admissão ou defesa da realidade revelada. O protagonista não participa na comemoração, não ocorre uma identificação perante a ansiada mudança que oferecia a revolução. Arenas, segundo Maccioni (2013, p. 43), apesar de vencer os rebeldes, sente-se alheio aos acontecimentos históricos detalhados no relato.

---

<sup>7</sup> “Fulgencio Batista foi o principal líder político de Cuba entre os anos de 1933 a 1958, exercendo o poder presidencial de fato ou de direito, exceto entre 1944 e 1952” (DOMÍNGUEZ, 1998, p. 113, tradução nossa).

Para Cusato (1995, p. 78, tradução nossa), “A revolução, a qual o personagem deseja se integrar, efetua-se sem a sua participação ativa. Sua integração se realiza somente depois da vitória revolucionária. Ele se une ao desfile como um número obscuro e anônimo entre os outros”. Em “Comienza el desfile”, o jovem protagonista não entende as razões de sua luta. Na opinião de Soto (1990, p. 16, tradução nossa), “no final do conto as incertezas do personagem obscurecem os fatos históricos, colocando em dúvida a possibilidade de obter uma visão unificada e estável da história”.

No pensamento de Maccioni (2013), Arenas como ser desarticulado que é, repensa o sujeito marginal, adolescente, homossexual e, acima de tudo, poeta, conformando uma identidade condenada por sua singularidade. Este sujeito se desenha fora de qualquer imagem tradicional ou aceita pelos princípios do movimento popular, que no conto se refletem no aplauso durante a entrada dos guerrilheiros. O personagem-Arenas, pelo contrário, continua sendo um ser à margem, desconexo dessa comemoração, ele é a pólvora oculta nas armas em desfile. Funciona como um estatuto deslocado no meio coletivo, da força de poder que delimita aquele processo revolucionário tão celebrado pela maioria.

### **3.2 *Termina el Desfile***

Por meio do título *Termina el desfile*, nome referencial do livro de relatos intitulado de igual forma e escrito em 1980, o escritor elabora uma história antagônica da primeira narrativa desse volume de contos, “Comienza el desfile”, relatando uma história terrível e transformadora na vida e pensamento de Reinaldo Arenas. O autor, com esse relato, fecha, desse modo, um ciclo historiográfico memorial que funciona como uma parábola conclusiva, conforme nos sugere Cusato (1995), e, assim mesmo, completa um ciclo histórico-político e vital do diário narrativo realizado pelo escritor ao abandonar definitivamente Cuba e numa situação mais estratégica para difundir suas narrações-munições.

No começo do conto descobrimos um homem que persegue, enlouquecido, uma lagartixa para se alimentar, num espaço lotado de pessoas famintas e empilhadas umas encima das outras. Em seguida descobrimos que todos aqueles indivíduos são refugiados que se encontram na embaixada do Peru para solicitar asilo político e, assim, fugir de Cuba em 1980, data da escrita do conto e da história relatada.

Arenas-personagem busca desesperadamente a um amigo para tentar fugir com ele da ilha. Conjeturamos, novamente, que o protagonista se trata do próprio Arenas, biografado dramaticamente e inserido nessa narração de horror. No final do relato, surpreende-nos a visão de seu amigo, que não está no interior da embaixada como o resto dos cubanos refugiados – assim como Arenas-personagem imaginava –, mas fora do local, armado e uniformizado, atuando como membro do regime militar do qual o escritor está tentando fugir. Essa imagem impactante no desfecho da narração constata o emaranhado de traições e desconfianças que os cubanos suportavam na ilha.

Cumpramos ressaltar a ferocidade tangível das palavras do escritor nesse conto, sendo a exaltação literária de Arenas sua maior vitória. A luta com o regime ditatorial em Cuba, resistindo pela literatura e para a consecução de suas obras tal qual foram concebidas, foi insistente em seu trajeto criativo, glorificando-se o valor da palavra. Cumpramos destacar, assim, o grito essencial do autor no relato:

Meu tesouro, meu tesouro, procuro pelo meu tesouro que agora mesmo eu vou agigantar, minha vingança, meu triunfo que vem engrossando, e já não é uma, nem dez, nem cem, mas centenas. Centenas de folhas roubadas ao sonho, ao terror, ao descanso, ao medo, disputadas a punho limpo ao calor, ao estrondo da rua, dos vizinhos [...] Páginas e mais páginas conquistadas com socos, com tapas, com cabeçadas de fúria, com golpes de fúria (ARENAS, 1981, p. 162-163, tradução nossa).

No fim da história, há uma ligação direta com a situação apresentada no início, já que o protagonista, afinal, consegue agarrar a lagartixa. Cria-se um paralelo entre o animal sujo e sem saída com o personagem tentando se evadir do recinto, o qual se alimenta de qualquer coisa e mora, também, entre os escombros da cidade, nos orifícios das paredes, como muitos dos cubanos na ilha. Trata-se de uma imagem metafórica e deformada, que parece comparar o animal com o Arenas perseguido e devorado pelo governo durante sua existência em Cuba.

No conto que fecha o livro, há uma constatação do espírito quebrado do criador. A fala do autor explode no transcurso da história, sem enfeites, apresentando de maneira rotunda o mundo irracional em que viveu até esse momento. Mas, como o escritor, igualmente, reconhece: “O problema não é dizer, ‘é preciso ir’” (ARENAS, 1981, p. 152, tradução

nossa). Mostra-se, assim, a impunidade do poder do Estado, na busca de outro território, a dramática crônica do final de um sonho.

#### 4 Considerações finais

Em resumo, neste artigo, consideramos que se verificaram os fortes caracteres das narrações-munições testemunhais em Arenas. Estes caracteres assinalam numerosas exacerbações pessoais e literárias e uma violência explícita em seus contos memoriais. A fala da vítima-Arenas surge nos relatos mediante uma verdade transformada e enaltecida. O autor constrói-se a partir de modelos biográficos intencionalmente desafinados que aturdem por sua repetição e atraem por sua densidade humana.

Na opinião de Alberto (2004), as narrações de Arenas imitam-se umas às outras, clonam-se, funcionando como um eco ou um grito de terror interminável. Porém, “os ecos nem sempre são entendidos, porque a voz, ao projetar-se, se empasta” (ALBERTO, 2004, p. 242, tradução nossa), sendo essas interferências linguísticas e discursivas ocorrências reiteradas em muitos dos contos do autor. Arenas, em suas narrações breves memoriais, ao mesmo tempo em que extrapola todo seu imaginário histórico e pessoal, precisa lembrar cada ferida. Acontece que, nessa memória da perseguição, vai surgir uma literatura perversa, pois “não se conforma com a morte da história, e [...] pensa que seus combates públicos e privados merecem um lugar em suas páginas” (MANZONI, 2008, p. 163, tradução nossa).

Evidenciamos também, no autor, o elemento patológico presente em suas histórias como resultado do trauma vivido e, em seu discurso testemunhal, como forma de luta e de catarse. Como descreve Mercado (2009, p. 31-32), inspiração e catarse são, equitativamente, as duas categorias que condicionam a transmissão da palavra. Nos contos de *Termina el desfile* a palavra “estruendo”, seu efeito, repete-se como um cântico triunfal, um clamor revolucionário e como o reflexo desse ruído interior que o afogou durante toda a sua existência, o grito de Arenas emerge em todas as narrativas memoriais. Nas palavras de Negrín (2000, p. 37, tradução nossa): “como se o autor sempre tivesse se sentido vigiado por esse estrondo, que é também uma manifestação da fúria e da violência na qual sua vida se desenvolveu [...] Estrondo, enfim, é tudo o que o separa de si mesmo e dos outros”.

Ademais, verificamos que os contos, as narrações-munições das quais se vale o autor, atuaram como argumentos belicosos de ataque e resistência, cuja potencialidade ou expressividade máxima é plausível nas histórias observadas pela força significativa, sendo donas sempre de um discurso proeminente.

Concluindo, com base nas diferentes análises realizadas neste artigo, entendemos que a literatura memorial de Reinaldo Arenas, que caracteriza suas narrativas curtas, se trata de uma poderosa arma literária que revela uma leitura crítica fundamental da história política recente de Cuba a partir de perspectivas autobiográficas diferenciadas.

## Referências

AGAMBEN, G. *Profanações*. Tradução de Silvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALBERTO, E. *Dos cubalibres*: “Nadie quiere más a Cuba que yo”. Barcelona: Península, Atalaya, 2004.

ARENAS, R. *Antes que anochezca*. 8. ed. Barcelona: Tusquets Editores, 2011.

ARENAS, R. *El palacio de las blanquísimas mofetas*. Barcelona: Tusquets Editores, 2001.

ARENAS, R. *Necesidad de libertad*. Sevilla: Point de Lunettes, 2012.

ARENAS, R. *Termina el desfile*. Barcelona: Seix Barral, 1981.

ARFUCH, L. *El espacio autobiográfico*: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BARNET, M. La novela testimonio: alquimia de la memoria. In: \_\_\_\_\_. *Cimarrón*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1987, p. 13-14.

BEVERLEY, J. Introducción. In: BEVERLEY, J.; ACHÚGAR, H. *La voz del otro*: testimonio, subalternidad y verdad narrativa. 2. ed. Guatemala: Abrapalabra, 2002, p. 17-29.

CARPENTIER, A. *O reino deste mundo*. Portugal: Edições Saídas de Emergência, 2010. p. 11-17.

CORTÁZAR, J. Algunos aspectos del cuento. In: PACHECO, C; LINARES, L. B. (Comp.). *Del cuento y sus alrededores*: aproximaciones a una teoría del cuento. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 1993. p. 379-396.

CUSATO, D. A. Esperanzas y desengaños de una revolución: a propósito de *Termina el desfile*, de Reinaldo Arenas. *Caribana*, [S.l.], n. 4, p. 75-84, 1995.

DOMÍNGUEZ, J. I. The Batista Regime in Cuba. In: CHEHABI, H. E.; LINZ, J. J. (Ed.). *Sultanistic Regimes*. London: The Johns Hopkins University Press, 1998. p. 113-131.

GUTIÉRREZ, J. I. G. Reinaldo Arenas: exilios reales y ficcionales. In: MURRIETA, F. (Org.). *Creación y exilio: memorias del I Encuentro Internacional con Cuba en la Distancia*. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2002. p. 46-53.

HASSON, L. Memorias de un exiliado: París, primavera 1985. In: ETTE, O. (Ed.). *La escritura de la memoria: Reinaldo Arenas: Textos, estudios y documentación*. Madrid: Vervuert, 1996. p. 35-63.

MACCIONI, L. Retratos del hombre nuevo: figuras de la subjetividad revolucionaria en *Pasajes de la guerra revolucionaria y Comienza el desfile*. *Anclajes*, Santa Rosa, v. 17, n. 2, p. 33-45, dic. 2013.

MANZONI, C. P. Nocturno cubano. In: PEÑA, M. T. (Coord.). *Del alba al anochecer: la escritura en Reinaldo Arenas*. Madrid: Iberoamericana, 2008, p. 145-163.

MARCO, V de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452004000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452004000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MATUTE, A. N. *En el bosque*. Madrid: Real Academia Española, 1998.

MERCADO, T. Testemunho: verdade e literatura. In: GALLE, H. *et al.* (Org.). *Em primeira pessoa: abordagens de uma autobiografia*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 31-32.

MUJICA, M. C. Aproximación crítica a *Termina el Desfile*, de Reinaldo Arenas. *Espéculo –Revista de Estudios Literarios*, Madrid, n. 12, 1999. Não paginado. Disponível em: <<https://webs.ucm.es/info/especulo/numero12/arenas.html>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

NEGRÍN, M. L. *El círculo del exilio y la enajenación en la obra de Reinaldo Arenas*. New York: The Edwin Mellen Press, 2000.

POLLAK, M. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2006.

RAVETTI, G. Narrativas performáticas. In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Org.). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Tradução de Melissa Boechat e Karla Cipreste. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG, Poslit, 2002. p. 45-68.

RODRÍGUEZ, A. La mujer en la obra de Reinaldo Arenas. In: SÁNCHEZ, R. (Ed.). *Reinaldo Arenas: recuerdo y presencia*. Miami: Ediciones Universal, 1994. p. 151-159.

ROJAS, R. El campo roturado. Políticas intelectuales de la narrativa cubana de fin de siglo. In: MURRIETA, F. (Org.). *Creación y exilio: memorias del I Encuentro Internacional con Cuba en la Distancia*. Madrid: Editorial Hispano Cubana, 2002. p. 27-28.

RUIZ, M. E. P. El espejo duplicado al infinito: Celestino antes del Alba. In: PEÑA, M. T. M. de la. *Del Alba al anochecer: la escritura en Reinaldo Arenas*. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 71-79.

SCHMIDT-CRUZ, C. Disidencia sexual y política bajo el castrismo. El testimonio de Reinaldo Arenas en *Antes que anochezca*. *Revista Hispano Cubana*, Madrid, n. 8, p. 27-38, oct.-dic. 2000.

SELIGMANN-SILVA, M. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SOLOTOREVSKY, M. *La relación mundo-escritura*. Gaithersburg: Ediciones Hispamérica, 1993.

SOTO, F. *Conversación con Reinaldo Arenas*. Madrid: Betania, 1990.

YÚDICE, G. Testimonio y concientización. In: BEVERLEY, J.; ACHÚGAR, H. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala: Atrapalabra, 2002. p. 221-242.

Recebido em: 23 de abril de 2018.

Aprovado em: 10 de julho de 2018.



## **“Proyecciones del desamparo”: reflexões sobre a violência na literatura de Roberto Bolaño**

### ***“Proyecciones del desamparo”: reflections on violence in the literature of Roberto Bolaño***

Júlia Morena Costa

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia / Brasil

juliamorenacosta@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar a abordagem da violência, em especial a que atinge as mulheres, na literatura de Roberto Bolaño (1953-2003). Considerando que as manifestações de violência são um elemento de grande presença na obra do autor, sejam as históricas ou as cotidianas, formando um mapa geográfico, temporal e histórico de suas diversas irrupções, propõe-se analisá-las de forma relacionada. Para isso, são retomados episódios significativos nos diversos livros que compõem a obra do autor, com ênfase na “Parte de los crímenes” de *2666*, e são realizadas reflexões sobre as tramas que permitem a invisibilização da problemática social tratada nos diversos textos de Bolaño (FEMENÍAS, 2007; ROJO, 2010 e BENJAMIN, 2012), assim como sobre as relações do literário com o real (SCHØLLHAMMER, 2012).

**Palavras-chave:** violência; Roberto Bolaño; feminicídio.

**Abstract:** This article aims to analyze the approach of violence, especially that which affects women, in the literature of Roberto Bolaño (1953-2003). Considering that manifestations of violence are greatly present in the author’s work, both in a historical sense and in daily life, this study aims to make sense of the geographical, temporal, and historical settings in which they occur. In order to accomplish this, significant episodes from the various books that make up the author’s work were analyzed, with an emphasis on the “Parte de los crímenes” of *2666*. From there, the article describes the features of these plots in the various texts of Bolaño that allow for the continued invisibility of social problems (FEMENÍAS, 2007, ROJO, 2010 and BENJAMIN, 2012), as well as the relationship between literature and the real world (SCHØLLHAMMER, 2012).

**Keywords:** violence; Roberto Bolaño; femicide.

eISSN: 2358-9787

DOI: 10.17851/2358-9787.23.2.183-198

Todo es proyección de un muchacho desamparado... pura violencia.  
(BOLAÑO, 2002, p. 94)

A violência é um tema de central importância na atualidade, em especial na América Latina. Com números crescentes de mortes por assassinatos, o continente americano marca presença constante nos *rankings* das cidades mais violentas do mundo. Em um levantamento realizado em 2014 pelo Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y La Justicia Penal, organização civil mexicana, das 50 cidades mais violentas do mundo, 41 estão na América Latina e Caribe, das quais 16 são brasileiras e 9 são mexicanas (SÁNCHEZ, 2014). A já famosa Ciudad Juárez,<sup>1</sup> cidade do norte mexicano que inspirou a Santa Teresa de Roberto Bolaño, figurou como primeira da lista em 2008, 2009 e 2010, passando a segunda em 2011 e estando, atualmente, ainda presente no *ranking*, na 37ª posição. No contexto brasileiro, de acordo com o estudo *Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*, promovido pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), entre 1980 e 2011, a morte de jovens por homicídios teve um aumento de 326% (WAISELFISZ, 2013, p. 17). O estudo aponta que, embora o Brasil não esteja em conflito direto com outros países, nem apresente enfrentamentos religiosos, disputas territoriais e terrorismos ou guerras civis declaradas, foi contabilizado, entre 2008 e 2011, um total de 206.005 vítimas de homicídios. Este número é superior aos dos doze maiores conflitos armados que aconteceram no mundo entre 2004 e 2007 e é quase idêntico ao total de mortes diretas registradas nos 62 conflitos armados deste período (WAISELFISZ, 2013, p. 21). Em 2011, o país registrou 52.198 vítimas de homicídio, o que representa 143 assassinatos a cada dia desse ano. A maioria dos crimes acomete as populações mais fragilizadas socialmente, incidindo principalmente sobre os jovens negros.<sup>2</sup> O autor da pesquisa,

---

<sup>1</sup> Sobre Ciudad Juárez, Bolaño a associa com o inferno e afirma: “Como Ciudad Juárez, que é nossa maldição e nosso espelho, o espelho desasossegado das nossas frustrações e da nossa infame interpretação da liberdade e dos nossos desejos” (BRAITHWAITE, 2013, p. 77, tradução minha). Texto original: “Como Ciudad Juárez, que es nuestra maldición y nuestro espejo, el espejo desasossegado de nuestras frustraciones y de nuestra infame interpretación de la libertad y de nuestros deseos.”

<sup>2</sup> Dos 467,7 mil homicídios contabilizados entre 2002 e 2010, 65,8% foram de negros. É preciso ainda ressaltar que todos estes números são oficiais e, portanto, provavelmente

Julio Jacobo Waiselfisz, afirma que “há um mecanismo perverso que incentiva a tolerância à violência contra os grupos mais vulneráveis, que deveriam ter proteção do Estado: tornar a vítima culpada. Isso ocorre com mulheres, crianças e jovens marginalizados qualificados como traficantes, drogados e arruaceiros” (SARRES, 2013). O universo de Bolaño e a maior incidência da violência rondaram, ambos, os mesmos ambientes e os personagens mais marginalizados, sendo estes os mais vulneráveis. Outro importante estudo, também de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, o *Mapa da violência 2012 – homicídio de mulheres no Brasil*, aponta que “nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43.700 só na última década” (WASELFSZ, 2012, p. 8). Apenas no ano de 2012, foram registrados 4.465 assassinatos de mulheres e 70.285<sup>3</sup> casos de violência contra mulheres no país. Destes, 71,8% ocorreram dentro da própria residência das vítimas, o que permite entender que é no âmbito doméstico que se gera a maior parte das situações de violência contra mulheres. O relatório aponta, também, que os altos índices de feminicídio frequentemente são acompanhados de um alto nível de tolerância da violência contra mulheres. Tal violência pode ser entendida, ainda, como fruto da referida tolerância, se considerarmos os casos de reincidência de agressões já anteriormente registradas e que seriam, portanto, passíveis de serem evitadas.

Os dados de homicídio, embora se restrinjam às formas mais extremas da agressão – não abordando ainda as suas inúmeras manifestações –, permitem entrever a magnitude da violência no Brasil, no México e nos demais países da América Latina. A partir dessas informações, que serão retomadas ao longo deste estudo, pode-se perceber a importância do tema para a atualidade e para a discussão

---

menores que os índices reais, gerando uma sub-anotação devido ao sepultamento sem o competente registro, seja por limitações da cobertura do sistema do Ministério da Saúde, seja pelos interesses de ocultamento das causas de morte.

<sup>3</sup> Optei por trazer tantos dados, incluídos os brasileiros, para tratar da dimensão da problemática da violência em toda a América Latina, que, apesar das especificidades de cada país, apresenta semelhanças consideráveis. Sobre os casos específicos de feminicídio apresentados, pareceu-me importante marcar o lugar brasileiro como de intensa proximidade aos demais territórios latino-americanos. Os crimes de feminicídio no Brasil, assim como os de Ciudad Juárez e os de Santa Teresa de Bolaño, são numerosos e escandalosos, sendo praticados com requintes de crueldade e terror e contando com grande tolerância social, como foi apontado pelos estudos acima referidos.

cultural e de suas diversas produções no continente. Abordá-lo já seria, em si, um ato político e de posicionamento frente a uma constituinte tão presente e opressora desta sociedade. No entanto, tratar da violência e relacioná-la a suas diferentes manifestações, como faz Bolaño em sua literatura – com maior ou menor grau de cotidianidade, de modo mais explicitamente histórico ou aparentemente inofensivo, em diferentes épocas ou variadas geografias etc.–, pode ser ainda mais potente. Roberto Bolaño, à sua maneira, constrói um mapa geográfico, temporal e histórico das diversas manifestações da violência, relacionando as suas formas e explicitando o que há de comum entre todas elas: a permissividade quanto às agressões e a intolerância à existência do que não é normativo.

A violência é um elemento constante nas obras narrativas de Roberto Bolaño. A partir de diferentes formas, ela aparece em todos os seus livros, embora em cada momento se apresente sob um viés distinto. Em seus romances e contos, seja de forma explícita ou não, a violência figurará como um dos elementos centrais que afetarão seus personagens, provocando traumas, construindo seu caráter e sendo, muitas vezes, responsável por seu deslocamento espacial e temporal nas narrativas. Em muitos casos, são os traumas gerados por uma violência sofrida que farão com que os personagens busquem em suas memórias uma forma de recontar, reelaborar e tentar superá-los. É também a partir de casos de violência que muitos deles vão ter que deixar suas cidades e casas, partindo para um deambular sem destino.

A partir do olhar da violência, os livros de Bolaño, ao serem lidos em conjunto, apresentam uma verdadeira enciclopédia do horror. Há mostras de uma profusão de suas mais diversas formas. Além dos romances que escancaram o padecimento político que acometeu o Chile a partir de 1973, como *Nocturno de Chile* e *Estrella distante* (cuja crueldade está condensada na figura de Wieder), ou o feminicídio escandaloso de 2666, seus livros estão semeados por brutalidades múltiplas. Por um lado, há uma violência histórica reiterada e que perpassa todos os seus textos, com mais ou menos intensidade, mas sempre presente (Golpe de 1973 no Chile e suas reverberações; massacre de Tlatelolco no México; Segunda Guerra Mundial). Por outro, há uma crueldade cotidiana constante. As duas, juntas, se relacionam e são tratadas como inevitáveis, onipresentes e dissolvidas na rotina e na biografia dos seus personagens. Em sua literatura, alguns acontecimentos podem parecer irrelevantes, mas corroboram a violência analisada: a agressividade, a crueldade e a

intolerância – as mesmas apresentadas quando referidas aos massacres históricos presentes em seus textos – deslizam para as relações cotidianas sem que os indivíduos se deem conta.

Essa latência da agressividade e crueldade se encontra mesmo nos romances que, à primeira vista, se distanciam da violência institucionalizada ou social dos regimes ditatoriais. O machismo, presente em quase todos os textos, se manifesta em comentários misóginos ou na homofobia, que parte até mesmo dos colegas de militância esquerdista, como é bem tratado em “Ojo Silva”: “pessoas de esquerda que pensavam, pelo menos da cintura para baixo, exatamente igual que a pessoas de direita que naquele momento tomava posse do Chile”<sup>4</sup> (BOLAÑO, 2008, p. 7). A tortura aparece de forma dissimulada no conto “Putas asesinas” e mais explicitamente nos porões de María Canales em *Nocturno de Chile*. As prisões políticas e o terror psicológico advindo delas são retratados de tempos em tempos e acometem B, Belano ou o personagem Roberto Bolaño. A profusão das mais diversas brigas pessoais, entre elas a que culmina na morte de Cesárea Tinajero em *Los detectives salvajes*. Perseguições inúmeras, sequestros e assassinatos políticos, como as causadas por Wieder. A exploração sexual como da prostituta Lupe, que tenta fugir de seu cafetão e cuja fuga é o estopim da viagem do quarteto em *Los detectives salvajes*. As opressões e imposições de cunho religioso, como também em “Ojo Silva”. Além, claro, das omissões do Estado, que se traduzem no abandono sofrido pelos habitantes de Santa Teresa, seja quando desaparecem os entes queridos, seja no tratamento dado ao tráfico, outra forma de violência que movimenta toda uma máfia e, sabe-se, é responsável pelo financiamento de atentados nas mais diversas esferas e com cumplicidade do governo.

Para analisar as possíveis tramas da violência na obra de Roberto Bolaño, tomo como exemplo primeiro a sequência de feminicídios de Santa Teresa apresentada em *2666*, por entendê-la como um ponto nevrálgico e de intensa explicitação do horror humano. Ao longo da análise, este exemplo se relaciona e se desdobra em outros eventos que mantém estreita afinidade com as suas formas de fomento.<sup>5</sup> Como

---

<sup>4</sup> “gente de izquierdas que pensaba, al menos de la cintura para abajo, exactamente igual que la gente de derecha que en aquel momento se enseñoreaba de Chile” (BOLAÑO, 2001, p. 6).

<sup>5</sup> É interessante notar que, na “Parte de los crímenes”, no ano que dá início à narrativa de mortandade das mulheres, a primeira a morrer é a Esperanza e a última, a Felicidad: “E

apontado anteriormente, a maior parte da violência acomete justamente os setores mais fragilizados da sociedade, seja pela falta de apoio social, seja pelo pouco apelo que têm junto àqueles que poderiam ser responsáveis por sanar tal opressão. Essa crueldade e agressividade latentes em Bolaño geram em seus personagens, principalmente nos já marginalizados, a consciência do abandono, o medo e o desespero da impotência frente a uma violência já disseminada e endêmica, contra a qual o indivíduo pouco ou nada pode fazer. Tal sistemática leva a uma angustiante passividade e falta de perspectiva de ação contra a opressão dessa crueldade. O vazio, então, apresenta-se como único horizonte. Emblemático é o exemplo de 2666, das últimas mortas de 1996, Estefanía Rivas, de 15 anos, e Herminia Noriega, de 13. As duas foram sequestradas por um carro preto, o mesmo responsável por outros sequestros de meninas, enquanto caminhavam em direção à escola, junto de suas irmãs menores. As duas pequenas, após um momento de inércia diante do ocorrido, se dirigem à própria casa, onde não há ninguém. Pedem auxílio à vizinha, que tenta entrar em contato com os pais das jovens. No entanto, a fábrica, na qual trabalhavam, friamente não permite a comunicação com seus funcionários. Impotente ante a indiferença da fábrica e do abandono do poder público, e diante da escassez de recursos materiais, a vizinha, já sem moedas para fazer chamadas, senta-se junto às meninas e, desconsoladas,

experimentaram o que era estar no purgatório uma longa espera inerte, *uma espera cuja coluna vertebral era o desamparo, algo muito latino-americano, por outra parte, uma sensação familiar; algo que, se parasse para pensar bem, experimentava todos os dias, mas sem angústia, sem a sombra da morte sobrevoando o bairro como uma debandada de gaviões e deixando tudo espesso, transtornando a rotina de tudo, pondo todas as coisas ao revés.*<sup>6</sup>(BOLAÑO, 2004, p. 659-660, tradução minha, grifos meus.)

---

esse foi o último assassinato de uma mulher em 1993, que foi o ano em que começaram os assassinatos de mulheres naquela região da república mexicana” (BOLAÑO, 2004, p. 492, tradução minha). Texto original: “Y ese fue el último asesinato de una mujer en 1993, que fue el año en que comenzaron los asesinatos de mujeres en aquella región de la república mexicana”.

<sup>6</sup>“experimentaron lo que era estar en el purgatorio una larga espera inerte, *una espera cuya columna vertebral era el desamparo, algo muy latinoamericano, por otra parte, una sensación familiar; algo que si uno lo pensaba bien experimentaba todos los días, pero sin angustia, sin la sombra de la muerte sobrevolando el barrio com*”o una

Esta passagem, que evoca o desamparo latino-americano cotidiano, expõe as sistemáticas que desvalorizam a vida das populações marginalizadas e contribuem para a violação dos direitos e da proteção destas: o poder das empresas que ignoram a humanidade de seus funcionários, enquanto os exploram como mão de obra descartável somada à inoperância de um poder público que deveria proteger essa população (ainda que ao longo das páginas desse subcapítulo estes episódios sejam recorrentes, inclusive com o uso do mesmo carro e do mesmo procedimento de sequestro e assassinato de mulheres na região, nada é feito para impedi-lo.). O trecho citado faz, ainda, uma extensão desse momento específico de abandono e violência particular das irmãs do norte mexicano para os demais territórios do continente, criando uma relação direta dessa violência e do abandono como imagem construída de toda a América Latina.

É preciso recordar que a inadequação dos processos modernizatórios e neoliberais na América Latina são causadores de imensas violências e corrupções que mantêm sua população refém até a atualidade. A exploração da mão de obra que chega ao norte do México para trabalhar nas fábricas está intimamente relacionada à violência praticada ali, de desrespeito total a essa população, que é descartável e silenciada, desumanizada e, portando, cujas mortes não causam comoção, pelo menos não o suficiente para grandes e necessárias mudanças. Nesse cenário, o sexismo pode se manifestar com muita tranquilidade. As mulheres foram incluídas no mercado de trabalho de forma mais intensificada, mas não foi feita a correspondente inserção social de sua presença nos espaços públicos. Se, por um lado, houve a necessidade de frequentar os territórios comuns, por outro, não se procedeu ao preparo da sociedade para a plena inserção e presença das mulheres como indivíduos de igual direito. E as violências exercidas nos espaços públicos, como explica Ana Falú (2009, p. 21, tradução minha), “adquirem expressões similares àquelas que ocorrem portas adentro e que avassalam seus corpos; agressões que curiosamente são catalogadas como ‘crimes passionais’, que contam com um alto grau de tolerância social e que, por fim, ainda culpam as

---

debandada de zopilotes y espesándolo todo, trastocando la rutina de todo, poniendo todas las cosas al revés.”

vítimas”.<sup>7</sup> Assim, as mulheres ocupam um lugar precário socialmente e não são vistas como dotadas da mesma humanidade que os homens. Tal “descompasso”, entre intensificação do ingresso no mercado de trabalho e na vida social desvinculado de uma inserção na cidadania plena, provoca uma hostilidade e tentativas de expulsão desse segmento social dos espaços compartilhados. Maria Luisa Femenías (2007, tradução minha), discorrendo sobre a desigualdade e a violência de gênero na América Latina, aponta que

ao marco formal igualitário e universalista, ao qual respondem em maior ou em menor medida todas as nossas constituições – que resultaram insuficientes historicamente –, devemos somar um conglomerado de questões materiais. Sobretudo, na medida em que o proclamado universal poucas vezes se aplicou distributivamente por igual a todos os membros da sociedade, discriminando por sexo-gênero, por etnia e por classe.<sup>8</sup>

O aviltamento da vida dos cidadãos, sobretudo aqueles que estão historicamente à margem, é a fonte estrutural da violência em Bolaño, em que o Estado, muitas vezes, é omissos ante às frequentes irrupções de agressividade, omissão essa que, neste sentido, pode ser tão violenta quanto os governos institucionalmente autoritários, como era o Chile pinochetista, por exemplo.

Um dos mecanismos que dificultam a proteção aos grupos vulneráveis, como mencionado, é a culpabilização das vítimas pela agressão sofrida. Trata-se de encontrar supostos motivos para o ataque, principalmente associando os sujeitos a um grupo marginal, ao qual seria mais aceitável tal agressão. Essa estratégia camufla a nefasta tolerância às violências simbólicas e físicas a determinados segmentos da população,

---

<sup>7</sup> “Adquieren expresiones similares a las de aquellas que tienen lugar puertas adentro y que avasallan sus cuerpos; agresiones que curiosamente son catalogadas como ‘crímenes pasionales’, que cuentan con un alto grado de tolerancia social y terminan culpabilizando a las víctimas”.

<sup>8</sup> “al marco formal igualitario y universalista, al que responden en mayor o en menor medida todas nuestras constituciones –que ha resultado históricamente insuficiente–, debemos sumarle un conglomerado de cuestiones materiales. Sobre todo, en la medida en que el proclamado universal pocas veces se aplicó distributivamente por igual a todos los miembros de la sociedad, discriminando por sexo-género, por etnia y por clase”.

que no julgamento social não seriam merecedores de iguais direitos à defesa de sua integridade.

Em “La parte de los crímenes”, Bolaño desnuda esse mecanismo. No episódio do desaparecimento de Lucy Anne, diante da denúncia de sua amiga Érica, não há grande mobilização por parte da polícia, que pensa que as duas podem ser prostitutas e, portanto, em sua lógica perversa, menos confiáveis e dignas de proteção:

Foi atendida por um homem que dizia se chamar Kurt A. Banks, que lhe fez toda classe de perguntas sobre sua amiga e sobre ela mesma, como se não acreditasse em nada da versão que Erica tinha lhe contado. Somente ao sair dali Erica compreendeu que o cara suspeitava que tanto Lucy Anne quanto ela eram putas.<sup>9</sup> (BOLAÑO, 2004, p. 510, tradução minha)

Outro personagem, o jornalista Sergio González, também comete o mesmo equívoco e, ao perguntar a uma prostituta que havia contratado sua opinião sobre as mortes em Santa Teresa, tem uma revelação. A prostituta não demonstra grande comoção pelo relato do jornalista. O fato

reuniu a irritação de Sergio, que exasperado lhe disse que em Santa Teresa estavam matando putas, que pelo menos demonstrasse um pouco de solidariedade gremial, ao que a puta lhe respondeu que não, que tal como ele tinha contado a história, as que estavam morrendo eram operárias, não putas. Operárias, operárias, disse. E então Sergio lhe pediu perdão e como se tivesse sido tocado por um raio viu um aspecto da situação que até este momento tinha passado batido.<sup>10</sup>(BOLAÑO, 2004, p. 583, tradução minha)

---

<sup>9</sup> “La atendió un tipo que decía llamarse Kurt A. Banks, que le hizo toda clase de preguntas acerca de su amiga y de ella misma, como si no creyera para nada la versión que Erica le había dado. Sólo al salir de allí Erica comprendió que el tipo sospechaba que tanto Lucy Anne como ella eran putas.”

<sup>10</sup> “concitó el enojo de Sergio, quien exasperado le dijo que en Santa Teresa estaban matando putas, que por lo menos demostrara un poco de solidaridad gremial, a lo que la puta le contestó que no, que tal como él le había contado la historia las que estaban muriendo eran obreras, no putas. Obreras, obreras, dijo. Y entonces Sergio le pidió perdón y como tocado por un rayo vio un aspecto de la situación que hasta ese momento había pasado por alto.”

Nessa constatação, há o desnudamento do machismo intrínseco na percepção das mortes e (des)valorização das mulheres vítimas, associando a violência sofrida ao exercício de sua sexualidade, destacando-se a hostilidade com que as mulheres operárias estavam sendo tratadas em Santa Teresa. Tal observação deixa entrever também a intolerância quanto ao ingresso das mulheres no campo de trabalho, como assinalado anteriormente, ao apontar que a maior parte das vítimas são operárias.

O narrador também deixa entrever as violências cotidianas que são cúmplices da violência desoladora que assola Santa Teresa: omissão da polícia e das demais autoridades, que pouco ou nada fazem para resolver a situação;<sup>11</sup> misoginia nos comentários da polícia, dos presos, dos maridos etc.; falta de denúncia; quase total ausência de interesse nas averiguações jornalísticas.<sup>12</sup> Aliás, a misoginia e a homofobia ultrapassa este romance e se apresentam como faces do machismo que perpassa toda a obra de Roberto Bolaño, denunciando a assiduidade de tal violência nos mais diversos meios sociais, políticos e geográficos.<sup>13</sup>

Roberto Bolaño, em “La parte de los crímenes”, de 2666, faz uso de fichas policiais como escritura, sendo a maioria baseada em registros de assassinatos ocorridos em Ciudad Juárez. Com essa escolha, além de se aproximar de uma tendência da arte contemporânea de usar arquivos reais, o autor insere na arte uma realidade que desborda da ficção. Karl

---

<sup>11</sup> Um exemplo, recorrente, é o descaso da polícia durante as investigações, como de Beverly Beltrán Hoyos: “A zona do crime não foi rastreada e ninguém tirou moldes das numerosas pegadas que havia no lugar.” (BOLAÑO, 2004, p. 631, tradução minha). Texto original: “No se rastreó la zona del crimen ni nadie tomó moldes de las numerosas huellas que había en el lugar.”

<sup>12</sup> Durante toda a “Parte de los crímenes”, há uma preocupação na representação dos grupos feministas, pequenos, porém resistentes, que dão pistas de uma cultura tolerante com a violência de gênero. Ainda que denunciem os casos de estupros e assassinatos, são pouco ouvidas e quase nada é feito para sanar os problemas.

<sup>13</sup> É importante notar que as inúmeras cenas de violências contra mulheres presentes na obra do autor contrastam com as relações amorosas estabelecidas por seus personagens que, de modo geral, consideram as mulheres como sujeitos e respeitam sua liberdade e autonomia sexual, como nas relações entre os críticos e Norton; de Nuria e Remo Morán; entre os jovens poetas de *Los detectives salvajes*; ou Juan de Dios Martínez e Elvira Campos; de Amalfitano e sua filha Rosa ou de sua mãe, Lola, entre tantos outros exemplos. Tal contraste deixa ainda mais evidente a violência de gênero presente nos casos de 2666 e nas manifestações machistas de outros personagens.

Erik Schøllhammer (2012, p. 130) concorda com Hal Foster (2014) quando diz que há uma paixão pelo real por parte tanto dos realistas quanto dos seus críticos mais severos, seja na sua afirmação ou na sua negação. Schøllhammer (2012, p. 132) aponta ainda para a “procura de uma arte e uma literatura performática capaz de interferir sem mediação no mundo e expressar sua realidade crua”, fazendo surgir um

realismo “extremo” que procura expressar os eventos com a menor intervenção e mediação simbólica e provoca fortes efeitos estéticos de repulsa, desgosto e horror. Ou seja, a obra se torna referencial e real nesta perspectiva na medida em que consiga provocar efeitos sensuais e afetivos parecidos ou idênticos aos encontros extremos e chocantes com os limites da realidade. (SCHØLLHAMMER, 2012, p. 133).

No entanto, o que Bolaño aponta ao adotar uma atitude de transparência em relação aos eventos de Ciudad Juárez é para uma intervenção na realidade de que trata ficcionalmente. Mais do que uma inserção dos registros tal qual se encontram nas delegacias e boletins necrológicos, há uma proposta ficcionalizante, que caminha não em direção ao documentário, mas sim em direção à ficção, e acusa a cotidianidade das mortes e a insensibilidade da sociedade ao seu redor.<sup>14</sup> A crueza com que Bolaño trata as mortes de mulheres em *2666* é uma esterilização do simbólico. Nos detalhes físicos das torturas ou lacerações daqueles corpos sem vida, não cabem metáforas ou eufemismos. É a violência crua e exaustiva através dos inúmeros casos, mas que, a cada nova ficha, deixa entrever as ferramentas de um sistema cotidianamente violento. As conversas entre os policiais, a omissão da mídia ou do governo, a violência doméstica e a reiterada justificativa que culpabiliza as vítimas mostram o outro lado dessa violência física, estampada nos informes e boletins de ocorrência policiais e declarações mortuárias.

Nesse uso de boletins policiais ficcionais, pode-se entrever duas montagens. A primeira no que se refere à totalidade das fichas transcritas e a segunda na relação destas com as investigações e a sociedade que

---

<sup>14</sup> Outro ponto a se considerar nas narrativas de Bolaño é a incerteza expressa nos referentes que poderiam fazer alusão a uma realidade, na forma de titubeios. Também ressaltos os dados pessoais das vítimas que não poderiam constar em boletins policiais, com informações íntimas e anteriores ao crime.

as contextualiza. Os detalhes contidos nos boletins, supostamente irrelevantes para as investigações policiais, como a cor do sapato ou as conquistas pessoais daquela mulher agora sem vida, são justamente o que os une e denuncia onde está o problema. A aparente falta de motivo para as mortes é que revela seu fundamento: o machismo que gera a violência de gênero, cuja mais nefasta forma é o feminicídio. É na montagem desses arquivos policiais que se percebe o elo entre todos: uma ficha isolada pode dar a saber o crime passional ou circunstancial, mas a junção de todas as fichas e a gratuidade das mortes permitem entrever que o traço comum é o machismo e a misoginia. Na segunda montagem proposta, associando as fichas com a pouca seriedade e aprofundamento das investigações, compõe-se um quadro em que o descaso com a vida dessas mulheres é patente, denunciando-se o sexismo endêmico e estrutural desta sociedade que permite o assassinato de tantas mulheres. Uma sociedade cúmplice, como repetidas vezes o relato deixa entrever: “Em meados do mês de novembro, Andrea Pacheco Martínez, de treze anos foi raptada ao sair da escola secundária técnica. *Ainda que a rua não estivesse de modo algum deserta, ninguém presenciou o fato.*” (BOLAÑO, 2004, p. 490, tradução minha, grifos meus).<sup>15</sup> É recorrente o relato de corpos não notados pelas pessoas que estavam em volta ou de meninas que são sequestradas sem que ninguém consiga reconhecer o raptor. Essa cumplicidade e tolerância à violência contra mulheres é ainda explicitada na pouca importância midiática desses incidentes, contrastada com a importância midiática recebida pelo profanador de igrejas da região. Um atentado ao patrimônio consegue maior notoriedade e preocupação que a morte e desaparecimento de centenas de mulheres, exibindo-se a disparidade nas valorizações entre um crime e outro.

A história macro faz desaparecer as realidades cotidianas. Mas a retomada de arquivos permite entrever aqueles detalhes que escapam da sistematização de um acontecimento. O mais concreto não cabe nos grandes relatos. E, por consequência, não permite denunciar a violência como dado incrustado na rotina. Por isso, o uso de fichas investigativas ficcionais com dados pessoais, mínimos, habituais, como a roupa que usava, o início de um novo curso etc., ao mesmo tempo em que humaniza

---

<sup>15</sup> “A mediados del mes de noviembre Andrea Pacheco Martínez, de trece años, fue raptada al salir de la escuela secundaria técnica. *Pese a que la calle no estaba desierta en modo alguno, nadie presenció el hecho.*”

a vítima, traz o cotidiano para a esfera do sensível e o torna analisável, revelando a banalidade também desta violência (que não rompe o fazer diário de Santa Teresa, mas pelo contrário, o reafirma). Abel Romero, em conversa com Belano em *Los detectives salvajes*, anuncia a problemática de revelar e lidar com a violência incrustada em um cotidiano: “Belano, falei, o cerne da questão é saber se o mal (ou o delito ou o crime ou como quiser chamar) é casual ou causal. Se for causal, podemos lutar contra ele, é difícil de derrotar, mas há uma possibilidade, mais ou menos como dois boxeadores do mesmo peso. Se é casual, pelo contrário, estamos fodidos”<sup>16</sup> (BOLAÑO, 2006, p. 401). Uma vez mais, a aparente falta de motivo é explicitada como uma forma ainda mais perversa de exercício da violência, por denotar o quanto a referida opressão é já um dado constitutivo e aceito da sociedade e, portanto, de combate mais difícil.

O cotidiano é uma categoria da realidade que nunca se interrompe. É uma superfície infinitamente profunda e de capacidade inesgotável de absorção. Uma obra que se propõe a interromper a violência pontual corre o risco de ser puramente retórica, pois a violência já está inscrita social e culturalmente no cotidiano. Em contraponto, uma obra que denuncia essa inscrição banalizada na rotina pode operar discursivamente, tal como faz a obra de Roberto Bolaño. O narrador de *Nocturno de Chile* alerta para esta banalização: “Porque o costume relaxa toda preocupação, porque a rotina suaviza todo horror.”<sup>17</sup> (BOLAÑO, 2010, p. 142, tradução minha). A banalidade, como Grínor Rojo (2010) aponta, é uma categoria pretensamente inofensiva de redundância e resistência à mudança do senso comum, que se permite estar isenta de questionamentos ou análises. Apresenta-se como uma insuspeita reafirmação do já dado, não permitindo que nesse cotidiano se rompa a aceitação das violências já instituídas, mas pelo contrário, reafirmando-as na sua mais suposta e “inocente” naturalidade. Mas Rojo (2010, p. 99, tradução minha) alerta que “o sentido comum é o resíduo de um ditame que a doxa hegemônica impôs e generalizou faz muito tempo e cuja naturalização hoje lhe serve

---

<sup>16</sup> “Belano, le dije, el meollo de la cuestión es saber si el mal (o el delito o el crimen o como usted quiera llamarle) es casual o causal. Si es causal, podemos luchar contra él, es difícil de derrotar pero hay una posibilidad, más o menos como dos boxeadores del mismo peso. Si es casual, por el contrario, estamos jodidos” (BOLAÑO, 1998, p. 397).

<sup>17</sup> “Porque la costumbre distiende toda preocupación, porque la rutina matiza todo horror.”

de respaldo para levar suas operações a um bom porto.”<sup>18</sup> E claro que “A banalidade não só não é a tonta inocente que ela aparenta ser, mas sim uma solapada e feroz colaboradora do mal”<sup>19</sup> (ROJO, 2010, p. 104, tradução minha).

Benjamin (2012, p. 13) também nos lembra que “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra”. Portanto, afirmar e enaltecer a brutalidade de um momento específico, como se fosse uma exceção, é negar e ocultar a violência contínua e onipresente. É silenciar que esse fato específico de agressões guarda estreita relação com um continuum de violência e com seu contexto e, portanto, também com tentativas de ocultamento das suas inter-relações. Por isso, a percepção da montagem de todas as fichas policiais, revelando seu fio condutor, pode ser uma potência para esta análise.

Roberto Bolaño propõe justamente uma costura entre as diversas crueldades e agressões, de modo a fazê-las dialogar e construir uma história pautada por elas. Sua obra está marcada pela constância de uma violência similar, que, sendo parte de uma mesma, somente se apresenta de formas variadas: na obra do autor, a costura da história é justamente a partir da violência, que está presente rotineiramente na nossa sociedade, que em alguns eventos se manifesta como pico, mas nunca como ineditismo. Na sua obra, os momentos históricos não estão isolados uns dos outros e muito menos do cotidiano: são parte integrante deste e estão entrelaçados com outros eventos de colossal violência. O feminicídio de Santa Teresa encontra seus antecedentes nas mortes de mulheres provocadas por Wieder,<sup>20</sup> de *Estrella distante*, sob o comando da ditadura chilena, do mesmo modo que é antecedido pelos diversos massacres anteriores, como o de Tlatelolco, de *Amuleto*. É nessa aposta que, em *2666*, são relacionadas as violências da ditadura chilena pela figura de Amalfitano, a Segunda Guerra Mundial e o nazismo, por Archiboldi, e o feminicídio gritante em Santa Teresa, como uma malha

---

<sup>18</sup> “O sentido común es el residuo de un dictamen que la doxa hegemónica impuso y generalizó hace mucho tiempo y cuya naturalización hoy le sirve de respaldo para llevar sus operaciones a buen puerto.”

<sup>19</sup> “La banalidad no sólo no es la tonta inocente que ella aparenta ser sino una solapada y feroz colaboradora del mal.”

<sup>20</sup> Wieder, o poeta vanguardista de *Estrella distante* que, sob ordens da repressão pinochetista, assassinava principalmente mulheres e fez do próprio trabalho violento uma pretensa obra de arte fotográfica que condensava todo o horror de seus atos.

de um mesmo elemento, todas se encontrando em um mesmo *locus*: o deserto de Sonora, a última fronteira antes dos Estados Unidos, esse último território latino-americano.

## Referências

BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Tradução de João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BOLAÑO, Roberto. *2666*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004.

BOLAÑO, Roberto. *Amberes*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2002.

BOLAÑO, Roberto. *Estrella distante*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1996.

BOLAÑO, Roberto. *Los detectives salvajes*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1998.

BOLAÑO, Roberto. *Nocturno de Chile*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

BOLAÑO, Roberto. *Os detetives selvagens*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOLAÑO, Roberto. *Putas asesinas*. Barcelona: Anagrama, 2001.

BOLAÑO, Roberto. *Putas assassinas*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAITHWAITE, Andrés. *Bolaño por si mismo: entrevistas escogidas*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

FALÚ, Ana. *Mujeres en la ciudad: de violencias y derechos*. Santiago de Chile: Red mujer y Hábitat de América Latina, Ediciones SUR, 2009.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latinoamericano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan./abr. 2007. Não paginado. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100002)>. Acesso em: 5 nov. 2017.

FOSTER, Hal. *O retorno do real*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

ROJO, Grínor. *Discrepancias del bicentenario*. Santiago de Chile: LOM, 2010.

SÁNCHEZ, José Antonio Ortega. *Por tercer año consecutivo, San Pedro Sula es la ciudad más violenta del mundo*. Mexico: CCSPJP, 2014. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/177-por-tercer-ano-consecutivo-san-pedro-sula-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SARRES, Carolina. Pesquisa mostra que negros são maioria das vítimas de homicídio. *EBC*, Brasília, 18 jul. 2013. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/pesquisa-mostra-que-negros-sao-maioria-das-vitimas-de-homicidios>>. Acesso em: 5 jan. 2018

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. Realismo afetivo: evocar realismo além da representação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Belo Horizonte, n. 39, jan./jun. 2012, p. 129-148. Disponível em: <<http://www.anais.letras.ufmg.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: atualização: homicídio de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO Brasil, 2012. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2016.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)>. Acesso em: 6 abr.2016. (WAISELFISZ, 2013, p. 17)

Recebido em: 29 de abril de 2018.

Aprovado em: 4 de junho de 2018.



**Da literatura como resistência eloquente:  
a tradução de *Prometeu acorrentado* sob a ditadura de  
Oliveira Salazar**

***On literature as eloquent resistance:  
translating Prometheus bound during Oliveira Salazar's  
dictatorship***

Miguel-Pedro Quadrio

Universidade Católica Portuguesa, Lisboa / Portugal

mpquadrio@gmail.com

**Resumo:** Este artigo incide sobre a tradução em língua portuguesa de *Prometeu acorrentado* que Eduardo Scarlatti publicou em Lisboa, em 1942. Atribui-se particular relevância a este texto por se considerar que, através dele, Scarlatti não pretendeu apenas apresentar mais uma versão de um texto canónico. Pela análise dos paratextos, das escolhas tradutológicas e remetendo-se para a reflexão crítica e teórica que anteriormente desenvolvera-se, verifica-se que a opção de Scarlatti correspondeu ao desejo de dotar a cultura portuguesa de um texto literariamente qualificado, pensado não só como ato de resistência à opressão salazarista, mas também como manifesto estético que impulsionasse a renovação do anémico sistema teatral. Assim, defende-se a condição de intelectual engajado de Scarlatti (BOURDIEU, 1991), sublinhando-se a constituição de uma linhagem de resistência que determinará mudanças culturais profundas em Portugal.

**Palavras-chave:** *Prometeu acorrentado*; pensamento teatral; resistência literária; Eduardo Scarlatti; intelectual engajado; ditadura salazarista.

**Abstract:** This article focuses on the Portuguese translation of *Prometheus Bound*, published in 1942 by Eduardo Scarlatti. The relevance of this text arguably lies in the fact that Scarlatti did not intend to produce just another version of a canonical text. If one takes the paratexts and the translational choices into consideration, and includes

the author's prior critical and theoretical reflection, one must conclude that Scarlatti's decision to translate resulted from the wish to provide his readership with a qualified literary text. Thus, the translation can be seen as both an act of resistance to Salazar's oppressive regime and an aesthetic manifesto aiming at the renewal of the anaemic theatre system. This article argues for the recognition of Scarlatti as an engaged intellectual (BOURDIEU, 1991), who became a key part of the resistance who would ignite a profound cultural change in Portugal.

**Keywords:** *Prometheus Bound*; reflection on theatre; literary resistance; Eduardo Scarlatti; engaged intellectual; Salazar's dictatorship.

Há novos dirigentes/ no Olimpo, a governar./ E outras leis mais recentes./  
que Zeus anda a invocar./ dão-lhe, agora, poder./ sem regra e sem perigos./  
de num gesto abater/ os colossos antigos (Ésquilo, 1995, p. 34).

O ano de 1942 é um ano de tensa expectativa em Portugal. Externamente, a política de neutralidade habilmente sustida por António de Oliveira Salazar não garantia, em absoluto, que o país não se viesse a envolver na Segunda Guerra Mundial, caso a Espanha de Francisco Franco cedesse às repetidas pressões da Alemanha nazi e se juntasse às forças do Eixo. Internamente, as oposições à ditadura, instaurada em 1926, acalentavam a esperança de que uma – ainda improvável – vitória dos Aliados sobre os fascismos europeus obrigasse Salazar a deixar o poder e o país a democratizar-se. Em fevereiro desse ano, Salazar viaja até Sevilha, onde se entrevista com Franco. Ao ditador espanhol, antecipa uma vitória dos Aliados e declara-lhe não acreditar “que os britânicos estivessem ativamente a tentar retirá-lo do poder” ou que qualquer dos oponentes planeasse mesmo uma invasão territorial da Península Ibérica. Salazar sugere, então, a Franco o reforço da neutralidade, que, afinal, não só convinha aos dois blocos – fosse pela contenção de frentes de combate ativas, fosse pelo fornecimento de bens e serviços a todos os beligerantes –, como favoreceria, no final da Guerra, a permanência de ambos no poder (cf. MENESES 2010, p. 279 *et seq.*).

É justamente nesse ano que Eduardo Scarlatti Quadrio Raposo (Lisboa, 1898-1990), cujo *nom de plume* será sempre “Eduardo Scarlatti”, traduz para português a tragédia *Prometeu agrilhoado*, de Ésquilo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Em língua portuguesa, o adjetivo grego que integra o título da peça – *desmōtēs*, literalmente, “com correntes” (*i.e.*, “prisioneiro”, “cativo”) – tem sido traduzido por

Aparentemente insignificante, tal facto não induziria, por si só, qualquer elo com o periclitante e duplo isolacionismo do Portugal de então (relembre-se que, além da ameaça da guerra, a ditadura restringira as liberdades cívicas, nomeadamente a expressão pública de ideias através da censura). Todavia, se devidamente enquadrada, a intervenção de Scarlatti pode hoje se entender-se – e essa é a tese que se defende neste artigo – como manifestação de “resistência engajada” de um intelectual, ou seja, como eloquente desafio político, mas também estético, à ditadura então vigente em Portugal.

Recorre-se à formulação de “intelectual engajado”, pois o percurso de Scarlatti se adequa vivamente à “bidimensionalidade” paradoxal que Pierre Bourdieu atribuiu às intervenções públicas de um intelectual, em quem se distingam, simultaneamente, dois traços concretos:

[...] por um lado, deve pertencer a um mundo intelectual autônomo (um campo), ou seja, ser independente dos poderes religioso, político e econômico, etc., e deve respeitar as leis respectivas; por outro lado, deve investir as competências e autoridade que tenha adquirido no campo intelectual na ação política, a qual se desempenha fora do campo intelectual propriamente dito (BOURDIEU, 1991, p. 656, tradução minha).<sup>2</sup>

Ora, quando edita a tradução de *Prometeu agrilhoado* na Biblioteca Cosmos, Eduardo Scarlatti atravessava, também ele, um período de vibrante expectativa. Sendo engenheiro maquinista e oficial da Armada, o então Capitão-Tenente<sup>3</sup> posicionara-se, nas duas décadas precedentes, não só como crítico e ensaísta teatral independente, ganhando crescente relevo no meio cultural de Lisboa, mas ainda como oposicionista declarado ao regime ditatorial imposto a Portugal pelas

---

“agrilhoado”, em Portugal, e por “acorrentado”, no Brasil.

<sup>2</sup> “[...] on the one hand, he must belong to an autonomous intellectual world (a field), that is, independent from religious, political, and economic powers (and so on), and must respect its specific laws; on the other hand, he must invest the competence and authority he has acquired in the intellectual field in a political action, which is in any case carried out outside the intellectual field proper”.

<sup>3</sup> Cf. Carta Patente, do Ministério da Marinha, p. [3], in espólio inédito.

armas, em maio de 1926, e pela lei, em abril de 1933, quando entrou em vigor a nova Constituição Política da República Portuguesa.<sup>4</sup>

Nos anos de 1920, Scarlatti publicara, n' A Peninsular Editores dois livros seminais no domínio (então indeterminado) dos estudos de teatro: a antologia *Ideias de outros / Ensaio sobre estética e teoria teatral, seguidos de uma novela*, em 1927, e *A religião do teatro*, o seu *magnum opus*, em 1929. Com a comunicação “Um método crítico e os seus resultados” – em que no título se vinca, desde logo, uma vontade (em Portugal, inédita) de refletir sistematicamente sobre a crítica de teatro – participou na quinta edição do Congresso Internacional da Crítica, uma organização da Association de la Critique Dramatique et Musicale francesa, que decorreu em Lisboa, entre 18 e 28 de setembro de 1931 (cf. SCARLATTI, 1939).<sup>5</sup> E ainda nos anos de 1930 – mais precisamente entre

---

<sup>4</sup> Para além da contestação, mais ou menos subtil, que caracterizava os seus textos – e sendo ainda Primeiro-Tenente (cf. “Carta Patente”, p. [3]) –, Eduardo Scarlatti afrontou pública e explicitamente o regime, ao patrocinar em novembro de 1935, no Tribunal Militar de Santa Clara, em Lisboa, a causa do então Comandante Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, destacado oficial e político nos primeiros anos do Estado Novo e o único cabecilha assumido (e condenado, com o desterro), da malograda tentativa para derrubar Oliveira Salazar. Tinha a intentona vindo a ser preparada desde maio desse ano – António Sérgio, “considerado a ‘cabeça pensante’ da conjura e chefe civil do movimento revolucionário” (MENEZES, 2010, p. 277), fora preso e interrogado no final de agosto –, eclodindo apenas em setembro, animada por “diversas facções, que [iam] da extrema-direita à extrema-esquerda: nacionais sindicalistas (de Rolão Preto), apoiantes de Ribeiro de Carvalho, monárquicos constitucionais e trânsfugas do 28 de Maio, partidários da CGT e elementos de baixa patente maçónica, republicana e socialista” (MENEZES, 2010, p. 284).

<sup>5</sup> Este congresso é habitualmente lembrado como uma bem-sucedida manobra de propaganda e de legitimação cultural do regime salazarista, engendrada por António Ferro, o presidente da respetiva comissão organizadora. No entanto, sendo exato que as delegações, oriundas de cerca de 20 países, se viram envolvidas numa girândola de viagens pitorescas pelo país, festas (pseudo) folclóricas, receções oficiais e repastos pantagruélicos, não deverá esquecer-se que o encontro significou, outrossim, a primeira internacionalização do teatro português: de quem o fazia e de quem o pensava (*et pour cause*, o opositor Scarlatti também integrou a organização). Relembre-se que, na ocasião, teve lugar no Teatro Nacional de Almeida Garrett, em Lisboa (espaço que hoje retomou a designação fundacional de Teatro Nacional D. Maria II), a estreia mundial de *Sogno (ma forse no)*, de Luigi Pirandello (1867-1936), ele mesmo um dos congressistas presentes. O dramaturgo italiano escrevera a peça dois anos antes, destinando-a desde

1934 e 1937 –, assinara regularmente a crítica de teatro e ensaios vários de cultura teatral e política cultural no prestigiado periódico oposicionista *O diabo / Semanário de crítica literária e artística*.

Ao arrepio dessa constante e notória presença no espaço público, Eduardo Scarlatti resguarda-se na década de 1940, dedicando-a, sobretudo, à revisão e à reedição dos textos que anteriormente publicara, organizando-os em uma “série significativa” na qual não voltará a intervir explicitamente até 1990, ano da sua morte.<sup>6</sup>

É neste lapso, então, que Scarlatti edita a coletânea, em quatro volumes, *Em casa de O diabo: subsídios para a história do teatro*, na qual republica, anotados, os textos críticos que redigira para *O diabo* – faz sair em 1943, na Livraria Luso-Espanhola, os segundo e terceiro volumes, publicando, na mesma editora, o quarto, em 1946, e nela reeditando o primeiro, em 1948 (saíra esse em 1936, numa malograda tentativa de levar a cabo este empreendimento) –; que publica, em 1942, a tradução *Prometeu agrilhado*; e, ainda, que dá à estampa, em 1945, uma versão profusamente revista de *A religião do teatro*.

Face a essa sequenciada institucionalização editorial da sua empresa teórica e crítica – distinguida como “única”, na nota necrológica do crítico que o teatrólogo Luiz Francisco Rebello (1990, p. 263) escreve para a revista *Colóquio/Letras* –, torna-se peculiarmente intrigante o

---

logo ao evento, assistindo à sua representação em 21 de setembro de 1931. Com o título português *Um sonho, mas talvez não*, o espetáculo foi encenado por Amélia Rey Colaço, teve cenários dos arquitetos Raul Lino e José Ângelo Cottinelli Telmo e tradução portuguesa de Caetano Maria de Abreu Beirão (sobre a história e significado desta edição do Congresso, cf. LANCASTRE, 2015).

<sup>6</sup> A evidente intencionalidade deste processo de determinação de uma *opera omnia* deteta-se, também, na sua recusa em republicar textos jornalísticos, fossem da juventude ou, ainda que contemporâneos do processo, não quadrassem no objetivo que Scarlatti então perseguia (cf. QUADRIO, 2014, p. 207 *et seq.*). Note-se, porém, que o acesso que seu filho (também Eduardo Scarlatti) generosamente me concedeu ao espólio inédito do pai – no qual agora trabalho –, me permitiu descobrir que, a partir de 1972, três anos após de ter reformado da Marinha como Comodoro, o crítico submeteu a profunda revisão e rearranjo todos os seus trabalhos, tendo em vista a publicação de uma versão completa e definitiva da sua obra, na qual pensava incluir, ainda, umas memórias e outros originais dispersos. A morte impedi-lo-ia, porém, de concretizar tal projeto, apresentando-se hoje o espólio como um conjunto parcialmente organizado de manuscritos e dactiloscritos, nem todos finalizados.

motivo que animou Eduardo Scarlatti a lançar-se nesta tradução concreta, um hápax entre as suas obras editadas, a qual seria, aliás, a única a ser reimpressa – em 1961, na Livraria Luso-Espanhola – ao longo dos mais de 40 anos em que o crítico se ausentou do debate cultural público.<sup>7</sup>

Noutro lugar, aventou-se a hipótese de que a súbita rutura de Scarlatti com o mundo das artes, da investigação e da intervenção cívica – e a alternativa dedicação exclusiva a uma (relevante) carreira militar, na Armada – teria advindo do seu generalizado desencanto com Portugal, provocado quer pelo forte endurecimento dos mecanismos opressivos do Estado Novo após o término da Segunda Guerra, quer pela radicalização de alguns dos seus opositores, nomeadamente daqueles que tomaram a direção d’*O diabo*, em 1937, mais próximos do comunismo revolucionário do que do socialismo utópico defendido pelo crítico (cf. SCARLATTI, 1945, p. 17-21; QUADRIO, 2014, p. 215). Entre as diferentes causas de tal corte abrupto, duas há que parecem se relacionar diretamente com a inopinada resolução de Scarlatti de assinar, enquanto tradutor literário, um texto dramático e, demais, uma tragédia grega que há muito ocupava um lugar central no cânone literário do Ocidente.

Antes de as explorar, enfatiza-se que, talvez consciente dessa singular resolução editorial, o próprio Scarlatti (1995, p. 7) se justifica no “Prefácio” que antecede o texto de Êsquilo, declarando ali que “a tradução, em português, da tragédia *Prometeu Agrilhado*, composta há cerca de dois mil e quinhentos anos, em grego – na linguagem especial de um momento e de um lugar” teria resultado, tão-somente, de uma “encomenda” que as edições Cosmos lhe haviam dirigido, pois sabiam-no “trabalhador nas letras” (palavras que, mesmo se despreziosas,

---

<sup>7</sup> Neste artigo, usa-se a reedição do volume de 1961, publicada em 1995, pela editora Frenesi. Faz-se notar que existem, no espólio, duas traduções inéditas de peças do polígrafo francês Charles Oulmont (1883-1984) – manuscrito *Sangue do meu sangue* (Peça em quatro atos) e dactiloscrito *Corações de fantoche* (Comédia em três atos), nos títulos traduzidos –, as quais se integram a pasta onde se arrumam, igualmente, manuscritos e dactiloscritos de traduções de fragmentos narrativos e/ou dramáticos do mesmo autor, que Scarlatti publicou nos anos 1940, na secção “Um conto por dia” do jornal *Diário Popular*. Coincidindo os manuscritos na caligrafia, presume-se que tal empreendimento seja contemporâneo e se destinasse ao palco, já que o dramaturgo estava então de moda em Lisboa (no dactiloscrito de *Corações* surge até, na listagem inicial das personagens, uma – hipotética? – distribuição de intérpretes, registados à mão, após o nome de cada personagem, por iniciais dificilmente decifráveis).

indiciam a relevância por si atribuída tanto ao contexto sociocultural da obra de arte, quanto a apresentar-se como simples “trabalhador”, qualificativo de óbvia ressonância marxista).

Aceitando-se, embora, que o convite tenha partido de Bento de Jesus Caraça – reconhecido intelectual antissalazarista que dirigia a Biblioteca Cosmos, em cuja segunda secção, a das “Artes e letras”, *Prometeu agrilhado* surgirá como terceiro volume –, torna-se assaz inverosímil que Scarlatti tenha aceitado a encomenda pelo simples empenho de tornar acessível um texto clássico canônico que, já em 1914, fora traduzido para português pelo político e ensaísta republicano Basílio Telles (1856-1923).

Exclui-se tal conjectura na medida em que, como atrás se referiu, nem antes nem depois de 1942, persistiu Scarlatti em tal ofício (embora – note-se – tenha assegurado, nos seus ensaios, o esforço didático de tornar acessíveis, em português, as citações aduzidas de obras em espanhol, francês, inglês e italiano, demonstrando não só um invulgar conhecimento de línguas estrangeiras – inusitado, no Portugal da época –, como rara sensibilidade para encontrar soluções precisas e elegantes na língua de chegada).<sup>8</sup> Julga-se ainda menos provável que o crítico se tenha deixado seduzir por um provento de que manifestamente não carecia; ou, pelo contrário, e na medida em que reconhece como “notória” a tradução existente de Basílio Teles, se dedicasse a redobrá-la tão-somente para não embaraçar o projeto editorial de Caraça.<sup>9</sup>

É, aliás, nas objeções subtis, mas acutilantes, que Scarlatti levanta à versão de 1914 – editada pela Livraria Chardon, a futura Lello & Irmão – que se começa a se descortinar a verdadeira razão do seu manifesto interesse em traduzir a tragédia esquiliana:

[n]as próprias palavras desse distinto vulto [Basílio Telles], trata-se de uma versão “quase integralmente literal, aliás, nem sempre fácil”. Por esta característica; pela equiparação numérica dos versos; pela equivalência insistentemente procurada, essa obra

---

<sup>8</sup> Já noutro texto se exemplificou a evidente agudeza e a fluidez das soluções tradutivas de Scarlatti, as quais não abarcam a bibliografia em língua alemã, cujo desconhecimento o leva a citá-la ou a partir de versões portuguesas ou de traduções em inglês e, nomeadamente, em francês (cf. QUADRIO, 2014, p. 209).

<sup>9</sup> Afirma no “Prefácio”: “em português é notória uma tradução, em verso, de *Prometeu Agrilhado* –, trabalho erudito de Basílio Telles” (SCARLATTI, 1995, p. 9).

constitui excelente base de orientação. Mas, talvez pela diferença de estrutura verificada entre a construção poética dos gregos e a nossa; ou porque a necessidade de uma desenvolvimento lógica das ideias e imagens seja uma imposição, cada vez maior, do nosso espírito; ou, enfim, porque a sujeição à medida haja obrigado o tradutor ao uso persistente das chamadas liberdades poéticas, a verdade é que a sensibilidade do leitor comum, não encontrando onde mitigar a sede junto à segura científica de um trabalho erudito, se assanha e foge do contacto com essa tradução. E a vulgarização do poeta não alcançou o merecido grau. De toda a versão utilizei a forma de dois versos, apenas – o que, aliás, não garante melhor sina ao meu trabalho (SCARLATTI, 1995, p. 9).

Ponderando que Scarlatti desconhecia o grego antigo – como confessa logo na primeira página do “Prefácio” (SCARLATTI, 1995, p. 7), através de uma *boutade* que desvaloriza tal circunstância pela sua suposta universalidade, à qual apenas subtrai “vinte ou dez doutores” (!) –, surgem como irrelevantes algumas das hipóteses que aí aventa para explicar o resultado “secante” da literalidade buscada por Basílio Teles (aliás, pecha que esse admitira, num excerto que Scarlatti reproduziu).<sup>10</sup> Assim, dificilmente poderia o crítico avalizar a “diferença de estrutura verificada entre a construção poética dos gregos e a nossa” (SCARLATTI, 1995, p. 9) ou o “uso persistente das chamadas liberdades poéticas” resultantes do tradutor ter sujeitado “à medida” do original a sua versão em português – acrescente-se que, também quando elogia o esforço de Basílio Teles, Scarlatti persiste nessa linha argumentativa equívoca, louvando-lhe, por exemplo, a “equivalência insistentemente procurada” (cf. SCARLATTI, 1995, p. 9).

Apenas o desconhecimento da produção ensaística de Eduardo Scarlatti permitiria interpretar os seus considerandos como leviandade opiniosa, redutível afinal ao desacordo de sensações apontado no remate do excerto citado, *i.e.*, não ter “a vulgarização do poeta” de 1914 alcançado “o merecido grau” (cf. SCARLATTI, 1995, p. 9), tanto mais que o objetivo principal da Biblioteca Cosmos era, justamente, o de divulgar

<sup>10</sup> “Eu não sei grego. E os outros também não. Refiro-me, é claro – quando falo nos outros –, à quase totalidade das pessoas, visto o facto de vinte ou dez doutores gastarem a vida, num labor heróico, a decifrar maravilhas do classicismo helénico, em muito pouco alterar a evidência da minha afirmação, do ponto de vista prático” (cf. SCARLATTI, 1995, p. 7).

com qualidade textos de várias áreas do conhecimento, que permaneciam ou inéditos ou deficientemente difundidos em língua portuguesa. Todavia, atentando melhor ao argumentário, dele se entende que o fulcro da sua recusa não se escora na aquilatação do grau de rigor filológico alcançado, mas na “secura” das “ideias e imagens” engendradas por Basílio Teles, que teriam desfigurado as peculiares “desenvoluções lógicas” do “espírito” e, desse modo, hipotecado aos destinatários da tradução a compreensão do programa humanista subjacente à escrita de Ésquilo.

A estratégica assunção da “sensibilidade do leitor comum” (SCARLATTI, 1995, p. 9) – ou seja, a dos que, porque ignoram o grego, só serão sensíveis à qualidade do texto na língua de chegada – permitirá a Scarlatti a surpreendente intuição de que o ato tradutivo não só se situa num presente determinado, como circunscreve “um passado visto do presente, funcionando a tradução como vai-e-vem contínuo entre esse passado e esse presente” (VAUTOUR, 1998, p. 6, tradução minha).<sup>11</sup> Mesmo que o faça no quadro de uma dialética de progresso clarificador – *i.e.*, conduzida a “desenvolução lógica das ideias” da tradução pela Ideia iluminadora (“[o] nosso espírito”, cf. SCARLATTI, 1995, p. 9) –, é notável, mais ainda para quem nunca antes ponderara (ou futuramente ponderará) sobre tal matéria, que articule a sua discussão da ação tradutiva no pressuposto já tradutológico de uma “culturalíngua”, onde as traduções envelhecem, ou seja, acolhendo a primazia do tradutor sobre o autor, dado que, pela sua (r)escrita, aquele interpela e modela dinamicamente o sistema literário que, num tempo e espaço determinados, acolhe e se transforma pela introdução do texto reinventado (cf. EVEN-ZOHAR, 1990, p. 28).

Poder-se-á agora avaliar melhor, então, a intencionalidade com que Eduardo Scarlatti insistira em admitir não saber grego tal como “os outros também não” o sabiam (cf. SCARLATTI, 1995, p. 9). Assim, para além de antecipar uma resposta engenhosa aos que lhe viessem a reverberar a ousadia de traduzir em segunda mão um clássico – já que o fazia do francês –, o crítico desvia habilmente a atenção da maioria dos leitores (ou seja, daqueles que, como ele, ignoravam o grego antigo). Dissociando as ideias da tragédia da transmissão material, confia a solvência do problema erudito a uma autoridade extrínseca tanto a si

---

<sup>11</sup> “un passé vu du présent, et la traduction effectue comme un va-et-vient continuel entre ce passé et ce présent”.

como ao público leitor. Desse modo, quando páginas adiante afirmar ter principalmente seguido, no seu trabalho, “a tradução que mais autorizada e flexível me pareceu: a de Mazon” (SCARLATTI, 1995, p. 9) – ou seja, a tradução francesa que Paul Mazon fizera sair na editora Les Belles Lettres, em 1920, e revira em 1931 –, Scarlatti tem o cuidado de a revestir de uma *auctoritas* indiscutível e, simultaneamente, através da breve remissão para a síntese editorial de Mazon, de uma ética da tradução possível – aquela, afinal, que ele próprio se propõe replicar –, que indiretamente consubstancia nas virtudes da “prudência” e do “respeito” que o próprio editor e tradutor francês manifesta:

[n]o nosso século, os textos das obras de Ésquilo foram “corrigidos com grande método e audácia”. Assim, os editores, nos diversos países, actuam sob a inspiração dos mais autorizados mestres. E ao cabo de tão valiosa e persistente faina, Paul Mazon, membro do Instituto e professor na Universidade de Paris (que, sob o patrocínio da Associação Guillaume Budé, estabeleceu um texto, traduzindo-o em francês – e em prosa –, num trabalho aprovado por uma comissão de técnicos e cuja revisão foi vigiada por Maurice Croiset e Louis Bodin), pôde afirmar que, “apesar de tudo, nós não lemos um Ésquilo corrompido e deformado sem remédio. Possuímos bem, no seu conjunto, o próprio texto do poeta. O nosso dever é não lhe tocar senão com prudência e respeito” (SCARLATTI, 1995, p. 8).

Ora, a “prudência” e o “respeito” não lhe resolverão satisfatoriamente, todavia, a “diversidade formal – e até substancial – de equivalências” entre as diversas traduções que consultou. Privilegiando embora a autoridade de Mazon, Scarlatti avança, pois, com uma densificação – nada despicienda, como se verá – do critério da erudição, selecionando a “similitude das ideias” como pedra-de-toque das suas decisões tradutivas finais. Argutamente, tal deslocação permitir-lhe-á se subtrair ao domínio linguístico “de quem juntara às páginas da tradução a cópia do original” – ou seja, Mazon, cuja tradução francesa, ao surgir editada paralelamente à edição do texto grego, escapa à sua arguição comparativa –, subordinando o processo tradutivo ao estudo filosófico do teatro, epicentro do projeto ensaístico que, como atrás se viu, vinha desenvolvendo desde a década de 1920.

Elegantemente descartada a principal objeção ao seu labor, Eduardo Scarlatti reorienta a questão de um modo que a sua perspectiva

tornara verosímil e aceitável. Como consequência, e invocando uma vez mais a “sensibilidade do leitor não iniciado” – mas desejando referir-se, nesse passo, aos destinatários da coleção Cosmos –, o tradutor apresenta a estruturação da sua versão, aquilatada, como se verá, segundo inovadores critérios performativos, os quais faz derivar da experientiação estética que desenvolvera enquanto crítico de teatro. Assim, propõe-se cruzar as soluções de Basílio Teles e as de Mason, recusando quer uma tradução integralmente em prosa quer a subordinação a um único tipo de verso ou de esquema rimático, pois – como afirma –

[d]entro da escrita em verso, o pensamento e a imagem veem-se, muitas vezes, reduzidos, atabafados, sem ar nem luz, pela carência de sinónimos com certas terminações; a métrica tem ódio a alguns termos; há expressões de rima infalível – o que chega a ser cómico. Não pude fugir a essas dificuldades e ridículos. (SCARLATTI, 1995, p. 10).

A razão para a variabilidade métrica encontrou-a, então, na sua interpretação de *Prometeu*, procurando articular a mutabilidade de “estados de alma” e “atributos” das personagens, a “matéria a transmitir” e as tradições da cultura de chegada. E esclarece:

[...] as descrições – as partes faladas foram traduzidas em verso heróico ou em alexandrinos, conforme a dignidade e a situação das personagens – talvez a medida mais adequada ao findo épico da tragédia grega. [...] Quanto ao coro, cujo falar interfere com os seus movimentos simples, ágeis e rítmicos, dentro da tradição coreográfica, estabeleci a sua intervenção em versos de seis sílabas. Aliás, o nosso António Ferreira, em *A Castro*, vazada em moldes de tragédia, usou essa medida. / Nos fragmentos melodramáticos ou de quase recitação, procurei uma forma que sugerisse a expressão musical de que vinham impregnados. São os momentos em que fala a paixão – no dizer de Octave Navarre. Nesse tom se exprimem as personagens e o coro, quando a exaltação de todos se apossa, emparelhando-os, na corrida para o desfecho trágico (SCARLATTI, 1995, p. 10).

O resultado deste esforço teria sido – em seu entendimento – o desenvolvimento, na sua tradução, do didatismo que antes já o víamos propor, o qual faz derivar não de uma inapropriada vulgarização da linguagem, antes da tentativa de a relacionar com a dinâmica performativa das ações concretas, estratégia a que confia o leitor/espetador para o

sensibilizar ao profundo grito libertário de Prometeu no momento em que se confronta com o horrendo destino a que o votara a tirania de Zeus, *i.e.*, que aquele acesse ao

[...] substrato poético da obra de Ésquilo, dando[-lhe] simultaneamente uma noção do espírito e da técnica da arte dramática no seu tempo, e por forma que a minha ignorância ofendesse, tão pouco quanto possível, o pensamento do glorioso trágico – e a sensibilidade do leitor a quem a tradução se destina (SCARLATTI, 1995, p. 10).

Comparando as duas breves sequências das traduções de Mazon e Scarlatti (ESCHYLE, 2010, p. 171-172; ÉSQUILO, 1995, p. 40) que abaixo se transcrevem (*Prometeu acorrentado*, l. 277-297), observa-se como à expansão e densificação do efeito lamentoso, que a prosa em francês obtém do alongamento da construção frásica, opôs Scarlatti uma sintaxe enervada, que confere ao texto uma energia rítmica intensamente desafiante, desconstruindo a solenidade dos versos longos utilizados (decassílabos e alexandrinos) através da surpreendente irrupção de hipérbatos, anacolutos e assíndetos. Tendência recorrente nas escolhas da tradução portuguesa de 1942, tal eletrização verbal alcança uma representação de Prometeu não apenas como vítima, mas, outrossim, enquanto profeta de um tempo novo, uma voz padecente, mas sibilina em que é inevitável desconfiar-se de uma oblíqua autofiguração de Eduardo Scarlatti.

**Le Coryphée**

Et ce bon plaisir, d'où naîtrait-il ? Comment l'espérer ? Ne vois-tu pas que tu as fait erreur ? Où fut l'erreur ? je n'aurais point plaisir à te le dire et tu aurais peine à l'entendre. Laissons cela, et cherche comment tu te peux libérer de l'épreuve.

**Prométhée**

Il est aisé à qui n'a pas le pied en pleine misère de conseiller, de tancer le malheureux ! Mais tout cela, moi, je le savais ; voulue, voulue a été mon erreur – je ne veux point contester le mot. Pour porter aide aux hommes, j'ai été moi-même chercher des souffrances. Je ne pensais pas pourtant que de pareilles peines me devraient dessécher à jamais sur des cimes rocheuses et que j'aurais pour lot ce pic désert et solitaire. Aussi, sans vous lamenter sur mes douleurs présentes mettez pied à terre, pour / apprendre mes maux à venir vous saurez tout ainsi d'un bout à l'autre. Cédez, cédez à ma prière; compatissez à qui soutire à cette heure. Le malheur ne distingue pas et, dans sa course errante, se pose aujourd'hui sur l'un et demain sur l'autre.

**Corifeu**

Mas quando aprazará – e como – enfim?! Não crês? Nem fazes contrição da falta? Recriminar-te, a mim, não dá prazer; e, em ti, qualquer censura a dor exalta. Vamos! procura a liberdade obter.

**Prometeu**

É muito fácil, sempre, da mansão do abrigo lançar exortações aos que andam no perigo. Mas eu tudo previ. E se prevariquei foi porque o quis, e quero – e nunca o negarei. Quis dar ajuda aos homens: fui buscar tortura. Mas nunca imaginei tamanha desventura como esta de viver cativo, solitário, em consumpção eterna, num cairel rochoso. Vosso lamento sobre o mal que, tormentoso, me atinge, suspendei. Se, quanto certo e vário hei de sofrer ainda, tudo – tudo quanto o meu destino encerra –, perscrutar deseja vossa atenção, descei. Ao meu febril rogar cedei — por compaixão de quem padece tanto no seu caminho errante, a desventura adeja e sobre qualquer vida, a esmo, vem poisar.

Não se assegurando que Scarlatti tivesse notícia da tradução da *Oresteia* que Paul Claudel empreendeu nos mesmos anos em que Mazon traduzia *Prometeu*, é interessante assinalar que o crítico português procurou, no seu trabalho, refundar a linguagem trágica em português a partir, justamente também, de uma peça de Êsquilo. E como Claudel, que “se empenha numa experimentação poética que acompanha e alimenta a sua própria criação” – seduzido pela “interpretação influenciada por Victor Hugo e renovada pela estética simbolista” –, Eduardo Scarlatti, que jamais foi imune ao apelo de uma depuração formal refinadora da expressividade, intentá-lo-á pela ultrapassagem da “aproximação ao texto decididamente racionalista” de Mazon, cujo labor assentara nos “instrumentos e [...] métodos da ciência e da Universidade” (cf. LECHEVALIER, 2007, p. 468-469, tradução minha).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> “s’engage dans une expérimentation poétique qui accompagne et nourrit sa propre création”; “interprétation hugolienne, renouvelée par l’esthétique symboliste”;

As escolhas artísticas do crítico refletem, portanto, a ambiguidade plurissignificativa que procurara imprimir à figura de Prometeu, alargamento que, imediatamente, previa a queda dos que então detinham o “poder sem regra e sem perigos” (*i.e.*, Salazar/Zeus) – relembre-se a antevisão de mudança suposta pela ansiada vitória dos Aliados, na Segunda Guerra –, mas que, mediamente, não se esgotava nesse fenómeno conjuntural. O anseio último deste intelectual absolutamente comprometido com o seu tempo e o seu país traduzia-se – como explicitará três anos mais tarde, quando lançar a edição revista de *A religião do teatro* – na possibilidade de uma religação, tão “consciente” quanto apaixonada, entre o uno e o diverso (*i.e.*, o Eros). Prometeu surge-lhe, assim, como contraponto auspicioso, ainda que duro, ao fatal vaticínio de Sileno, ecoado por Nietzsche, n’*A origem da tragédia*:

[n]ão se trata de uma inversão ilusória das palavras do Sileno, mas de aceitar que, uma vez no mundo, o homem deve lutar pela realização da profecia animadora de Prometeu: “o reino de Júpiter-destino acabará”. Como observou Péladan, na sua *Origem e estética da tragédia grega*, “Nietzsche extasia-se sobre a *Idéia sublime do pecado eficaz*; identifica Eva, o inconsciente, a Prometeu, o providente, e traduz o mito pela necessidade do crime imposta ao indivíduo que pretende elevar-se até o Titã. Ora, o pensamento dionisíaco é mais profundo: o indivíduo que se liberta da lei da espécie salva a colectividade, sacrificando-se” (SCARLATTI, 1945, p. 13).

O reconhecimento de que Eduardo Scarlatti arriscou marcar formalmente uma conceção interpretativa, que não desvairadamente “intertextual”, no sentido pejorativo que Antoine Berman (1995) também atribuiu ao conceito, reinstaura a dúvida, lançada inicialmente, sobre as razões que teriam justificado este ato singular de tradução, no contexto de uma carreira intelectual abruptamente interrompida.

Ora, como então se avançou, parece adequado articular ambos os acontecimentos através de duas causas diversas. A primeira delas, mais genérica, reside na vocação testamentária que Scarlatti confere aos seus dois últimos trabalhos: *Prometeu agrilhado* (1942) e *A religião do teatro* (na renovação de 1945). Se no prefácio desta última obra traçou o seu

---

“approche du texte résolument rationaliste”; “outils et [...] méthodes de la science et de l’Université”.

retrato enquanto “velho” – um velho que acabaria mesmo por “morrer” para a vida intelectual –, atormentado pela degradação que atribuía tanto ao Portugal político quanto artístico e para a qual já duvidada que se aproximasse um “fim”:

[d]os homens da minha geração – refiro-me aos portadores de qualquer anseio – muitos, sem ânimo, receosos da miséria, deixaram-se corromper ou iludir; outros aceitaram, de boa fé, o ressaltado da inconsciência. A alguns – como eu – todo o talento foi pouco para, sem renegarem a essência do seu intelecto, evitar a deportação, a morte – quem sabe?! Os mais nobres pereceram a batalhar. Aos que persistimos fiéis a nós mesmos, encorajou-nos, unicamente, a esperança de *um fim* – tantas vezes em risco de não chegar. Mas envelhecemos na angústia e na dor (SCARLATTI, 1945, p. 20).

Mas, como escreveu nesse mesmo prefácio, o seu testamento visava os “jovens artistas da sua terra”: “habituação à escuridão nem via um raio de sol nascente chamando pelos meus olhos cansados... Jovens artistas da minha terra! Veterano, mutilado, irei convosco. A caminho!” (SCARLATTI, 1945, p. 21). Como também sublinha, contudo, esta passagem de testemunho não será compreendida por todos. Assim, tendo elegido – n’ *A religião do teatro* – um entendimento do Prometeu esquiliano em que a respetiva *húbris* abre caminho à ascense redentora da humanidade e não apenas à repetição cíclica de uma luta pela (des)individuação, a tradução desta tragédia parece-me corresponder à abertura de uma via didática, acessível aos que não teriam acompanhado a sua reflexão ensaística, os quais, por intermédio do poder (também) pedagógico da arte, experimentarão, ao lê-la, a calha modernista estável para fazer correr, na vida política (no sentido etimológico do termo), a nova “religião” do Eros, conceito que entende quer como síntese quer como processo, *i.e.*, como via única para o homem decaído reencontrar o Ideal.

## Referências

BERMAN, A. *Pour une critique des traductions / John Donne*. Paris: Gallimard, 1995. (Bibliothèque des idées)

BOURDIEU, P. Fourth lecture. Universal corporatism: The role of intellectuals in the modern world. Translated by Gisele Sapiro, edited by Brian McHale. *Poetics Today*, v. 12, n. 4, p. 655-669, Winter, 1991. (National literatures / Social spaces)

ESCHYLE. *Tragédies / Les suppliantes; Les perses; Le sept contre Thèbes; Prométhée enchaîné*. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 2010. (Collections des universités de France, 2)

ÉSCHYLO. *Prometeu agrilhado*. Tradução de Bazilio Telles. Porto: Chardron, 1914.

ÉSQUILO. *Prometeu agrilhado*. Tradução, prefácio e notas de Eduardo Scarlatti. Lisboa: Frenesi, 1995.

EVEN-ZOHAR, I. The ‘literary system’, *Poetics today*, v. 11, n. 1, p. 7-44, 1990. (Polysystem studies)

LANCASTRE, M. J. *Com um sonho na bagagem: uma viagem de Pirandello a Portugal*. Tradução de Helena Abreu. Alfragide: Dom Quixote, 2015.

LECHEVALIER, C. *L’invention d’une origine / Traduire Eschyle en France, de Lefranc de Pompignan à Mazon: le Prométhée enchaîné*. Paris: Honoré Champion, 2007. (Bibliothèque de littérature générale et comparée, 65)

MENESES, F. R. *Salazar: uma biografia política*. Tradução de Teresa Cabral. Alfragide: Dom Quixote, 2010.

MENEZES, L. M. P. A revolta Mendes Norton de 1935. *Cadernos vianenses*, n. 44, p. 257-293, 2010

QUADRIO, M-P. *Dispositivo crítico: condições de possibilidade da crítica jornalística de teatro em Portugal*. 2014. 318 f. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2014.

REBELLO, L. F. No desaparecimento de Eduardo Scarlatti, *Colóquio/Letras*, n. 117/118, p. 263, set. 1990.

SCARLATTI, E. *A religião do teatro*. 2. ed. rev. Lisboa: Ática, 1945.

SCARLATTI, E. *A religião do teatro*. Lisboa: A Peninsular, 1929.

SCARLATTI, E. *Em casa de O diabo: subsídios para a história do teatro*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, 1936, 1943, 1946. 4 v.

SCARLATTI, E. Prefácio. In: ÉSQUILO. *Prometeu agrilhado*. Tradução, prefácio e notas de Eduardo Scarlatti. Lisboa: Frenesi, 1995. p. 7-24.

SCARLATTI, E. *Um método crítico e os seus resultados*. Comunicação feita ao 5º Congresso Internacional da Crítica. Lisboa: Seara Nova, 1939. (Cadernos / Estudos de arte)

VAUTOUR, R. T. Trois paroles épistémologiques chez Antoine Berman, *Meta: journal des traducteurs / Meta: translators' journal*, v. 43, n. 3, p. 337-348, 1998.

Recebido em: 1 de maio de 2018.

Aprovado em: 16 de agosto de 2018.





**Da coleção à alegoria: a fragmentação e outras tendências da literatura brasileira contemporânea em *Esquilos de Pavlov*, de Laura Erber**

***From collection to allegory: fragmentation and other tendencies of contemporary Brazilian literature in *Esquilos de Pavlov* by Laura Erber***

Maria Isabel Rios de Carvalho Viana

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

mariaisabel@div.cefetmg.br

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o romance *Esquilos de Pavlov*, da escritora e artista visual Laura Erber, com vistas a identificar algumas tendências da literatura brasileira contemporânea e mostrar de que forma a autora reúne fragmentos de sua coleção e cria, em um procedimento alegórico, uma metaficção influenciada pelo surrealismo para questionar o conceito de arte, a identidade do artista e as fronteiras da literatura. Para tal, a leitura da obra se fez a partir de teorias sobre a condição contemporânea da literatura brasileira bem como de textos de Benjamin (2006) que discutem o trabalho do colecionador e do alegorista.

**Palavras-chave:** *Esquilos de Pavlov*; Laura Erber; literatura brasileira contemporânea.

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the novel *Esquilos de Pavlov* by the writer and visual artist, Laura Erber, in order to identify some tendencies of contemporary Brazilian literature. In addition, we aim to show how the author gathers fragments of her collection and creates, in an allegorical procedure, a metafiction influenced by surrealism to question the concept of art, the identity of the artist and the boundaries of literature. This analysis was made based on theories about the contemporary tendencies of Brazilian literature and on Benjamin (2006) texts that discuss the work of the collector and the allegorist.

**Keywords:** *Esquilos de Pavlov*; Laura Erber; contemporary Brazilian Literature.

## 1 Introdução

Como disse Benjamin (2006, p.245), “coleccionar é um fenômeno primevo do estudo: o estudante colecciona saber.” Foi como estudante de letras e literatura, e a partir de experiências de residências artísticas na Europa que Laura Erber começou a construir sua coleção de fotografias, histórias, leituras e obras de arte que compõem a obra *Esquilos de Pavlov*, primeiro romance da autora, publicado em 2013. Transitando entre a literatura e as artes visuais, os projetos da artista e escritora abordam a relação entre a imagem e a palavra, mostrando como ambas interferem na percepção uma da outra. O romance corrobora seus projetos e dialoga com outras de suas obras, bem como com trabalhos de artistas que fizeram parte dos estudos de Erber, dentre eles o poeta surrealista Ghérasim Luca.

Narrado em primeira pessoa, *Esquilos de Pavlov* é uma metaficção que conta a história do jovem romeno Ciprian Momolescu, um aspirante a artista que passou a viver de bolsas artísticas pela Europa e, com isso, acabou cruzando com artistas do mundo real. Trata-se de um livro que causa estranhamento, não apenas pela sua ambientação na Romênia, mas também pela estratégia narrativa adotada e pelas fotografias que o compõem. O objetivo deste artigo é, assim, analisá-lo, identificando algumas tendências da literatura brasileira contemporânea e mostrando de que forma a autora utiliza de sua coleção e cria, em um procedimento alegórico, uma metaficção crítica para discutir a arte e questionar os limites de uma literatura brasileira. Para tanto, a análise da obra dar-se-á em torno de duas linhas teóricas principais: a discussão sobre o contemporâneo, empreendida por Agamben (2009), e a abordagem sobre a coleção, o trabalho do colecionador e do alegorista, retirada dos textos de Benjamin (2006)

## 2 Laura Erber: de colecionadora a alegorista

“Minha mente parecia um esquilo. Eu juntava e juntava coisas, e depois as escondia, para quando chegasse um longo inverno.”  
(MANSFIELD *apud* ERBER, 2013a, p. 10)

A imagem dos esquilos recolhendo e escondendo coisas nessa citação de Katherine Mansfield, usada por Laura Erber como epígrafe de seu romance, faz referência não apenas ao título *Esquilos de Pavlov*,

mas também ao próprio processo de criação da autora, que, por um tempo, foi colecionando histórias, fatos, fotografias, textos e saberes que foram, posteriormente, utilizados em sua obra. Esta epígrafe serve também para se referir à própria estratégia narrativa usada por Ciprian, o narrador-protagonista, e à forma como o leitor vai construindo sua leitura: de início, por exemplo, Ciprian apenas cita o nome dos personagens que fizeram parte da sua história, e, somente mais à frente, o leitor terá ideia do que acontece com eles ou do seu papel na narrativa. Essa estratégia exige um leitor atento, que guarde as pistas e as várias referências que o texto traz para tentar construir algum significado posteriormente. Isso acaba também por incitar mais leituras do livro, pois, a cada leitura, um novo elemento é percebido e incorporado.

Como uma metaficção, tipo de narrativa que, segundo Schøllhammer (2009, p. 129), “vem explicitar a atenção autoconsciente da natureza construtiva da ficção”, *Esquilos de Pavlov* constitui uma tendência da literatura brasileira contemporânea. No romance, o narrador faz reflexões a respeito de como sua narrativa deve se dar, admitindo a ajuda de uma mulher em seu projeto. Citada no início, somente ao final se descobre que essa mulher seria sua companheira, com quem, no momento da escrita, Ciprian dividia sua vida. Pelas colocações do narrador, pode-se inferir, ainda, um desejo de se tornar escritor e publicar tal estória.

A mulher que me questiona sorrindo diz que saberia contar a minha estória, que seria parecido com andar de bicicleta com uma mão só ou dançar na borda de um lago. Se isso a satisfaz pode fazer o que quiser com a minha vida. Surpresa com minha resposta o sorriso dela desaparece. Ela não é, nunca quis, nunca pensou em ser artista, criar, assinar, publicar, dedicar. Digo a ela que isso também a coloca numa posição vantajosa com relação a mim mas não chega a ser uma garantia. (ERBER, 2013a, p.16)

É também recorrente no livro a presença de personagens reais e a referência a fatos históricos. A narrativa de Ciprian faz menção ao regime comunista de Nicolae Ceausescu, uma época marcada pela aniquilação da individualidade e da subjetividade. Conforme o narrador afirma em sua ficção de origem, ele nasceu em uma época e em condições nas quais não se tinha boas perspectivas para o futuro. Não era desejado pelo pai, Spiru, um artista frustrado que ganhou a vida escrevendo histórias infantis de um Ursinho Metalúrgico que vivia confinado. A mãe, Nicoleta, por sua

vez, uma mulher sem coragem e indecisa, não vislumbrava alternativa a não ser ter o bebê, pois, segundo o discurso comunista com que Ciprian inicia sua narrativa, “[o] feto é uma propriedade de toda a sociedade. Dar à luz é um dever patriótico decisivo para o desenvolvimento da nação. Aqueles que se recusam a se tornarem pais são desertores voando para longe das leis da continuidade do [...] povo” (ERBER, 2013a, p.11). Durante a ditadura Ceausescu, as mulheres eram submetidas a exames ginecológicos obrigatórios para impedi-las de cometer aborto, pois era meta do governo aumentar a população da Romênia.

Nesse contexto histórico, Ciprian se torna aluno do curso de belas-artes, ideia que o pai não aprova, talvez pelas decepções que sofrera como artista: “Você começa sua arte como um esquilo travesso mas acabará como um grande charlatão, Ciprian” (ERBER, 2013a, p.40). Adiante, decepcionado com o que viu na faculdade e sendo contratado para trabalhar como secretário na Biblioteca de Bucareste, Ciprian abandona o curso. Depois disso, é chamado a fazer intervenções em bibliotecas. Essas intervenções é que acabam lhe dando bolsas e permitindo que ele fizesse parte de residências artísticas pela Europa:

A maior parte das pessoas nunca teria visto arte se não conhecesse essa palavra. Em 1986 comecei a fazer coisas que por inércia ou petulância receberam esse nome. Uma curadora de Lubliana disse *estupendo estupendo* e foi fogo se alastrando. Pela primeira vez eu recebia convites para sair de Bucareste. Fiz intervenções nas bibliotecas de Chisinau, Cracóvia e Lubliana, até que um dia recebi uma bolsa do governo sueco, um programa de artista em residência. (ERBER, 2013a, p.55)

Enquanto narra as histórias de sua vida e de suas viagens, Ciprian faz referência a vários espaços reais por onde transitam personagens fictícios. Esses, por sua vez, relacionam-se com artistas reais citados na obra, como os poetas Paul Paun, Gellu Naum e Ghérasim Luca, que formaram o grupo responsável por introduzir o surrealismo na Romênia. Além disso, obras e documentos fictícios coexistem com obras reais. São várias as referências a livros, filmes, textos, artistas, documentários, deixando transparecer o trabalho de pesquisa da autora e os elementos que ela foi acumulando em sua coleção.

No que se refere ao ato de colecionar, Benjamin (2006, p.239) afirma que, para fazer parte de uma coleção, “o objeto deve ser desligado

de todas as funções primitivas.” O colecionador verdadeiro retira o objeto de sua função e consegue lançar sobre ele um outro olhar, “um olhar que vê mais e enxerga diferentes coisas do que o olhar do proprietário profano” (BENJAMIM, 2006, p.241). Como colecionadora de fotos, Laura Erber retira delas a função de retratar um fato ou imortalizar um momento e as acrescenta à narrativa como o faria um alegorista. Enquanto o colecionador busca uma solução para a confusão e a dispersão das coisas do mundo, unindo-as com o objetivo de dar completude à coleção, o alegorista, segundo Benjamin (2006, p.245), “desistiu de elucidar as coisas através da pesquisa do que lhes é afim e do que lhes é próprio. Ele as desliga de seu contexto e desde o princípio confia na sua meditação para elucidar seu significado.” Apesar de diferenciá-los, Benjamin (2006, p.245) afirma que

[...] em cada colecionador esconde-se um alegorista e em cada alegorista um colecionador. No que se refere ao colecionador, sua coleção nunca está completa; e se lhe falta uma única peça, tudo que colecionou não passará de uma obra fragmentária, tal como são as coisas desde o princípio para a alegoria. Por outro lado, justamente o alegorista, para quem as coisas representam apenas verbetes de um dicionário secreto, que revelará seus significados ao iniciado, nunca terá acumulado coisas suficientes, sendo que uma delas pode tanto menos substituir a outra que nenhuma reflexão permite prever o significado que a meditação pode reivindicar para cada uma delas.

O alegorista é capaz de fazer uma coisa significar outra, ele pode atribuir um outro sentido a um fragmento. Como alegorista, Laura Erber constrói uma narrativa fragmentada, que se faz a partir de outras narrativas, de poemas e também de fotos que não têm como função ilustrar o texto (conforme a autora ressalta em entrevistas, muitas vieram antes da matéria verbal), mas explorar a possibilidade semântica das imagens. No livro, a autora explicita a origem das fotografias. Algumas são de sua coleção pessoal. Outras foram solicitadas do arquivo de amigos e parentes. No livro, a imagem não necessariamente diz respeito ao que está sendo narrado naquela página, mas, adiante, pode precisar ser retomada por ter alguma relação com o que está sendo dito. Cabe ao leitor estabelecer essa relação, pois elas formam uma espécie de colagem com o texto e com outras obras de arte que lhe chegam através da palavra. À primeira vista, esses fragmentos que compõem a obra parecem descontextualizados e

insignificantes. Porém, à medida que se vai tendo acesso ao todo, eles começam a fazer sentido. E é neste processo de construção de sentido que a narrativa de Ciprian se faz. Segundo Junkes (1994, p.130), em um texto sobre o processo de alegorização nas teorias de Walter Benjamim,

[é] a alegoria que liberta a coisa do seu aprisionamento num contexto funcional no qual não tem sentido próprio, mas somente como parte dum todo, como elemento do contexto. Arrancando as coisas do seu contexto e colocando-as em novos e diversos contextos, o alegorista, com sua descontextualização e recontextualizações arbitrarias, indica que o sentido atribuído à coisa do contexto específico não é o original e inato, mas arbitrário.

Pensando no processo de constituição de sentido dessa narrativa, que se dá pela montagem de fragmentos diversos e que têm como princípio fundamental o envolvimento da subjetividade para que um sentido se estabeleça, é possível pensar em *Esquilos de Pavlov* como uma alegoria. Essa se apresenta como uma técnica de construção estética e uma forma de interpretação das coisas bastante utilizada pelos movimentos de vanguarda. Esses movimentos normalmente nascem como uma ruptura com formas de arte anteriores e se rebelam contra um discurso de arte que, de certa forma, segue a ordem vigente na sociedade. Nas vanguardas, a linguagem perde sua função representativa e o receptor das obras de arte é desafiado, enquanto se exalta a subjetividade e a livre criatividade do artista. As vanguardas ainda se caracterizam por um espírito decadente e por um conceito de arte sem fronteiras.

Ciprian, em suas viagens, relata o contato com vários artistas de vanguarda. Seu pai Spiru, apesar de ter tido um “mau encontro com o surrealismo” (ERBER, 2013a, p.19), havia colaborado para o movimento, juntando sucata para Ghérasim Luca. O surrealismo foi uma importante corrente vanguardista que se ocupou de recolher fragmentos e objetos fora de moda e sem utilidade, justapondo-os em um procedimento alegórico. A narrativa de Ciprian possui várias características que permitem associá-la ao movimento. Uma dessas características é a semelhança da narrativa a uma escrita automática do fluxo de consciência, que permite desnudar a forma de funcionamento real do pensamento. O texto é descontínuo e sua estrutura é fragmentada, cheia de interrupções que remetem ao ritmo do ato de pensar.

Ao recorrer a uma montagem de fragmentos desconexos da realidade e a associações espontâneas de imagens, o texto faz referência à arbitrariedade das imagens e ainda ao tema do acaso, ambos abordados pelos surrealistas. Para Ciprian, “[h]á momentos na vida de qualquer pessoa que parecem tão iguais aos outros, tão sem interesse, tão banais, e no entanto aí também pode estar acontecendo algum fenômeno irreversível. É o caso do musguinho”(ERBER, 2013a, p.43). A narrativa do musguinho aborda o acaso. Um musguinho, aparentemente insignificante, cresce sobre uma pedra e acaba causando a morte de alguém que pisa sobre ela, cai e quebra o pescoço. Formada por vários acontecimentos isolados que se justapõem, a narrativa de Ciprian não tem propriamente um enredo. A relação entre as histórias narradas está mais na vivência do narrador que em uma relação lógica entre elas. Trata-se de acontecimentos que se cruzam de forma inesperada, a partir de semelhanças ou coincidências.

Ao utilizar a metodologia surrealista de aproximar realidades distantes, o livro exige que o leitor esteja atento à receptividade do acaso e que seja capaz de observar a coincidência entre elementos tão distintos. Nessa montagem de texto e imagens, o leitor é levado a avançar e retornar, apropriando-se das imagens alegóricas para conferir-lhes um significado, significado este que não consegue abarcar o todo. A livre associação de imagem e texto e a fragmentação remetem às contradições do real. O próprio narrador é um sujeito em contradição: “Não sou o que meus pais temiam mas também não me tornei a pessoa que eu mesmo gostaria de ter sido. Da minha mãe herdei o sono, do meu pai a incapacidade de dormir” (ERBER,2013a, p.17).

Além de trazer à tona a impossibilidade de compreensão total de uma obra, uma vez que é enorme a quantidade de referências no livro, bem como são inúmeras as possibilidades de inferência e associação que se podem fazer, o livro traz uma reflexão sobre a transformação das atividades artísticas e intelectuais e sobre a problemática da arte e seu lugar na cultura contemporânea ante as mudanças do sistema de produção e consumo do objeto artístico. Voltando-se para o conceito de arte, a obra traz um questionamento sobre o que, por condicionamento, pode receber este nome.

O condicionamento como uma forma de alienação do sujeito é referenciado no título da obra pela figura de Ivan Pavlov, que desenvolveu a teoria do comportamento condicionado. Essa ideia aparece também em

outras passagens do livro, como na referência ao Experimento Pitesti, que Ciprian define como “a aplicação em território romeno do projeto soviético de desumanização e aniquilamento da subjetividade, oficialmente denominado ‘reeducação para fins de conversão ideológica’” (ERBER, 2013a, p.150). O narrador descreve com detalhes o processo de tortura que sofriam estudantes de Filosofia, Letras, Direito e Teologia presos pelo governo. As torturas eram elaboradas a partir das teorias de Ivan Pavlov.

Em oposição a este condicionamento imposto pela sociedade e por um governo, estaria a arte como forma de liberdade de expressão, como uma afirmação da subjetividade. Porém, a arte parece deixar de cumprir esse papel. É essa a discussão levantada pelo discurso de Ulrikka Pavlov, uma senhora pensante da Zelândia que discursa para os residentes artísticos, entre os quais está Ciprian. A respeito do fato de a arte estar ligada a um sistema de produção cultural e de mercado que define o que é ou não arte, Ulrikka Pavlov sugere aos seus esquilos:

Abandonem a vida artística. Abandonem a identidade de artistas. Abandonem as obrigações desse sistema que não faz mais do que impedir o artista de se desenvolver plenamente. Esqueçam editais, residências, conferências, jantares com colecionadores, jantares com miliardários, esqueçam amizade dos críticos, contatos com editores, jornalistas de plantão, contatos com contatos de contatos de diretores de museu. [...] Daqui a vinte anos procurarei cada um de vocês. Então veremos os resultados. Sim. Os resultados. A palavra não é boa. Estou certa de que estarão produzindo as obras mais vitais do novo século, aquelas que fogem a todas as expectativas e que por isso mesmo são as únicas capazes de atender às necessidades poéticas, políticas e estéticas da nossa época. (ERBER, 2013a, p.122)

O discurso de Ulrikka Pavlov, perdido no tempo e recuperado por Ciprian e seus companheiros, que preenchem suas lacunas com referências bibliográficas sobre arte, leva os estudantes a fazerem questionamentos sobre qual atitude teriam com relação à arte e sua identidade de artista:

O problema não era o que faríamos ou deixaríamos de fazer, mas se nos importaria muito ou muito pouco passar da arrogância de um “sou artista, logo existo” à falácia, “existo, sou e nas horas de afluência enquanto todos se preocupam com presentes de Natal

eu faço minha arte, mas não é nada, não é nada, são só umas coisinhas que me distraem do peso de viver e da arrogância de pensar. E eis que retornamos ao ponto de partida. Se romper o cerco do sistema de arte significava transformar nossos gestos numa espécie de mistério petulante, numa atividade não assumida como diferente das demais mas que continuava a diferenciar o criador do açougueiro, realmente era preferível deixar as coisas como estavam. (ERBER, 2013a, p.126)

Ciprian foi vítima desse sistema. Ele próprio só conseguiu se tornar um artista e sobreviver como tal participando de residências artísticas e com a influência da maçonaria, sociedade da qual seu pai, Spiru, participava. Este, por sua vez, conforme Ciprian descobre enquanto fazia intervenções na biblioteca Jacques Doucet, em Paris, havia tentado inutilmente a influência do renomado Ghérasim Luca para ir à capital francesa trabalhar como artista. Ciprian toma conhecimento desse fato ao encontrar nos arquivos uma carta enviada por seu pai ao poeta.

Apesar da ajuda da maçonaria, Ciprian se apresenta como um artista que não conseguiu ser bem-sucedido. O livro traz o circuito melancólico da arte contemporânea e apresenta um artista em decadência: “Era uma vez um artista contemporâneo e os abismos que arrastava por onde ia” (ERBER, 2013a, p.16). Em uma necessidade de organizar este pessimismo, Ciprian faz sua narrativa com desconfiança da liberdade. Os Esquilos de Pavlov são livres para fazer sua arte, ou ela está condicionada a um sistema? Seria possível fugir desse sistema? A fuga seria a verdadeira arte, mas esta seria reconhecida como tal? Seria o início do processo de degradação da arte? Ou a arte sempre se fez dessa forma?

Essa discussão sobre a arte também pode ser estendida ao mercado editorial. Em sua narrativa, de uma maneira bastante irônica, Ciprian faz uma crítica ao condicionamento e à repetição de um padrão dos livros *best-seller*. Pernille, uma mulher com quem Ciprian teve um caso amoroso, havia se tornado uma escritora bem-sucedida seguindo uma fórmula de sucesso.

Uma enorme livraria, com muitas vitrines enfeitadas, e numa delas havia centenas de exemplares de um livro de capa preta com uma imagem de uma noz em alto-relevo, funcionando como ponto para o i de... Pernille. Coincidência cabalística. Era a própria! E pela capa do livro, devia ser a mais recente maravilha da pior espécie de literatura. Já o título condensava uma série de qualidades sutis e muito sonoras, Mistério no Carmelo, e a heroína só poderia ser o que

era: uma carmelita descalça que salvava garotos judeus famintos de um campo de extermínio transportando clandestinamente nozes na xoxota. Já era um best-seller. (ERBER, 2013a, p.163)

A ironia está presente em toda a narrativa, que não traz respostas ou soluções para a problemática da arte e da literatura, mas suscita perguntas e questionamentos importantes para se pensar esses assuntos na contemporaneidade.

### 3 A arte e a literatura brasileira contemporânea

Laura Erber elaborou *Esquilos de Pavlov* como uma ficção teórica narrada pela voz de um artista contemporâneo. O filósofo Giorgio Agamben (2009, p.64) se ocupou, em sua obra, de definir o que seria o contemporâneo: “o contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele”. O escuro de uma época é aquilo que precisa ser explicado e, ao fazer sua ficção dessa forma, Laura Erber tem a liberdade de teorizar sobre os escuros da arte contemporânea sem ter que se preocupar com o documental ou o factual. Em uma entrevista ao Suplemento Pernambuco, quando perguntada sobre o porquê de ter escolhido a prosa de ficção ao invés do ensaio para tratar da arte contemporânea, Laura Erber responde:

Porque estava lidando com o que não é documentável, o que está latente. A história e a crítica de arte em geral lidam com o que existe, e me interessa pensar essa zona de sombra, em que o que existe é ativado pelo que não existe de fato mas existe como possibilidade. E porque queria captar o presente, não apenas o presente do narrador, mas na sua dimensão de contemporaneidade. [...] A vida de Ciprian e o seu olhar revelam e questionam um determinado modelo de vida artística, no que ele tem de paradoxal. Eu realmente não queria trabalhar desde um ponto de vista exterior, de fazer uma avaliação desde fora, queria criar uma intimidade crítica e afetiva com esse mundo, mostrando o descompasso entre uma certa ideia da arte contemporânea e a prática da sua circulação. (ERBER, 2013b)

Ao sair do âmbito puramente literário, em *Esquilos de Pavlov*, Laura Erber usa a escrita ficcional como uma forma de fazer crítica e

questionar os limites da literatura brasileira contemporânea. Muitos teóricos se ocupam em definir e encontrar tendências para este novo momento da literatura brasileira. O que caracterizaria esta literatura? Quais seriam as suas tendências? Beatriz Resende, em seu texto “Possibilidades da nova escrita literária no Brasil”, afirma que, devido ao crescimento econômico do país e a sua inserção no mercado editorial global, observa-se uma evidência, nas obras brasileiras, de deslocamento das narrativas do espaço nacional e o rompimento com uma tradição literária de afirmação da nação. Segundo a autora, tem-se, “em vez da literatura que fala do Brasil, que usa a cor local como valor (rentável) de troca, a literatura que busca se inserir, sem culpa, no movimento dos fluxos globais” (RESENDE, 2014, p.14).

*Esquilos de Pavlov* traz este deslocamento questionador de uma literatura nacional. Todo ambientado na Romênia e em países da Europa, a única referência que faz ao Brasil é de uma brasileira, também bolsista, com a qual Ciprian teve contato em sua residência na Alemanha. A brasileira se dedicava ao trabalho de discutir com uma moldava qual país era mais miserável, embora fosse filha de diplomatas e vivesse sempre a viajar. A brasileira, assim como a moldava, dizia ser de outra nacionalidade e negava seu país de origem, o que Ciprian critica: “Nenhuma das duas tinha passado fome e o fim do mundo deve ser mais questão de tempo do que de lugar” (ERBER, 2013a, p.58).

O poeta Ghérasim Luca, a cuja obra Laura Erber dedicou seus estudos, teve uma relação não de negação da pátria, como as personagens citadas, mas de abandono dela. Ele nasceu em Bucareste, na Romênia, mas foi para Paris, onde encontrou o grupo surrealista, passando a viver lá sem passaporte e adotando o francês como a língua de sua produção literária. O poeta ainda abandonou o próprio nome, Salman Locker. Quebrando qualquer noção de pertencimento, seja identitário, linguístico ou nacional, o trabalho de Ghérasim Luca consistia em torná-lo um estranho a si mesmo.

Assim como a obra de Ghérasim Luca, o livro de Laura Erber quebra qualquer relação de pertencimento. A partir disso é possível perceber a grande influência que esse poeta e a vanguarda surrealista exercem em sua obra. Não se trata apenas de uma simples referência acrítica, assinalada por Schøllhammer (2009) como um perigo da tendência de escritas de metaficção na literatura brasileira contemporânea:

Literatura sobre literatura continua sendo um caminho frequentado na produção brasileira contemporânea [...] na maior parte dos casos, o gesto traz embutido o reconhecimento, mais ou menos humilde, dependendo do escritor, de que todos os que escrevem são leitores antes de se tornarem autores, anões sobre ombros de gigantes que, ao incluir em sua literatura suas referências literárias, pagam um tributo modesto. Hoje, entretanto, vivendo numa cultura da cópia, em que a aura da origem há muito se perdeu, o exercício deste procedimento exige um cuidado maior, pois, em vez de possibilitar um recuo e uma apropriação produtiva, pode tender a capturar o autor numa reverência parasitária e na sacralização que esvazia a potência de compreensão e de crítica. (SCHØLLHAMMER, 2009, p.143)

Em *Esquilos de Pavlov*, Laura Erber se apropria dos autores e artistas de sua coleção, muitos deles europeus e de vanguarda, e vai além da antropofagia oswaldiana de devorar as técnicas importadas e reelaborá-las com autonomia. Essa parece ser uma outra tendência da literatura brasileira contemporânea, como afirma Resende (2014, p.13):

Não se trata mais de devorar o que existe na vanguarda europeia para construir nossa própria arte. Trata-se, isso sim, de formar um sistema literário com conceitos próprios do que é literatura, propondo ainda suspender limites entre as escritas literárias e as diversas expressões artísticas, numa troca de linguagens efetiva e não de empréstimos, nas constituições de objetos artísticos múltiplos e não classificáveis em teorias ou nomeações redutoras.

Ao se apropriar do imaginário romeno e narrar as histórias das residências artísticas de Ciprian, *Esquilos de Pavlov* levanta a questão da identidade do artista enquanto sujeito em trânsito, sem lugar, um estranho para si mesmo e para o mundo. Conforme afirma Ciprian, “[a] pergunta não é: será que eu caibo no mundo ou entalo? Mas: será que caibo em mim mesmo ou afundo? Até onde vai meu Barco? Continuará sem mim?” (ERBER, 2013a, p.166). A obra se apresenta, portanto, como um combate a qualquer tipo de pensamento condicionado e à instituição de conceitos limitados e totalizantes como a identidade, a nacionalidade, a arte e a própria literatura.

Dissolvendo fronteiras entre a literatura e outros tipos de arte, esta reunião de fragmentos que forma a obra *Esquilos de Pavlov* pode ser caracterizada a partir do que Florencia Garramuño (2014, p.91) chama

de “formas de impertinência”. A autora cita vários exemplos de obras de arte em processo em que se tem uma convivência de diferenças, seja de materiais, mídias, sentidos por meio dos quais estas obras são percebidas e, ainda, diferentes ordens, como nação e indivíduo. A heterogeneidade e a exploração da porosidade de fronteiras entre a literatura e as artes visuais, por exemplo, é, segundo Garramuño (2014, p.92), uma “condição da estética contemporânea na qual forma e especificidade parecem ser conceitos que não permitem dar conta daquilo que nela está acontecendo.”

Garramuño (2014, p.99) cita a obra *Bénédicté vê o mar*, de Laura Erber, como exemplo dessas formas de impertinência que exigem do leitor uma leitura diferente da condicionada ou “disciplinada ou disciplinária”. Trata-se de um livro-desenho, não impresso, mas disponibilizado na internet para ser visualizado em um computador ou *tablet*. *Esquilos de Pavlov* faz parte deste projeto de Laura Erber de testar possibilidades de interpretação para a imagem e a palavra, fugindo de um sentido condicionado e levando a liberdade de expressão e as possibilidades de significação ao extremo.

#### 4 Considerações finais

Em um diálogo intenso com outras expressões artísticas e outras linguagens, entre elas a das artes visuais, *Esquilos de Pavlov* caracteriza-se como uma obra que explora diversas formas de não pertencimento, como a palavra e a imagem, o real e o ficcional, a ficção e a teoria. Justapondo essas diferenças em um procedimento alegórico bastante semelhante ao que faziam os surrealistas, a narrativa de *Esquilos de Pavlov* se apresenta de forma fragmentada, cabendo ao leitor percorrer o mesmo caminho da escritora ao produzir sua obra: juntar os fragmentos e guardá-los para, posteriormente, construir seu significado.

De colecionadora a alegorista, Laura Erber reúne os elementos de sua coleção como pesquisadora de Ghérasim Luca e do grupo surrealista, como estudante e participante de residências artísticas e constrói esta metaficção que transita entre o ficcional e o teórico e questiona os limites da arte e da literatura brasileira contemporânea.

#### Referências

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BENJAMIN, W. O colecionador. In: BOLLE, W.; MATOS, O. C. F. (Org.). *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 237-246.

ERBER, L. *Esquilos de Pavlov*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013a.

ERBER, Laura. Uma nova romancista no olho do furacão. *Pernambuco – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, Recife, 1 set. 2013b. Entrevista. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/entrevistas/962-uma-nova-romancista-no-olho-do-furacao.html>>. Acesso em 18 jan. 2016.

GARRAMUÑO, F. Formas da impertinência. In: KIFFER, A.; GARRAMUÑO, F. (Org.). *Expansões contemporâneas: literatura e outras formas*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 91-107.

JUNKES, L. O processo de alegorização em Walter Benjamin. *Revista Anuário de Literatura*, Florianópolis, n. 2, p. 125-137, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5361>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

RESENDE, B. Possibilidades da nova escrita literária no Brasil. In: RESENDE, B.; FINAZZI-AGRO, E. (Org.). *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. p. 9-23.

SCHØLLHAMMER, K. E. *Ficção Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Recebido em: 21 de maio de 2018.

Aprovado em: 9 de julho de 2018.

Aléxia Teles Duchowny  
Anna Palma  
Laureny Aparecida Lourenço da Silva  
Lúcia Fulgêncio  
Maria Juliana Gambogi Teixeira  
ORGANIZADORES



Faculdade de Letras  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

